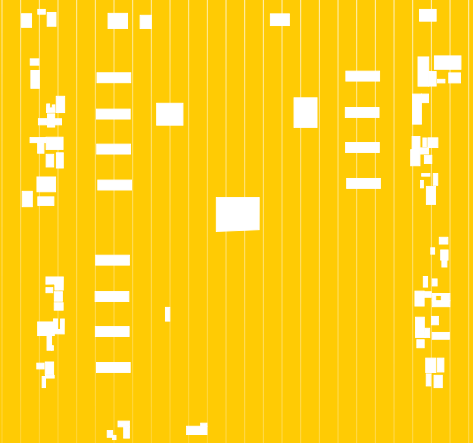
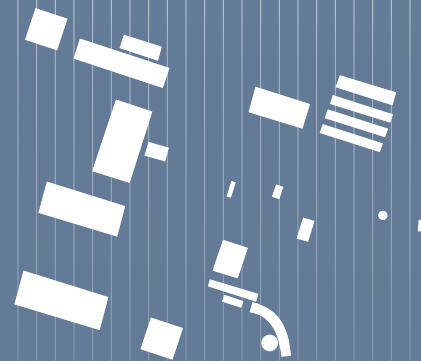
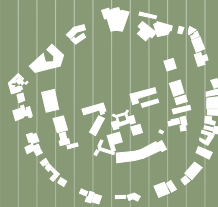
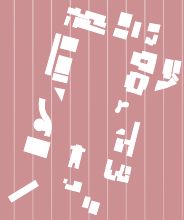


LUDMILA DIAS FERNANDES

# As praças cívicas das novas capitais brasileiras



Brasília, DF  
2011

**LUDMILA DIAS FERNANDES**

**AS PRAÇAS CÍVICAS DAS  
NOVAS CAPITAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau  
de Mestre pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Valério Augusto Soares de Medeiros.

Co-orientador: Professor Frederico de Holanda.

Brasília, Agosto de 2011.

Aos meus amores:  
minha mãe Luíza, meu pai Valdeir  
e minha irmã Isabela.

À minha avó Creuza  
e em memória do meu avô Alfredo.

Agradeço primeiro aos meus pais, pelo apoio, amor e por todos os ensinamentos -  
mamãe, obrigada por me ensinar o prazer de estudar desde cedo.  
Agradeço a todos os professores, pelo aprendizado.  
Deixo claro meu respeito e minha gratidão pelo professor Valério Medeiros,  
que gentilmente aceitou orientar minha pesquisa - agradeço pelos  
apontamentos e sugestões sempre pertinentes que muito contribuíram para meu trabalho.  
Desde que cheguei à 'praça' de Brasília, *bons encontros* cheios de urbanidade  
me renderam vários amigos. Deixo clara também minha estima a todos eles.





# Resumo

O estudo analisa aspectos da configuração de quatro praças cívicas no Brasil (Praça da Liberdade, em Belo Horizonte /1897; Praça Cívica, em Goiânia/1933; Praça dos Três Poderes, em Brasília/1960; e Praça dos Girassóis, em Palmas/1989), instaladas no núcleo das mais importantes experiências urbanas no país desde o fim do século 19 até os anos 1990.

A análise, fundeada na Teoria da Lógica Social do Espaço, visa investigar como diferentes desempenhos configuracionais estão associados a conceitos urbanos distintos, especialmente aqueles nomeados urbanidade e formalidade, como define HOLANDA (2010c). As variáveis exploradas incluem: as dimensões das praças, a integração global, a integração local, a existência eixos de integração globais, a posição da praça em relação ao núcleo da integração, o fluxo pedestre, o uso do solo e a densidade construída.

Os achados sugerem que as praças mais antigas concentram um nível de urbanidade maior, o que está estreitamente relacionado a uma escala humana mais refinada nesses espaços. O cenário é oposto ao que encontramos em Brasília e em Palmas, onde a escala monumental constrói uma vista impressionante, entretanto, são espaços mais áridos. Também identificamos que, globalmente, todas as quatro praças são (a) posicionadas no núcleo da integração da estrutura urbana e/ou (b) bem conectados a todo o sistema por meio dos principais eixos de integração. Além disso, a investigação aponta que as características configuracionais locais são responsáveis pela identidade sintática de cada espaço – o que significa a predominância de urbanidade na Praça da Liberdade e na Praça Cívica, e de formalidade na Praça dos Três Poderes e na Praça dos Girassóis.

Palavras Chaves: Praça Cívica, Configuração, Teoria da Lógica Social do Espaço, Urbanidade, Formalidade.



# Abstract

The study analyzes configuration aspects in four major civic squares in Brazil (*Liberdade*, in Belo Horizonte/1897; *Cívica*, in Goiânia/1933, *Três Poderes*, in Brasília/1960 and *Girassóis*, in Palmas/1989), settled in the city core of the most important urban experiences developed in the country from the end of the 19th century to the 1990's.

The study, based on The Theory of the Social Logic of Space, aims at investigating how different configurational performances are associated with distinguished urban concepts, especially those named as urbanity and formality, as defined by Holanda (2006). Variables explored included: square size, global integration, local integration, existence of global axes, square position concerning the integration core, pedestrian flow, land use and urban built density.

Findings suggested that the older squares concentrate a higher level of urbanity, what is closely related to a more refined human scale. The scenery is opposite to what is found in Brasília and Palmas, where the monumental scale builds an impressive urban vista, however, extremely arid. It was also identified that, globally, all four square are (a) placed in the integration core of the urban structure and (b) well connected to the whole urban grid by means of the major urban axes. Besides that, results pointed that the local configurational features are the responsible for the syntactic identity of the squares, which means the predominance of urbanity in *Liberdade* and *Cívica*, and formality in *Três Poderes* e *Girassóis*.

Key Words: Civic Square, Configuration, Theory of the Social Logic of Space, Urbanity, Formality.

# Lista de figuras\*

## Capítulo 1

Página 11

Figura 1- Atributos do urbanismo moderno, como a priorização da circulação dos automóveis e do vazio, estão presentes em Brasília.

Figura 2- O espaço de lazer e compras “Open Mall” em Jurerê Internacional - Florianópolis, é excludente e vigiado, além de segregador. É um espaço que apresenta pouca vitalidade.

Página 13

Figura 3- Espaço público aberto, lugar do convívio – Largo Glênio Peres, Porto Alegre.

Figura 4- Brasília, Setor de Diversões Norte.

Páginas 15 e 16

Figura 5- Representações de praças

Página 17

Figura 6- Representações de praças identificadas por Sun Alex como centros sociais multifuncionais, caracterizados por vazios delimitados e definidos pela arquitetura (sensação de fechamento espacial) e por múltiplos acessos – Piazza de Campo de Siena, Piazza Ducale de Vigevano, Plaza Mayor de Madri e o Convent Garden de Londres.

Página 20

Figura 7- Praça Municipal de Salvador.

Figura 8- Logradouro público por excelência, a praça brasileira deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. Adro da Igreja São Francisco de Assis em João Pessoa.

Figura 9- Praça Tiradentes, Ouro Preto.

Página 21

Figura 10- Praça da Liberdade.

Figura 11- Praça Cívica.

Figura 12- Praça dos Três Poderes.

Figura 13- Praça dos Girassóis.

---

\* As figuras agrupadas em quatro ao longo do trabalho devem ser lidas da esquerda para a direita e de cima para baixo, no sentido horário, de modo a corresponderem às legendas colocadas nesta ordem. Nas figuras dispostas seguidamente e que tenham a mesma fonte ou mesmo crédito, foi colocado o nome da fonte ou do autor apenas na última figura.



## Capítulo 2

Página 25

Figura 14- Mapa axial do bairro de São Cristóvão - Rio de Janeiro e recorte do núcleo de integração com destaque em cinza claro para os espaços públicos abertos analisados pela autora – largos praças e campo.

Página 26

Figura 15- Estudo dos campos visuais a partir dos lugares ocupados mais densamente.

Página 30

Figura 16- Os mapas acima representam a construção de um mapa axial..

Página 31

Figura 17- Mapas axiais colorizados a partir dos valores obtidos na matriz matemática – integração  $R_n$  e  $R_3$ .

Página 32

Figura 18- Mapa de visibilidade do Campus da UnB, da área onde se concentram as edificações. Página

Página 34

Figura 19- Esplanada dos Ministérios, Brasília.

Página 35

Figura 20- A monumentalidade formal da Grande Pirâmide de Guiza, no Egito.

Figura 21- A monumental avenida parisiense ChampsÉlysées.

Figura 22- O Mall é um espaço monumental a céu aberto compreendido entre o Capitólio e o Monumento de Washington, no centro administrativo de Washington, D.C.

Figura 23- Exemplo de monumentalidade formal, a Avenida dos Mortos, em Teotihuacán, México.

Página 36

Figura 24- Piazza San Marco em Veneza.

Figura 25- Piazza della Signoria, em Florença.

Página 37

Figura 26- A Piazza del Campo e sua urbanidade.

Figura 27- A praça cívica Piazza del Campo configura-se como um polígono em forma de leque, é bem delimitada pela arquitetura e possui onze acessos. Sua forma é irregular e os fluxos são multidirecionais.

Página 40

Figura 28- João Pessoa, como outras cidades brasileiras, enfrenta a decadência do centro antigo e o abandono.

Figura 29- O centro antigo de Florianópolis, apesar de apresentar boa conservação dos edifícios e das áreas públicas, fica deserto durante semana fora do horário comercial, nos fins de semana e nos feriados.

## Capítulo 3

Página 48

## Lista de Figuras



Figura 30- Planta Geral da Cidade de Minas, Aarão Reis. No canto inferior esquerdo, as três áreas: rural, suburbana e urbana.

Página 49

Figura 31- Planta da Zona Urbana de Belo Horizonte, 1956.

Página 51

Figura 32- Detalhe da Planta Geral da Cidade de Minas, de Aarão Reis.

Página 54

Figura 33- Palácio da Liberdade, no início do século XX.

Figura 34- Praça da Liberdade e a Secretaria de Interior que depois sediou a Secretaria da Educação.

Figura 35- Secretaria de Viação e Obras Públicas, originalmente Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a Praça da Liberdade, em 1906.

Figura 36- Secretaria de Finanças, depois Secretaria de Estado da Fazenda e a Praça da Liberdade. Fonte: IEPHA

Página 56

Figura 37- Foto de vista parcial da Praça da Liberdade, em 1900.

Página 59

Figura 39- Projeto da Praça da Liberdade feito por Dieberger e Companhia, 1920.

Figura 40- Foto da Praça da Liberdade, publicada em Minas Gerais, 1925.

Página 61

Figura 41- Vista da Praça da Liberdade em 1932.

Figura 42- Vista aérea da Praça da Liberdade em 01/11/1934.

Página 64

Figuras 43 e 44- Feiras na Praça da Liberdade – uma multidão se aglomerava na praça. Fonte: Estado de Minas.

Página 66

Figura 45- A configuração da Praça da Liberdade em 1920 (Traçado Original), o levantamento de 1989 e a proposta de intervenção elaborada em 1990.

Página 67

Figuras 46, 47 e 48- Intervenção na Praça da Liberdade em 1991 – restauração da fonte menor, construção de guias e canteiros.

Página 68

Figuras 49 e 50- Fotos atuais da Praça da Liberdade.

Página 70

Figura 51- Alameda central da praça.

Figura 52- Vista da praça da janela do IEPHA.

Figura 53- Uma das fontes da praça.

Figura 54- Coreto e fonte.

Página 71

Figura 55- Ilustração da Praça da Liberdade e os edifícios que fazem parte do seu conjunto arquitetônico e do Circuito Cultural.

Figura 56- Imagem produzida para divulgação do Circuito Cultural Praça da Liberdade – planta e uma perspectiva da Praça da Liberdade com sua massa arbórea.

Página 72

Figura 57- Antiga Secretaria de Viação e Obras Públicas, que ainda abriga a sede do IEPHA/MG.

Figura 58- Intervenção de Paulo Mendes da Rocha na antiga Secretaria da Educação, atual Museu das Minas e do Metal.

Figura 59- Palácio da Liberdade – portões fechados durante a semana.

## Lista de Figuras



Página 73

Figura 60- Antiga Secretaria da Fazenda, atual Memorial Minas Vale.

Figura 61- Imagem da maquete eletrônica do Centro Cultural do Banco do Brasil (antiga Secretaria de Estado de Defesa Social).

Figura 62- Espaço TIM-UFMG do Conhecimento.

Figura 63- Edifício Rainha da Sucata – Centro de Apoio ao Turista e Escritório sede do grupo que acompanha a implantação do Circuito Cultural.

Figura 64- IPSEMG, edifício que será transformado em hotel.

Figura 65- Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, na esquina da Avenida Bias Fortes.

Figura 66- Edifício residencial Niemeyer.

Figura 67- Edifício residencial com lanchonete no térreo, Mape/ Xodó.

Página 75

Figura 68- Mapa esquemático que mostra a ocupação de Belo Horizonte em diferentes fases e o caminho da Linha Verde. Também está em destaque o local da Cidade Administrativa.

Figura 69- Linha Verde, na altura do acesso à Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves.

Página 76

Figura 70- Novo Centro Administrativo de Minas Gerais – Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, projetada por Oscar Niemeyer para abrigar secretarias, órgão e autarquias, e inaugurada em março de 2010.

Página 78

Figura 71- Mapa axial de Belo Horizonte, com destaque para o Plano original de Aarão Reis, o percurso da Linha Verde e o novo Centro Administrativo de Minas Gerais (no extremo norte) e detalhe – a área urbana projetada por Aarão Reis dentro da Avenida do Contorno, da qual faz parte a Praça da Liberdade, permanece como parte do núcleo de integração.

Figura 72- Detalhe do Mapa do Município de Belo Horizonte – destaque para os Bairros Centro e Savassi, onde se localiza a Praça da Liberdade.

Página 82

Figura 73- Imagem da Praça da Liberdade e seu entorno, com destaque para os volumes arquitetônicos que promovem a delimitação espacial da praça.

Figura 74- Mapa de cheios e vazios – a praça é apreensível pelo contraste entre o cheio e o vazio.

Figura 75- Mapa axial de pedestres.

Figura 76- Mapa de visibilidade.

Página 88

Figura 77- Locais onde a frequência de indivíduos é constante e onde as pessoas se aglomeram – os principais locais são o coreto e o recinto onde estão a fonte menor e o bebedouro.

Figura 78- Trabalho de um grupo de arquitetos intitulado “Etiquetando”, com o objetivo de conscientizar o usuário da importância de preservação do patrimônio público. Etiquetas com os valores da manutenção foram colocadas em lixeiras, bancos e outros mobiliários da praça.

Página 89

Figura 79- Pessoas caminhando – “pista de cooper” com percurso de 570 metros.

Figura 80- Jovens no coreto.

Figura 81- Fim da alameda central de frente para a Avenida João Pinheiro e a lanchonete Xodó, que fica na esquina.

Figura 82- Pessoas sentadas no meio fio da alameda central.

Figura 83- Crianças aproveitam o bebedouro para refrescar no fim de semana. Figura 84- Calçada paralela à alameda central.

Página 91



Figura 85- Fim de semana na Praça da Liberdade.

## Capítulo 4

Página 98

Figura 86-Esboço do projeto de Goiânia, elaborado por Atílio Corrêa Lima em 1933.

Figura 87- Plano Piloto de Goiânia, proposto por Atílio Corrêa Lima.

Figura 88- Plano de Urbanização de Goiânia, Escritório Coimbra Bueno com consultoria técnica de Armando Augusto de Godoy, 1938.

Página 99

Figura 89- Recorte do mapa de eixos esquemático (representação linear) de Goiânia. A localização da Praça Cívica e da Praça do Cruzeiro está em destaque – essas praças funcionam como ponto de convergência de importantes vias de circulação.

Figura 90- Goiânia e a reprodução do traçado “asterisco” – Planta Geral de Urbanização, 1947 – Setores Central, Norte, Sul, Oeste, Leste, Universitário, e Satélite Campinas. Coimbra Bueno e Cia. Ltda.

Página 102

Figura 91-Perspectiva aérea do centro monumental proposto por Agache para o Rio de Janeiro.

Figura 92- Anteprojeto do Centro Administrativo de Atílio Corrêa Lima, com a distribuição dos edifícios públicos ao redor da grande Praça Cívica.

Página 103

Figura 93- Recortes do PlanoPiloto de Atílio e do Projeto de Godoy, com suas respectivas propostas para o Centro Administrativo ou Centro Cívico, na Zona Administrativa.

Página 105

Figura 94- Recorte do Plano Piloto de Atílio.

Figura 95- Perspectiva de Atílio para o Centro Administrativo.

Figura 96- Recorte do Plano de Urbanização de Godoy.

Figura 97- Perspectiva da Firma Coimbra Bueno para o Centro Cívico e a Praça Cívica.

Página 108

Figura 98- Foto aérea da Praça Cívica com as primeiras construções – o Palácio do Governo e a Secretaria Geral, 1936.

Figura 99- Foto aérea em que fica nítido o traçado das principais avenidas convergindo para o Centro Cívico, 1937.

Figura 100- Construção do Palácio do Governo quando tudo em volta ainda era cerrado.

Figura 101- Palácio das Esmeraldas.

Figura 102- Palácio das Esmeraldas ao centro, Secretaria Geral à esquerda e Fórum e Tribunal de Justiça à direita.

Página 109

Figura 103- Edifício da Chefatura de Polícia.

Figura 104- Tribunal Regional Eleitoral.

Figura 105- Ministério da Fazenda.

Página 110

Figura 106- Vista aérea da praça no fim da década de 1960 – o Monumento às Três Raças ocupa o lugar do antigo obelisco central.

Figura 107- Fonte luminosa.

Figura 108- Os jardins da praça. Figura 109- Antigo obelisco central.

## Lista de Figuras



Figura 110- Comemoração do 7 de setembro na Praça Cívica, década de 1940.

Página 111

Figura 113-Desfile no aniversário de Goiânia, em 1962. Figura 114- Comemoração natalina, 1984.

Figura 111-Batismo Cultural de Goiânia em 1942, Pedro Ludovico em frente ao Palácio das Esmeraldas.

Figura 112- Uma multidão se reuniu na Praça Cívica, na missa campal realizada em 5 de julho de 1942.

Página 112

Figura 115- Coreto.

Figura 116- Departamento de Imprensa e Propaganda.

Figura 117- Tribunal de Contas do Estado.

Página 113

Figura 118- Além de gradear o terreno, o Tribunal de Contas do Estado deixou uma calçada mínima para passagem do pedestre.

Figura 119- Monumento às Três Raças.

Página 115

Figura 120- Construção do edifício do Centro Administrativo, início da década de 1970.

Figura 121- Centro Administrativo pronto. Década de 1980.

Figura 122- O Centro Administrativo, hoje Palácio Pedro Ludovico Teixeira, faz fundo para o Palácio das Esmeraldas.

Figura 123- Entrada do Palácio Pedro Ludovico Teixeira e fachada espelhada.

Figura 124- Palácio das Campinas, antiga Prefeitura Municipal.

Página 117

Figura 125- Imagem de satélite com destaque da Praça Cívica – antiga localização da Prefeitura Municipal – e do Paço Municipal, atual sede do Governo Municipal.

Figura 126- Vista do Paço Municipal (Centro Cultural Oscar Niemeyer ao fundo).

Página 119

Figura 127-Crianças brincam na fonte da Praça Cívica, sem data.

Figura 128- Comemoração do dia das crianças, sem data.

Figura 129- Inauguração da decoração de Natal, sem data.

Figura 130- Lula discursou para 30 mil pessoas na Praça Cívica, em 13/08/2009.

Página 120

Figura 131- Ilustração do Centro Cívico e da Praça Cívica, em destaque.

Página 123

Figura 132- Mapa axial de Goiânia, década de 1960.

Figura 133- Mapa axial de Goiânia na década de 1980.

Figura 134- Mapa axial de Goiânia, ano 2000.

Página 125

Figura 135- O Setor Central e Campinas, que constituem os núcleos pioneiros de Goiânia, apresentam ótima acessibilidade topológica – ou seja, estão no núcleo de integração do sistema urbano analisado.

Figura 136- Detalhe do mapa axial com Setor Central em destaque – vias bem integradas levam à Praça Cívica (a Rua Dez em vermelho e as Avenidas Araguaia, Goiás, Tocantins, 83 e 84 em laranja).

Página 127



## Lista de Figuras



Figura 137- Polos atratores de pessoas no Setor Central, segundo os usos.

Página 129

Figura 138- Imagem de satélite da Praça Cívica e seu entorno imediato, com destaque para as construções.

Figura 139- Mapa de cheios e vazios da Praça Cívica. O cheio da arquitetura circundante delimita espacialmente a praça.

Página 130

Figura 140- Mapa axial de pedestres da Praça Cívica e do Centro Cívico.

Figura 141- Mapa de visibilidade.

Página 133

Figura 142- Desde o início da manhã os pedestres cruzam a praça.

Figura 143- Quiosque de lanches de mesas na calçada.

Figura 144- Pela manhã, às 08h, o estacionamento começa a encher.

Página 134

Figura 145- Funcionário e passante conversam na janela do Centro Cultural Marieta Telles.

Figura 146- Pessoas sentadas nos bancos no fim da tarde e praticantes de caminhada passam pela praça em direção ao Parque dos Buritis.

Figura 147- À noite a praça fica deserta.

Figura 148- Avós levam crianças para brincar na praça no fim de semana.

Figura 149- Turistas se esforçam para subir no Monumento às Três Raças e fotografam.

Figura 150- Os usuários da praça no fim de semana são turistas e visitantes que fotografam o lugar, também passam ciclistas frequentemente.

Página 135

Figura 151- No fim de semana à noite, apenas o cinema está aberto, os poucos carros das pessoas que vão assistir um filme estão estacionados em frente ao Centro Cultural Marieta Telles e dois homens atravessam a praça.

Página 136

Figura 152- Pavimento deteriorado.

Figura 153- Água parada nas fontes.

Figura 154- Vendedores ambulantes. Crédito: Ludmila Dias.

Página 137

Figura 155- Fiações expostas.

Figura 156- Sujeira e abandono.

Figura 157- Grades do Palácio Pedro Ludovico. Crédito: Ludmila Dias.

Figura 158- Moradores de rua moram na praça.

Figura 159- Estacionamento lotado.

Página 139

Figura 160- Planta do Centro Cívico e lugares onde a presença de pessoas é mais frequente – as pessoas ficam distribuídas no espaço, pois são em sua maioria, passantes.

Figura 161- Destaque das áreas destinadas à permanência em verde (bancos, áreas de estar), áreas com grade ou muro e acesso restrito em laranja, e os locais onde se permite estacionar em roxo. A praça funciona como um grande estacionamento para o Centro Cívico.

Página 141

Figura 162- Praça Cívica no sábado à noite. Dois únicos usuários, sentados num banco.

## Capítulo 5

Página 144

Figura 163- Croquis de Lucio Costa, apresentados na prancha do Concurso para a Nova Capital. O cruzamento dos eixos.

Página 145

Figura 164- Croquis de Lucio Costa – o partido arquitetônico de Brasília e o esboço da composição do Eixo Monumental

Página 146

Figura 165- Prancha do Concurso para a Nova Capital, Plano Piloto de Brasília, Lucio Costa.

Página 147

Figura 166- As áreas de predominância das quatro escalas no Plano Piloto – escala monumental em azul; gregária em vermelho; residencial em amarelo; e bucólica em verde.

Figura 167- Eixo Monumental.

Página 148

Figura 168- Superquadras.

Figura 169- Plataforma Rodoviária do Plano Piloto.

Figura 170- Bosque dos Constituintes – área verde atrás da Praça dos Três Poderes.

Página 152

Figura 171- Perspectiva aérea da Vila Operária Monlevade, com sua praça central – MG, 1934.

Figura 172- Planta de situação da Cidade Universitária.

Figura 173- Perspectivas da Praça da Cidade Universitária – na primeira imagem, o pórtico que delimitava um dos lados do espaço público aberto que funcionaria como uma praça.

Página 153

Figura 174- Perspectiva da Praça da Cidade Universitária– após atravessar o pórtico, vemos o espaço delimitado pelo auditório, reitoria e biblioteca e a alameda principal no fundo. Fonte: EL-DAHDAH, 2010.

Página 154

Figura 175- Sequência de croquis e estudos para a Praça dos Três Poderes.

Página 157

Figura 176- Uma perspectiva com visão panorâmica do Eixo Monumental, sem data ou escala indicadas, da qual só resta um fragmento. Essa perspectiva consolida os estudos realizados anteriormente por Lucio Costa.

Página 158

Figura 177- Perspectiva do Eixo Monumental – Relatório do Plano Piloto.

Figura 178- A Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios – croquis 9 do Relatório do Plano Piloto.

Figura 179- Estudo das proporções da Praça dos Três Poderes, tendo como base a planta de Lucio Costa.

Figura 180- Maquete da praça – Niemeyer alterou a posição e as dimensões previstas para o Congresso por Lucio.

Página 159

Figura 181- A Praça dos Três Poderes de Lucio.

Figura 182- A Praça dos Três Poderes de Niemeyer.

Página 160

## Lista de Figuras



Figuras 183 e 184- O terrapleno da Praça dos Três Poderes.

Figura 185- A construção da Esplanada dos Ministérios e da praça.

Figura 186- A Praça dos Três Poderes construída.

Figura 187- A construção das torres do anexo do Congresso.

Página 161

Figura 188- Congresso Nacional.

Figura 189- Palácio do Planalto.

Figura 190- Supremo Tribunal Federal.

Figura 191- Croquis de Niemeyer para a Praça dos Três Poderes.

Página 164

Figura 192- Croquis de Niemeyer para o Congresso Nacional. Fonte: Niemeyer, 1998.

Figuras 193 e 194- Salão Verde e a parede que foi construída para dividir o salão do Bloco das Lideranças Partidárias, revestida por painel de Athos Bulcão (denominado Ventania).

Figura 195- Vista da Praça dos Três Poderes a partir do escritório do Presidente da Câmara, que fica no Bloco das Lideranças Partidárias.

Página 166

Figura 196- Museu da Cidade. Figura 197- Casa de Chá, atual Centro de Atendimento ao Turista.

Página 167

Figura 198- Pombal.

Figura 199- Candangos.

Figura 200- A Justiça.

Figura 201- O Mastro da Bandeira.

Página 169

Figura 202- À esquerda, o Panteão da Pátria em reforma e logo depois os edifícios espelhados cujas volumetrias interferem negativamente na paisagem da praça (anexo do STF e Procuradoria Geral da República). Atrás do Palácio da Justiça, o TCU disfarçado pela vegetação.

Figura 203- Marco comemorativo Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade e vendedor ambulante sob sua sombra.

Figura 204- Entrada do Espaço Lucio Costa.

Figura 205- Maquete do Plano Piloto de Brasília, que fica no interior do Espaço Lucio Costa.

Página 170

Figura 206- PTP PR1/1, Planta Geral de locação (data no carimbo de 7/11/1956), aprovada pelo Decreto Distrital N° 1.394 de 27 de julho de 1970 e registrada no Cartório do 1º Ofício em 23/4/1984.

Figura 207- Detalhe da URB 89/89, com destaque para os setores ao longo do Eixo Monumental (em vermelho) e para o setor em que se encontra a praça (PTP, em azul).

Página 171

Figura 208- A área de preservação é um Cone de Visibilidade (Brasília 57-85), onde se deveria priorizar a visão da praça e seu horizonte.

Página 172

Figura 209- Vista aérea da Praça dos Três Poderes e entorno. Do lado oeste, a praça se abre para a natureza.

Página 173

Figura 210- Ilustração da Praça dos Três Poderes e entorno imediato.

Página 175

## Lista de Figuras



- Figura 211- Sequência de mapas axiais de Brasília e entorno com destaque das linhas mais integradas do sistema – as quais sempre estiveram fora do Plano Piloto.  
Página 176
- Figura 212- Mapa axial atual de Brasília e entorno.  
Página 179
- Figura 213- Mapa axial de Brasília, isolando-se o Plano Piloto.  
Página 183
- Figura 214- Imagem de satélite da Praça dos Três Poderes e seu entorno imediato, com destaque dos volumes arquitetônicos.
- Figura 215- Mapa de cheios e vazios – não há definição do espaço pelo contraste entre cheios e vazios.  
Página 184
- Figura 216- Mapa axial de pedestre.
- Figura 217- Mapa de visibilidade.  
Página 188
- Figura 218- Criança dá comida aos pombos na praça.
- Figura 219- Turistas chegam a deitar no chão para que os pombos pousem sobre eles.
- Figura 220- Vendedor ambulante e ciclistas transeuntes na praça.  
Página 189
- Figura 221- Às 16 horas, com sol forte, os usuários da praça se protegem sob a sombra do Museu da Cidade.
- Figura 222- Na aridez da praça, comerciantes ambulantes se protegem do sol sob a sombra de monumentos, de sombrinhas e do Museu da Cidade. Dois meninos se protegem do sol sob a sombra do monumento em homenagem a Israel Pinheiro.
- Figura 223- Mulher aproveita a sombra da vegetação da área contígua à praça, ao lado do Panteão.
- Figura 224- População se reúne para assistir a cerimônia da troca da Bandeira Nacional na Praça dos Três Poderes e os oficiais fazem a apresentação.
- Figura 225- Manifestações Praça dos Três Poderes – aproximadamente 25 mil manifestantes pedem o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.
- Figura 226- Manifestantes se reúnem no espelho d'água do Congresso Nacional para protestar contra o escândalo do Mensalão, em agosto de 2005.  
Página 190
- Figura 227- Locais onde o fluxo de pessoas é maior e a aglomeração de indivíduos é mais frequente.  
Página 192
- Figura 228- Cercamento removível permanece na praça durante dias após o evento em que foi utilizado.
- Figura 229- Mulheres com carrinho de bebê descem pela pista, pois falta calçada.
- Figura 230- Sujeira na praça.
- Figura 231- Lixeira improvisada.
- Figura 232- Pavimento necessitando manutenção.
- Figura 233- Placa de localização das edificações na praça.  
Página 194
- Figura 234- Turistas e trabalhadores na Praça dos Três Poderes.

## Capítulo 6

## Lista de Figuras



Página 198

Figura 235- Mapa da localização do Estado do Tocantins e da cidade de Palmas. No canto inferior esquerdo, as quatro áreas elencadas para a implantação da capital e ao lado a área escolhida.

Figura 236- Área de ocupação da capital do Tocantins – área urbana de Palmas e áreas de expansão.

Página 199

Figura 237- Croqui com indicação da Serra do Lageado, do futuro lago, da área urbana de Palmas e das áreas de expansão.

Página 202

Figura 238- Croqui das principais vias da nova capital com destaque para a praça central – centro cívico e também centro da ocupação inicial.

Página 203

Figura 239- Praça central (centro cívico) e conjunto de praças nas quadras comerciais do entorno destacadas em verde.

Figuras 240, 241 e 242- No Plano de Palmas, as vias de pedestres se abrem para grandes praças e são obrigatórios os balanços cobertos sobre os recuos frontais, laterais e de fundos para a formação de varandas nas áreas comerciais – conforme percebe-se nas perspectivas das áreas avarandadas e da praça.

Página 204

Figura 243- Vista de uma quadra comercial no entorno da Praça dos Girassóis, no quadrante nordeste. Estão em destaque as vias que foram projetadas como vias de pedestre, mas não funcionam como tal e a praça no interior da quadra.

Página 206

Figura 244- Croqui do centro cívico atravessado pela avenida principal, estando o Palácio Araguaia na parte inferior, a Assembleia e o Tribunal de Justiça no espaço superior. Há também a denominação do espaço: “Praça do Girassol”.

Figura 245- Perspectiva ilustrativa da área central de Palmas, com destaque para a praça principal, na versão final do plano urbanístico.

Página 207

Figuras 246 e 247- Fotos da área central de Palmas, a Praça dos Girassóis e as principais edificações do poder estadual ao centro – Palácio do Governo, Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça – em construção (1993).

Figura 248- Foto da construção da praça. Percebe-se o desnível da via em relação ao platô do Palácio.

Figuras 249 e 250- O estacionamento e o jardim de girassóis nos primeiros anos da praça.

Página 209

Figura 251- Foto aérea da Praça dos Girassóis e seu entorno imediato.

Página 214

Figura 252- Ilustração da planta baixa cedida pela SEINF (escala não indicada).

Figura 253- Memorial Coluna Prestes. Crédito: Ludmila Dias.

Figura 254- Monumento 18 do Forte. Crédito: Ludmila Dias.

Figura 255- Relógio do Sol e Pórtico ao fundo. Crédito: Ludmila Dias.

Página 215

Figura 256- Esplanada de Eventos e Palácio Araguaia.

Figura 257- Praça de Alimentação, playground e banheiros públicos.

Figura 258- Cascata.

Figura 259- Espelho d’água e Palácio Araguaia.

Figura 260- Fonte Luminosa.

Figura 261- Cruzeiro – Memorial da Primeira Missa.

## Lista de Figuras



Página 217

Figura 262- Plano Urbanístico de Palmas (GRUPOQUATRO, 1989) e Área Urbana de Palmas atualizada, com destaque para as regiões da Vila União, Central, Sudeste e dos distritos Aurenys e Taquaralto.

Página 219

Figura 263- Mapa da área urbana de Palmas e sua Representação Linear através do mapa axial.

Página 220

Figura 264- Detalhe do mapa axial com destaque para o local onde está a Praça dos Girassóis.

Página 225

Figura 265- Imagem de satélite da Praça dos Girassóis e seu entorno, com destaque para os volumes arquitetônicos da praça e do entorno imediato.

Figura 266- Mapa de cheio e vazio – não há o contraste entre o cheio e o vazio definidor da praça, predomina o vazio e a densidade é baixa.

Página 226

Figura 267- Mapa axial de pedestres. Percebem-se os grandes eixos de integração e diversos eixos menores pouco integrados.

Figura 268- Mapa de Visibilidade. O espaço denominado Praça de Eventos se destaca, é claramente o mais visível (em vermelho) enquanto os demais espaços apresentam pouca visibilidade (em azul).

Página 231

Figura 269- Foto da Praça de Eventos na terça-feira em que foi feita a contagem de usuários, à tarde.

Figura 270- Foto de crianças andando de bicicleta na praça após a chuva, no domingo.

Figura 271- Foto de evento realizado na Praça dos Girassóis no domingo de vitória, para receber os embaixadores chineses.

Página 232

Figura 272- Magnetos, locais onde é mais frequente a presença de usuários.

Figura 273- Vista em direção à Avenida Teotônio Segurado, a partir da varanda do Palácio Araguaia. Em primeiro plano as rampas de acesso ao palácio e o gradeamento.

Figura 274- Vista em direção à Avenida JK com lago ao fundo, a partir da varanda do Palácio Araguaia. Em primeiro plano o estacionamento do palácio e o pórtico de entrada com guarita.

Página 233

Figura 275- Usuários chegam à praça no entardecer, de carro.

Figura 276- Ao final da tarde, pessoas caminham e correm ao redor da praça.

Figura 277- Um casal sentado e um ciclista ao fundo, no entardecer.

Figura 278- O grupo que contrata assessoria esportiva faz aquecimento antes de iniciar os exercícios físicos.

Figura 279- Crianças brincam no playground à noite, pois de dia a exposição ao sol não permite.

Figura 280- Famílias e amigos se encontram na Praça de Alimentação à noite.

Página 234

Figura 281- Cena comum: bancos ao sol e mulher sentada ao pé da árvore, na sombra.

Página 235

Figura 282- Gradeamento em volta das principais edificações impede o acesso.

Figura 283- Playground após a chuva. Figura 284- Poças de água nos estacionamentos.

Figura 285- Água empoçada no pavimento de pedra portuguesa e na grama.

Figura 286- Celebração na igreja improvisada aos domingos, não tem estacionamento suficiente nem iluminação adequada.

Figura 287- Lixeira cheia e lixos no chão ao lado do Monumento 18 do Forte.

## Lista de Figuras



Página 236

Figura 288- Posse do Governador eleito em 2007.

Figura 289- Show de Música Clássica aberto ao público.

Figura 290- Vila do Papai Noel na Praça dos Girassóis, 2006.

Página 238

Figura 291- Usuários caminham pela Praça de Eventos, em frente ao Palácio Araguaia, à noite.

## Lista de Figuras







# Lista de gráficos e tabelas

## Capítulo 3

Página 84

Gráficos 1 e 2- Gráficos de contagem de usuários na Praça da Liberdade.

## Capítulo 4

Página 138

Gráficos 3 e 4- Gráficos de contagem de usuários, feita no fim de semana e no meio da semana.

Página 177

Tabela 1- Distribuição da População no Distrito Federal – 1960 a 2010, empregos formais e variação de número populacional entre os anos 1991 e 2010 em cada região.

## Capítulo 5

Página 186

Gráficos 5 e 6- Contagem de usuários na Praça dos Três Poderes no domingo em que aconteceu o evento cívico da Troca da Bandeira pela manhã e numa segunda-feira comum.

## Capítulo 6

Página 228

Gráficos 7 e 8- Gráficos de contagem de usuários na Praça dos Girassóis.



# Lista de siglas

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento, Governo Estadual de Goiás.

MIS – Museu da Imagem e do Som, Goiânia.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

PR – Planta Registrada ou Planta de Registro.

PTP – Praça dos Três Poderes.

EMI – Esplanada dos Ministérios.

EMO – Eixo Monumental.

SCTN/S – Setor Cultural Norte e Sul.

PFR – Plataforma Rodoviária.

ETO – Esplanada da Torre.

## Lista de siglas



SDC – Setor de Divulgação Cultural.

PMU – Praça Municipal.

SEDHAB – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

EPIA – Estrada Parque Indústria e Abastecimento.

RA- Região Administrativa.

SECOM – Secretaria de Comunicação, Governo Estadual do Tocantins.



# Sumário

Resumo

Abstract

Lista de Figuras

Lista de Gráficos e Tabelas

Lista de Siglas

Sumário

|  |    |
|--|----|
| Introdução.....  | 1  |
| Capítulo 1 - Premissas .....   | 9  |
| 1.1 As transformações no espaço público e o enfraquecimento da vida pública .....    | 10 |
| 1.2 O espaço público aberto e a praça.....   | 14 |
| 1.3 A praça cívica.....  | 18 |
| 1.4 Consolidando princípios.....   | 22 |
| Capítulo 2 – Aspectos teóricos, metodológicos e técnicos .....                       | 23 |
| 2.1 A leitura da estrutura urbana apoiada na Teoria da Lógica Social do Espaço ..... | 24 |
| 2.2 Os paradigmas da Urbanidade e da Formalidade .....                               | 32 |

## Sumário



|  |           |
|--|-----------|
| 2.3 O crescimento urbano e o surgimento de novas centralidades .....         | 39        |
| 2.4 Estágios metodológicos e procedimentos adotados .....                    | 41        |
| 2.5 Concluindo ideias.....   | 44        |
| <b>Capítulo 3 – Praça da Liberdade, Belo Horizonte .....</b>                 | <b>45</b> |
| 3.1 Belo Horizonte, a primeira nova capital após a República .....           | 46        |
| 3.2 Praça da Liberdade.....  | 50        |
| 3.3 A Praça da Liberdade e a cidade – análise no nível global.....           | 74        |
| 3.3.1 Sobre a Praça da Liberdade, o centro antigo e novas centralidades..... | 77        |
| 3.4 A Praça da Liberdade – análise no nível local.....                       | 80        |
| 3.4.1 Entorno imediato.....  | 80        |
| 3.4.2 Atributos configuracionais locais.....                                 | 80        |
| 3.4.3 Pesquisa de campo e vistoria no local .....                            | 83        |
| 3.5 Últimas considerações.....   | 90        |
| <b>Capítulo 4 – Praça Cívica, Goiânia .....</b>                              | <b>92</b> |
| 4.1 Goiânia, laboratório do urbanismo moderno no Brasil.....                 | 93        |
| 4.2 Praça Cívica.....  | 99        |
| 4.3 A Praça Cívica e a cidade – análise no nível global .....                | 121       |
| 4.4 A Praça Cívica – análise no nível local.....                             | 126       |
| 4.4.1 Entorno imediato.....  | 126       |
| 4.4.2 Atributos configuracionais locais.....                                 | 128       |

## Sumário

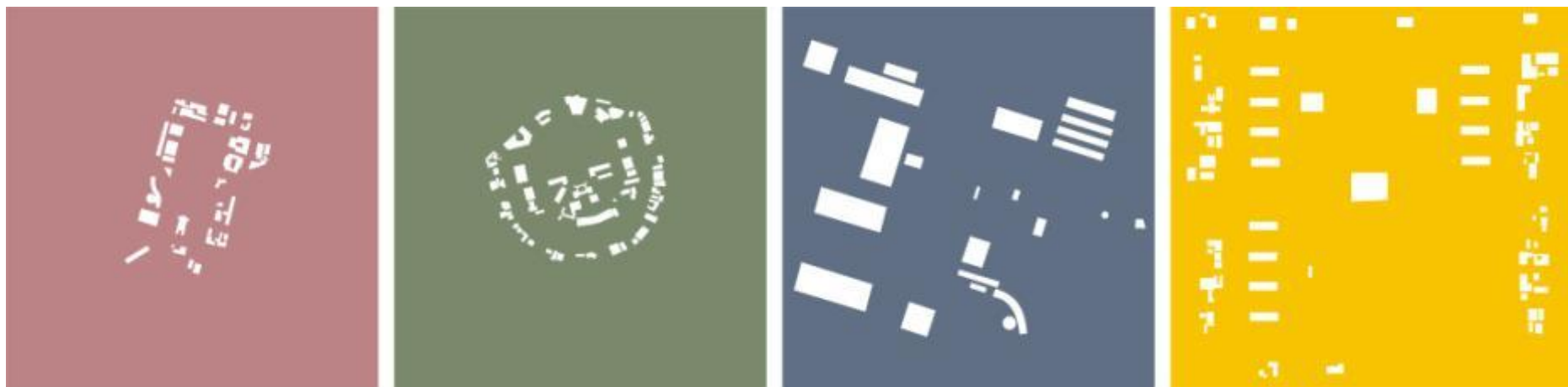


|   |            |
|---|------------|
| 4.4.3 Pesquisa de campo e vistoria no local .....                       | 130        |
| 4.5 Notas Derradeiras .....   | 140        |
| <b>Capítulo 5 – Praça dos Três Poderes, Brasília .....</b>              | <b>142</b> |
| 5.1 Brasília, a materialização de uma cidade moderna.....               | 143        |
| 5.2 Praça dos Três Poderes .....  | 150        |
| 5.3 A Praça dos Três Poderes e a cidade – análise no nível global ..... | 174        |
| 5.4 A Praça dos Três Poderes – análise no nível local .....             | 180        |
| 5.4.1 Entorno imediato.....   | 180        |
| 5.4.2 Atributos configuracionais locais.....                            | 182        |
| 5.4.3 Pesquisa de campo e vistoria no local .....                       | 184        |
| 5.5 Arremates.....  | 193        |
| <b>Capítulo 6 – Praça dos Girassóis, Palmas .....</b>                   | <b>195</b> |
| 6.1 Palmas, a última capital planejada do século XX .....               | 196        |
| 6.2 Praça dos Girassóis.....  | 205        |
| 6.3 A Praça dos Girassóis e a cidade – análise no nível global .....    | 216        |
| 6.4 A Praça dos Girassóis – análise no nível local.....                 | 222        |
| 6.4.1 Entorno imediato.....   | 222        |
| 6.4.2 Atributos configuracionais locais.....                            | 223        |
| 6.4.3 Pesquisa de campo e vistoria no local .....                       | 227        |

## Sumário



|   |            |
|---|------------|
| 6.5 Síntese dos achados.....                          | 236        |
| Capítulo 7 – Conclusões.....                          | <b>239</b> |
| 7.1 Compilação dos achados.....                       | 240        |
| 7.1.1 Conclusões sobre a Praça da Liberdade .....     | 240        |
| 7.1.2 Conclusões sobre a Praça Cívica .....           | 241        |
| 7.1.3 Conclusões sobre a Praça dos Três Poderes ..... | 242        |
| 7.1.4 Conclusões sobre a Praça dos Girassóis .....    | 243        |
| 7.2 Considerações finais .....                        | 245        |
| Referências Bibliográficas                            |            |



# Introdução

A investigação de quatro praças cívicas de novas capitais

Na introdução são apresentados o tema, o cenário, o enredo, as inquietações, os objetivos do estudo, a estruturação do trabalho e a sequência dos capítulos. .



# Introdução

A pesquisa procura investigar os atributos da configuração<sup>1</sup> de praças cívicas representantes de diferentes experiências urbanísticas brasileiras, resultantes do saber erudito e forjadas entre os fins do século XIX e do século XX, com foco em uma dimensão fundamental do espaço público – aquela relacionada à intensidade de uso e ocupação pelas pessoas. Para a análise, foram escolhidos os contextos de Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas, cujas praças cívicas são o ponto focal de experiências urbanas *ex-nihilo*, para cidades pretendidas como centros irradiadores regionais e/ou nacional, exprimindo em sua concepção transformações de princípios urbanísticos e mudanças nos conceitos de espaços públicos.

Os quatro assentamentos são cidades novas<sup>2</sup>, planejadas para se tornarem sede do poder político e administrativo<sup>3</sup>, caracterizados pelo destaque que seus planejadores deram aos espaços cívicos, sempre privilegiados na estrutura urbana. Suas praças cívicas se diferenciam das demais por representarem o ponto estratégico do poder político. Sobrepõem ao caráter comum a todas as praças (de local em que o contato entre pessoas se torna encontro, reunião, interação), aquele de espaço cívico, advindo da função de *locus* do poder administrativo.

Nessas novas capitais, a praça cívica aparece coincidentemente a cada três décadas (fim do século XIX, décadas de 1930, 1960 e 1990) e com configurações e dimensões completamente diferentes. Cada uma delas caracteriza-se como uma manifestação de

---

1 Configuração, neste estudo, corresponde à maneira pela qual as partes do sistema ou objeto se relacionam entre si, fundeando-se na maneira de articulação ou arranjo das estruturas internas componentes.

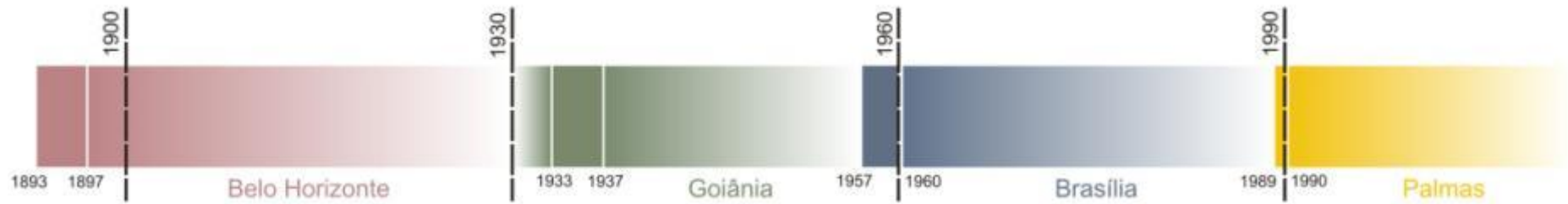
2 As novas capitais Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas já nascem norteadas pelos princípios do racionalismo e da modernidade, presentes nas reflexões, idealizações e intervenções que vão lastrear o desenvolvimento do urbanismo no Brasil. Esses princípios definem-se pela oposição a uma cidade antiga, colonial, que será necessário desconstruir e repropor a partir de eixos que vão priorizar a higiene, a estética, a fluidez (LEME, 1999, p. 120).

3 Enquanto Belo Horizonte, Goiânia e Brasília foram criadas com o propósito de transferência de antigas capitais de Estados e da Nação, Palmas supriu a demanda de uma capital para um estado recém-criado.

## Introdução



espacialidade urbana, expressando uma forma peculiar de ocupação, organização e apropriação do espaço próprio da nossa cultura urbana (CALDEIRA, 2007).



Linha do tempo das novas capitais após a República. Crédito: Ludmila Dias.

A Praça da Liberdade, na cidade de Belo Horizonte, inaugura em 1897 o recorte da pesquisa. Posteriormente, a praça de função cívica projetada para reunir edifícios do governo estadual/federal aparece nos planos das novas capitais<sup>4</sup> – Goiânia (1937) – Praça Cívica, Brasília (1960) – Praça dos Três Poderes e Palmas (1990) – Praça dos Girassóis.

---

4 A praça cívica também aparece no plano de remodelação ou renovação urbana de Boa Vista (1946), quando esta se torna capital do Estado de Roraima. Entretanto, apesar de Belo Horizonte, Goiânia, Boa Vista, Brasília e Palmas apresentarem uma praça cívica planejada no período republicano, essas cidades se diferenciam essencialmente quanto ao seu processo de criação e formação. Neste trabalho, são analisadas apenas as praças cívicas das novas capitais criadas *exnihilo* – Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas. Boa Vista é a cidade mais antiga do estado de Roraima, fundada em 1890. A partir de 1943 – ano do desmembramento do Estado do Amazonas e da criação do Território Federal do Rio Branco (Território Federal de Roraima a partir de 1962) – a cidade de Boa Vista torna-se capital, o que consolida a sua primazia como centro político-administrativo e econômico do estado. Boa Vista é então reestruturada, a partir de um projeto de remodelação ou renovação urbana, elaborado entre 1944 e 1946 pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, no governo de Êne Garcez dos Reis. A parte nova da cidade foi edificada a partir das bordas da cidade que já existia, o núcleo existente, portanto, foi mantido. O trabalho realizado por Derenusson envolveu um conjunto de tarefas e ações prévias, começando pelo levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral da vila e arredores, o recenseamento geral da população, a elaboração do Plano Diretor, do Plano Urbanístico e do Código de Obras (Cf. SOUZA, 2010). Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas são novas capitais criadas *exnihilo* – do nada ou a partir de coisa alguma – opondo-se ao processo da capital Boa Vista. O projeto de renovação urbana de Boa Vista foi implantado lentamente ao longo das duas décadas seguintes – o cronograma que previa a execução do projeto no período 1944-50 não foi cumprido, “o traçado radial concêntrico só foi ocupado em sua totalidade no final da década de 60” (VERAS, 2009, p.115) – enquanto as novas capitais criadas *exnihilo* levaram de três a quatro anos entre a concepção do plano urbanístico e a construção da nova cidade (ao menos parte significativa).

# Introdução



Belo Horizonte, 1893 -1897



Goiânia, 1933 -1937



Brasília, 1957 -1960



Palmas, 1989 -1990



Interpreta-se que a função de cidade administrativa se traduz no plano urbanístico dessas cidades pela presença da praça cívica, lugar revelador da atribuição original (sede do poder) dessas capitais e que concentra a estampa de monumentalidade. Ali se agrupam edifícios institucionais tornando-se “referências ponderáveis no panorama de um núcleo urbano” (MARX, 1980, p.81). São também espaço de convergência de um ou mais eixos viários importantes.

O centro do traçado de Goiânia, por exemplo, é a Praça Cívica, para onde convergem três grandes avenidas (Avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins). No projeto para Brasília, a Praça dos Três Poderes representa o espaço de maior conotação simbólica da cidade capital do país e compõe a ponta derradeira ou inaugural do Eixo Monumental. O marco da nova capital Palmas é a Praça dos Girassóis, aonde chegam as Avenidas Teotônio Segurado e Juscelino Kubitschek, cruz viária essencial do núcleo urbano.

Ao nosso estudo das praças – locais de convívio, essencialmente – interessam as expectativas relacionadas à interação social, que dizem respeito a um sistema de encontros e esquivanças, de concentração e dispersão de pessoas (HOLANDA, 2007). Tal interação, acredita-se, é possibilitada por certos tipos de configurações espaciais – ou seja, espaços públicos<sup>5</sup> cheios de gente ou desertos são associados a diferentes atributos morfológicos<sup>6</sup>.

O discurso que enseja a investigação dos atributos das praças cívicas é o de unir a análise global – que fornece informações sobre a posição do elemento em relação ao conjunto do espaço urbano – à análise local, voltada aos feições do espaço e à sua relação com o entorno imediato. A análise na dimensão global nos dá a medida de articulação das praças no tecido urbano, ao passo que a análise na esfera local permite-nos uma melhor caracterização desse espaço aberto quanto aos seus limites espaciais, dimensões de sua superfície, obstáculos ao movimento dos pedestres, aberturas (janelas, portas etc.) voltadas para a praça etc.

---

<sup>5</sup>Para este estudo, entende-se por espaço público todo aquele que é acessível a todas as pessoas e a qualquer momento, designado ou projetado para o uso cotidiano, cujas formas mais conhecidas são as avenidas, ruas, becos, travessas, largos, pátios, praças, parques e espaços afins que conformam a estrutura urbana não-privada.

<sup>6</sup>As formas dos espaços encontram-se indissociavelmente ligadas à apropriação e utilização dos mesmos e à vida comunitária dos cidadãos, na medida em que não são neutras nem descompromissadas, mas capazes de afetar certas expectativas sociais em relação ao espaço. Aqui tomamos a definição de HOLANDA (2007) ao entendermos que a arquitetura é lugar usufruído como meio de satisfação de expectativas funcionais, bioclimáticas, econômicas, sociológicas, topoceptivas, afetivas, simbólicas e estéticas, em razão de valores que podem ser universais, grupais ou individuais.

Considerando as premissas apresentadas, partimos de alguns questionamentos para o desenvolvimento da pesquisa, a saber:

- a. **Será que todas as praças cívicas de nossas novas capitais apresentam urbanidade? Qual dos paradigmas – urbanidade ou formalidade<sup>7</sup>– prevalece em cada uma delas?**
- b. **Na caracterização das praças como espaço onde predomina a urbanidade ou a formalidade, qual o desempenho dos atributos globais e locais?**
- c. **O processo de surgimento de novas centralidades e a perda do potencial atrativo das áreas centrais (o chamado processo de “decadência” dos centros antigos) afeta os espaços analisados?**

A hipótese assumida é de que todas as praças cívicas originalmente foram concebidas numa destacada posição configuracional, entretanto, ao longo do tempo, houve uma progressiva perda das qualidades morfológicas. Assume-se uma maior utilização cotidiana e diversificada na Praça da Liberdade e na Praça Cívica (acredita-se na existência de alguns atributos locais semelhantes entre ambas) e menor nas Praças dos Três Poderes e dos Girassóis (acredita-se na existência de alguns atributos locais que se aproximam em ambas). Isto nos inclina a pensar que a urbanidade prevalece nas duas primeiras e que os atributos locais são predominantemente responsáveis pelos diferentes desempenhos das praças.

Sobre a perda das qualidades morfológicas, avoca-se relação com o processo de surgimento de novas centralidades, possivelmente responsáveis que esses espaços simbólicos percam a posição hierárquica na malha urbana de alguma maneira, já que em algumas das capitais analisadas, parte ou toda a estrutura administrativa estadual ou municipal está deixando essas praças e seu entorno e sendo implantada em áreas de ocupação recente – em Belo Horizonte (Cidade Administrativa) e Goiânia (Paço Municipal).

---

<sup>7</sup>A urbanidade como atributo social é a arte da convivência entre as diversidades, do convívio entre pessoas de diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, dentro das normas de civilidade. Quando os atributos configuracionais do espaço possibilitam/favorecem esse convívio de pessoas, há urbanidade arquitetônica, uma potencialidade que pode ou não ser explorada/aproveitada. Pelo contrário, os atributos configuracionais que pertencem ao paradigma da formalidade dificultam o contato visual e interpessoal, e não favorecem o encontro.

## Introdução



No que se refere aos procedimentos metodológicos, serão adotados para a investigação, além da abordagem historiográfica e do levantamento de variáveis advindas da observação ou coleta de dados empíricos, as ferramentas que permitem interpretar as relações entre os elementos componentes de tais estruturas urbanas. Para isto, emprega-se a Teoria da Sintaxe Espacial, ou Teoria da Lógica Social do Espaço<sup>8</sup>, proposta por Bill Hillier e colegas da *Bartlett Faculty of Built Environment/ University College London*, nos anos 1970.

Para a partição dos capítulos, a pesquisa está estruturada em duas partes, uma teórica e conceitual e outra analítica – dedicada à análise de cada uma das praças cívicas. Na primeira parte estão os dois primeiros capítulos. O capítulo 1 é dedicado à problematização, à discussão do enfraquecimento da vida pública, à conceituação do espaço público aberto e da praça e à trajetória das praças cívicas brasileiras. No segundo capítulo são enfatizados os aspectos teóricos, metodológicos e técnicos. São apresentados o ferramental de leitura e representação do espaço da Teoria da Sintaxe Espacial e os conceitos que relacionam a intensidade de uso aos atributos configuracionais do espaço – os paradigmas da urbanidade e formalidade.

Aos exemplares de praça cívica analisados é dedicado um capítulo para cada, em que se faz uma abordagem historiográfica do projeto das novas capitais, seus princípios urbanísticos, seu traçado e a proposta inicial para as praças cívicas. A seguir, cada praça cívica é apresentada em sua situação atual e analisada nos níveis global (sua inserção urbana) e local (seus atributos configuracionais), explorando aspectos como usos na praça e no entorno, presença e ausência de pessoas etc. Algumas variáveis são sistematizadas por meio de desenhos e mapas<sup>9</sup>.

---

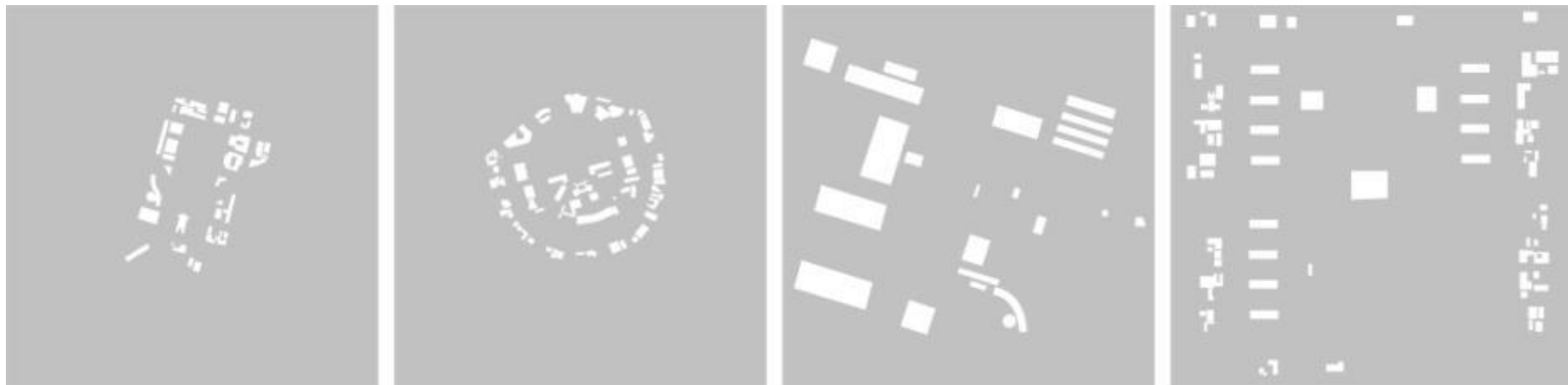
<sup>8</sup>A Teoria da Sintaxe Espacial, ou Teoria da Lógica Social do Espaço, é amparada pelos pensamentos sistêmico e estruturalista e deriva da preocupação que, segundo HILLIER e HANSON (1997, p. 01.3), '[...] as teorias [em arquitetura] tem sido extremamente normativas e pouco analíticas'. Propõe-se que no lugar de postular uma fórmula e tentar a qualquer custo encaixá-la em edifícios e cidades, deveríamos estudar o fenômeno à exaustão, e procurar encontrar propriedades gerais dos esquemas relacionais a ele associados. A abordagem contempla técnicas de entendimento e representação do espaço, gera subsídios que permitem ao pesquisador investigá-lo do ponto de vista das articulações urbanas, descreve possibilidades de interação e contatos a partir de possíveis fluxos diferenciados de pessoas ou veículos. Equivale à exploração dos espaços ou vazios deixados pelos cheios na cidade ou no edifício" (Cf. MEDEIROS, 2006).

<sup>9</sup>Utilizamos o mapa axial da cidade, o mapa axial de pedestre e o mapa de visibilidade, que são analisados por meio de aplicativos que calculam matematicamente atributos numéricos para cada elemento do sistema, a partir da noção de potencial de movimento. O mapa axial é uma forma de representação configuracional que revela a acessibilidade da trama urbana por meio de uma escala cromática, o que facilita a interpretação das relações de permeabilidade e movimento. Os mapas e as variáveis coletadas em campo são utilizados com a finalidade de definir o grau de urbanidade e de formalidade de cada praça.

## Introdução



Como conclusões são realizadas comparações que apontam as principais diferenças entre as praças analisadas (projeto, dimensões, uso, acesso, delimitação, integração como entorno e articulação com o tecido urbano), responsáveis por um maior ou menor grau de urbanidade em cada uma delas.



# Capítulo 1

## Premissas

O capítulo é destinado inicialmente à discussão das transformações no espaço público e conseqüente enfraquecimento da vida pública. Conceitua o espaço público aberto e define as características inequívocas da praça. Apresenta, ao fim, um breve histórico de formação das praças cívicas brasileiras.



# Capítulo 1- Premissas

## 1.1 As transformações no espaço público e o enfraquecimento da vida pública

O espaço urbano como tradutor por excelência das transformações na sociedade – sobretudo através das diferentes configurações que ele apresenta ao longo do tempo – remodela-se sempre para atender a novas expectativas sociais. A partir do capitalismo industrial, o espaço urbano se modifica com a priorização da circulação de veículos, o que desencadeou a perda crescente do espaço efetivo de circulação para pedestres. O pedestre depara-se com áreas cada vez menores para sua movimentação e com um espaço público cada vez menos acolhedor.

As inquietudes causadas pelas transformações no espaço urbano provocaram, a partir da segunda metade da década de 1980, o surgimento de numerosos estudos e debates a respeito do espaço público e discussões em torno das transformações do espaço e da vida urbana – dos quais muitos tiveram como suporte críticas realizadas ainda na década de 1960.

Jane Jacobs escreveu seu livro em crítica às práticas urbanísticas em voga nos Estados Unidos, em meados da década de 1960, cujas origens a autora identificava nas propostas de Ebenezer Howard e suas cidades-jardins (1898), nas ideias contidas na *Ville Radieuse* (1935) de Le Corbusier e, em menor grau, o movimento *City Beautiful* (1893) ideado por Daniel Burnham. O livro é centrado nos atributos necessários para a vitalidade de um bairro, uma cidade, ou metrópole.

Ao relacionar as atividades urbanas e os seus espaços, JACOBS (1961) procura mostrar com muitos exemplos e argumentos que o convívio entre as distintas funções urbanas – morar, trabalhar, passear, comprar, conviver, circular e tantas outras – é a base da vitalidade urbana. O convívio conflituoso dessas funções pode ser mais vital para a cidade que a supressão das distinções e a monofuncionalidade. A autora cita ainda outros atributos espaciais que também destroem a vitalidade urbana, como o mau equacionamento do convívio entre automóvel e pedestre, calçadas mal qualificadas, parques segregados, ruas mal iluminadas, quarteirões muito longos, falta de definição entre espaços públicos e privados e o excesso de espaços residuais.



A vitalidade urbana herdada do período pré-industrial é afetada pelo urbanismo moderno, como constatou JACOBS (1961). A nova escala urbana configura vias expressas, viadutos, elevados, amplas praças e edificações monumentais, desmontando o referencial do pedestre(**figura 1**). A rua torna-se exclusivamente espaço de circulação, o espaço público vai perdendo sua vitalidade à medida que as pessoas buscam espaços mais intimistas, excludentes e vigiados(**figura 2**) – de algumas formas, o medo e a insegurança passam a dominar a vida urbana. Para SENNETT (1998, p. 26), o domínio público vai sendo esvaziado.

Surgem, na arquitetura, edifícios de grande altura em que o térreo não abriga diversidades de usos, apenas a passagem para o interior; paredes de vidro que embora permeáveis visualmente (ou não, quando protegidas por películas) são barreiras que isolam o interior e o exterior (confundem-se a estética da visibilidade e o isolamento social); e edifícios que não estabelecem nenhuma relação com seu entorno. No espaço urbano, pátios públicos ou praças públicas são protegidos por cercas ou estão a alguns metros acima do nível da rua, isolando a área de incursões acidentais ou simplesmente de pessoas que passeiam pela rua. Todas estas ações projetuais resultam na inércia do espaço público, numa área pública morta. SENNETT (1998, p. 28) destaca ainda que a “supressão do espaço público vivo contém uma ideia ainda mais perversa: a de fazer o espaço contingente às custas do movimento”, ou seja, destinar o espaço público somente à passagem ou circulação e não à permanência.

Ao estudar a experiência norte-americana, SENNETT (1998) conclui que o fenômeno de buscar cada vez mais a companhia dos semelhantes deriva da relutância em olhar profunda e confiantemente para o outro. E descobriu que, quanto mais as pessoas se isolam nas comunidades muradas feitas de homens e mulheres semelhantes a eles



**Figura 1-** Atributos do urbanismo moderno, como a priorização da circulação dos automóveis e do vazio, estão presentes em Brasília. Crédito: Ludmila Dias.



**Figura 2-** O espaço de lazer e compras “Open Mall” em Jurerê Internacional - Florianópolis, é excludente e vigiado, além de segregador. É um espaço que apresenta pouca vitalidade. Crédito: Ludmila Dias.



mesmos, menos são capazes de lidar com os estrangeiros ou diferentes; e quanto menos são capazes de tratar com estes, mais têm medo deles. Por isso, procuram cada vez mais avidamente a companhia de seus semelhantes. E este é, como destaca BAUMAN (2009, p. 85), um “círculo vicioso que não se consegue romper”.

Essa fase de medo e insegurança na cidade, inaugurada no século XX, indica um crescente isolamento das áreas residenciais e dos espaços frequentados pelo público – surgem cada vez mais espaços murados que constituem enclaves na cidade e que se tornam comercialmente atraentes para os clientes e construtores. As soluções para o medo e a insegurança na cidade, vendidas aos clientes, como os condomínios fechados/ vigiados, e outros espaços vedados criados pelos arquitetos, na realidade intensificam a necessidade de isolamento e conseqüentemente, a demanda que afirmam satisfazer.

A arquitetura do medo e da insegurança – uma arquitetura hostil, cujo aspecto é semelhante ao de uma fortaleza, com suas guaritas e seus ornamentos provocadores e caros – se espalha pelo espaço público das cidades e o transforma em áreas extremamente vigiadas. Alguns dispositivos também são utilizados para afastar desocupados, mendigos e toda a sorte de os usuários dificultando a permanência nesse espaço, como por exemplo, a eliminação de bancos e áreas cobertas.

BAUMAN (2009) conclui que seria mais favorável à proteção e ao cultivo de sentimentos mixófilos<sup>10</sup> – no planejamento arquitetônico e urbanístico – a estratégia oposta: a difusão de espaços públicos abertos, convidativos, acolhedores, que todo tipo de cidadão teria vontade de frequentar assiduamente e compartilhar voluntariamente e de bom grado. Espaços que não se rendem à “ambiçãõ modernista de anular as diferenças e à tendência pós-moderna de cristalizá-las por meio da separaçãõ e do estranhamento recíprocos”. Do contrário, o autor alerta que teremos um espaço público cada vez mais reduzido a um espaço inutilizável, residual e árido.

GEHL et al. (2003) também atentam para a necessidade de se projetar cuidadosamente o espaço urbano de modo a convidar às caminhadas, ao ciclismo e à permanência – encorajando as pessoas a se reunirem nesses espaços, fortalecendo a vida comum na

---

<sup>10</sup>Para o autor, a cidade é uma experiência ambivalente: atrai e afasta. Os mesmos aspectos da vida na cidade que atraem, alternadamente, repelem. Assim, BAUMAN (2009) define que a mixofilia (atração pelo diferente) é induzida simultaneamente à mixofobia (repulsão).



cidade. Visto numa perspectiva histórica, os autores defendem que o espaço urbano tem servido sempre para três funções vitais – “espaço de encontro, espaço de mercado e espaço de conexão”.

Como espaço de encontro, a cidade tem papel na troca de informações de todo tipo. Como espaço de mercado, a cidade é lugar de trocas comerciais de bens e serviços. E finalmente, o espaço público possibilita o acesso e as conexões entre todas as funções da cidade. “Hoje como antes, facilitar o encontro entre pessoas é a função coletiva mais importante da cidade” (GEHL et al., 2003, p. 15). Numa sociedade onde conceitos como democracia, diversidade e segurança são considerados importantes, o uso não restringido do espaço urbano deve ser enaltecido.

O espaço urbano quando compartilhado permite experiências trocadas entre seus habitantes, facilita o encontro, as convivências agradáveis, as comunicações e a reunião. Como consequência, alimenta a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender das cidades – seus maiores atrativos, motivos pelos quais o “ar da cidade” era considerado libertador (BAUMAN, 2006, p.64). A diversidade de pessoas, de atividades, de ideias etc., no espaço público, torna possível integrar sem anular as diferenças – do contrário, “retirar-se do espaço público e se refugiar em ilhas de uniformidade é um obstáculo para viver com a diferença e enfraquece diálogos e pactos” (BAUMAN, 2006, p.70).



**Figura 3- Espaço público aberto, lugar do convívio – Largo Glênio Peres, Porto Alegre.**  
Fonte: Project for PublicSpaces.



**Figura 4- Brasília, Setor de Diversões Norte.**  
Fonte: Sedhab - GDF.

## 1.2 O espaço público aberto e a praça

Ao tratarmos de espaços públicos, remetemo-nos aos espaços urbanos em sua maioria abertos<sup>11</sup> e acessíveis a todas as pessoas e a qualquer momento, designados ou projetados para o uso cotidiano, cujas formas mais conhecidas são as avenidas, ruas, becos, travessas, largos, pátios, praças, parques e espaços afins que conformam a estrutura urbana não privada. Para definir com mais acuidade, citamos BAUMAN (2009, p. 69-70):

*Um espaço é público à medida que permite o acesso de homens e mulheres sem que precisem ser previamente selecionados. Nenhum passe é exigido, e não se registram entradas e saídas. [...] Trata-se em outras palavras, de locais onde se descobrem, se aprendem e sobretudo se praticam os costumes e as maneiras de uma vida urbana satisfatória.*

O espaço público é o lugar que “reconhecendo o valor criativo das diversidades e sua capacidade de tornar a vida mais intensa, encorajam as diferenças a empenhar-se num diálogo significativo” (BAUMAN, 2009, p.21). Sendo o lugar das diversidades, ali acontece convívio entre pessoas de diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, dentro das regras da civilidade (**figuras 3 e 4**). É o ponto da sociabilidade, “a *mise-en-scène* da vida pública em que se exercita a arte da convivência” (GOMES, 2002). Mas, como conferir alguma qualidade material a esse espaço?

Definições e atuais discussões sobre o conceito de espaço público no âmbito jurídico ou filosófico promovem uma espécie de evaporação da realidade física do espaço em si, pois deixam o espaço público “fora do espaço” e passam a não refletir sobre a cidade real, concreta (BLANC, 2008). A simples e habitual definição do espaço público que se dá em oposição ao espaço privado – no que se refere ao seu uso e caráter jurídico – não é suficiente para conferir alguma qualidade material a esse espaço (HUET, 2001).

---

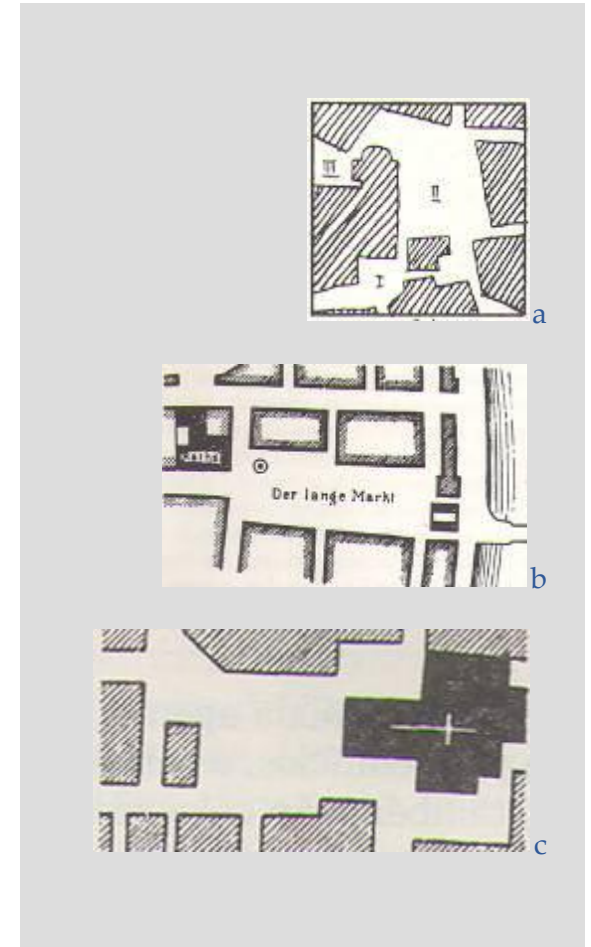
<sup>11</sup>Os espaços públicos abertos são entendidos aqui como aqueles de acesso irrestrito e ao ar livre. Até o século XIX, o acesso público a edifícios como igrejas, templos, mesquitas, bazares, teatros, universidades etc. sofria certas restrições, impostas pelos encarregados por sua manutenção ou pelos proprietários. Os verdadeiros espaços públicos eram abertos, estavam quase sempre ao ar livre. A revolução industrial, a aceleração e a massificação dos sistemas de produção e distribuição, conduziram à construção de espaços públicos fechados: mercados cobertos, pavilhões de exposição, centros comunitários, estações ferroviárias e de metrô ou ônibus, entre outros edifícios (Cf. HERTZBERGER, 1999, p. 68).



Atrás de cada palavra que denomina os espaços públicos abertos da cidade – tal como rua, avenida, alameda, praça, parque, pátio, beco etc. – estão suas respectivas características inequívocas, insubstituíveis, aquelas que lhe dão seu significado milenar e que permanecem, apesar de variações em seu formato ou em seus elementos constitutivos.

A praça, especificamente, é um espaço público aberto que se destaca no tecido urbano por apresentar uma organização espacial particular – excluídas certas interpretações contemporâneas<sup>12</sup>. Primeiramente, a praça é um elemento apreensível por contraste – algo aberto, um vazio, em contraposição ao cheio que o cerca. TENÓRIO (2009) reforça que este vazio não só é evidenciado por sua proximidade com o cheio, mas é indissociável dele – um vazio no meio de um vazio circundante não é, portanto, praça: o contraste não se estabelece. O vazio também é delimitado pelo cheio circundante, então, o vazio é finito e possui limites inequívocos que não são arestas: são planos, pertencem a elementos construídos – normalmente edifícios – que são tridimensionais.

Chegamos, portanto, à definição assumida neste estudo de que o espaço da praça é tridimensional. Possui comprimento, largura e altura – a altura dos planos limítrofes, de acordo com a percepção do indivíduo. Um vazio sem limites tridimensionais que o configurem não tem existência tridimensional, logo, não é praça. Para mostrar como o



<sup>12</sup>TENÓRIO (2009), baseada na ideia de que os padrões de configuração de uma praça foram determinados historicamente e constituem sua essência, denuncia que o termo praça vem sendo utilizado indevidamente (ainda assim, sem perder seu significado). A autora se refere aos muitos espaços projetados atualmente que pouco ou nada possuem das características fundamentais de uma praça, utilizando o termo entre aspas. As “praças” não possuem as características necessárias destacadas para serem reconhecidas em qualquer lugar como uma praça. Tomando como referência um livro recente da editora Monsa, de Barcelona, chamado Mini Praças (Mini Plazas, 2008), a autora exemplifica duas “praças”: uma rotatória de tráfego elevada do chão com iluminação por baixo e uma cobertura de um edifício feita de laje impermeabilizada, na qual foram pintados círculos concêntricos em dois tons de azul. Essas “praças” entre aspas são criadas como cenários, são voltadas para si mesmas, ignorando os limites que são a própria viabilização da sua existência.





cheio circundante (que é a cidade) evidencia, limita e configura o vazio (que é a praça), TENÓRIO (2009) destaca plantas de cheios e vazios que são recurso de representação recorrente na obra de autores que estudam praças, e que permitem ilustrar contraste, forma e dimensões em planta (Figura 5).

Segundo, a praça tem uma destinação. MARX (1980), ao explicitar o significado e a origem das praças brasileiras, expõe equívocos conceituais entre praças e jardins públicos, os quais têm implicado um uso da praça mais para atividades de ócio e de lazer contemplativo do que de outra natureza – atividades essas que são destinação primeira de um jardim público. ALEX (2008, p. 277) nos atenta para fato de o paisagismo atual enfatizar o verde e a recreação, eliminando as funções definidoras da praça – como acesso livre, uso múltiplo, boa integração com o entorno e articulação com o tecido urbano (figura 6) – e reduzindo seu caráter de espaço público.

TENÓRIO (2009) investiga definições que preconizam destinações à praça, tais como: a) lugar onde os habitantes da urbe podiam desenvolver atividades como festas pátrias, manobras militares, comemorações religiosas onde ficariam os edifícios públicos e igrejas (MORRIS, 1998, apud TENÓRIO, 2009); b) o espaço público aberto que, historicamente, acolheu estruturas de compra e venda, onde contatos e trocas se davam; c) o lugar que acolhia os principais papéis urbanos além do comercial, o municipal e o religioso (KATO, 1993); d) o lugar que tem como exemplos de seu caráter cívico, a ágora, onde o povo realizava suas assembleias, onde o mercado se instalava e era ainda um centro religioso e o fórum, praça pública dos romanos, destinava-se a reunião e debates (HOUAISS e VILLAR, 2001); e) espaço de necessidade vital e primeira grandeza, na medida em que ali tinha lugar uma grande parte da vida pública (SITTE, 1992); f) o coração da cidade, o elemento que faz de uma comunidade uma



Figura 5-Representações de praças em a. KRIER (1981, p.42); b. ZUCKER (1959, p.90); c. SITTE (1992, p.40 – edifício religioso em destaque); d. CULLEN (1983, p.109), e. GEHL e GEMZOE (2002, p.88 – planta complementar representando o efetivo espaço destinado a pedestres), f. KATO (1993, p.50), apud TENÓRIO, 2009.



comunidade, e não apenas um agregado de indivíduos (ZUCKER, 1959); f) “unidades urbanísticas fundamentais” (LEITÃO, 2002), e chegam a ser imprescindíveis na cidade, pelo papel que desempenham na vida social de seus habitantes.

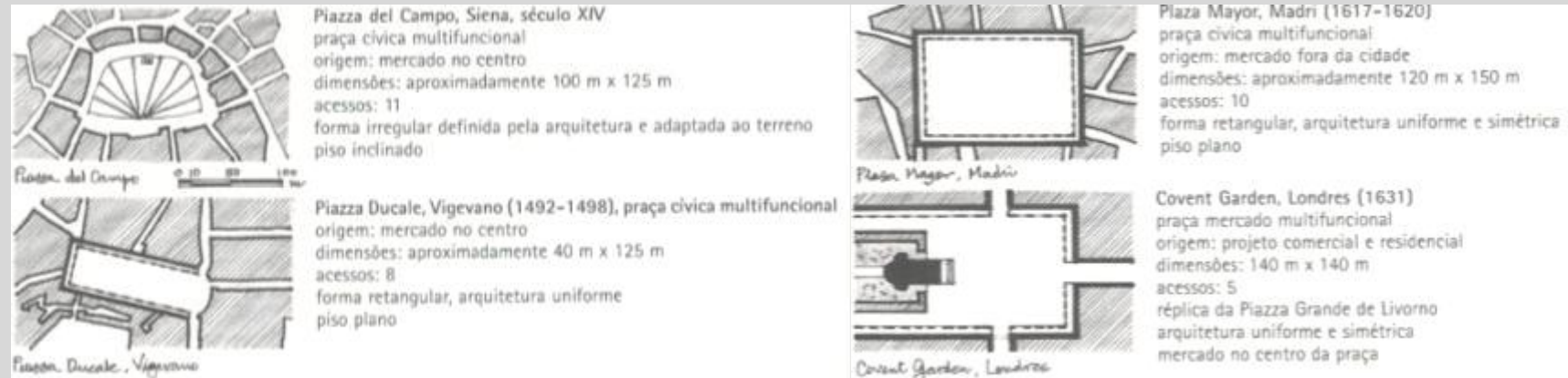


Figura 6-Representações de praças identificadas por Sun Alex como centros sociais multifuncionais, caracterizados por vazios delimitados e definidos pela arquitetura (sensação de fechamento espacial) e por múltiplos acessos – Piazza de Campo de Siena, Piazza Ducale de Vigevano, Plaza Mayor de Madri e o Covent Garden de Londres. Fonte: ALEX, 2008, p.60.

Conclui-se, portanto, que a praça admite uma multiplicidade de usos urbanos, sendo lugar para a realização de várias de nossas práticas cotidianas. Sua destinação maior é ser lugar de encontro e concentração de fluxos urbanos, de interação entre os habitantes da cidade, mesmo que através do contato interpessoal ou meramente visual. SENNETT (1998, p. 26) resume a natureza de uma praça pública com a natureza de mesclar pessoas e diversificar atividades. Simultaneamente uma construção e um vazio, a praça não é apenas um espaço físico aberto, mas também um lugar de convívio social, que para cumprir com seu papel está inserida na cidade de maneira integrada ao seu entorno e bem articulada ao tecido urbano (ALEX, 2008, p.23).





### 1.3 A praça cívica

*As praças cívicas, diante de edifícios públicos importantes, são raras entre nós. São exceções. Nem sempre nossas câmaras municipais ou nossas sedes de governo tiveram prédio próprio; frequentemente se instalaram em casas alugadas, mudando muitas vezes, como se fossem nômades da cidade. E quando o esforço comum erguia uma construção para esse fim, era pouco provável que se situasse num ponto condigno, como uma praça que acolhesse os cidadãos, valorizasse o significado do prédio ou tirasse partido de seu projeto arquitetônico mais elaborado. (MARX, 1980, p. 50.)*

Uma revisão na literatura dedicada ao estudo dos tipos das praças mostra que há dois grupos: primeiro o grupo dos estudos que se concentram na configuração, e segundo, os que se direcionam para a investigação da mudança do uso ou função das praças (MELIK, 2008).

Adotando a primeira abordagem, MANUEL TEIXEIRA (2001, apud CALDEIRA, 2007) avalia que no Brasil as primeiras praças geometrizadas surgem no século XVI, vinculadas a espaços religiosos, afirmando seu rigor formal ao longo dos séculos XVII e XVIII. Paulatinamente, as praças recebem tratamento especial, assumindo escalas compatíveis com sua importância simbólica e constituem pontos focais urbanos, possibilitando maior riqueza de perspectivas a partir dos edifícios que as limitam<sup>13</sup>.

Filiando-se ao segundo grupo, CALDEIRA (2007) analisa a trajetória da praça brasileira atrelada ao desenvolvimento dos processos urbanísticos no nosso território e propõe-se a investigar o caráter simbólico da praça<sup>14</sup> nos diversos momentos de ruptura e

---

<sup>13</sup>A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios e acolhia os frequentadores” (MARX, 1980, p. 50).

<sup>14</sup>A Praça Tiradentes, de Ouro Preto; a Praça XV, no Rio de Janeiro; e a Praça dos Três Poderes, em Brasília, retratam notadamente esse universo simbólico da praça. Para CALDEIRA (2007), são espaços síntese da memória urbana, pois contam a própria história dessas cidades.



mudança estrutural no desenho da cidade. A análise da autora perpassa a apropriação pela sociedade de tal espaço e a concepção configuracional das praças – em particular, a mudança da constituição espontânea do espaço (praça) para o espaço projetado.

Ambas as visões revelam características que acompanham o desenvolvimento de novos tipos em função de sua adequação às mudanças que ocorrem na sociedade.

Do século XVII adiante, a praça brasileira vai adquirindo o papel de gerador do traçado e passa a ser concebida como “centro simbólico, funcional e formal da cidade”, onde se implantam os principais edifícios institucionais– nomeadamente a Casa de Câmara e Cadeia, a Santa Casa de Misericórdia e a Igreja Matriz. Essas edificações importantes articulam-se à geração de um espaço livre destinado à aglomeração popular e à reunião cívica – as funções administrativas se concentram em locais específicos, conferindo às ruas as funções de ligação e acesso a esses pontos principais. O padrão de configuração das praças em geral dava-se então, a partir das edificações do seu entorno, elas eram configuradas pelo casario ao seu redor. Podemos inferir que nesse momento aparecem as primeiras composições espaciais que originam nossas praças cívicas (CALDEIRA, 2007).

A primeira praça cívica do Brasil foi a Praça Municipal de Salvador(**figura 7**). Segundo Marx (1980, p. 51):

*Voltada pro mar, a cavaleiro do porto, reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega. No centro da nova cidade projetada, marcava urbanisticamente o seu caráter de capital. É conhecida de todos por estar servida pelo elevador Lacerda [...]. Ela é a antecessora da atual Praça XV de Novembro no Rio, que aliou a igreja que serviu de catedral ao paço dos governantes da colônia e do Império, embora não tivesse sido para isso concebida, assim como, da Praça dos Três Poderes, que hoje reúne no coração do país os principais edifícios da República. [...] São logradouros que transcendem o uso e o significado local, interessando a todos nós. Cumpre entendê-los, respeitá-los, recuperá-los, defendê-los.*



Figura 7-Praça Municipal de Salvador. Para SITTE (1980, apud CHOAY, 1998), “cada cidade, por menor que fosse, poderia orgulhar-se de uma praça bela e original, se todos os edifícios importantes estivessem ali reunidos como numa exposição em que um valorizasse o outro”. Nesta foto: Câmara dos vereadores, Palácio Rio Branco e Elevador Lacerda. Fonte:<http://picasaweb.google.com/lusitanameister/ESTBahiaBR#5169750720899432338>

Assim como a Praça Municipal de Salvador e a Praça XV de Novembro do Rio de Janeiro, outros espaços de desenhos diferentes se assemelham por reunirem prédios públicos importantes e transcenderem o uso e o significado local. MARX (1980) destaca dois espaços cívicos notáveis em Minas Gerais – o Largo de São Francisco em Mariana(**figura 8**), que reúne a Casa de Câmara e Cadeia e as duas igrejas das irmandades mais importantes da época; e a Praça Tiradentes em Ouro Preto(**figura 9**), que ilustra o confronto entre o poder da elite local através do palácio municipal, hoje Museu da Inconfidência, e o poder



Figura 8-Logradouro público por excelência, a praça brasileira deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. Adro da Igreja São Francisco de Assis em João Pessoa. Fonte: [http://www.joaopessoaconvention.com.br/v2009/?p=ponto\\_turistico](http://www.joaopessoaconvention.com.br/v2009/?p=ponto_turistico).



Figura 9-Praça Tiradentes, Ouro Preto. Fonte: <http://jpviagenscaminhos.blogspot.com/2010/12/ouro-preto-mg.html>



metropolitano, representado pelo paço dos governadores. “Uma, singela e harmônica, compondo um dos mais belos espaços públicos do Brasil, à altura de uma capital que não vingou. A outra, grandiosa e dramática, palco da capital de fato, espelhando as contradições da cidade e da sociedade de que foi o foco cristalizador” (MARX, 1980, p. 51).

O segundo momento de formação de nossas praças cívicas, conforme define CALDEIRA (2007), ocorre no período de consolidação das capitais estaduais, após a proclamação da República, com a implantação do aparato político-institucional – Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Secretarias, Assembleias. Essas praças são espaços do poder republicano, quase sempre se baseiam na estética francesa, explorando a composição cênica de jardins distribuídos geometricamente com grandes perspectivas visuais. A Praça da Liberdade (**figura 10**), na cidade de Belo Horizonte, é a mais importante desse período que se inicia no fim do século XIX, pois é um espaço republicano que introduz novos princípios urbanísticos, advindos do padrão paisagístico europeu e das práticas cotidianas burguesas, como a valorização de espaços ajardinados. Posteriores à Praça da Liberdade, as outras praças cívicas planejadas junto ao plano de novas capitais são a Praça Cívica (**figura 11**) de Goiânia (1933), a Praça dos Três Poderes (**figura 12**) de Brasília (1957) e a Praça dos Girassóis (**figura 13**) de Palmas (1989).



Figura 10-Praça da Liberdade. Fonte: [http://farm1.static.flickr.com/178/409065152\\_8990bfe9f1.jpg?v=0](http://farm1.static.flickr.com/178/409065152_8990bfe9f1.jpg?v=0). Figura 11-Praça Cívica. Fonte: <http://www.anpoll.org.br/eventos/enanpoll2008/goiania.php>. Figura 12-Praça dos Três Poderes. Fonte: Sedhab - GDF. Figura 13- Praça dos Girassóis. Fonte: Arquivo fotográfico da Secretaria de Comunicação de Palmas, SECOM- fotógrafo Márcio Di Pietro.



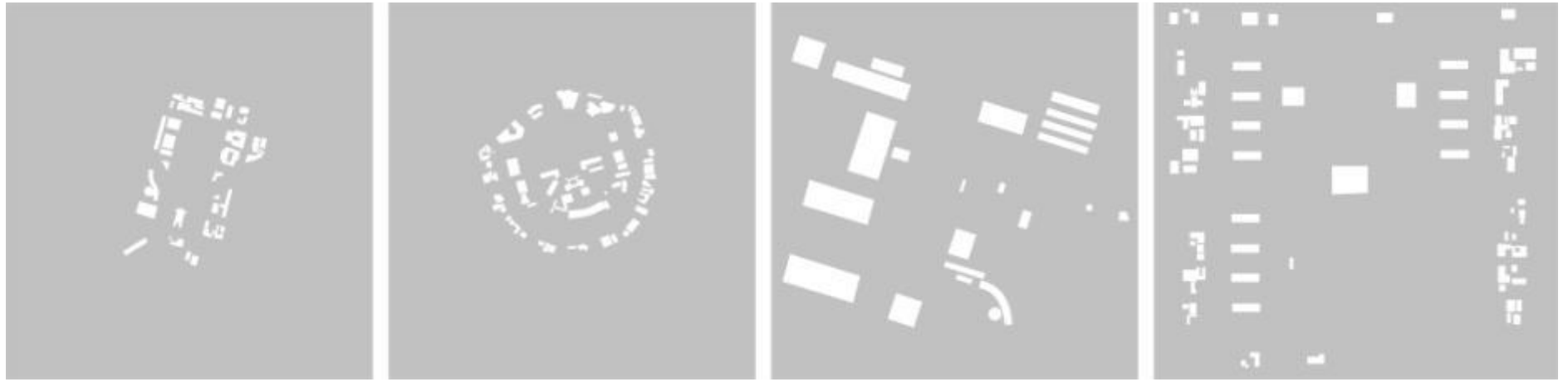
## 1.4 Consolidando princípios

Vimos que, a partir do urbanismo moderno, o espaço público sofre muitas transformações que provocaram a diminuição da vitalidade desse espaço. A supressão do convívio entre diferentes funções urbanas, a priorização da circulação do automóvel, lugares que desmontam o referencial do pedestre, o medo e a insegurança na cidade, o aumento dos enclaves urbanos, dentre outros, são fatores que contribuem para o esvaziamento do domínio público.

A despeito disso, a função principal da cidade continua sendo promover o encontro e o espaço público é o lugar onde o encontro acontece, o lugar do convívio entre pessoas de diversos segmentos, com expectativas e interesses variados. Mas esse espaço público possui qualidades materiais e características inequívocas e não é definido somente pela oposição entre o uso privado e o uso público.

No caso da praça, a primeira característica inequívoca é que sua definição se dá através do contraste entre o vazio e o cheio circundante, ou seja, ela possui limites tridimensionais, suas “paredes” são as fachadas dos edifícios que a cercam. Em segundo lugar, a praça sempre apresentou ao longo dos tempos alguma destinação além do ócio ou do lazer contemplativo, usos múltiplos, boa integração com o entorno e articulação com o tecido urbano. A praça é lugar para a realização de várias das nossas práticas cotidianas e sua destinação maior é ser foco de encontro e interação entre pessoas diferentes.

Partindo dessas premissas, investigaremos quais seriam as implicações das transformações no espaço público na intensidade de uso e ocupação das praças cívicas analisadas – verificando de forma mais exata o referido declínio do uso do espaço público e a correspondência efetiva do papel das praças como espaços relacionais, a partir da visão configuracional.



# Capítulo 2

## Aspectos teóricos, metodológicos e técnicos

A apresentação da Teoria da Lógica Social do Espaço, dos procedimentos metodológicos e do ferramental utilizado na análise é o foco do capítulo. São apresentados os paradigmas da urbanidade e da formalidade, cujos conceitos são comprometidos com as implicações que as configurações dos lugares trazem para o convívio das pessoas neles. Finalmente são destacadas duas problemáticas urbanas atuais importantes para a análise da vitalidade do espaço público: o surgimento de novas centralidades associadas à decadência dos antigos centros e a frágil relação entre a cidade e seus espaços públicos.



# Capítulo 2 – Aspectos teóricos, metodológicos e técnicos

## 2.1 A leitura da estrutura urbana apoiada na Teoria da Lógica Social do Espaço

Significativa pesquisa empírica no campo da Teoria da Lógica Social do Espaço ou Sintaxe Espacial reforça a relação entre a integração<sup>15</sup> e o uso do espaço. AZIMZADEH et al. (2004) sustentam que a inteligibilidade<sup>16</sup> do complexo contínuo de espaços públicos das cidades (malha urbana) é baseada principalmente em diferenças topológicas<sup>17</sup>. Essas diferenças topológicas não podem ser visíveis diretamente nesses espaços, mas exploradas através do movimento (da circulação) no complexo e experimentadas a partir dos padrões de conexão entre os espaços. Os autores analisam a inteligibilidade concernente à malha urbana e também como um espaço público é acessível em relação ao outro, fazendo a distinção de subáreas no contexto da cidade. O padrão de integração local, isto é, de acessibilidade viária local dos espaços constituintes dessas subáreas são então correlacionados com sua posição global<sup>18</sup> – oferecendo um panorama diferenciado da relação parte x todo. A partir de seus estudos, os autores concluem que o crescimento bem integrado do sistema urbano favorece a inteligibilidade.

---

15 A integração é uma medida que traduz o potencial de atração de fluxos e movimento de determinado eixo ante o complexo urbano. Espaços bem integrados estão diretamente ligados a eixos mais acessíveis e permeáveis dentro do complexo urbano, eixos de onde mais facilmente se chega aos demais.

16 A inteligibilidade é uma medida produto da correlação entre a conectividade das linhas e os potenciais de integração. Se um sistema apresenta poucas linhas globais, menor a probabilidade de ser inteligível, pois a relação global-local é comprometida tendo em vista a dificuldade em se apreender o sistema em sua inteireza (MEDEIROS, 2006).

17 A topologia é o estudo de relações espaciais que independem de forma e tamanho, ao passo que a geometria é a descrição direta dos elementos físicos componentes quanto às dimensões, proporções, escalas etc. (MEDEIROS, 2006).

18 Em estudos configuracionais, a sinergia consiste no grau de sincronia entre os valores de integração global e local – o valor de integração traduz o potencial de atração de fluxos e movimento de determinado eixo ante o complexo urbano (integração global) ou vias do entorno (integração local). Sistemas de boa sinergia são considerados aqueles cujas propriedades globais e locais interagem positivamente, havendo uma reprodução em escala local das propriedades globais de um sistema (MEDEIROS, 2006).



Em consonância com a investigação acima, MONTEIRO (2001) analisa espaços públicos abertos em São Cristóvão – Rio de Janeiro, e faz algumas considerações a partir da correlação entre padrões espaciais e sociais (**figura 14**). Primeiro, a localização de cada espaço público aberto no sistema tem um papel especial no seu uso e sua apropriação – mais precisamente, a autora identifica que há uma distribuição de funções no bairro. Segundo, lugares de permanência podem ocorrer tanto nos espaços mais integrados quanto nos mais segregados – na verdade, a presença de usuários e sua permanência nos espaços analisados são relacionadas, pela autora, aos aspectos físicos (os quais permitem o uso formal ou condições climáticas adequadas). Tal conclusão reforça a necessidade de uma abordagem não só global, mas também local.

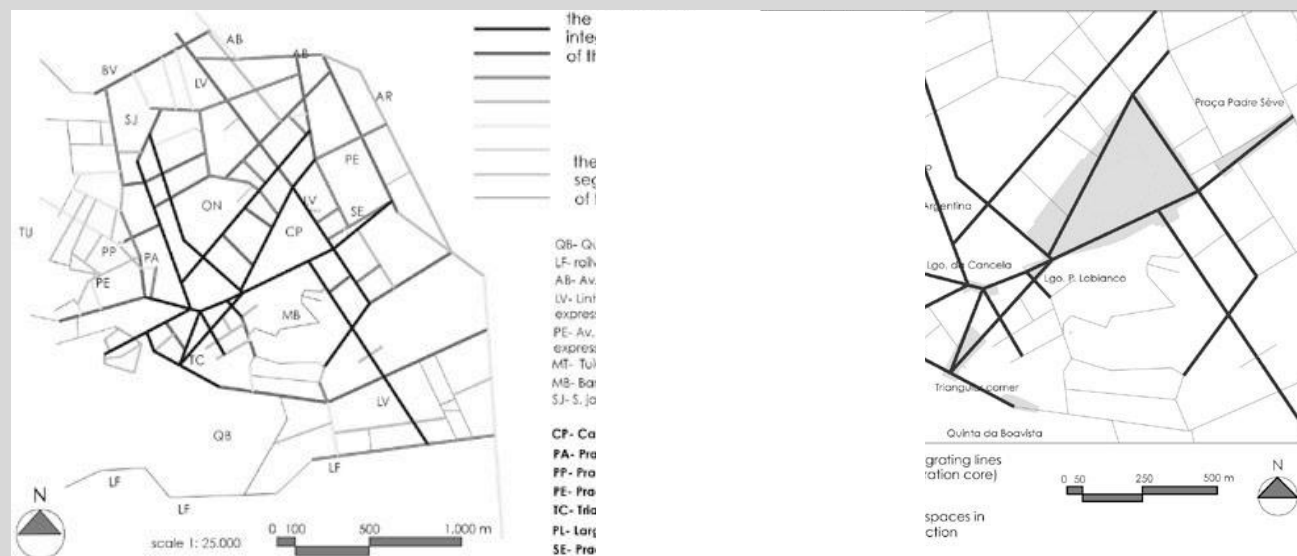
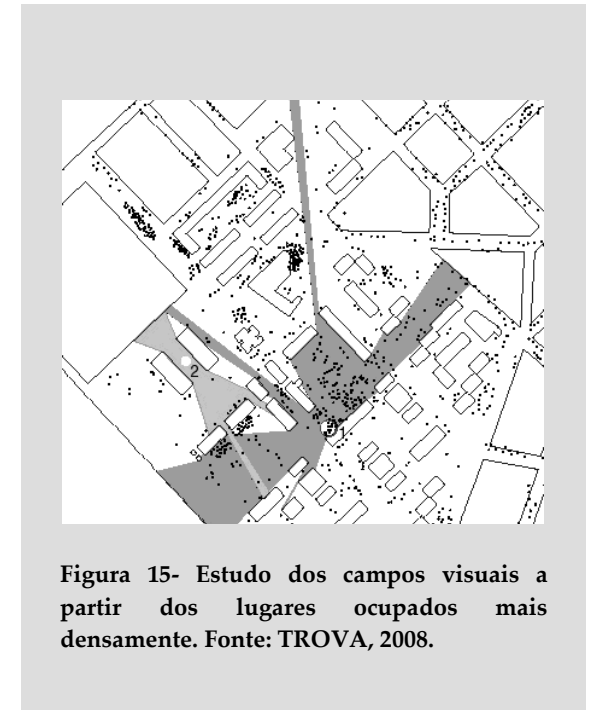


Figura 14- Mapa axial do bairro de São Cristóvão - Rio de Janeiro e recorte do núcleo de integração com destaque em cinza claro para os espaços públicos abertos analisados pela autora – largos, praças e campo. Fonte: MONTEIRO, 2001.





O trabalho de TROVA et al.(1999) examina a questão de como campos visuais, linhas axiais<sup>19</sup> e fronteiras sócioespaciais interagem com a estrutura dos espaços públicos abertos – analisados como um campo de movimento e copresença<sup>20</sup> – em malhas urbanas esparsas. Tal estudo investiga a maneira pela qual o padrão de integração de elementos lineares interage com a estrutura do campo visual, e a maneira pela qual princípios de organização urbana tomam uma forma inteligível (**figura 15**). Uma das hipóteses constatada ao fim do trabalho é a de que circulação e presença em ruas se correlacionam melhor com a integração quando nós consideramos ruas em conjunto com outros espaços públicos abertos do que quando analisamos as ruas de forma isolada. O leiaute e os padrões de ocupação de espaços públicos em alguns bairros de Atenas são analisados pelos autores do ponto de vista da teoria do movimento natural e da comunidade virtual<sup>21</sup>. Os autores enfatizam que estamos atualmente a explorar a paisagem, porém, o desenho poderia ser usado para melhorar a inteligibilidade da estrutura do espaço aberto e a afirmação da sua natureza pública. A pesquisa apoia a



19 A representação linear é uma das três representações utilizadas para o estudo configuracional de assentamentos urbanos, útil para a investigação do movimento e dos vários aspectos urbanos relacionados a ele. A geometria da cidade é simplificada em linhas axiais, correspondentes aos eixos de circulação (normalmente as vias de veículos, mas também se pode traçar as linhas correspondentes a percursos de pedestres, caso a análise seja mais local). Constrói-se o mapa axial, a partir do qualé possível calcular a relação topológica entre as linhas e apurar, dentre outras coisas, a medida de integração, que diz quão acessível é uma linha considerando-se todas as linhas do sistema urbano. (MEDEIROS, 2006)

20 Os aspectos da copresença constituem o foco de atenção específico da Teoria da Lógica Social do Espaço. A copresença é o sistema de interação entre indivíduos, evidenciado na presença física e casual de estranhos em espaços abertos públicos – ou seja, a capacidade desses lugares de atrair, congregar ou afastar pessoas. Em textos mais recentes, HOLANDA (2007) deixa de utilizar o termo “copresença”, concentrando-se em “aspectos” que resumem as implicações dos lugares enquanto arquitetura, ou como ela nos afeta de várias maneiras – dentre eles, os aspectos sociológicos, que abordam como a configuração (vazios, cheios e suas relações) implica maneiras desejáveis de indivíduos e grupos (classes sociais, gênero, gerações etc.) localizar-se nos lugares e de se mover por eles, e conseqüentemente condições desejadas para encontros e esquivanças interpessoais, e para visibilidade do outro.

21 A análise pela “teoria do movimento natural” e pela “teoria da comunidade virtual” parte das proposições de que o movimento é distribuído de acordo com o padrão de integração de uma representação linear (em que todos os possíveis percursos de movimento num sistema de circulação são convertidos em eixos/linhas conectados), como sistemas de potenciais movimentos e de que os padrões de copresença e de sensibilização surgem como um subproduto da circulação e do espaço, e constituem um laço social sustentado na ocupação espacial (CUTINI, 2008).



ideia de que a análise configuracional pode ser aplicada não só à concepção da malha urbana básica, mas também à concepção integrada dos espaços públicos abertos.

Os estudos mencionados anteriormente reforçam, portanto, a relação entre a integração e o uso do espaço. Entretanto, KLASANDER (2001) sublinha que devemos estar conscientes da existência de outros fatores determinantes para a utilização dos lugares. A autora investiga os espaços públicos abertos de um bairro residencial (em Gotemburgo, Suécia) que apresentam uso comercial e que não se estabeleceram naturalmente na área mais integrada (próxima aos eixos mais acessíveis do sistema) da estrutura urbana e, sim, onde havia mais facilidades fiscais e econômicas para se instalarem. Para a autora, a integração também não é diretamente relacionada à permanência de usuários observada nos espaços selecionados – se o uso da praça for comercial, por exemplo, as pessoas podem ir ao espaço com o intuito de fazer compras, e isso não seria resultante do movimento natural<sup>22</sup>. A partir do resultado de KLASANDER (2001), depreendemos a necessidade de considerar também os tipos, a predominância ou a flexibilidade de usos do entorno dos espaços públicos a serem analisados, associando configuração às demais variáveis.

Os resultados dos trabalhos citados evidenciam a estratégia de leitura da estrutura urbana que se apropria dos conceitos sistêmicos<sup>23</sup> e estruturalistas<sup>24</sup> – partindo do pressuposto de que cada elemento em um dado sistema é determinado por todos os outros elementos daquele sistema, e de que a propriedade do todo está além daquelas encontradas pela soma das partes. Os resultados revelam atributos emergentes do relacionamento entre as partes do todo urbano, reforçando a investigação dos espaços

---

22 Para HILLIER et al. (1993, p. 31 e 32), em uma situação onde houvesse a convergência de movimento, configuração e atração, todos trabalhando em sincronia, “haveria poderosas razões lógicas para preferir a configuração como a principal causa do movimento”. E, uma vez que o movimento gerado pela configuração da malha viária é tão básico, ele deveria ser identificado por um termo especial: “movimento natural”.

23 Trazendo o conceito da visão sistêmica (desenvolvida na primeira metade do século XX, a partir da biologia) para o estudo da configuração urbana, trata-se de não investigá-la como um aglomerado de objetos e formas-espaços distribuídos pela cidade, mas como um conjunto de elementos que se articulam – e desta forma de articulação, extrair uma série de ponderações sobre a cidade (MEDEIROS, 2006).

24 O estruturalismo associa-se ao pensamento sistêmico ao considerar a relação entre partes do que se investiga. O princípio gerador é aquele que define os elementos como não apresentando significação por si mesmos, sendo entendidos apenas quando integrados à estrutura do sistema do qual fazem parte. Na estrutura não há apenas forma, relação, configuração. Há também a ideia de propriedade do todo além daquelas encontradas pela soma das partes. A cidade é, sob o ponto de vista da abordagem relacional e estruturalista, um sistema fechado passível de análise e interpretação (MEDEIROS, 2006).



pelo viés relacional – a investigação dos padrões<sup>25</sup> que são as relações características de cada sistema fundado em sua estrutura própria.

A investigação das quatro praças cívicas das novas capitais – Belo Horizonte (Praça da Liberdade), Goiânia (Praça Cívica), Brasília (Praça dos Três Poderes) e Palmas (Praça dos Girassóis) – será feita pelo viés relacional. Para o propósito, além da abordagem historiográfica, são adotados procedimentos metodológicos que permitem interpretar as relações entre os elementos componentes de tais estruturas urbanas.

Será empregada a Teoria da Sintaxe Espacial. Um dos objetivos centrais da teoria é estabelecer relações entre espaço e sociedade, a última entendida como um sistema de probabilidades de encontros (HOLANDA, 2002). Para fazê-lo, a teoria parte da premissa de que “a organização espacial humana, seja na forma de assentamentos, seja na forma de edifícios, é o estabelecimento de padrões de relações compostos essencialmente de barreiras e permeabilidades de diversos tipos” (HILLIER & HANSON, 1984). Estas barreiras e permeabilidades são, de fato, sanções físicas a um sistema de encontros e restrições que constituem a sociedade, tanto no nível dos assentamentos, como no nível dos edifícios. Também, o sistema espacial é descrito menos em termos de sua ordem geométrica, do que em termos de sua ordem topológica – os atributos desta última sendo proximidade, circunscrição, continuidade ou descontinuidade, contiguidade, separação, integração, segregação etc.

No primeiro momento, a análise utiliza a ferramenta do mapa axial, recomendada pela Teoria da Lógica Social do Espaço ou Sintaxe Espacial e útil para descrever o movimento e os diversos aspectos a ele relacionados, como o uso e a ocupação do solo. Com base no mapa axial, é possível calcular a acessibilidade topológica e obter a medida de integração de todas as linhas do sistema urbano. As medidas obtidas pelo instrumental permitem a verificação dos correspondentes graus de utilização do espaço urbano em relação à cidade como um todo, tornando possível observar – quando correlacionadas com demais variáveis como uso do solo, gabarito etc. – o desempenho sócio espacial de espaços públicos tão emblemáticos como os que aqui serão explorados.

---

25 Os padrões envolvem organização e relações entre os elementos do sistema, e de sua análise resultam distinções hierárquicas. A cidade é então analisada quanto à sua estrutura hierarquizada, diferenciada em termos de permeabilidade ou acessibilidade topológica nos diversos espaços abertos que a integram (MEDEIROS, 2006).



O mapa axial permite então a visualização de uma malha viária em gradações de potenciais de fluxos e movimentos, isto é, potencial de permeabilidade, de acessibilidade topológica ou integração. Aos valores obtidos a partir da representação e quantificação do espaço urbano no nível desejado – que traduzem o potencial de atração de fluxos e movimento de determinado eixo ante o complexo urbano ( $R_n$ ) ou vias do entorno ( $R_3$ ) – dá-se o nome de valor ou potencial de integração global, se considerado  $R_n$ , ou valor de integração local, se  $R_3$  (**figuras 16 e 17**).

O núcleo de integração é formado pelas linhas mais conectadas que costumam coincidir com os limites do centro ativo (área de confluência das múltiplas funções/atividades em determinado complexo urbano). Os valores de integração são representados numericamente ou numa escala cromática com gradação indo do vermelho, passando pelo laranja e verde até chegar ao azul – onde os eixos com maior valor de integração tendem a vermelho, e os de menor, a azul. Os eixos mais integrados (cores mais quentes) são aqueles mais permeáveis e acessíveis no espaço urbano, de onde mais facilmente se alcançam os demais. Implicam, em média, os caminhos topologicamente mais curtos para serem atingidos a partir de qualquer eixo do sistema.

MEDEIROS (2006) esclarece que a fase de observação que se segue ao mapa axial exige acuidade do investigador, a fim de ponderar em seu estudo feições que não podem ser traduzidas ou não conseguem ser captadas pelo instrumento de leitura adotado. O investigador insere elementos que podem ser denominados magnetos, que são polos atratores de fluxos e movimentos potentes – como centros comerciais, estações de embarque e desembarque etc. O autor explica o que é considerado efeito primário e efeito secundário na geração de movimento: a configuração da malha viária pode promover a concentração de movimento em certo trecho urbano, entendida como o efeito primário da configuração sobre o movimento. A partir do movimento gerado pela configuração da malha viária são atraídos empreendimentos que se beneficiem desse fluxo. Estes novos empreendimentos são atratores, que por sua vez, atraem outros empreendimentos e outros fluxos e movimentos, o que seria então um efeito secundário e também multiplicador das propriedades da malha urbana, aumentando sua capacidade de gerar encontros e movimento de pedestres.

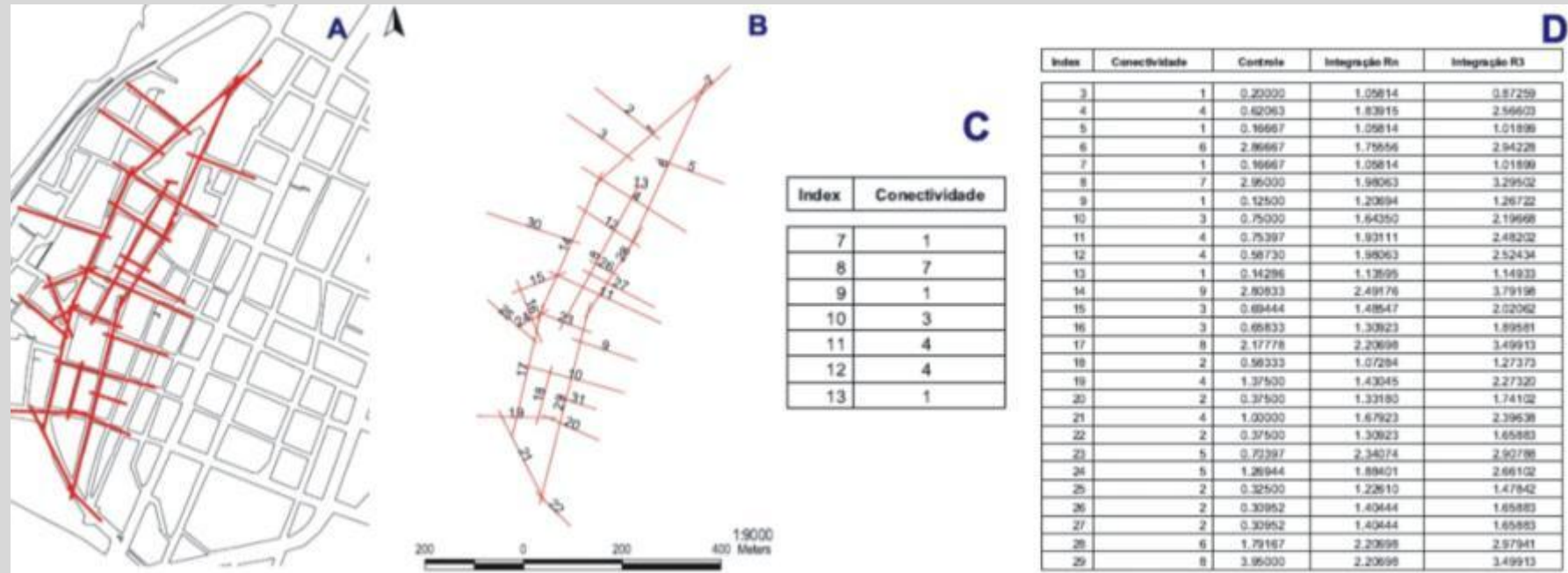


Figura 16- Os mapas acima representam a construção de um mapa axial. A partir de uma base cartográfica disponível, desenha-se a representação linear (eixos). A - Sobre cada via (rua ou segmento de rua, no caso de vias sinuosas), foi traçada uma linha reta inserida no espaço correspondente ao leito carroçável, de modo a representar a malha viária pelo menor número possível de linhas retas (ou eixos); B - A fração da malha viária é assim traduzida em representação linear e em um mapa axial quantificado; C - Cada linha recebe um número de identificação que permite a construção de uma matriz de conexões; D - Dessa matriz derivam valores numéricos expressivos de conectividade, controle, integração Rn e integração R3, além de outros. Fonte: MEDEIROS, 2006.

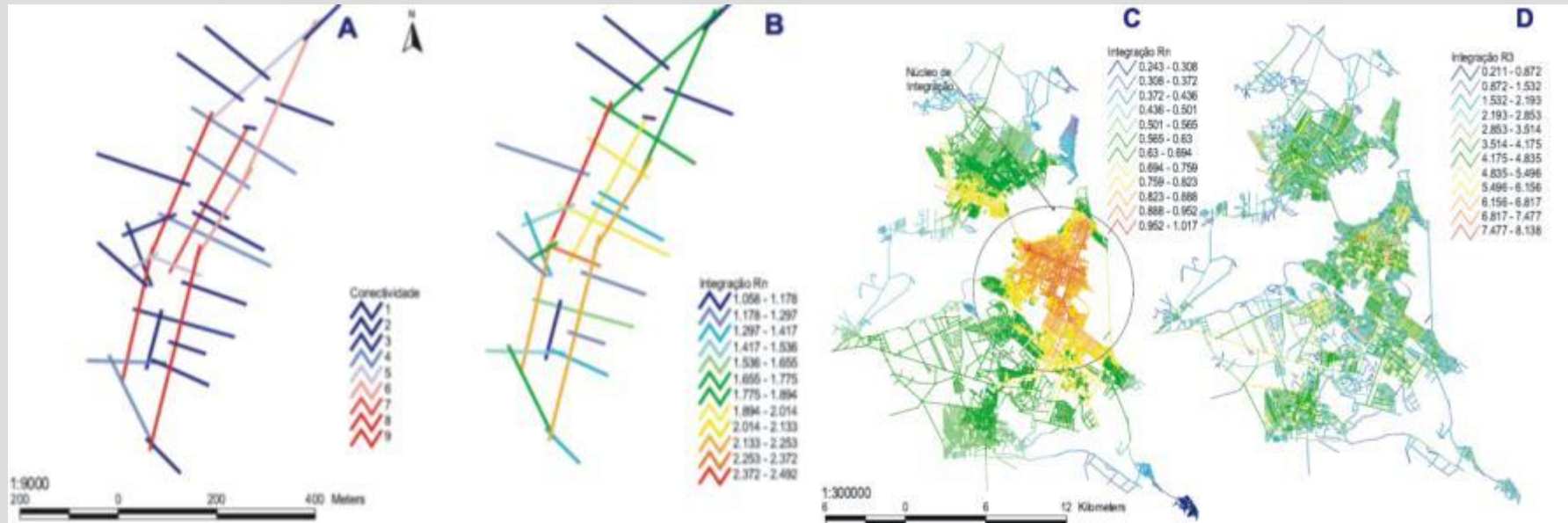


Figura 17- Mapas axiais colorizados a partir dos valores obtidos na matriz matemática – integração Rn e R3. Fonte: MEDEIROS, 2006.

Retomando o passo a passo dos procedimentos adotados, num segundo momento o espaço aberto (a praça) será analisado através do mapa de visibilidade<sup>26</sup>. Este mapa é obtido a partir da representação bidimensional do espaço em planta, e tem o objetivo de informar quais as áreas a partir das quais se vê o maior número de outras áreas. As informações de base para o programa produzir o mapa de visibilidade estão no mapa de barreiras – elementos urbanos que representem barreiras ao movimento de pedestres sobre o chão, como edifícios, monumentos, mobiliário, espelhos d’água, degraus. Não constam no mapa de barreiras massas

26 A Teoria da Sintaxe Espacial utiliza três formas de representação e entendimento do espaço urbano, cada uma relacionada com um aspecto de como os indivíduos experimentam e usam o espaço: as pessoas movem-se através de linhas (representação linear – mapa axial), agrupam-se em espaços convexos (espaços convexos – mapa de convexidade) e dominam um campo visual a partir de qualquer ponto determinado (isovistas – mapa de visibilidade).



formadas por vegetação nem as vantagens ou desvantagens visuais ocasionalmente proporcionadas pelos desníveis dos terrenos analisados. Os mapas de barreiras das praças analisadas contêm as barreiras ao movimento do pedestre, o sistema de espaços que sobrou delas e o perímetro de fechamento da área de análise. O programa de computador Dethmap decompõe o espaço aberto em células de tamanho determinado pelo pesquisador e calcula as relações entre elas, gerando o mapa de visibilidade que revela informações sobre a integração visual das células.

A medida de integração visual é aferida mediante valor numérico ou escala de cores (assim como no mapa axial), que vão do vermelho ao azul. As manchas vermelhas representam áreas mais visíveis e as manchas azuis correspondem às áreas menos visíveis, a partir do sistema como um todo (**figura 18**). A escala de cores e a correspondência quanto à visibilidade são: vermelho – alta visibilidade; laranja – visibilidade moderada alta; amarelo – média visibilidade; verde – visibilidade moderada baixa; azul – baixa visibilidade. Os mapas seguem os limites das praças analisadas.

## 2.2 Os paradigmas da Urbanidade e da Formalidade

Estando clara a destinação primeira de uma praça (discutida no primeiro capítulo, sobre o espaço público aberto e a praça) – que é ser lugar em que o contato entre pessoas se torna encontro, reunião, interação; ou seja, lugar onde as pessoas que estão passando finalmente pausam e se aglomeram – entendemos que vários atributos sejam necessários para que ela cumpra com êxito seu papel. Não obstante, algumas praças podem aglomerar mais pessoas que outras, apresentando maiores ou menores níveis de presença de pessoas.

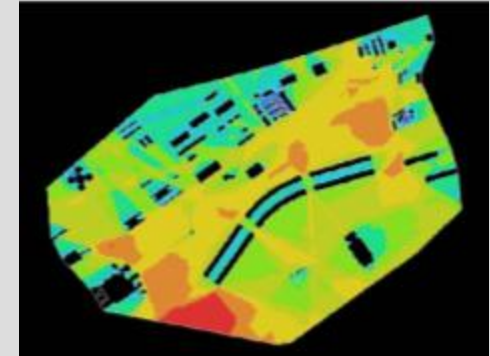


Figura 18- Mapa de visibilidade do Campus da UnB, da área onde se concentram as edificações. As áreas vermelhas na margem sul do ICC são as mais integradas visualmente, pois se encontram livres de barreiras visuais. O acesso às edificações, inclusive os acessos norte e sul do ICC, apresentam visibilidade moderada alta (em laranja). Fonte: RODRIGUES, 2007.



A presença de pessoas no espaço público está diretamente relacionada ao conceito de urbanidade, proposto por HOLANDA (2010c), que envolve a arte da convivência entre as diversidades: “Urbanidade é um atributo social que implica visibilidade do outro, negociação de papéis e frágeis fronteiras entre eles, mobilidade social, estruturas societárias mais simétricas etc.”

Conforme o autor, o princípio pode também ser estendido ao campo da arquitetura, de modo que podemos falar em urbanidade social e urbanidade arquitetônica:

*‘Urbanidade’ obviamente se refere à cidade enquanto realidade física, mas também à qualidade de ‘cortês, afável, relativo à negociação continuada entre interesses. (...) Destrinchando a questão, podemos falar em urbanidade social – quando os atributos estiverem relacionados a modos de interação social – e urbanidade arquitetônica – quando os atributos estiverem relacionados ao lugar (HOLANDA, 2010c)*

No que concerne à arquitetura, o termo “urbanidade” é utilizado para se compreender possíveis implicações das configurações dos lugares para o convívio das pessoas neles. Uma arquitetura que permita o florescimento da urbanidade se caracteriza fisicamente e de modo geral, por: a) espaço público bem definido; b) minimizar espaços abertos em prol dos ocupados; c) contiguidade entre edifícios; d) menores unidades de espaço aberto (ruas, praças); e) frágeis fronteiras entre espaço interno e externo, ou seja, maior número de portas abrindo para lugares públicos (jamais paredes cegas, sem janelas e/ou portas); f) minimizar espaços segregados<sup>27</sup>, guetizados (becos sem saída, condomínios fechados) e efeitos panópticos pelos quais tudo se vê e vigia; g) continuidade e alta densidade do tecido urbano etc.

O que é contrário à urbanidade apresenta-se como atributos ou variáveis que tendem à formalidade. HOLANDA (2002) esclarece, no entanto, que essas são tendências polares de um modelo teórico e que pode haver conflito entre atributos de um mesmo espaço, alguns pertencendo ao paradigma da formalidade, outros ao paradigma da urbanidade.

A Esplanada dos Ministérios (**figura 19**) e sua grandiosidade “magnificante” podem ser comparadas à grandiosidade que emociona de outros lugares da história – como as *Pirâmides de Guizano* Egito antigo (**figura 20**), os *Champs Élysées* em Paris (**figura 21**), o

---

<sup>27</sup> Espaços urbanos segregados ou isolados entre si por descontinuidades espaciais configuram uma entidade urbana descontínua e agravam estados de segregação espacial e derivados – implicam dificuldade de circulação, concentração de renda, distanciamento entre ricos e pobres etc.





*Mall* Washington (**figura 22**), a *Avenida dos Mortos* em Teotihuacán, México pré-Colombo(**figura 23**), o centro cerimonial de *Uxmal*, México pré-Colombo, e a *Cidade Proibida* em Pequim, na China (HOLANDA, 2010c). Esses exemplos apresentam atributos de formalidade em comum, como:

*(...) a grande dimensão dos espaços abertos; a forte axialidade (o comprimento muito maior que a largura); o conjunto, ou os edifícios mais importantes, estarem sobre terraplenos, a destacá-los ante o entorno; os prédios serem soltos, lidos como volumes claros na paisagem; as transições entre o interior e o exterior serem elaboradas mediante diversos artificios – escadarias, rampas, passarelas sobre espelhos d'água, túneis; o lugar ser especializado nas funções superestruturais da ordem social – política ou ideologia; exceto pelos trabalhadores especializados que abriga, não haver presença rotineira dos habitantes. Só dois exemplos têm todos os atributos: a Esplanada de Lucio Costa e a Avenida dos Mortos, em Teotihuacán (HOLANDA, 2010c).*



Figura 19- Esplanada dos Ministérios, Brasília. Fonte: Sedhab-GDF.



Figura 20- A monumentalidade formal da *Grande Pirâmide de Guiza*, no Egito. Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikimedia/common/e/e3/kheops-pyramid.jpg>.

Figura 21- A monumental avenida parisiense *Champs Élysées*. Fonte: <http://paris.franceprovince.net/paris/paris/images/champselysees.jpg>

Figura 22- O *Mall* é um espaço monumental a céu aberto compreendido entre o Capitólio e o Monumento de Washington, no centro administrativo de Washington, D.C. Fonte: [http://www.meticulous.com/media/portfolio\\_img/3d/2012/Mall\\_shot\\_plate.jpg](http://www.meticulous.com/media/portfolio_img/3d/2012/Mall_shot_plate.jpg)

Figura 23- Exemplo de monumentalidade formal, a *Avenida dos Mortos*, em *Teotihuacán*, México. Fonte: [http://1.bp.blogspot.com/\\_FIgm5rFAn2Q/TAUiixWSwJI/AAAAAAAAASM/pfdOBdJd2UU/s1600/mexico\\_fig.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_FIgm5rFAn2Q/TAUiixWSwJI/AAAAAAAAASM/pfdOBdJd2UU/s1600/mexico_fig.jpg)

A monumentalidade dos exemplos anteriores é aquela em que predomina a formalidade, mas existe outro tipo de monumentalidade. HOLANDA (2010c) contrapõe aos exemplos de “monumentalidade formal” alguns exemplos de “monumentalidade urbana”: a *Piazza San Marco* em Veneza (**figura 24**), a *Piazza della Signoria* em Florença (**figura 25**), a *Piazza del Campo* em Siena, a *Cinelândia* no Rio de Janeiro, a *Praça Tiradentes* em Ouro Preto. As praças citadas como exemplos de monumentalidade urbana são espaços públicos notáveis, que se destacam na cidade seja por suas amplas dimensões, pelos edifícios ímpares ou pelas funções que abrigam (governamental ou religiosa). Apesar disso, são também espaços públicos abertos que abrigam o uso cotidiano, a vida secular, por onde passam e se aglomeram pessoas.

Praça cívica caracterizada por uma monumentalidade urbana, a *Piazza del Campo* de Siena (**figura 26**) é também uma praça emblemática da passagem da Idade Média para o Renascimento, período de fortalecimento do poder civil separado da Igreja, de



ressurgimento do comércio e de preocupação com a beleza do ambiente construído. Estrategicamente localizada no centro geométrico da área povoada e na confluência de ruas que eram prolongamento das três principais vias de acesso da cidade, a praça começou a ganhar sua forma atual em 1293. Reconfigurada no final do século XII, quando foi construído o *Palazzo Pubblico* (prefeitura), ocupa o sítio de um antigo fórum romano e do principal mercado de Siena. Suas amplas dimensões permitiam abrigar o mercado, reuniões e cerimônias públicas. Concluída em 1349, a praça tinha forma de um trapézio de cantos arredondados e media aproximadamente 85m nas bases e 100m na altura (**figura 27**).



Figura 24-Piazza San Marco em Veneza. Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/05/Venice\\_-\\_Piazza\\_San\\_Marco.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/05/Venice_-_Piazza_San_Marco.jpg)

Figura 25-Piazza dela Signoria, em Florença. Fonte:[http://lh6.ggpht.com/\\_SQDf11XgLx0/SlfsfsjA0\\_mI/AAAAAAAAABDw/KrvM7OcRTJE/16.JPG](http://lh6.ggpht.com/_SQDf11XgLx0/SlfsfsjA0_mI/AAAAAAAAABDw/KrvM7OcRTJE/16.JPG)





Figura 26-A *Piazza del Campo* e sua urbanidade. Fonte: <http://www.travelpod.com/travel-blog-entries/annalisamurray/1/1259687482/tpod.html#pbrowser/annalisamurray/1/1259687482/filename=piazza-del-campo-siena-italy.jpg>

Figura 27-A praça cívica *Piazza del Campo* configura-se como um polígono em forma de leque, é bem delimitada pela arquitetura e possui onze acessos. Sua forma é irregular e os fluxos são multidirecionais. Fonte: ALEX, 2008, p. 33.

ALEX (2008) pontua que sensação de fechamento do espaço da praça, proporcionada pela arquitetura, é ampliada pela curva e o relevo do lugar. Além do fechamento arquitetônico, a praça possui onze acessos: cinco sob edifícios que a circundam e seis a céu aberto. O espaço também conta com um sistema hierarquizado de vias perimetrais para veículos e múltiplas vielas para pedestres.



A pavimentação em tijolo e delimitada por balizas humaniza a escala, direciona o olhar e conduz a drenagem superficial. As balizas também organizam o tráfego de veículos, reforçando o desenho do “piso-praça”, e não o da rua. O *Palazzo Pubblico* se flexiona ligeiramente para conformar-se à praça e ao relevo. A torre/campanário de 86m de altura é marco referencial da praça e da cidade.

A *Piazza del Campo* é, conforme ALEX (2008), um centro social e um espaço aberto integrado ao tecido urbano, “um amálgama das funções sociais e formas físicas atribuídas por topografia, sistema de ruas e caminhos e arquitetura, em que delimitação e definição espacial se fundem”. A ideia de praça “como plano inclinado convergindo para o edifício público propagar-se-ia como um dos arquétipos mais admirados de praça cívica e é imitada até hoje”<sup>28</sup>.

Ao analisar diversas praças históricas, parques urbanos, projetos modernos americanos do pós-guerra, até chegar à análise de algumas praças da área central de São Paulo, ALEX (2008, p.279) identifica influências e riscos de transposição de valores estéticos ao projeto do espaço público:

*A partir dos anos 1960, os projetos ostentaram uma crescente preocupação com o design ‘interno’ imbuído de programas funcionais, acessos controlados e desconsideração com o entorno. (...) e incorporaram, a partir da década de 1980, um ‘verdismo’ higienista mais contundente que o do século XIX e, recentemente, demandas universalizantes, como permeabilidade do solo e segurança. A cada inserção de novos valores, produziram-se praças mais fechadas ao acesso público e restritas ao uso coletivo, afastando, sob o acúmulo de atribuições, como recreação ou infraestrutura urbana, a praça de suas funções essenciais originais: convívio social e articulação do tecido urbano.*

Para ALEX (2008), a integração da praça com o entorno e sua articulação com o tecido urbano são os princípios a serem resgatados para se favorecer a urbanidade, a presença e o convívio de pessoas nesses espaços. Outra condição que favorece a urbanidade é procurar estabelecer as dimensões do espaço em conformidade com as atividades desenvolvidas na praça, considerando que as dimensões muito grandes dificultam o contato visual e interpessoal e que as praças demasiadamente grandes normalmente têm sua capacidade máxima ocupada somente em eventos especiais ou eventos públicos de grandes proporções. Também é interessante que

---

<sup>28</sup> A *City Hall Plaza Boston* e o *Centro Georges Pompidou* são exemplos de projetos inspirados na *Piazza del Campo*, entretanto, com resultados bem diferentes. Segundo CARR et al. (2005 apud ALEX, 2008), a *City Hall Plaza de Boston* é “gigantesca, vazia e sem vitalidade”, enquanto o *Centro Georges Pompidou* é “uma entrada grandiosa para o museu e uma arena para atividades públicas variadas”.



o espaço seja permeável, alimentado por portas e janelas que favorecem o entrar, sair, passar através, ver e ser visto, encontrar. E, por fim, é mais conveniente para evitar a subutilização do espaço e a falta de vitalidade, que a configuração da praça permita diferentes usos (comercial, religioso, cívico, cotidiano) mesmo que se dê uma ênfase maior em algum deles.

## 2.3 O crescimento urbano e o surgimento de novas centralidades

A análise da vitalidade das praças cívicas de Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas – centros cívicos que são parte do centro urbano do plano urbanístico original dessas novas capitais – perpassa dois problemas atuais que as cidades enfrentam: 1- o surgimento das novas centralidades associadas à decadência dos antigos centros, o que torna ocioso um estoque edificado e de espaços públicos de propriedades configuracionais expressivas; 2- a frágil relação entre a cidade e seus espaços públicos, a contribuir para a perda do potencial agregador de tais áreas.

Essas duas problemáticas urbanas contemporâneas têm relação direta com o crescimento urbano<sup>29</sup>. A população urbana está cada vez maior<sup>30</sup> e as cidades, que vão se expandindo rapidamente em manchas periféricas mal articuladas, apresentam-se fortemente fragmentadas (devido à falta de conexão entre as malhas acrescentadas à cidade à medida que ela cresce). Outros efeitos desse crescimento frenético são o aparecimento de novas centralidades e a perda da relevância dos centros antigos<sup>31</sup> na escala urbana - esses centros perdem sua representatividade, seu potencial atrativo, e se transformam em espaços abandonados e vazios.

---

29 O crescimento das cidades ocorreu em menor ou maior grau nas diferentes partes do mundo, conforme seus respectivos processos socioeconômicos historicamente datados. O primeiro reflexo desse crescimento, em muitos dos casos, foi o esvaziamento das antigas centralidades que não mais eram representativas dos novos contextos urbanos (MEDEIROS, 2006).

30 O Brasil passou de um país rural a urbano em 60 anos, aponta estudo elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) comparando os dados do primeiro censo elaborado pelo instituto, em 1940, com o último censo, em 2000. O país que tinha apenas 31,3% da população vivendo em centros urbanos, em 1940: passou a 81,2%, em 2000.

31 Os centros antigos vão se tornando lugar de consumo para o entorno e turistas, atividades de caráter mais popular vão ocupando essa centralidade decadente. Algumas cidades passam por processos de reestruturação, revitalização ou “revalorização” dos seus centros antigos, através de estudos, projetos e intervenções que priorizam o



À proporção que a cidade cresce, o centro acompanha sua rehierarquização. A predominância, as carências e a movimentação dos centros ativos (ou centralidades urbanas para onde se convergem e se concentram, em quantidade e diversidade, fluxos e usos diversos) se comprovam através da hierarquia no sistema urbano. Os centros norteiam e equilibram a organização da estrutura urbana, são pontos focais que congregam, fisicamente ou abstratamente, objetos e ideias – sua posição hierárquica é a de um local que desempenha um papel proeminente em relação ao sistema como um todo.

Conforme expõe MEDEIROS (2006), a decadência do centro antigo e o abandono das antigas centralidades são lastimáveis, pois ali subsistem qualidades configuracionais precisas, como altos valores de sinergia e inteligibilidade que se associam a uma melhor apreensão e percepção dos espaços, bem como uma grande oferta de infraestrutura (figuras 28 e 29).

É importante destacar que, como parte integrante da dinâmica urbana, contribuem para o estabelecimento de novos centros, as ações dos investidores que detém o capital urbano – eles deixam de investir no centro antigo que representa valores ultrapassados, incentivando novas centralidades ou um novo centro que materialize suas aspirações presentes.

Em Belo Horizonte, por exemplo, na tentativa de lançarem-se novas centralidades foi construído um complexo de edifícios administrativos para abrigar todas as secretarias estaduais e o palácio do governo, numa área bastante distante do centro antigo,



Figura 28- João Pessoa, como outras cidades brasileiras, enfrenta a decadência do centro antigo e o abandono.



Figura 29-O centro antigo de Florianópolis, apesar de apresentar boa conservação dos edifícios e das áreas públicas, fica deserto durante semana fora do horário comercial, nos fins de semana e nos feriados. Crédito: Ludmila Dias.

---

“embelezamento de fachadas” e o incentivo a usos culturais ou de lazer, os quais se provam efêmeros – como, por exemplo, o centro antigo de Olinda ou o Pelourinho, em Salvador (MEDEIROS, 2006).



seguindo o vetor norte de expansão – a Cidade Administrativa. Em Goiânia, parte da estrutura de governo, localizada desde o início no centro antigo, foi removida recentemente para um lugar mais distante desse centro – o Paço Municipal. Em Brasília, segundo MOTA et al. (2000), o processo de ocupação do Distrito Federal mantém a Esplanada dos Ministérios “como um pedaço isolado (e deserto, poderíamos acrescentar) da cidade”, ou seja, “incólume à vida secular” ao se permitir a urbanização crescente somente se longe do coração administrativo federal, numa estratégia de isolar fisicamente a sede do poder. Em Palmas, que é a mais recente de todas as novas capitais, há um esforço para se negar o uso diversificado e flexível na enorme área central do plano urbanístico – essa área é destinada ao aparato político administrativo e isolada da vida secular, com baixíssima incidência do uso residencial, que é restringido pela legislação.

## 2.4 Estágios metodológicos e procedimentos adotados

Como método, portanto, o trabalho se utiliza basicamente de descrições de axialidade e visibilidade, características inerentes à espacialidade urbana. Os estágios metodológicos que consistem na representação gráfica do espaço urbano através de mapas axiais e mapas de visibilidade serão seguidos da associação destes às variáveis advindas da observação e da coleta de dados empíricos – tais como o uso do solo, a altura dos edifícios, o estado de conservação das praças, a mudança de centralidades nas cidades, a presença/ausência de pessoas no horário comercial e noturno, os tipos de usuário. E ao fim, o resultado obtido para cada praça analisada será comparado com os demais. Os estágios metodológicos e a descrição dos respectivos procedimentos são agrupados em seis etapas, a constar:

### 1. Pesquisa histórica:

Pesquisa para embasar a abordagem historiográfica do projeto das novas capitais, seus princípios urbanísticos, seu traçado inicial, a proposta inicial para as praças cívicas e as modificações desde a implantação até os dias atuais. A despeito de uma série de informações comuns para a análise de cada praça, esclarecemos que existem dados heterogêneos para as diferentes praças.

### 2. Pesquisa de campo:





Levantamento de variáveis advindas da observação ou coleta de dados empíricos que permitam analisar a inserção urbana da praça: os usos na praça e no entorno; o gabarito dos edifícios e seu estado de conservação; a presença e ausência de pessoas (contagem de pessoas realizadas no fim de semana e em dia útil, a cada duas horas, das 08h até às 20h, anotando-se a quantidade de pessoas, a diversidade de atividades desenvolvidas por elas, a presença de casais, crianças e mulheres que indica segurança, ou a presença de grupos em conversações, o convívio entre gerações e o contato entre estranhos que indicam sociabilidade); registro em fotografias; registro das condições climáticas; entrevista de eventuais usuários, comerciantes e responsáveis pela manutenção do local; identificação dos magnetos (pontos onde pessoas se agrupam e onde é frequente a presença de pessoas) e dos lugares onde não se encontra nenhum usuário; identificação de não conformidades ou desajustes (tais como falta de manutenção, sujeira, fechamento da praça com gradeamento, muros, ações de vândalos, pichações).

### **3. Sistematização de dados:**

Confecção de desenhos e mapas em diferentes escalas, com diferentes finalidades, enumerados a seguir:

#### **A. Mapa axial da cidade com destaque para a praça**

Mapa que permite identificar o núcleo de integração e se a praça é ligada a eixos bem integrados do sistema como o todo (integração global).

#### **B. Localização da praça**

Imagem de satélite com destaque da praça. Possibilita analisar a estrutura viária e o padrão de parcelamento da área em redor de cada praça, e identificar os principais referenciais arquitetônicos e espaços públicos próximos. Permite ainda comparações entre as praças vizinhas, caso haja, em relação ao tamanho, implantação e permeabilidade.

#### **C. Mapa de cheios e vazios**

Mapa de cheios e vazios da praça e seu entorno imediato que permite verificar a definição espacial do espaço pelo contraste do vazio em meio ao cheio circundante.



D. Projeto

Planta da praça, onde constam as edificações, monumentos, calçadas, canteiros, espelhos d'água e outros elementos. As plantas das praças foram obtidas junto aos órgãos de planejamento do governo de cada cidade e atualizadas com base em observações no local e em foto de satélite.

E. Magnetos

Planta da praça com pontos onde foi observada a presença constante e maior de pessoas.

F. Mapa de visibilidade

Mapa obtido a partir do mapa de barreiras ao movimento, que permite identificar os espaços mais integrados visualmente, aqueles que o pedestre apreende como possíveis de serem percorridos (áreas que sobram quando excluídos canteiros, espelhos d'água, edificações, áreas gradeadas, barreiras físicas como monumentos e mobiliário urbano, áreas de acesso controlado).

G. Mapa axial de pedestre

Mapa obtido a partir dos eixos simplificados dos caminhos possíveis de serem percorridos pelos pedestres (calçadas e superfícies livres pavimentadas).

**4. Interpretação das relações entre os elementos componentes das estruturas urbanas analisadas:**

A partir dos mapas, são interpretadas as relações entre os elementos componentes de tais estruturas urbanas – de modo a obter sua integração global e seus atributos locais como espaços convexos menores/maiores, existência ou não de espaços cegos, eixos de integração maiores/menores, presença ou não de vazios, alta/baixa densidade construída etc.

**5. Associação dos atributos globais/ locais às outras variáveis coletadas:**



Os atributos globais e locais das praças serão analisados juntamente às variáveis advindas da observação ou coleta de dados empíricos, tendo como finalidade definir o grau de urbanidade e de formalidade de cada praça.

#### **6. Comparações entre os resultados:**

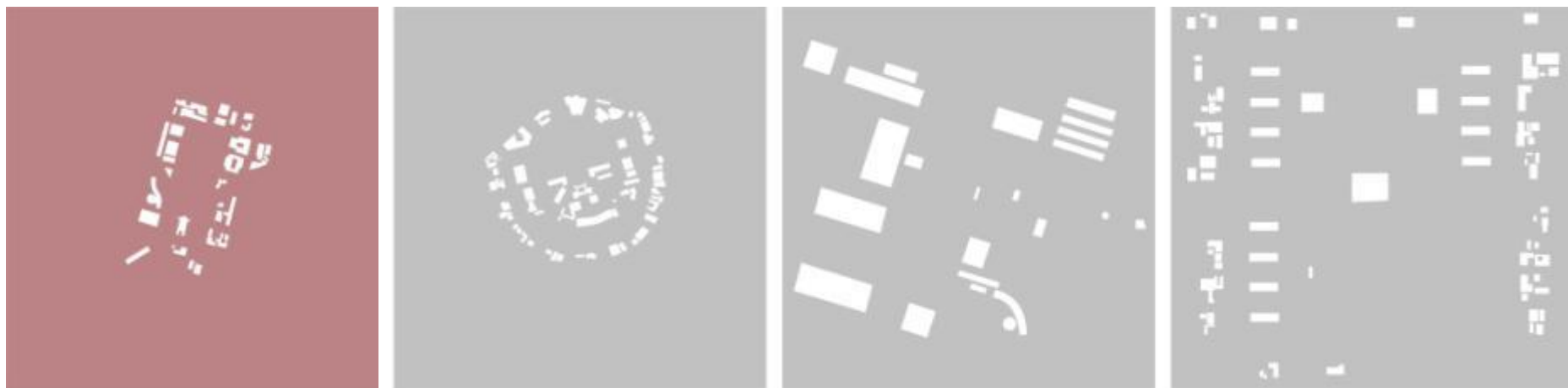
Ao final do estudo, serão feitas comparações entre os desempenhos de cada praça analisada, de modo a apontar as principais diferenças entre elas, de projeto, da forma espaço resultante, das dimensões, do uso, da integração, etc.

## 2.5 Concluindo ideias

Dado o exposto, o estudo interpreta a configuração de quatro praças cívicas das novas capitais, investigando as implicações da configuração resultante para seu uso e sua ocupação. Para isso, adota tanto a abordagem historiográfica como também métodos e ferramentais que permitem interpretar as relações entre os elementos componentes de tais estruturas urbanas.

Por permitirem a pretendida exploração sob o olhar configuracional, a análise utiliza a Teoria da Lógica Social do Espaço ou Sintaxe Espacial e o ferramental recomendado – mapa axial e mapa de visibilidade (HILLIER E HANSON, 1984; HILLIER, 1996; HOLANDA, 2003). As medidas obtidas pelo instrumental expressam possibilidades, potenciais que podem ou não serem aproveitados na realidade, mas quando correlacionadas com as variáveis advindas da observação ou coleta de dados empíricos, permitem avaliar o desempenho sócio espacial das praças.

Buscando a identidade sintática de cada praça, os atributos da configuração de cada uma são relacionados a maiores ou menores níveis de urbanidade/formalidade. São também investigados possíveis processos de surgimento de novas centralidades e de decadência de centros antigos (no caso de Belo Horizonte e Goiânia) e a manutenção do centro destinado ao poder longe da vida secular (Brasília e Palmas), com o fim de complementar a análise da vitalidade de cada espaço.



# Capítulo 3

## Praça da Liberdade, Belo Horizonte

Inicialmente, é apresentado o plano urbanístico de Belo Horizonte. A atenção é voltada então para a concepção da Praça da Liberdade – centro cívico da nova capital, que reunia Palácio do Governo e Secretarias – suas transformações e configuração atual. Prossegue-se fazendo a análise global da praça no sistema urbano a que pertence, e a análise local. A conclusão do capítulo associa as informações da pesquisa de campo e os resultados das análises, a fim de verificar o nível de urbanidade/formalidade da praça.



# Capítulo 3 – Praça da Liberdade, Belo Horizonte

## 3.1 Belo Horizonte, a primeira nova capital após a República

A ideia de construir uma nova capital para Minas Gerais<sup>32</sup> remontava a Inconfidência Mineira; o retorno da intenção, nos primeiros anos da República, resultava não apenas das limitações oferecidas pela velha capital Ouro Preto, mas respondia também a demandas colocadas pelo rearranjo das forças econômicas e políticas do Estado (LEME, 1999, p. 222). Segundo SALGUEIRO (2001, p. 136), o federalismo republicano, que se cristaliza por volta de 1890, permitiu aos novos estados mudarem de capital.

Na primeira metade do século XX, outras cidades brasileiras idealizam e fazem intervenções que vão lastrear o desenvolvimento do urbanismo, definindo-se pela oposição a uma cidade antiga, colonial, sendo necessário priorizar a higiene, a estética, a fluidez<sup>33</sup> – elementos que foram norteadores do plano da nova capital de Minas Gerais. Belo Horizonte já nasce moderna em fins do século XIX, sendo uma experiência fundamental para o urbanismo no Brasil.

O projeto da cidade “inscreve-se, ao mesmo tempo, no discurso clássico sobre valores racionais e representativos das cidades capitais – técnicos, topográficos, econômicos e simbólicos – e na história dos primeiros debates sobre a planificação urbana no Brasil” (SALGUEIRO, 2001, p. 136). A autora prossegue afirmando que sua construção “revela-se exemplar, não somente para

---

32A criação de Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais, é antecedida pela inauguração de outras duas capitais planejadas, Teresina (resultado do interesse em transferir a capital do Piauí da cidade de Oeiras, que se deu em 1952) e Aracaju (cidade planejada que resultou da transferência da capital de Sergipe da cidade de São Cristóvão, em 1855).

33 Entre 1895 e 1930, registram-se projetos de melhoramento em partes de cidades existentes. Profissionais como Saturnino de Brito, Theodoro Sampaio e Lourenço Baeta Neves se destacam na elaboração de propostas urbanísticas nesse período. As ações englobavam a melhoria das áreas centrais, a reforma e a ampliação de portos marítimos e fluviais, a construção de ferrovias e obras de melhoria da infraestrutura urbana: saneamento, abertura e regularização do sistema viário (LEME, 1999, p. 22-25).



mostrarmos como se afirma a relação entre urbanismo e arquitetura no final do século XIX no Brasil, mas, sobretudo, para refletirmos sobre a transferência das categorias de pensamento e de modelos formais franceses que alimentam a geração de seus conceptores”.

A decisão de construir a nova capital Belo Horizonte sobre o antigo Curral d’El Rey resultou de um minucioso relatório coordenado pelo engenheiro politécnico Aarão Reis – que também dirigiu a Comissão Construtora da Nova Capital. A instalação da cidade foi inspirada no modelo de tábula rasa: o arraial foi devastado, foram destruídas suas casas e ruas. A “Cidade de Minas” surgia para dar sentido material e simbólico ao novo ideário de modernidade e progresso – a nova capital projetava-se para o futuro, em contraposição à antiga capital mineira, que representava o colonial, o passado.

Aarão Reis denota, em seu trabalho, conhecimento e proximidade com o plano de L’Enfant para Washington, com a reforma em Paris realizada por Haussmann e, sobretudo, com o plano contemporâneo de La Plata – fundada em 1882 para ser capital da Província de Buenos Aires, na Argentina (LEME, 1999, p. 222). Reis era adepto do positivismo e para ele, o planejamento da cidade deveria “obedecer às mais severas indicações e exigências modernas de *hygiene, elegancia e embellezamento*” (LEME,1999, p. 223).

Do plano de Haussmann, Reis aproveita a ideia dos extensos bulevares arborizados e a importância concebida aos parques e às praças ajardinadas; para isso conta com a colaboração do arquiteto paisagista Paul Villon<sup>34</sup>. Com La Plata, o plano de Belo Horizonte tem muito em comum: o sistema de quadrículas cortado por vias diagonais e circundado por um bulevar – a Avenida do Contorno –, a importância das áreas verdes, os quarteirões com 120m de lado. O número de habitantes previstos para as duas cidades também era semelhante: 200 mil em Belo Horizonte e 150 a 250 mil em La Plata (LEME, 1999, p. 137).

---

34 Paul Villon, nascido na França (1842), foi discípulo e colaborador, em Paris e Marselha, de Jean-Charles-Adolphe Alphand (1817-1891), engenheiro politécnico responsável pelos parques e jardins de Paris durante a reforma empreendida por Haussmann. Estabelecendo-se no Brasil, Villon trabalhou no Rio de Janeiro com Glaziou, na Praça da Aclamação e na Quinta da Boa Vista. Em Belo Horizonte participou do projeto do parque municipal e projetou os jardins do Palácio da Liberdade, sendo-lhe também atribuído o projeto original da Praça da Liberdade. (LEME, 1999, p. 137).



O plano para a nova capital estabelecia nítida divisão em três zonas: urbana, suburbana<sup>35</sup> e de sítios<sup>36</sup> (**figura 30**). Para a zona urbana, adotava-se um traçado conjugado de tramas ortogonais deslocadas a 45º. Segundo LEME (1999, p. 121), as avenidas diagonais foram pensadas como extensos bulevares, sendo a Afonso Pena a mais imponente – com 50m de largura e cerca de 3 km, marcando o eixo norte-sul da cidade. A Avenida do Contorno fazia a conexão entre os diversos setores e estabelecia a distinção entre as áreas urbana e suburbana.

“A zona urbana articulava-se em torno de um centro administrativo formado pelo palácio do Governo e pelas Secretarias, junto ao qual se desenvolvia o bairro dos Funcionários” (LEME, 1999, p. 223). Também englobava o “bairro Comercial, conjugando as praças do Mercado e da Estação, os palácios do Congresso e da Justiça, a municipalidade, uma capela, um hotel, escolas, hospital e jardim zoológico”.

Na composição da zona urbana, identificamos as praças como peças fundamentais na paisagem (**figura 31**). Elemento essencial da malha urbana, as praças aparecem em todos os cruzamentos das grandes avenidas, assim como em lugares estratégicos, defronte a edifícios públicos. Praças de todos os tipos, tamanhos, e funções: praça cívica, praça de lazer, praça do mercado, Praça da Estação, *rond-points*<sup>37</sup>, e praça da Igreja (CALDEIRA, 2007). Além disso, percebe-se a vinculação do plano de Belo Horizonte às ideias defendidas pela urbanística europeia em fins do séc. XIX – as praças, as ruas e os edifícios estão subordinados ao rigor geométrico; abusa-se do recurso de perspectivas, eixos de simetria, fachadas monumentais, pontos de fuga. O repertório estético define a paisagem da cidade, destacando a formação de conjuntos urbanos distintos, como é o caso da Praça da Liberdade.

Apesar de inaugurada em 12 de dezembro de 1897, a nova capital só se consolidou algumas décadas depois – sendo que o processo de desenvolvimento da zona suburbana foi menos rígido ou geométrico, contrastando com a ordem e o rigor da zona urbana.

---

35 A zona suburbana foi projetada com um traçado mais flexível e lotes maiores. Nela foram locados equipamentos como hipódromo, cemitério, reservatórios de água, matadouro, casa de máquinas de esgotos e oficinas do ramal férreo – a implantação foi determinada seguindo-se os preceitos higienistas (LEME, 1999, p. 122).

36 A zona de sítios foi prevista como a transição entre as zonas urbana/suburbana e a zona rural. Essa área se destinava à implantação de pequenas propriedades, tendo como finalidade garantir o abastecimento da cidade em gêneros alimentícios (LEME, 1999, p. 122).

37 Praças no formato circular, que ficam no cruzamento de vias e funcionam como anel viário.



Figura 30- Planta Geral da Cidade de Minas, Aarão Reis. No canto inferior esquerdo, as três áreas: rural, suburbana e urbana. Fonte: Arquivo Público Mineiro.



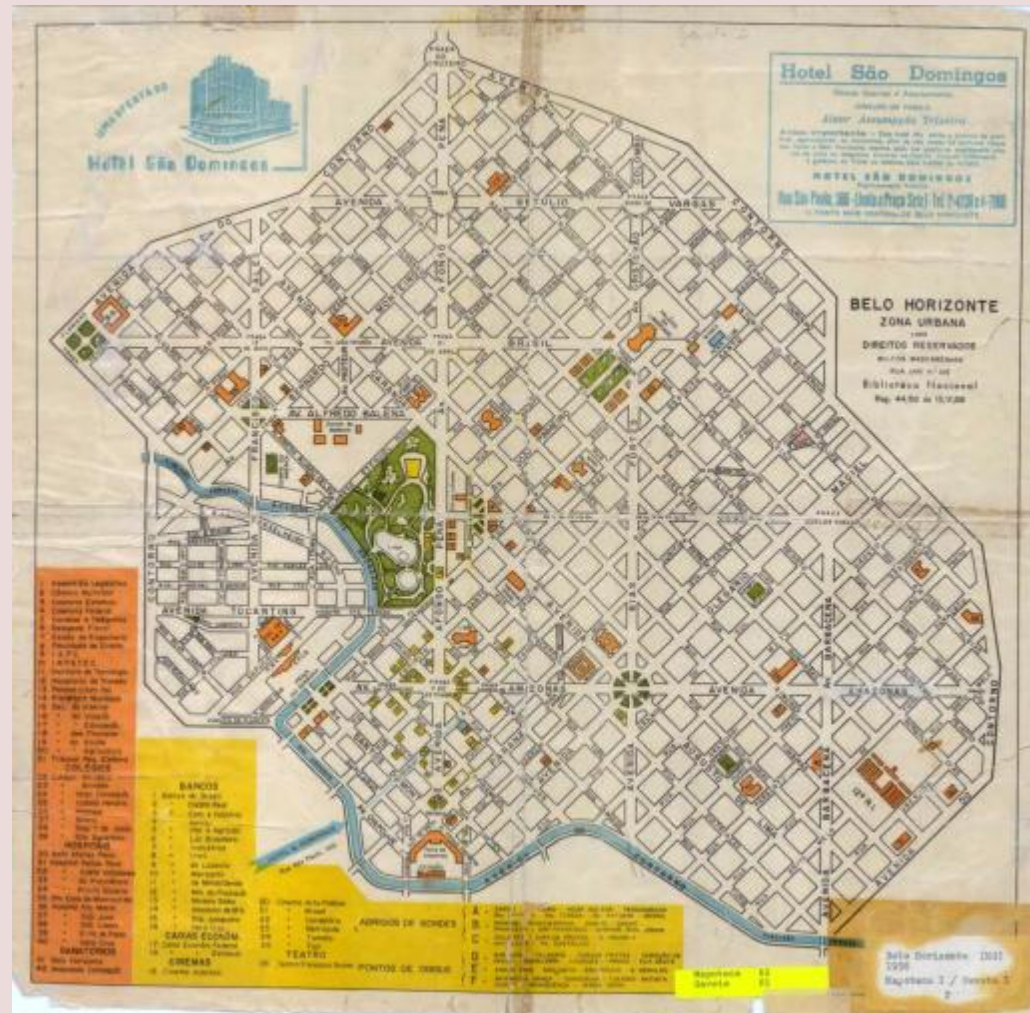


Figura 31- Planta da Zona Urbana de Belo Horizonte, 1956. Estão em cor laranja e amarelo os principais órgãos públicos, colégios, hospitais, bancos, cinemas, teatros, sanatórios, pontos de ônibus e abrigos de bondes. As diversas praças com diferentes formatos (em verde), racionalmente distribuídas, cumprem diversas funções: articular o sistema viário, configurar conjuntos urbanísticos e constituir marcos visuais. Fonte: Mapoteca da Escola de Arquitetura da UFMG.



## 3.2 Praça da Liberdade

A dimensão simbólica foi muito importante na constituição de Belo Horizonte, pois além de cidade capital, sede do poder político, ela expressava o Brasil pós-república. O simbólico atuou também como “elemento ordenador da implantação dos principais edifícios públicos, de que é um bom exemplo o centro cívico constituído, numa esplanada elevada, pela Praça da Liberdade, dominada pelo Palácio do Governo e delimitada, nas laterais, pelas secretarias de estado” (LEME, 1999, p. 223).

Sobre as praças do plano urbanístico de Belo Horizonte, foi assumido que:

*Muitas praças de tamanhos e formas diversos cortarão as ruas e avenidas, dando largueza para o efeito architectônico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados. Assim o Palacio Presidencial será erguido no centro da Praça da Liberdade, para onde convergem cinco avenidas: os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente, na esplêndida Praça da Lei, circular e ponto do cruzamento de seis avenidas; o Palácio da Justiça fronteiro a área reservada para um grande hotel; o Palácio da Municipalidade ocupará com a bibliotheca e o museu o centro da Praça 14 de Setembro (data da lei que organizou os municípios mineiros), sendo triangular a forma dessa praça, etc. (Comissão Construtora da Nova Capital, 1985, p. 99-100 apud CALDEIRA, 2007)*

A Praça da Liberdade foi idealizada como uma acrópole moderna, para ocupar lugar de destaque e abrigar o Palácio Presidencial (da Liberdade) – residência do governador (**figura 32**). Conforme afirma CALDEIRA (2007), esse *locus* teve um significado e uma apropriação diferenciada de outros espaços públicos, pois representou o centro do poder político-administrativo, constituindo um cenário único na cidade. É interessante notar a ausência da Igreja Matriz<sup>38</sup> na praça principal da cidade, o que reforçava a imagem do poder republicano como um poder laico, dissociado do poder religioso – fundamental para o momento político em que Belo Horizonte foi criada. Essa ausência da Igreja também pode ser interpretada como influência dos ideais do positivismo, que separa o poder religioso do poder do Estado.

---

38 Somente no final da década de 1930 foi construído o Palácio Arquiepiscopal nas imediações do Palácio do Governo, mas ainda fora da praça, em uma avenida lateral (ALBANO et al., 1984, p. 10).





Figura 32- Detalhe da Planta Geral da Cidade de Minas, de Aarão Reis. A Praça da Liberdade é a praça cívica idealizada para sediar o poder político estatal. “O Palácio Presidencial, destinado a residência do Presidente do Estado, vai ser edificado em bellissima situação, n’um alto de onde se avista quasi toda a cidade, e 6 avenidas se cruzarão sobre o edifício, abrindo-lhe francos horisontes para todos os lados” (A Nova Capital, 1895 apud CALDEIRA, 2007). Fonte: Arquivo Público Mineiro.



Conforme interpreta ALBANO et al. (1984, p. 10), outro reflexo do positivismo na Praça da Liberdade se prende ao seu próprio nome – este é interpretado como fruto da conjugação de valores positivista e republicanos com um valor cultivado como imagem da identidade mineira que é assim reforçado. “Em Minas Gerais, a construção da ideologia da mineiridade tem início com a restauração do culto à inconfidência, a [os] seus heróis, a [os] seus valores. À ordem e ao progresso, comuns a todos os estados, a República em Minas Gerais soma à ideia de liberdade.”

No projeto original de Aarão Reis – Planta da Cidade de Minas, de 1895 – as denominações das praças, em sua maioria, recordavam datas importantes em Minas, no Brasil e no mundo; outras receberam nomes que homenageavam pessoas ilustres e, ainda, a Liberdade, a República, o Progresso, a Federação, a América e a própria Belo Horizonte<sup>39</sup>. A Praça da Liberdade era parte de um conjunto urbano formado pela Praça da República (atual Praça Afonso Arinos), pela Avenida da Liberdade (atual Av. João Pinheiros), pelo Palácio da Liberdade e pela Rua da Liberdade (atual Levindo Lopes), que seria a continuação da Avenida da Liberdade a partir dos fundos do palácio.

*Havia, nesse conjunto, uma mensagem cívica bastante clara. A Avenida da Liberdade nascia da Praça da República, num claro modelo da ideologia republicana vigente, que pregava ser o regime republicano a única fonte de liberdade, que nunca vinha em excessos, já que tínhamos uma avenida, uma praça, um palácio e uma rua com seu nome. Este era, também, real, já que não havia no palácio as grades que hoje o isolam, possibilitando assim a todos o acesso ao poder, exercido, em nome de todos, pelo primeiro cidadão. (GOMES, 1992, p. 138)*

Plana e localizada no encontro de quatro avenidas principais e três ruas secundárias, a Praça da Liberdade reproduz a *Place Royale* francesa e com dimensões monumentais (300m x 150m = 45.000m<sup>2</sup>), dando destaque ao palácio como monumento. A sua localização foi um reforço de seu caráter simbólico – situada no ponto mais alto<sup>40</sup>, destaca-se na paisagem da nova capital.

---

39 Das vinte e quatro praças projetadas na planta de 1895, aprovada pelo Decreto Estadual nº 817 de abril de 1895, onze não existem. Das treze praças projetadas por Aarão Reis na Planta da Cidade de Minas que foram implantadas, apenas a Praça da Liberdade conservou a denominação original. Todas as outras mudaram de nome, ao longo dos tempos, sendo que algumas por mais de uma vez (GOMES, 1992, p. 21).

40 No local onde está a Praça da Liberdade, havia, na época do arraial de Curral d’El-Rey, uma colina ocupada por ranchos e casebres. A colina foi desterrada, sendo removidos 1.800.000 metros cúbicos de terra, com a qual se aterrou área entre as ruas Bernardo Guimarães, Sergipe e João Pinheiro. O aterro de suas encostas viabilizou o acesso à esplanada resultante desses intensos trabalhos de movimento de terra. Fonte: Jornal Estado de Minas, 1992.



No plano original de Aarão Reis, as secretarias deveriam ocupar outra praça – a Praça do Progresso – mas, quando Francisco Bicalho assumiu coordenação dos trabalhos, em maio de 1895, decidiu transferi-las para a Liberdade. As Secretarias de Estado foram colocadas nas laterais do grande largo e foram determinadas pelo novo coordenador mudanças nas fachadas das Secretarias de Finanças e da Agricultura, para diferenciá-las. A praça ganhou, então, a feição de centro administrativo. Esse fato modificou a composição arquitetônica original, em que a praça era uma espécie de paço do Palácio da Liberdade. Ao situar as secretarias nas laterais da praça, foram estabelecidos os limites visuais do local, reforçando o eixo voltado para o palácio e alimentando o espaço da praça com portas e janelas – decisão que contribuiu para sua urbanidade. A localização, na praça, do conjunto arquitetônico das Secretarias do Interior, das Finanças e da Agricultura também legitimou sua vocação de centro cívico.

O Palácio da Liberdade (**figura 33**), cuja obra foi iniciada em novembro de 1895, foi projetado por José de Magalhães, arquiteto da Comissão Construtora da Nova Capital. A arquitetura reflete a influência francesa e os materiais foram importados da Europa. A pintura e decoração foram confiadas ao artista Frederico Antônio Steckel. Ao longo dos tempos, abrigou governadores e recebeu visitantes ilustres, chefes de estado brasileiros e estrangeiros.

Todas as secretarias foram também projetadas por José de Magalhães, obedecendo ao padrão – estilo eclético, com predominância de elementos neoclássicos franceses – das construções planejadas pela Comissão Construtora da Nova Capital. As obras das secretarias tiveram início em 1985 e se encontravam inacabadas na inauguração da capital, em 1987. Nos edifícios construídos na época, foram utilizados muitos elementos importados – telhas, madeiras, estruturas metálicas.

O edifício da antiga Secretaria do Interior (**figura 34**) sediou a Secretaria da Educação e de Saúde, ficando a partir de 1948 somente para a Secretaria da Educação, que permaneceu até 1994. O edifício da Secretaria de Viação e Obras Públicas (**figura 35**), originalmente destinado à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sofreu vários acréscimos ao longo dos anos, recebendo o quarto e quinto andares entre 1929 e 1934, atingindo 8.159m<sup>2</sup> de construção. Essa intervenção descaracterizou a fachada e fez o edifício perder o telhado original. O andar térreo foi ocupado pela Prefeitura de Belo Horizonte de 1901 a 1910. A partir de 1997, recebeu o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) e a Secretaria de Estado de





Ciência e Tecnologia. O prédio da Secretaria de Estado da Fazenda (**figura 36**), então denominada Secretaria de Finanças, recebeu várias modificações e acréscimos, resultando numa área construída de 3.834m<sup>2</sup>.



Figura 33- Palácio da Liberdade, no início do século XX. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Figura 34- Praça da Liberdade e a Secretaria de Interior que depois sediou a Secretaria da Educação. Fonte: IEPHA. Figura 35- Secretaria de Viação e Obras Públicas, originalmente Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a Praça da Liberdade, em 1906. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Figura 36- Secretaria de Finanças, depois Secretaria de Estado da Fazenda e a Praça da Liberdade. Fonte: IEPHA.



A inauguração da cidade, em dezembro de 1897, aconteceu na Praça da Liberdade – ainda um descampado que acomodou uma das celebrações mais importantes. A praça foi o local da grande festa popular e a partir de então se iniciou o processo de afirmação da cidade e a criação de um cotidiano que deu sentido ao espaço construído (ALBANO et al., 1984, p. 12). A Praça da Liberdade tinha apenas o palácio e as três secretarias, todos inacabados. Durante alguns anos, permaneceu sem ajardinamento ou arborização – era apenas uma esplanada de terra nua, batida, pouco convidativa e não frequentada pela população. Nos primeiros anos da cidade os locais de encontro, de lazer e recreação eram o Parque Municipal, com suas alamedas, arborizadas, lagos e cascatas, e as imediações do Teatro Soucasseeux, no trecho médio da Rua da Bahia (MARTINS, 2005). Em 16 de abril de 1903, o jornal Minas Gerais publicou um artigo do advogado Gustavo Pena, no qual ele sugeriu o tratamento que devia ser dado à praça:

*Nesta formosa cidade de que nos devemos orgulhar por tantos motivos, para que a grandiosa Praça da Liberdade venha a ser considerada um dia, como deve e merece, a Praça do Estado de Minas, é necessário, no meu entender, que a exemplo de tantas outras, façamos, embora lentamente, alguma cousa que signifique um sentimento artístico e um dever patriótico (ALBANO et al., 1984, p. 12).*

Na época, o escritor Gustavo Pena preocupou-se com a construção de uma imagem para a cidade e para a praça. Sua argumentação foi reforçada por uma lista de praças citadas pelo autor que não só identificam as cidades onde se localizam como também podem ser vistas como praças nacionais – Paris/ Concórdia, Madrid/Porta de Sol, Florença/*Piazza dela Signoria* – e sua sugestão era, em síntese, a “monumentalização” da Praça da Liberdade (ALBANO et al., 1984, p. 12).

Em 1904, a praça ganhou seu primeiro projeto paisagístico<sup>41</sup>, baseado na vertente do pitoresco inglês – de caráter orgânico, com pequenas fontes, canteiros, jardins, pontes rústicas de cimento imitando troncos de madeira, uma moldura de *ficus benjamin* em toda a sua volta e uma réplica do Pico do Itacolomi (**figura 37**), existente em Ouro Preto. Também datam dessa época o renque duplo de palmeiras imperiais ao longo da alameda central e o coreto. Cyro dos Anjos descreveu sua visita à praça quando tinha apenas 10 anos: “na companhia de primas já moças, percorri, de bonde, as ruas e passei na Praça da Liberdade que me pôs de queixo caído com os lagos, pontes rústicas e sobretudo com a miniatura, em concreto, do Pico do Itacolomi” (ANJOS, 1979, p. 123).

---

41 Em 1903, são inaugurados os jardins da Praça da Liberdade, concebidos originalmente por Antônio Nunes de Almeida em colaboração com o paisagista Paul Villon (CALDEIRA, 2007).



O ambiente pitoresco (**figura 38**) contrastava com as dimensões da praça. O paisagismo fez com que o local adquirisse novas funções, tornando-se o logradouro preferido para o convívio da população que passou a frequentá-lo regularmente, era o lugar do *footing*, ponto para flertar e namorar, para bater um papo descontraído pelos jardins. Nela aconteciam também relevantes eventos oficiais e extraoficiais, como as principais manifestações, paradas militares, retretas aos domingos, protestos populares. Desde então, a praça funciona não só como centro cívico e administrativo, mas também como lugar de uso cotidiano dos habitantes da nova capital – “tinha a função de reproduzir o ambiente de encontro existente numa cidade consolidada” (CALDEIRA, 2007).

No poema de Carlos Drumond de Andrade, o autor descreve-a como cenário de inspiração para os enamorados e, ao mesmo tempo, local de trabalho dos funcionários públicos:

*A praça dos namorados  
É a praça do poder  
Saudades de Ouro Preto lacrimejam  
Entre penhascos de cimento (...)*

*Chegam, chapéu preto – terno preto, os coronéis –  
Para a súplica e a ronha do pigarro,  
Não olham o verde, vão direto.  
O lago não reflete senão a renda do silêncio  
Que paira sobre a hora embalsamada.  
Entram. Sussurram.  
Ungidos, saem para os municípios.*

(Carlos Drumond de Andrade, *Praça da Liberdade sem Amor*. *Jornal do Brasil*, 16/11/1974).



Figura 37- Foto de vista parcial da Praça da Liberdade, em 1900. O lago e a miniatura do Pico do Itacolomi. Fonte: Arquivo Público Mineiro



Figura 38- Cartão Postal da Praça da Liberdade, no início do século XX. O primeiro paisagismo, de caráter orgânico, criou um ambiente pitoresco na praça. Ilustração de Linardi & Machado. Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA.





A Praça da Liberdade extrapolou sua função original de praça, que abrigaria o poder, no limiar do século XX. Segundo OLIVEIRA (2011), transformou-se num “indutor de sociabilidade, colocando-se como um dos principais pontos da vida urbana moderna de Belo Horizonte”. Essa sociabilidade foi inspiração para diversos poetas e escritores, que eternizaram em seus versos o conjunto arquitetônico e paisagístico da praça. A imagem de cidade capital, civilizada e moderna, foi apropriada e difundida pelos textos de cronistas que a viviam e visitaram nos seus primeiros anos. “Belo Horizonte, *a Bela*, nas palavras de Monteiro Lobato era a cidade certa. Pedro Nava celebrou a cidade em suas memórias, assim como Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e outros autores. Na cidade decantada pelos poetas e escritores, a Praça da Liberdade assumiu um papel central, sendo por vezes, a alma da cidade” (OLIVEIRA, 2011).

O conjunto arquitetônico foi ganhando novos edifícios. O Solar Narbona foi construído para abrigar a família de Francisco Narbona, anteriormente a 1911, mas sua autoria e ano de construção são desconhecidos. Posteriormente, foi adquirido pelo Estado e em 1964 ocupado pela FEBEM até 1983, quando passou para a Secretaria de Estado da Cultura.

O Palacete Dantas<sup>42</sup> foi construído em 1915, em estilo neoclássico, projeto de Luiz Olivieri e residência do engenheiro construtor José Dantas. Em área nobre, a residência com porte de edificações do governo, fica ao lado do Palácio da Liberdade. Já abrigou também o Automóvel Club, serviu de hospedagem do presidente Getúlio Vargas em 1931, foi alugado por diversas instituições educacionais e também foi unidade da Secretaria de Educação e da Secretaria de Estado da Cultura.

Belo Horizonte passou por reformas e intervenções na década de 1920, devido à visita dos reis belgas. Os recursos financeiros possibilitaram a realização de obras públicas para preparar a cidade para o evento, e o primeiro espaço reformado foi a Praça da Liberdade – local de hospedagem dos reis e de realização das festas. Na ocasião, os jardins foram depreciados devido ao seu ar provinciano:

---

42 O Palacete Dantas e o Solar Narbona são tombados pelo IEPHA/MG através do Decreto nº18. 531, de 02 de junho de 1977.



*Durante muitos annos, Belo Horizonte foi uma capital sem jardins, pois o da Praça da Liberdade não poderia receber esta designação, bosque immenso eu era, de árvores com um coreto inesthético ao centro, algumas pontes com pretensões ao rústico e, em frente à Secretaria de Agricultura, um bloco de cimento enorme que se dizia ser a um copia do Itacolomi (SILVEIRA, 1925).*

O novo projeto que a Praça da Liberdade ganhou era de influência francesa e configurava um traçado geométrico composto por fontes, lagos, canteiros e caminhos bem definidos (**figuras 39 e 40**). Do desenho original, manteve-se apenas o renque de palmeiras imperiais da alameda central que destacava o eixo visual do Palácio da Liberdade e o coreto. Entretanto, a praça, agora com outra paisagem, continuou com os mesmos usos após a passagem dos reis belgas:

*Tambores*

*E vêm o rei, na armadura do herói de Flandres.*

*Carece recebê-lo em francês, com todas as honras,*

*Ameniando a praça do poder.*

*Para longe os penhascos de mentira,*

*Os itacolomis nostálgicos,*

*O timbre ouro-pretano amortecido.*

*A divina simetria explode em rosas,*

*Repuxos à Le Nôtre*

*Sem Le Nôtre*

*Passa o Rei, passa a Rainha,*

*Passa a ilustre comitova,*

*as festas belgas passam, e começa*

*o footing ritmado dos vestidos*

*Vitrina movente, vai e volta.*

*(Carlos Drummond de Andrade, Praça da Liberdade sem Amor. Jornal do Brasil, 16/11/1974).*



A praça continuou sendo muito frequentada pela população e Cyro dos Anjos registrou em suas memórias que o modo de frequentá-la na época indicava pertinência a um grupo social ou outro:

*No jardim da Praça da Liberdade – modelado pelo de Versalhes, não se esqueça! – havia retreta aos domingos, invariavelmente aberta com a Protofonia de O Guarani. E, melhor que a retreta, o footing: na alameda à direita de quem ia rumo ao Palácio, caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda, que passava ao pé do coreto, criadas e soldados de polícia. Uma rua central, em meio a renques de palmeiras imperiais, separava sociedade e plebe; democráticas, as roseiras floriam indiscriminadamente do lado preto e do lado branco. E como! (ANJOS, 1979, p. 238).*

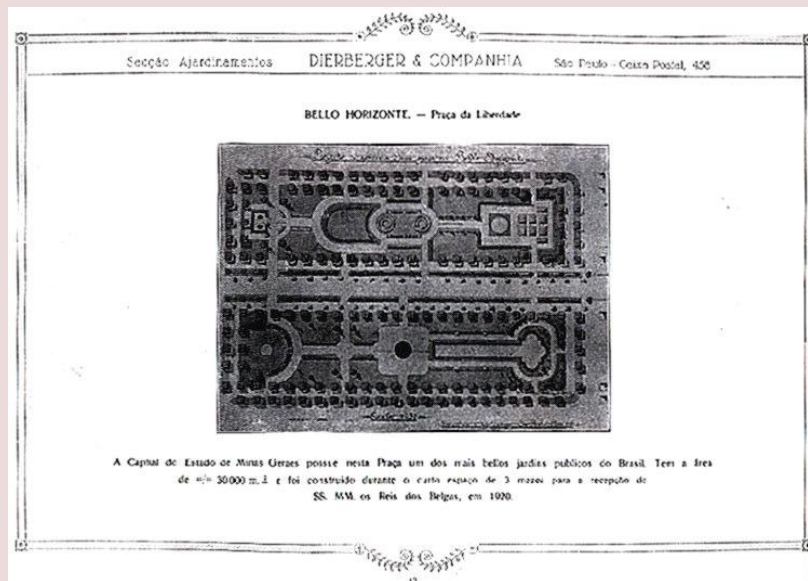


Figura 39- Projeto da Praça da Liberdade feito por Dieberger e Companhia, 1920. No folder, o projeto é comentado: “A Capital Projeto da Praça da Liberdade do Estado de Minas Geraes possui nesta Praça um dos mais bellos jardins públicos do Brasil. Tem a área de mais ou menos 30.000 m<sup>2</sup> e foi construído durante o curto espaço de 3 meses para a recepção de SS. MM. os Reis dos Belgas, em 1920.” Fonte: Arquivo Público da Cidade. Figura 40- Foto da Praça da Liberdade, publicada em Minas Gerais, 1925, p. 1132. No texto que acompanha fotos da praça, é comentado: “O jardim da Praça da Liberdade é a ‘great attraction’ da nossa elite”. Fonte: Arquivo Público Mineiro.



A praça continuou ampliando seu número de edifícios pelos anos seguintes. O prédio da Secretaria de Estado de Defesa Social foi construído em 1926 e é de autoria de Luiz Signorelli. A construção, ao lado da Secretaria de Agricultura, restabeleceu a simetria da praça e foi inaugurada em 1930, com seis pavimentos, sendo os dois últimos recuados da frente do lote: a área total atinge 10.793m<sup>2</sup>. Destinava-se, na época, à Secretaria de Segurança e Assistência Pública. Suas proporções são monumentais e manteve algumas referências estilísticas ao ecletismo do conjunto da praça. O Palácio Arquiepiscopal foi elaborado pelo arquiteto Raffaello Berti, embora tenha sido assinado por seu sócio Luiz Signorelli. Inaugurado em 1937, é de estilo que se espalhou pela cidade na década de 1930, o Art Déco.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a praça não sofreu grandes transformações em seu espaço (**figuras 41 e 42**). Os usos permaneceram os mesmos e ela continuou sendo o lugar dos namoros: “a noite avançava e, de súbito, a Praça ficou inteiramente deserta. Fora-se o último casal de namorados, só restavam os três, no banco de sempre: o coreto vazio, o busto de D. Pedro II entre roseiras, o repuxo no lago...” (SABINO, 1982, p. 90).

A Praça da Liberdade foi testemunha de muitos acontecimentos políticos importantes até então, acontecimentos festivos, posses, visitas oficiais, cortejos, comícios, aclamações. Também viu tropas entrincheiradas, passeatas de grevistas, discursos inflamados e agitações reivindicatórias. OLIVEIRA (2011) afirma que as memórias da praça se misturam com a história da cidade e às vezes, com a do Brasil. Na década de 1930, por exemplo, a praça sediou o *Comando Geral das Forças Revolucionárias* que coordenava as ações militares da Revolução de 30, arregimentando voluntários e distribuindo armas e suprimentos, na recém-inaugurada Secretaria do Interior. Também “fora alvo de um bombardeio aéreo, sem maiores consequências, por um avião aliado às forças federais”. Mais tarde, durante o período do Estado Novo (1937-1945), a Praça da Liberdade “foi palco de inúmeros desfiles militares, paradas infantis, colegiais e sindicais”.

Na década de 1950, o cenário da praça foi transformado: ganhou exemplares da arquitetura moderna de Oscar Niemeyer. A Biblioteca Pública<sup>43</sup> e o Edifício Niemeyer<sup>44</sup> foram construídos (**figuras 65 e 66**). Surgiram novos pontos de encontro no entorno: o

---

43 A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa foi criada em 1954, mas passou a funcionar em sede própria apenas em 1961. O projeto é de Oscar Niemeyer, com modificações feitas pelo arquiteto Hélio Ferreira Pinto. Foi tombado em 1979, pelo IEPHA/MG. Oferece diversos serviços, e além do seu acervo geral, estão disponíveis as



rinque de patinação na esquina da Avenida João Pinheiro e a “missa dançante” do Minas Tênis (no entorno imediato da praça). Segundo ALBANO et al. (1985), ocorreu a substituição de algumas residências unifamiliares no entorno da praça por unidades multifamiliares, pois o mercado imobiliário procurava utilizar toda a potencialidade da área que é de localização nobre.



Figura 41- Vista da Praça da Liberdade em 1932. “Além da frequência cotidiana das crianças, dos idosos e dos funcionários, ali se realizavam desfiles e concursos carnavalescos, quermesses, festas infantis, concursos de beleza, missas campais, concertos, sem falar nas paradas militares, meetings políticos e comemorações cívicas” (MARTINS, 2005). Fonte: Arquivo Público Mineiro. Figura 42- Vista aérea da Praça da Liberdade em 01/11/1934. Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.

coleções especiais: Biblioteca Infanto-Juvenil, Biblioteca Braille, Coleção Mineiriana, Coleção Obras Raras, Preciosas e Obras sobre Artes. A Biblioteca Pública Estadual ganhou um anexo, em 2000 – edifício Professor Francisco Iglésias.

44 O edifício Niemeyer, de ocupação residencial, possui doze pavimentos, o fechamento do térreo não é total, e sua forma destoa das construções circundantes por causa de suas linhas curvas. Foi projetado em 1954 por Oscar Niemeyer e construído em 1955. É tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (Plano Geral de Implantação do Circuito da Liberdade, 2005).



No início dos anos 1960, os Edifícios Mape<sup>45</sup> (Xodó – **figura 67**) e Campos Elíseos foram construídos. Assim como o Edifício Niemeyer, foram destinados a uma camada social de alto poder aquisitivo e redimensionaram o espaço da praça para o uso residencial. Para ALBANO et al. (1985), a paisagem da praça se modificou, mas não o seu cotidiano. “O Minas Tênis e a Universidade Católica provocam o ir e vir na praça; conversas e olhares que prosseguiram nas horas dançantes do Clube, discussões políticas e intelectuais dos estudantes que entravam noite adentro nos bancos da praça. Surgem a primeira lanchonete, Xodó e o bar Porão, que se afirmam como pontos de encontro. O corte de classe permanece, a lanchonete e o bar são frequentados pela classe mais abastada.” O edifício da Universidade Estadual de Minas Gerais<sup>46</sup> – UEMG, antigo anexo da Secretaria de Educação, também foi construído no início da década de 1960.

A expansão da máquina governamental, que acompanhava o crescimento demográfico e econômico do estado, foi desencadeando ampliações dos edifícios do governo, construções de anexos e transferências para outros locais. O Palácio da Liberdade, que possuía as funções de residência, cerimonial e administração, se tornou pequeno. Foram construídos o Palácio das Mangabeiras, no governo Kubitschek e o Palácio dos Despachos<sup>47</sup>, entre 1966 e 1968. Algumas secretarias foram desmembradas – como as de Viação e Obras e a de Saúde e Educação, e deixaram seus antigos prédios. Outras secretarias criadas nunca chegaram a ter suas sedes na praça.

Segundo OLIVEIRA (2011), a praça ainda se apresentava como um espaço privilegiado para manifestações políticas nos anos 1960. Com o fechamento do sistema político, em 1964, as manifestações políticas desaparecem. Mesmo assim, a praça foi “palco de inesquecíveis manifestações populares, como as passeatas de protesto contra o golpe e a ditadura militar”.

---

45 O edifício Mape, de utilização residencial, é projeto do arquiteto Sylvio de Vasconcelos, do fim da década de 1950. Construído na esquina da rua Gonçalves Dias, apresenta até o sexto andar, o pavimento tipo com quatro apartamentos e do sétimo ao décimo andar, apenas um apartamento de quatro quartos. No térreo abriga a lanchonete Xodó (Plano Geral de Implantação do Circuito da Liberdade, 2005).

46 O edifício foi projetado por Galileu Reis, sendo realizada a obra em 1961. Possui lajes livres, o que flexibiliza a divisão interna, e pequena testada para a Praça da Liberdade, sendo a maior fachada envidraçada, que se desenvolve lateralmente (Plano Geral de Implantação do Circuito da Liberdade, 2005).

47 O Palácio dos Despachos foi construído em linhas modernas, tendo como justificativa a inadequação do Palácio da Liberdade para abrigar as funções administrativas do governo. A construção ocupou parte considerável do jardim do Palácio da Liberdade, comprometendo quase a totalidade da área do primitivo pomar. O projeto é do arquiteto Luciano Amedée Peret, e foi inaugurado em outubro de 1975 (Plano Geral de Implantação do Circuito da Liberdade, 2005).



Em 1969, surgiu na praça a “Feira de Arte e Artesanato” (conhecida popularmente como “Feira Hippie”) que permaneceu por vários anos. O poder se resguardou, colocando grades e fechando os jardins do Palácio da Liberdade. As feiras se realizavam aos domingos. A feira foi crescendo e logo foi institucionalizada, tendo a prefeitura assumido o evento e declarado seus dois objetivos principais: o cultural e o econômico (ALBANO et al., 1985, p. 22). Depois foi criada a “Feira Extraordinária” às quintas-feiras, durante a noite. A praça tornou-se também lugar de mercado, de modo que as feiras se inscrevem definitivamente em seu cotidiano.

Ainda no final da década de 1960, a praça resistiu às propostas de reforma e demolição do Palácio da Liberdade, mesmo sem nenhuma proteção legal. A despeito disso, na década de 1970, sofreu reduções em sua largura, a eliminação da moldura de fícus e a remoção dos postes de iluminação de 1928. As modificações<sup>48</sup> objetivaram ampliar as pistas laterais. As polêmicas geradas pelas alterações foram decisivas na criação o IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, em 1972. O tombamento do Palácio da Liberdade foi efetuado pelo IEPHA/MG, através do Decreto nº 16.956, de 27 de janeiro de 1975. Dois anos depois, o conjunto da Praça da Liberdade<sup>49</sup> foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/MG, através do Decreto nº 18.531, de 02 de junho de 1977.

No final dos anos 1980, o edifício que abrigou o Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves e o Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães foi construído na praça, em estilo pós-moderno. É projeto de Éolo Maia e Silvio de Podestá, e desde sua inauguração em 1991, causa polêmica pelo estilo ousado que incorpora vários materiais típicos de Minas Gerais, como quartzito, ardósia e pedra sabão, além das placas de aço *corten* não pintadas– o que lhe rendeu o apelido de Rainha da Sucata. O edifício possui quatro pavimentos, subsolo, hall para exposições e anfiteatro aberto, com capacidade para 400 pessoas. A área é de 1.182m<sup>2</sup>.

---

48 Para Jô Vasconcellos, as maiores transformações da praça foram na década de 1970, quando seu traçado foi modificado, “foram feitos arremates nos canteiros com paralelepípedos retirados da alameda central, prejudicando o traçado bem geométrico. Arredondaram os cantos, cortaram os oito metros de cada lado, arrancaram os fícus. [...] Colocaram asfalto no piso, cobrindo as canaletas” (Jornal Estado de Minas, 1991, p. 30).

49 O conjunto compreende “seus jardins e alamedas, lagos, hermas, fontes e monumentos, bem como os prédios da Secretaria da Fazenda; Viação (antiga Agricultura); Educação (antiga Interior); Segurança Pública e Interior, pelo seu aspecto externo incluindo as fachadas da frente, laterais e posteriores bem como o interior das mesmas com decorações, escadarias monumentais, pinturas de tetos; painéis e vitraux e prédios dos Palácios da Liberdade e dos Despachos, de acordo com demarcação feita na planta que determina a área de tombamento” (LANA, 1990).





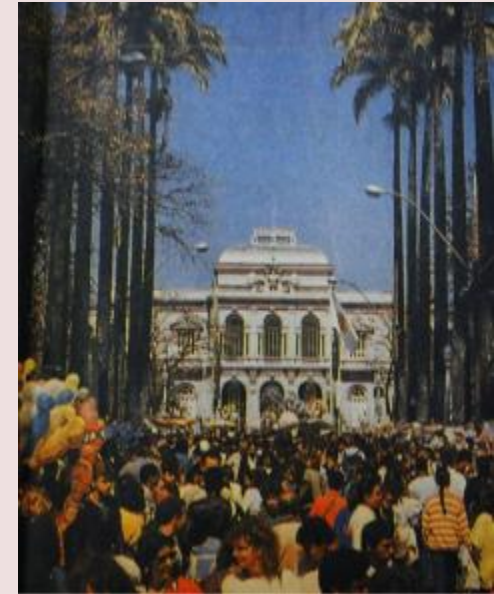
As feiras que faziam parte do cotidiano da praça desde o fim da década de 1960 foram crescendo e se popularizando<sup>50</sup>. A feira ficou cada vez mais sujeita aos interesses diversos, com predominância do econômico sobre os outros. Nelas, conviviam produtos artesanais e artísticos, manufaturados domésticos e até produtos industrializados. Em 1981 foi criada a “Feira de flores e plantas”, que funcionava nas noites de sexta-feira. Em seguida, foi incorporada a ela o “Projeto Seresta”, e o público cresceu de modo que muitos usuários iam à praça para ouvir a seresta. A demanda por espaço para expor produtos aumentou e o poder público criou a feira às quartas-feiras em 1983, sem lograr sucesso.

Segundo ALBANO et al. (1985), as feiras da Praça da Liberdade se tornaram o caos, não ficavam espaços livres na praça (**figuras 43 e 44**) – só haviam corredores de mercadorias. Criou-se a feira aos sábados, conhecida por “Feira de Antiquidades e Comidas Típicas”. Foi criado também o “Atelier Aberto”, levando um público à praça que circulava “entre cavaletes, pincéis e tintas, prensas de gravuras, blocos de argila e modelos posando”. Com o decorrer do tempo, os frequentadores de sábado aumentaram e a venda de comidas e bebidas ultrapassou a importância das outras atividades – a praça se tornou um “botequim a céu aberto” (ALBANO et al., 1985, p. 30). No final da tarde, a feira ganhava roda de samba, batucada, banda de música e cerveja.

O calendário das feiras na Praça da Liberdade ocupava os dias de quinta, sexta, sábado e domingo. Nos intervalos, a praça passava por uma limpeza. Apesar das feiras desempenharem um importante papel na vida social da cidade, elas depredavam a o

---

50 Houve também uma proliferação de feiras em outros lugares da cidade nesta época.



Figuras 43 e 44- Feiras na Praça da Liberdade – uma multidão se aglomerava na praça. Fonte: Estado de Minas. Segunda Seção. Belo Horizonte, 13 jan.1989, p. 1.





espaço construído<sup>51</sup>. O grande número de pessoas causava danos aos jardins, lagos, elementos artísticos e até mesmo às árvores de grande porte. Por isso, foram proibidas e transferidas para outras localidades. Posteriormente, em parceria com a iniciativa privada, a prefeitura de Belo Horizonte promoveu a reforma da praça, segundo um minucioso projeto de restauração<sup>52</sup>—comandado pela arquiteta Jô Vasconcellos e baseado no projeto paisagístico de 1920 – que foi proposto em 1990 e executado em 1991 (**figura 45**).

Também em 1991, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte protegeu as edificações da praça por meio do Procedimento Administrativo, inscrevendo o Conjunto Urbano da Praça da Liberdade/Avenida João Pinheiro e adjacências nos Livros Arqueológico, Etnológico e Paisagístico (XXV) e Histórico (XLII).

Quanto ao projeto de reforma, a arquiteta Jô Vasconcellos definiu o trabalho de pesquisa e reformulação da praça como um trabalho arqueológico, um “restauro” baseado na pesquisa – que foi feita por sua equipe que contava com historiador e arqueólogo – para redescobrir sua feição em 1920 (VASCONCELLOS, 2011). A arquiteta definiu a praça como um ambiente deteriorado e perigoso na época do “restauro”, quando era utilizada para a realização das feiras. Segundo VASCONCELLOS (2011), foi feito um levantamento cadastral das espécies existentes e do mobiliário. A planta original do projeto paisagístico de 1920 foi descoberta em São Paulo. A praça passou por várias descaracterizações ao longo do tempo e foram feitos oito furos arqueológicos para se determinar a configuração e os materiais da década de 1920. O coreto, que é de 1906, teve resgatada sua feição original.

---

51 Em seu parecer sobre a depredação da praça, causada pelas feiras, LANA (1990) relata que a feira de domingo chegava a interditar toda a praça, a Avenida João Pinheiro e outras ruas na proximidade da praça. Eram cerca de três mil expositores, sendo 70% invasores. As feiras deixavam muito lixo na praça, os canteiros pisoteados e sacrificados pela montagem das barracas. A vegetação deles não se regenerava. Nas fontes fluuavam lixo e uma estátua chegou a ter o braço decepado. A montagem das barracas na madrugada atrapalhava o sono dos que moravam na vizinhança. O encerramento das feiras ultrapassava o horário fixado, 16:00h. Segundo o parecer, os danos estariam sendo causados pelos feirantes e frequentadores, objetivamente. E subjetivamente, pela omissão do poder público, em resguardar a integridade e uso adequado dos espaços culturais legalmente protegidos.

52 Dados Técnicos do Projeto de Restauração, revitalização e intervenção da Praça da Liberdade – Arquiteta: Jô Vasconcellos (coordenadora); Colaboração: Flávio Grillo e Luciene Martins; Estagiário: Mauricio Meirelles; Consultoria de Paisagismo: Ricardo Samuel de Lanna; Pesquisa histórica: Ricardo Samuel de Lanna, Maria Guiomar de Cunha Frota, Adriene Leite de Souza, Alexandre Ferreira Mascarenhas, e Marica Cristina Seabra de Miranda; Pesquisa Arqueológica: Fabiano Lopes de Paula, e Alenice Baeta; Desenhos equipamentos urbanos: Jô Vasconcellos e Flávio Grillo; Construção: Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) em convênio com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Área: 35.000 m<sup>2</sup>. Projeto: 1989. Construção: 1990/1991. Fonte: sítio de Éolo Maia e Jô Vasconcellos. <http://www.eolojo.com.br/prj010-liberdade.htm>.



O piso original da praça estava 55 cm abaixo do existente em 1991, a praça encontrava-se toda asfaltada e com várias camadas de pisos abaixo. Pelas fotos antigas, foi possível perceber que a alameda principal havia sido pavimentada com paralelepípedos anteriormente, mas eles não foram achados abaixo do asfalto. Então se decidiu remover os paralelepípedos de outra rua na cidade e utilizá-los para se pavimentar a alameda. O piso original dos caminhos da praça era de saibro, mas como não se fazia sentido retornar a esse tipo de pavimentação, foi proposta a utilização do concreto pigmentado com óxido de ferro, para se chegar à coloração semelhante ao saibro.

O perímetro da praça foi reconquistado – 8 metros de cada lado que haviam sido retirados para aumentar as faixas de carros (o que não obteve o resultado esperado na época, pois o trânsito era estrangulado logo a frente) foi depois convertido em estacionamento a 45º e finalmente recuperado como espaço da praça em 1991. Os fícus foram as únicas espécies do levantamento cadastral trocadas na intervenção. Substituídos por ipês, hoje são uma atração à parte quando floridos, assegura VASCONCELLOS (2011). Os bustos foram relocados em suas posições originais e as fontes recuperadas, seguindo o projeto de 1920. Os canteiros também retomaram a configuração; seguindo o mesmo projeto reconstruíram-se as guias (**figuras 46, 47 e 48**). Durante as escavações, foram achadas as canaletas de tijolos que definiam o contorno dos canteiros – alguns tijolos tiveram que ser produzidos para repor os que estavam estragados, mas estes têm a data impressa na face posterior para se diferenciarem dos originais. A praça mantém até hoje a configuração que foi retomada com a reforma (**figuras 49 a 54**).

“Então a praça se reconciliou com as roseiras, os velocípedes, os namorados e idosos, os praticantes de caminhada e corrida, que voltaram a frequentá-la todos os dias, pela

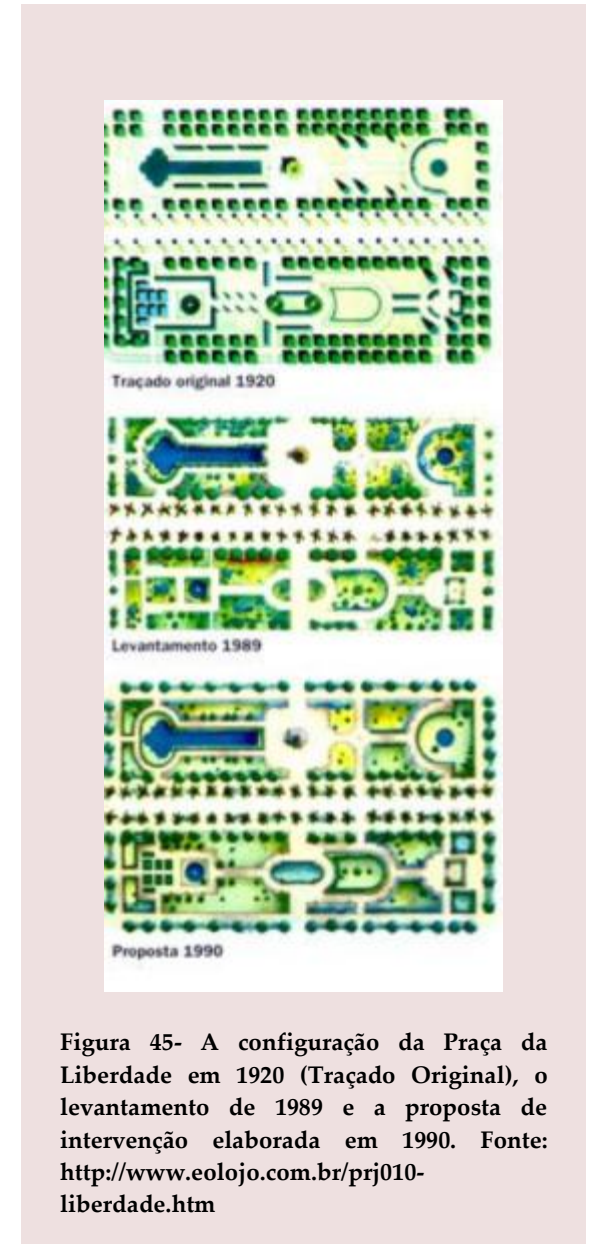


Figura 45- A configuração da Praça da Liberdade em 1920 (Traçado Original), o levantamento de 1989 e a proposta de intervenção elaborada em 1990. Fonte: <http://www.eolojo.com.br/prj010-liberdade.htm>



manhã, tarde e à noite” (MARTINS, 2005). As pessoas puderam voltar a admirar a beleza de um local bem cuidado e levar para um passeio cachorros e crianças de todas as idades com seus patins, skates, bicicletas, velocípedes, e até bola. As mães voltaram a levar os bebês nos carrinhos e os idosos a serem conduzidos por suas companhias entre os canteiros e fontes: todos voltaram a apreciar a praça. Grupos teatrais ou bandas de música também voltaram a se apresentar frequentemente ali. Nos finais de ano, a praça várias vezes se tornou o ponto alto da decoração natalina, atraindo muitas pessoas também das cidades vizinhas.

Concomitantemente com o desenvolvimento do projeto de restauração da praça e a execução da reforma, foram levantadas questões sobre a construção de um novo centro administrativo e a transformação da Praça da Liberdade em centro de cultura (questões suscitadas na gestão do governador eleito Newton Cardoso, 1987- 1991). Essa discussão colocou desde o início, em posição controversa, políticos, arquitetos, urbanistas, cidadãos, que manifestaram posições a favor e também contra. As últimas questionam principalmente a centralização da cultura – já que a cultura em espaço descentralizado é mais democrática – e a retirada das secretarias da praça, o que demandaria gastos elevados e romperia com a tradição de estarem ali centralizadas as principais Secretarias de Estado.

Em 1998, Francelino Pereira (PEREIRA, 1998) questionou a utilização dos edifícios tombados para funções ligadas ao serviço público e apontou uma suposta subutilização dos edifícios de uso institucional da praça. A nova utilização para as edificações da Praça da Liberdade voltada à cultura, à educação, à arte e ao lazer, foi reivindicada por ele, que apontou também a necessidade de adaptação desses espaços para que



Figuras 46, 47 e 48- Intervenção na Praça da Liberdade em 1991 – restauração da fonte menor, construção de guias e canteiros. Fonte: Relatório fotográfico da reforma, setembro de 1991, IEPHA.



pudessem servir à função proposta.

Mais tarde, na primeira gestão do governador Aécio Neves (2003-2007), uniu-se o propósito de construir a Cidade Administrativa à proposta de implantar o Circuito Cultural Praça da Liberdade (**figura 55 e 56**). Atualmente, o Circuito ainda está sendo consolidado pelo Governo de Minas – por meio da Secretaria de Estado de Cultura – e é desenvolvido pela entidade pública em parceria com a iniciativa privada. O projeto objetiva “oferecer à população novos espaços de conhecimento, arte, cultura, ciência e entretenimento”, e “restaura e dá novos usos aos prédios públicos que circundam a Praça da Liberdade, transformando-os em um riquíssimo conjunto de cultura e informação” (CIRCUITO CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE, 2011). O escritório do Circuito Cultural Praça da Liberdade foi instalado no edifício Rainha da Sucata (Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves) em 2004.

Os edifícios das antigas secretarias – que integram o Circuito Cultural Praça da Liberdade– deveriam ser desocupados em 2004, o que começou a ocorrer apenas em 2006. O edifício da Secretaria de Viação e Obras Públicas ainda abriga a sede do IEPHA/MG. Os demais estão sofrendo intervenções ou já estão prontos, com equipamentos culturais funcionando<sup>53</sup>. Um dos últimos a ser desocupado, contra a vontade dos funcionários públicos que lá trabalhavam, é o edifício do IPSEMG (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais), o qual vai se tornar um



Figuras 49 e 50- Fotos atuais da Praça da Liberdade. Crédito: Ludmila Dias.

53 O Circuito Cultural será formado pelo Palácio da Liberdade e dez equipamentos culturais: Espaço TIM UFMG do Conhecimento; Museu das Minas e do Metal EBX; Memorial de Minas Gerais Vale; Centro de Arte Popular Cemig; Centro Cultural Banco do Brasil [que ainda se encontra em obras]; o café, que está sendo construído entre o Museu Mineiro e o Arquivo Público Mineiro; Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa; Museu Mineiro; Arquivo Público Mineiro; e Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves, conhecido como Rainha da Sucata. Fonte: <http://www.circuitoculturalliberdade.mg.gov.br/projeto/conheca-o-proj>, acessado em 10 de abril de 2011. No fim de abril, o governador anunciou as novas destinações para os prédios do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG) – que será um hotel, da Secretaria de Cultura (Palacete Dantas e Solar Narbona) – que será ocupado pelo IEPHA-MG, quando a secretaria for transferida para a Cidade Administrativa, e de um galpão localizado nos fundos do Palácio da Liberdade – que será o Museu do Automóvel. Os prédios vão integrar o Circuito Cultural Praça da Liberdade, e a antiga Secretaria



hotel. Todos precisaram ou precisarão de intervenções, até com acréscimo de área, para receberem o novo uso. O edifício do Centro Cultural do Banco do Brasil ainda está em obras, que estão atrasadas, pois os funcionários da Secretaria da Defesa Social que ocupavam anteriormente o edifício lutaram bastante para continuarem no lugar (VASCONCELLOS, 2011).

O Palácio da Liberdade (**figura 59**) – que foi abandonado a partir dos anos 1970 pelos governadores que preferiram trabalhar no vizinho Palácio dos Despachos, e voltou a ser prestigiado por Tancredo Neves, que despachava de lá em 1983 e 1984 – sofreu uma restauração supervisionada pelo IEPHA-MG e iniciada em 2004. Ele foi reaberto em 2006, totalmente restaurado, para visitas aos domingos. Desde 2010 não é utilizado como gabinete para despachos, mas ainda é disponibilizado para o governador em dia de posse e eventos especiais, como a recepção de autoridades. Atualmente, as visitas ao Palácio da Liberdade acontecem todos os domingos, pela manhã.

A arquiteta Jô Vasconcellos afirma que as secretarias funcionavam nos edifícios tombados, mas poucos funcionários trabalhavam nesses prédios e, além disso, outros edifícios eram alugados em outros locais da cidade para abrigar os demais órgãos do governo – o que gerava altos gastos. A arquiteta declara que os antigos edifícios não ofereciam a estrutura física que os órgãos necessitavam, acabavam destruídos para a passagem de cabeamento telefônico e de internet, e estavam em má condição de conservação. Na visão dela, foi melhor o governo fazer a cessão dos edifícios para a iniciativa privada e concentrar os serviços públicos no novo Centro Administrativo – a Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, inaugurada em março de 2010. Essas duas ações do governo possibilitaram, segundo VASCONCELLOS (2011), diminuir os gastos públicos com aluguéis e manter os edifícios tombados em melhor estado de conservação.

---

de Viação e Obras Públicas, atualmente sede do IEPHA-MG, abrigará o Museu do Homem Brasileiro. Fonte: <http://www.transportes.mg.gov.br/index.php/banco-de-noticias/1-banco-de-noticias/1037-governador-anuncia-sede-do-iepha-museu-do-automovel-e-hotel-na-praca-da-liberdade.html>, acessado em 10 de abril de 2011.





Figura 51- Alameda central da praça. Figura 52- Vista da praça da janela do IEPHA. Figura 53- Uma das fontes da praça. Figura 54- Coreto e fonte. Crédito: Ludmila Dias

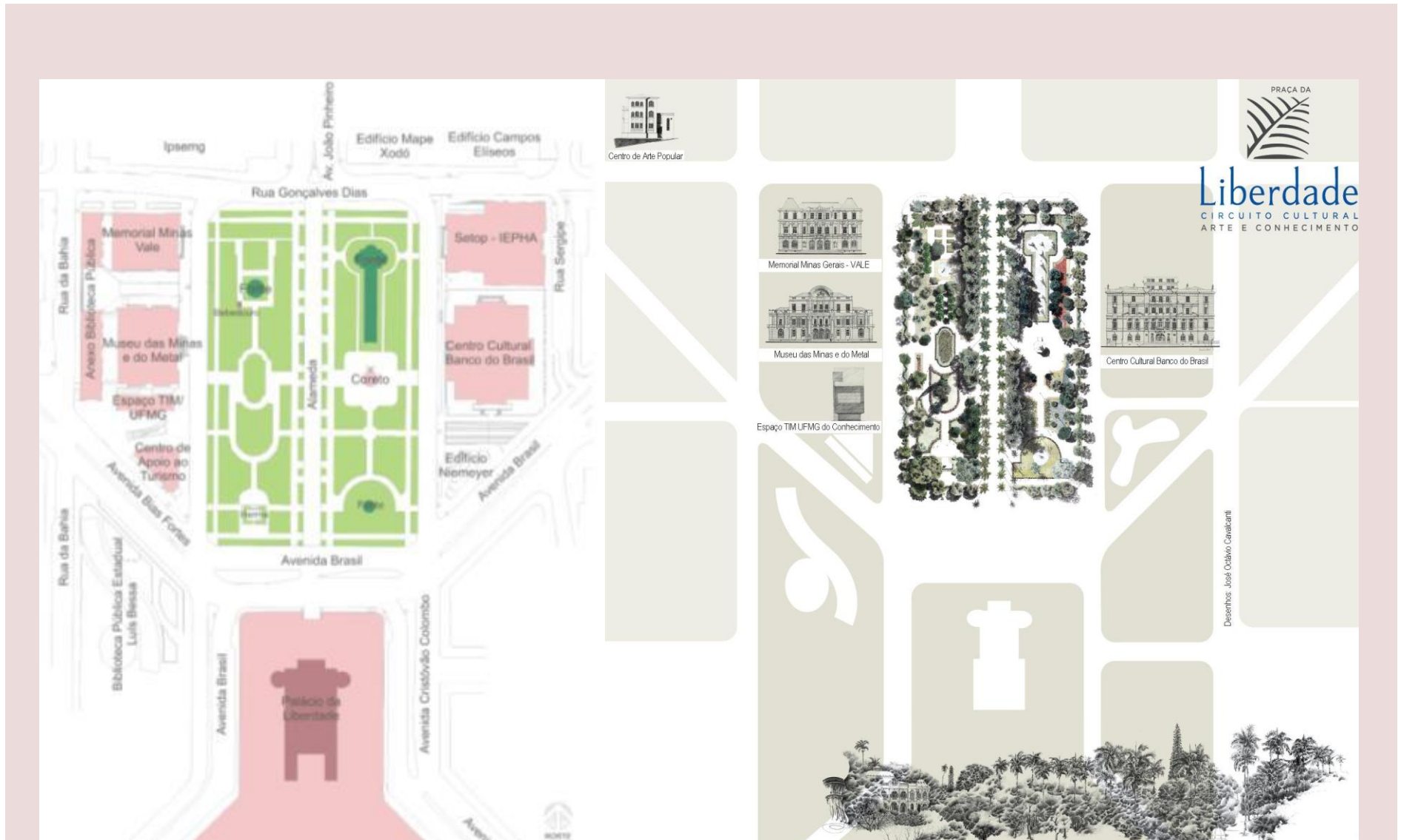


Figura 55- Ilustração da Praça da Liberdade e os edifícios que fazem parte de seu conjunto arquitetônico e do Circuito Cultural. Crédito: Ludmila Dias. Figura 56- Imagem produzida para divulgação do Circuito Cultural Praça da Liberdade – planta e uma perspectiva da Praça da Liberdade com sua massa arbórea. Crédito: José Octávio Cavalcanti.



O circuito Cultural não traz mudanças configuracionais para a Praça da Liberdade como trouxe o projeto de restauro (1989-1991), restringe-se a modificar a utilização de alguns edifícios do conjunto arquitetônico (**figuras 57 a 64**), e fazer intervenções<sup>54</sup> em seus espaços internos e volumetrias. A proposta é de que alguns equipamentos fiquem abertos à noite, estimulando o uso noturno da praça. A expectativa é que tragam mais bares, restaurantes, galerias de arte, livrarias, para o entorno – o que, segundo VASCONCELLOS (2011), já começou a acontecer.

Apesar da praça ainda não ter sido totalmente destituída de seu simbolismo como lócus do poder– já que o Palácio da Liberdade ainda é utilizado para eventos políticos como posse do governador ou recepção de autoridades – isso acontecerá com o tempo, pois o propósito é de que o palácio se torne apenas museu, integrado ao Circuito Cultural, garante VASCONCELLOS (2011).



Figura 57- Antiga Secretaria de Viação e Obras Públicas, que ainda abriga a sede do IEPHA/MG. Figura 58- Intervenção de Paulo Mendes da Rocha na antiga Secretaria da Educação, atual Museu das Minas e do Metal. Figura 59- Palácio da Liberdade – portões fechados durante a semana. Crédito: Ludmila Dias.

54 Segundo OLIVEIRA (2011), “as intervenções propostas para as edificações tombadas pelo IEPHA/MG e pelo Município de Belo Horizonte, não visam restaurá-las, mas sim as descaracterizam, na medida em que não respeitam seus espaços internos e suas volumetrias, suas intenções plásticas e seus ornamentos, os sistemas construtivos e os materiais originais dessas edificações. O mesmo instituto coordenou até 2006 as obras de restauração do Palácio da Liberdade, edificação de valor mais significativo do conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade, cuja intervenção foi exemplar e que deveria servir de modelo para as demais intervenções nas outras edificações da praça”.





Figura 60- Antiga Secretaria da Fazenda, atual Memorial Minas Vale. Crédito: Ludmila Dias. Figura 61- Imagem da maquete eletrônica do Centro Cultural do Banco do Brasil (antiga Secretaria de Estado de Defesa Social). Fonte: imagem gentilmente cedida por Jô Vasconcellos, Circuito Cultural Praça da Liberdade. Figura 62- Espaço TIM-UFMG do Conhecimento. Figura 63- Edifício Rainha da Sucata – Centro de Apoio ao Turista e Escritório sede do grupo que acompanha a implantação do Circuito Cultural. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 64- IPSEMG, edifício que será transformado em hotel. Figura 65- Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, na esquina da Avenida Bias Fortes. Figura 66- Edifício residencial Niemeyer. Figura 67- Edifício residencial com lanchonete no térreo, Mape/ Xodó. Crédito: Ludmila Dias.



### 3.3 A Praça da Liberdade e a cidade – análise no nível global

O crescimento de Belo Horizonte foi direcionado para o eixo sul por décadas, de acordo com PEREIRA e CAMPOS (2009), “com uma acelerada ocupação de empreendimentos imobiliários focados nos segmentos de renda alta e média alta (entre outros, os ‘condomínios fechados’)”. Entretanto, as presenças da Serra do Curral (barreira natural), das unidades de conservação ambiental (de uso e ocupação restritos do solo) e o adensamento urbano saturado redirecionaram os investimentos para outro vetor – o vetor norte.

O eixo norte – que já havia sido priorizado em intervenções estatais da década de 1940, através da Pampulha e das avenidas radiais abertas por Juscelino Kubitschek<sup>55</sup> – apareceu novamente como possibilidade de investimento no pensamento do Governo Estadual, que achou conveniente sua ocupação por projetos industriais, de polos turísticos, ou de desenvolvimento socioeconômico (PEREIRA e CAMPOS, 2009).

O projeto Linha Verde (**figuras 68 e 69**) – um conjunto de obras viárias que conecta o centro-sul da capital diretamente ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, agilizando o acesso e fluidez do tráfego e criando novas vocações e vitalidades<sup>56</sup> – foi

---

55 Inicialmente, o dinamismo dessa região se sustentou na acessibilidade criada com a abertura da Avenida Antônio Carlos e na concentração de grandes equipamentos institucionais como o Complexo Turístico da Pampulha, o campus da UFMG, o Aeroporto da Pampulha, o zoológico, o Mineirão, o horto florestal e as instalações da RFFSA no Horto e na atração que exercia a região Cárstica de Lagoa Santa, na época já um polo de interesse científico, paisagístico, turístico e de lazer. Posteriormente houve a implantação da Avenida Cristiano Machado e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, que na década de 1980 consolidaram o eixo norte na estrutura urbana da Metrópole.

56 Apesar das intenções nos discursos e no projeto da Linha Verde, houve manifestações e enfrentamentos ao projeto. O Instituto dos Arquitetos do Brasil de Minas Gerais (IAB-MG) mostrou-se contrário à execução, pois isso ratificaria um sistema de transporte na metrópole concentrador de tráfego na região central, o que gera congestionamentos. No Estudo de Impacto Ambiental (EIA – RIMA, 2005, apud PEREIRA e CAMPOS, 2005), também foi colocado que o projeto deriva do “(...) crescente número de veículos privados em circulação e da expansão desmedida do tecido urbano, que provocam deslocamentos cada vez maiores e volumosos em direção ao centro metropolitano” e compromete a velocidade média dentro do espaço urbano, já que “(...) os acessos estarão saturados, e esse engarrafamento se prolongará a dezenas de quilômetros assim que se produza uma saturação nas vias de acesso” (GORZ, 2004, p.77 apud PEREIRA e CAMPOS, 2009). A ociosidade de áreas e edificações no espaço urbanizado, que deveriam estar cumprindo a função social da propriedade, também é um contra-argumento à necessidade da Linha Verde para Belo Horizonte crescer. Impasses com relação à implantação de alças e passarelas ao longo da Linha Verde, também não foram resolvidos, prejudicando a acessibilidade de alguns bairros e o pedestre, segundo PEREIRA e CAMPOS (2009).



lançado pelo Governo de Minas Gerais em maio de 2005 com o objetivo de chamar a atenção dos empreendedores privados para a região norte e trazer nova dinâmica para esse vetor.

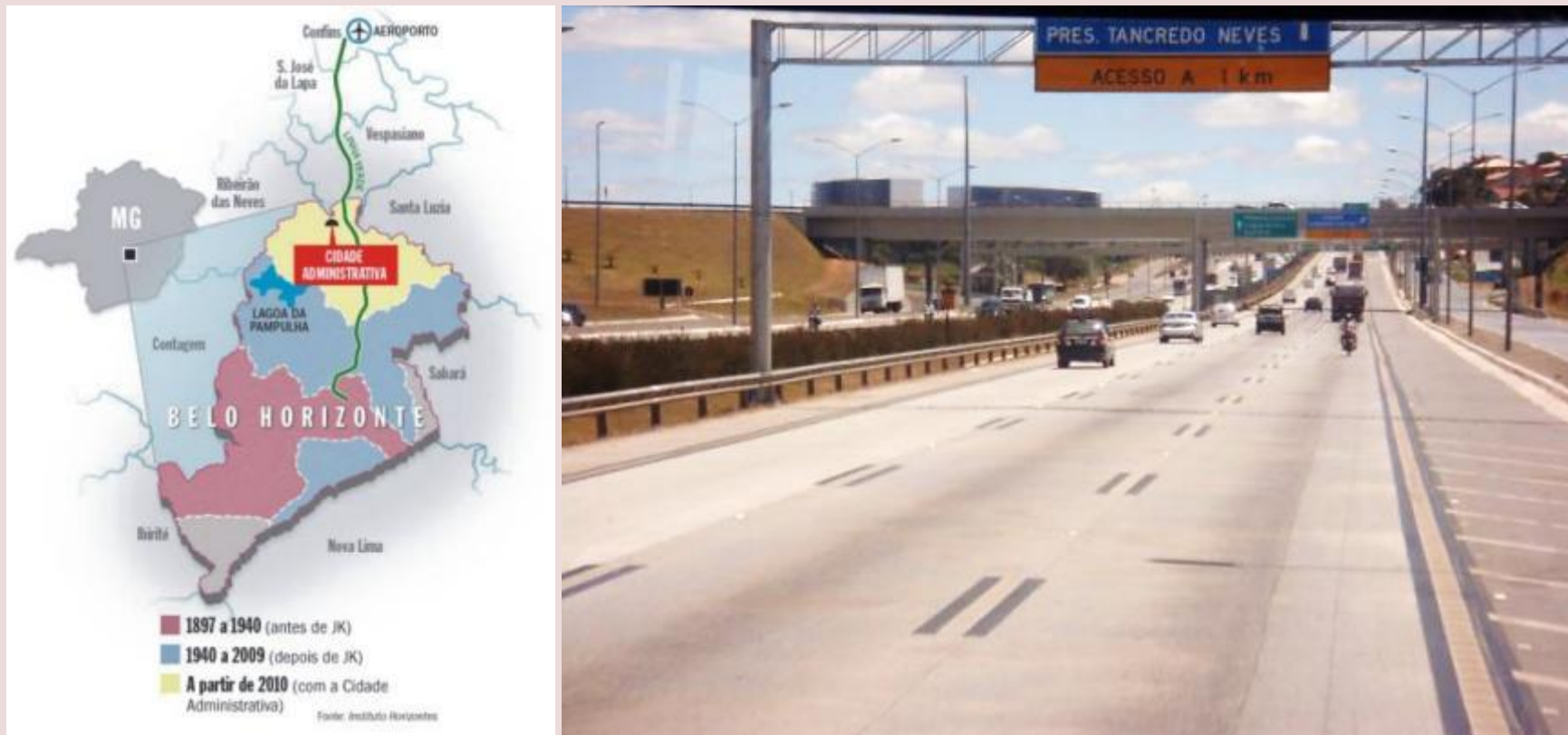


Figura 68- Mapa esquemático que mostra a ocupação de Belo Horizonte em diferentes fases e o caminho da Linha Verde. Também está em destaque o local da Cidade Administrativa. Fonte: Instituto Horizontes. Figura 69- Linha Verde, na altura do acesso à Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves. Crédito: Ludmila Dias.



Com o mesmo propósito, foi instalado o novo Centro Administrativo de Minas Gerais<sup>57</sup> (**figura 70**) na Zona Norte, a 20 quilômetros do centro antigo (região centro-sul da cidade). Segundo o então governador Aécio Neves:

*Com a transferência do Centro Administrativo para esta região, estamos direcionando o crescimento da capital para onde ela tem que crescer, para a região Norte. Com todos os cuidados ambientais e urbanísticos, estamos trazendo para cá não apenas a estrutura do Estado, mas uma série de novas oportunidades de investimentos privados no seu entorno, de comércio, de serviços, que possibilitarão a essa região crescer rapidamente. (Fonte: <http://www.sede.mg.gov.br/pt/noticias/181-governador-apresenta-projeto-do-centro-administrativo-do-estado>, acessado em 01 de maio de 2011)*



**Figura 70- Novo Centro Administrativo de Minas Gerais – Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, projetada por Oscar Niemeyer para abrigar secretarias, órgão e autarquias, e inaugurada em março de 2010. Crédito: Ludmila Dias.**

Anteriormente no texto, relacionamos a transferência do Centro Administrativo de Minas Gerais à implantação do Circuito Cultural da Praça da Liberdade. A coexistência dessas duas ações de governo será discutida neste item, pois a construção do novo

---

57 O intuito da transferência do Centro Administrativo foi centralizar os serviços de administração pública num mesmo local, dando mais eficiência à administração. A motivação dessa transferência reporta-se ao “Choque de Gestão”, que prevê a redução de despesas com o fornecimento de água, luz, telefone, aluguéis, IPTU, da ordem de R\$ 25.000.000 anuais. Entretanto, GUZZO (2010) questiona o argumento de que “a mudança dará mais ‘eficiência’ à administração” – para o autor, não é a localização dos prédios públicos, mas a burocracia, que mata a qualidade do serviço público. O autor lembra que a jornada de trabalho dos servidores públicos foi de oito para seis horas, uma redução do tempo que eles gastarão para ir e vir do trabalho, e também não dá credibilidade à justificativa de diminuição de gastos com aluguéis, já que a economia de “90 milhões” por ano “pagaria em dezoito anos o custo do novo centro” – uma conta que dificilmente alguém fará em 2028.



Centro Administrativo caracteriza uma tentativa de criação de nova centralidade. Para melhor elucidar alguns argumentos, utilizaremos como ferramental o mapa axial de Belo Horizonte, seguindo os estágios metodológicos e procedimentos descritos no capítulo 2.

### 3.3.1 Sobre a Praça da Liberdade, o centro antigo e novas centralidades

Assim como muitas cidades brasileiras, Belo Horizonte enfrenta um processo de decadência do centro antigo. Ao longo do tempo, subcentros ou novas centralidades foram surgindo – como a Savassi, bairro na valorizada região Centro-Sul em que está localizada a Praça da Liberdade (**figura 72**), que é exemplo de como os detentores do capital (camada de alta renda da população) tendem a trazer o centro ativo (de maior intensidade de fluxos e que gera mais lucros) para perto de si.

Ao analisarmos o mapa axial da cidade, percebemos que seu crescimento resultou na ampliação do núcleo de integração para além do limite do Plano original de 1895 (**figura 71**), mas a Praça da Liberdade (Bairro Savassi) e o centro antigo (Bairro Centro) continuam parte desse núcleo. Esse fator pode contribuir para a urbanidade da praça. Apesar disso, o centro antigo foi passando por uma transformação, as atividades que ele abriga foram se tornando predominantemente comércio, de serviço e outras atividades de caráter mais popular. Apesar de fazer parte do núcleo de integração, o centro antigo de Belo Horizonte foi deixando de ser local de investimento do governo enquanto novas centralidades surgem.

MEDEIROS (2006) esclarece que “nem todo processo de decadência é configuracional ou topológico, isto é, resultado das alterações na malha urbana ao longo dos anos”. Existem outros fatores que “parecem contribuir para esse processo natural comum a grandes cidades e associado à necessidade de restabelecer novas centralidades que respondam a anseios econômicos, sociais, políticos e outros, em períodos cronologicamente definidos.” Considerando isso, as recentes intervenções urbanas que privilegiam o vetor norte ilustram como os discursos e ações políticos – imbuídos da busca do progresso, do novo – produzem novos centros que se identifiquem com seus princípios e ideias, num processo que revisita a questão do velho e do novo sem cessar. “Abandona-se ou se deixa de investir nos antigos centros por eles representarem valores ultrapassados” (VILLAÇA, 1998, apud MEDEIROS, 2006).



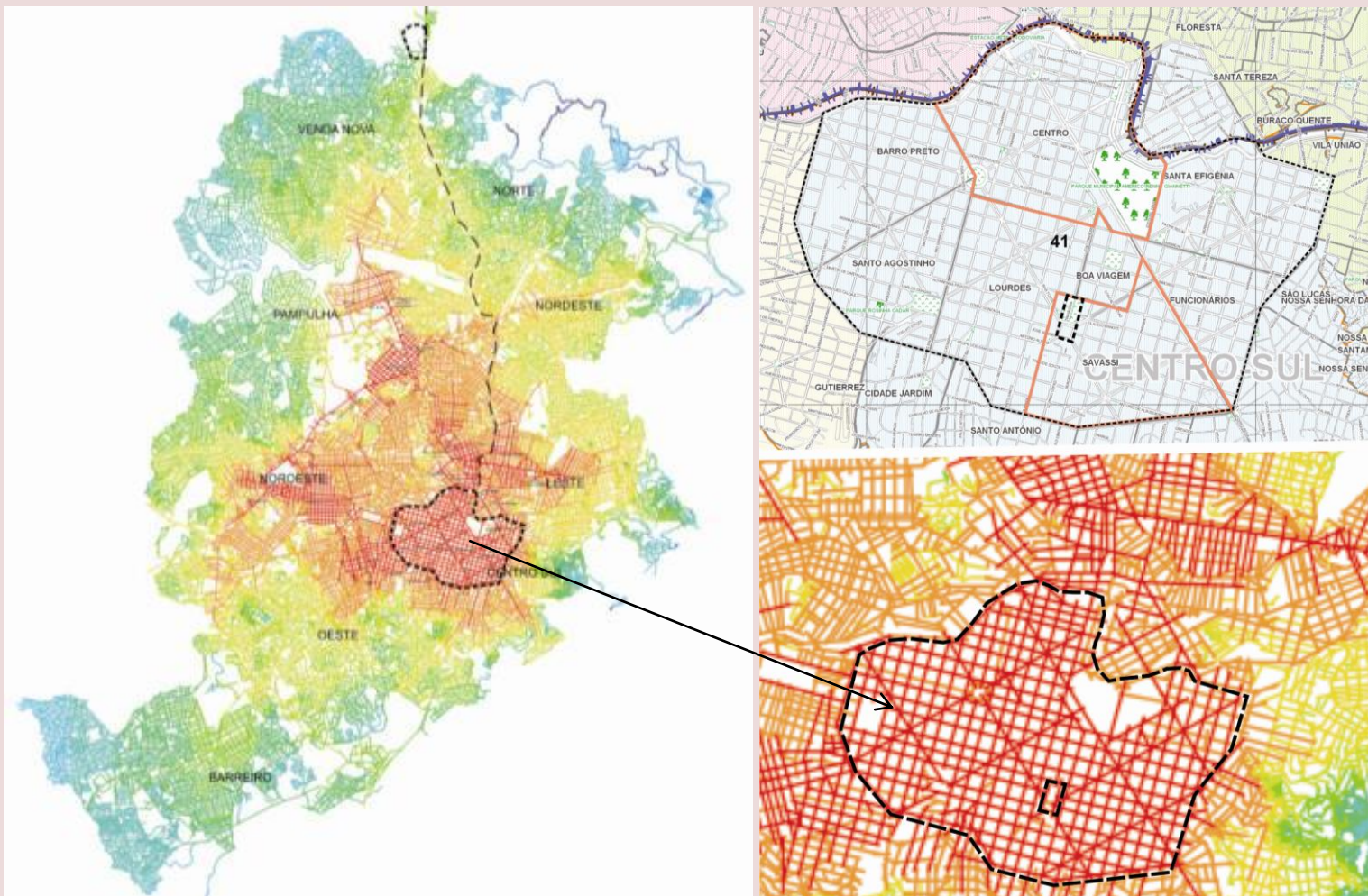


Figura 71- Mapa axial de Belo Horizonte, com destaque para o Plano original de Aarão Reis, o percurso da Linha Verde e o novo Centro Administrativo de Minas Gerais (no extremo norte) e detalhe – a área urbana projetada por Aarão Reis dentro da Avenida do Contorno, da qual faz parte a Praça da Liberdade, permanece como parte do núcleo de integração. Crédito: Valério Medeiros. Figura 72- Detalhe do Mapa do Município de Belo Horizonte – destaque para os Bairros Centro e Savassi, onde se localiza a Praça da Liberdade. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.



O investimento na área norte e a transformação da Praça da Liberdade e seu conjunto arquitetônico em Circuito Cultural, seguem a seguinte lógica, segundo LOPES (2006): “com relação ao mercado o que está em jogo no plano de gestão estadual é a construção do novo Centro Administrativo que induzirá a ocupação e a valorização de vasta área urbana e o esvaziamento de edificações que hoje abrigam [abrigavam] as secretarias na Praça da Liberdade. Na lógica do poder público o Circuito Cultural seria a solução contra o abandono”.

Portanto, a cessão do patrimônio público para a iniciativa privada foi justificada pelo possível abandono que sofreriam os edifícios da Praça da Liberdade após a transferência da administração pública do Estado de Minas Gerais para o Centro Administrativo na Zona Norte da cidade. Diante do processo de decadência do centro antigo já comentado, o melhor seria ter reforçado a ocupação dos edifícios da Praça da Liberdade, com serviços da administração pública, e direcionado os recursos gastos na construção do Centro Administrativo para a recuperação de outras edificações históricas e áreas urbanas que se encontram degradadas no centro antigo – ocupando os edifícios vazios já de propriedade do poder público com o uso institucional administrativo e adquirindo outros tombados ou de interesse histórico. Assim, o poder público estaria investindo na recuperação e valorização de uma área bem dotada de infraestrutura e equipamentos, e na preservação da memória urbana de Belo Horizonte.

Entretanto, a ação do governo dita de incentivo à cultura e ao lazer, voltada prioritariamente ao turismo, baseia-se no aproveitamento das qualidades estéticas do lugar e na transformação delas em consumo, uma estratégia para a atração de passantes. A decisão de implantação do Circuito Cultural da Liberdade desconsidera a importância histórica, cultural, simbólica, e social da Praça da Liberdade e de seu conjunto arquitetônico como centro do poder estadual; é contrária ao Plano Diretor Municipal de Belo Horizonte, que define como diretriz a regionalização de usos culturais e artísticos, e contraindica a concentração de atividades urbanas; não baseia-se em “nenhum estudo de demanda comprovando a carência da cidade em espaços culturais, e tão pouco é justificável que se centralize esse tipo de espaço principalmente em uma região nobre da cidade e já valorizada” (MARCOLIN et al., 2008). A decisão do governo parece se sustentar sobre o pilar da “concepção elitista de ‘cultura’ como uso nobre”.



### 3.4 A Praça da Liberdade – análise no nível local

Neste item, analisamos o entorno imediato da Praça da Liberdade, seus atributos configuracionais locais, o mapa axial de pedestre e o mapa de visibilidade produzidos a partir da planta da praça. Os resultados das análises serão associados com os dados empíricos advindos da pesquisa de campo.

#### 3.4.1 Entorno imediato

Há diversidade de usos no entorno imediato da praça–uso misto, comercial, serviço, residencial, institucional e cultural – o que favorece a urbanidade desse espaço. Apesar da discussão, a recente restrição do uso institucional e a priorização do uso cultural objetivaram alimentar a praça com mais pessoas à noite, pois alguns espaços culturais funcionarão nesse horário (VASCONCELLOS, 2011).

Também é propósito dessa especialização do uso cultural favorecer o lazer e o turismo na área. A lanchonete Xodó (que fica em frente à praça, na esquina da Avenida João Pinheiro) e as faculdades do entorno que funcionam à noite também são responsáveis por alimentarem o espaço no período noturno. O uso residencial (edifícios multifamiliares) alimenta a praça com usuários durante a semana e também nos fins de semana – quando se torna o lugar de lazer dos moradores e fica lotada.

O gabarito dos edifícios no entorno imediato é predominantemente baixo (até quatro pavimentos). Na praça, os edifícios mais altos são o Edifício Niemeyer, o Mape/ Xodó e o IPSEMG. O estado de conservação das edificações é bom e algumas que integram o Circuito Cultural passaram por recente reforma. O espaço público apresenta boa conservação, também porque a região é muito valorizada.

#### 3.4.2 Atributos configuracionais locais

A Praça da Liberdade apresenta os seguintes atributos configuracionais:





- 1- Boa integração com o entorno imediato (muitos eixos de circulação de automóveis e pedestres levam à praça);
- 2- Dimensões do espaço aberto aproximam-se da escala do pedestre;
- 3- Predomínio de espaços convexos menores, o que facilita a copresença e a visibilidade do outro;
- 4- Planos verticais limítrofes que potencializam a sensação de fechamento do espaço – a delimitação espacial é promovida pela arquitetura;
- 5- A praça pode ser percebida em sua inteireza, tanto pelas dimensões quanto pela clara delimitação espacial;
- 6- Predominância de cheios;
- 7- Alta densidade construída;
- 8- Constitutividade do espaço – muitas portas e janelas dão para a praça (espaços cegos inexistentes);
- 9- A praça possui eixos de circulação claramente demarcados, a acessibilidade é maior nos eixos mais longos (alameda central, calçadas paralelas a ela e calçadas na borda da praça que estão em vermelho e laranja – **figura 75**). Temos vários eixos menos acessíveis (em azul) que são caminhos internos entre os jardins onde bancos são distribuídos, resguardados do movimento e da circulação intensa de pedestres, o que é coerente com sua utilização para a permanência, eles são como “salas de estar” urbanas;
- 10- A alameda central é também o espaço mais visível da praça. A partir desse espaço tem-se reforçado o eixo de visão em direção ao Palácio da Liberdade (efeito que destaca a principal edificação do conjunto). Os espaços internos, destinados à permanência, são novamente resguardados, são menos visíveis (**figura 76**).

A monumentalidade da Praça da Liberdade, caracterizada pelos edifícios construídos para abrigar o poder do Estado, os jardins, fontes e a alameda com renques de palmeiras imperiais, não foge da escala do pedestre – o que gera uma sensação de acolhimento,



conforto, proximidade e convívio. Os atributos locais da praça fazem com que ela seja voltada ao uso cotidiano, ao convívio. São atributos que remetem ao paradigma da urbanidade.

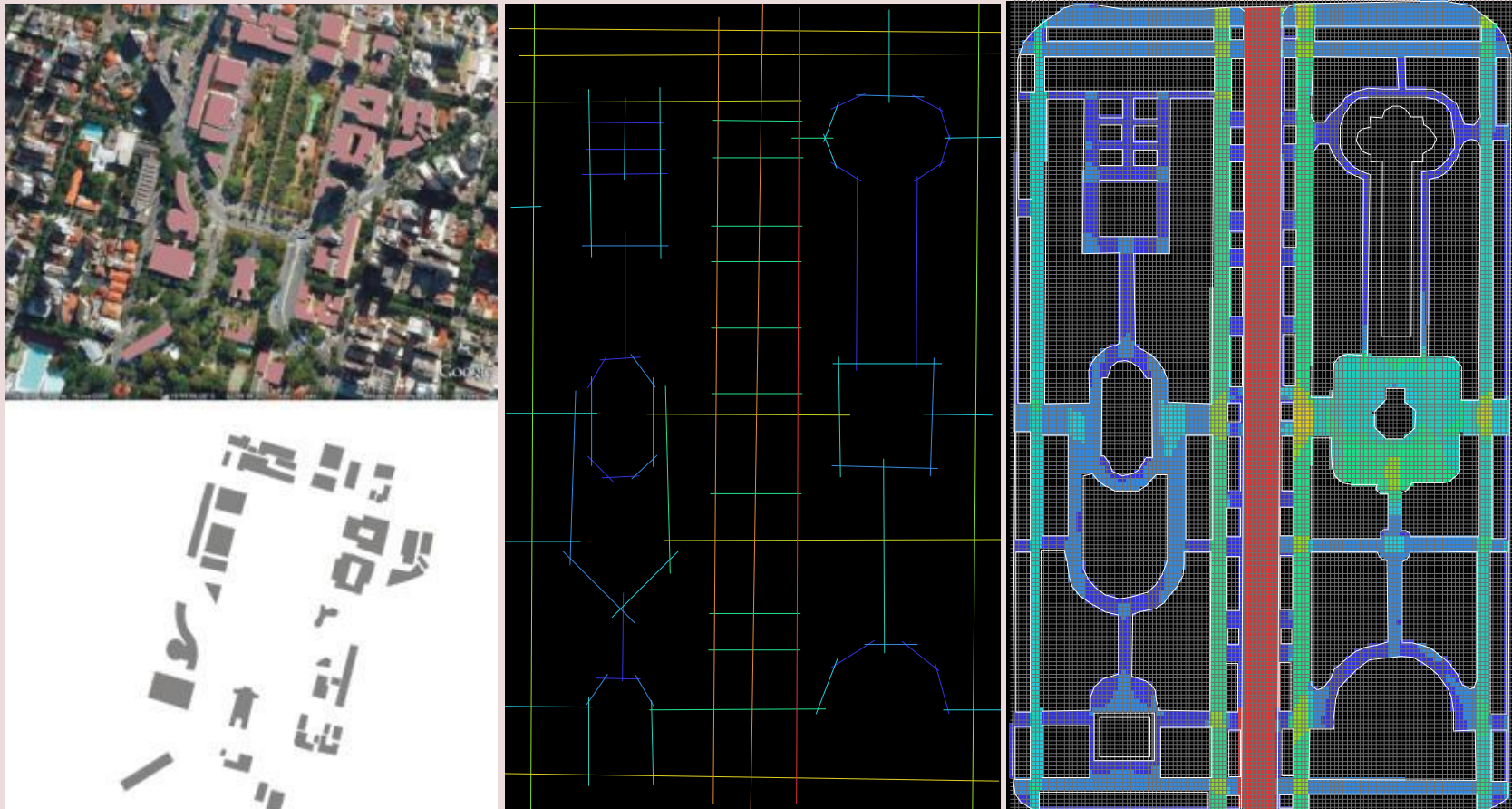


Figura 73-Imagem da Praça da Liberdade e seu entorno, com destaque para os volumes arquitetônicos que promovem a delimitação espacial da praça. Fonte: Google Earth. Figura 74- Mapa de cheios e vazios – a praça é apreensível pelo contraste entre o cheio e o vazio. Figura 75- Mapa axial de pedestres. Figura 76- Mapa de visibilidade (grade 1m). Crédito: Ludmila Dias.



### 3.4.3 Pesquisa de campo e vistoria no local

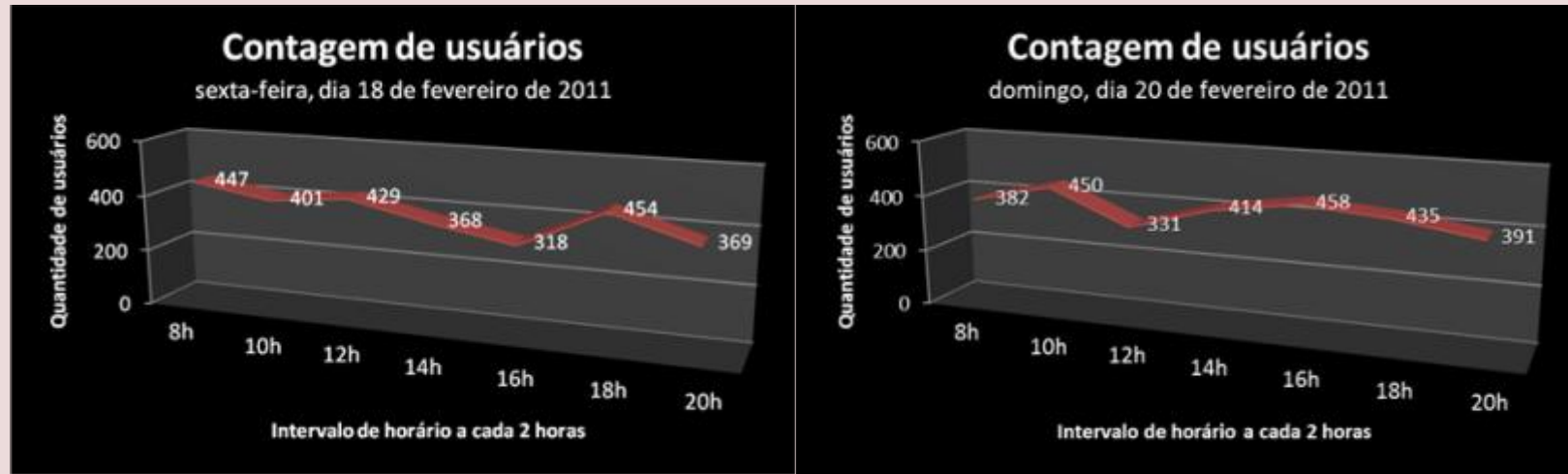
As vistorias na Praça da Liberdade foram feitas por duas pessoas, a pé, durante uma semana. As contagens de usuários foram feitas em dois dias, numa sexta-feira e num domingo. Os dois dias foram ensolarados e já havia quase 30 dias que não chovia em Belo Horizonte. O clima favoreceu a presença de indivíduos no espaço aberto. Considerando a fase de instalação do Projeto Circuito Cultural da Praça da Liberdade, a utilização das edificações de seu conjunto não era plena durante os dias em que fizemos a vistoria. Em fase de teste, o Museu das Minas e do Metal e o Memorial Minas Vale estavam funcionando alguns dias e durante um horário determinado, sendo que um deles funcionava somente no período vespertino (agora já estão em pleno funcionamento). O Espaço TIM UFMG de Conhecimento ainda não havia sido inaugurado (hoje já está funcionando); o edifício do Centro Cultural do Banco do Brasil se encontrava em obras e continua em obras. O antigo edifício do IPSEMG havia sido desocupado recentemente e continua vazio. O edifício da antiga SETOP ainda abriga o IEPHA. O Palácio da Liberdade não é mais o local de onde o governador faz despachos, apenas uma pequena equipe que cuida da manutenção e das visitas guiadas que acontecem nos domingos pela manhã trabalha no local. A Biblioteca Pública Luiz Bessa estava funcionando normalmente e o Centro de Atendimento ao Turista (Edifício Rainha da Sucata) abriga a equipe que acompanha a implantação do Circuito Cultural atualmente.

A fase de transição e mudança de usos em que se encontra a praça pode ter influenciado na quantidade ou no tipo de usuário levantado. No entanto, acreditamos que a quantidade tenha sido menos influenciada que o tipo de usuário, haja vista que muitas pessoas afirmaram que antes encontravam mais funcionários públicos que trabalhavam nas secretarias na praça – eles costumavam passar um tempo no local nos intervalos do expediente. A arquiteta Jô Vasconcellos afirmou que, com o Circuito Cultural, espera-se um grande aumento do público e da utilização da praça, principalmente da quantidade de turistas, mas que não notou ainda essa mudança pretendida – segundo ela, a utilização da praça continua a mesma (VASCONCELLOS, 2011).

A vistoria e as contagens de usuários evidenciaram que o uso da Praça da Liberdade é frequente e de certa forma, constante. A praça é bem utilizada durante todos os dias da semana e a quantidade de usuários não oscila de maneira abrupta nos diferentes



horários do dia – ela é utilizada no horário comercial e no horário noturno, apresentando uma pequena queda no número de usuários à noite. Percebemos um sensível aumento na utilização nos fins de semana, principalmente durante o dia.



Gráficos 1 e 2- Gráficos de contagem de usuários na Praça da Liberdade. Crédito: Ludmila Dias.

Durante a semana, pela manhã, muitos idosos visitam a praça com seus cuidadores, as babás trazem crianças e donos passeiam com seus cachorros. No horário do almoço encontramos muitas pessoas descansando nos bancos, até deitadas, ou lendo um livro. À tarde a maioria das pessoas fica sentada à sombra. No fim do dia chegam muitas pessoas para caminhar ou correr (**figura 79**), casais namoram nos bancos, estudantes se encontram para conversar no coreto (**figura 80**). A lanchonete Xodó (**figura 81**) fica aberta até a noite. Às 22h ainda havia uma quantidade considerável de pessoas na praça.

Nos fins de semana, a praça fica mais cheia de gente que no meio da semana. Grupos de adolescentes se reúnem, casais vão levar os filhos pequenos, turistas e visitantes fotografam e passeiam pela praça, os moradores vão caminhar ou apenas sentar e conversar à



sombra, idosos também caminham e encontram amigos, pessoas levam os cachorros, levam instrumentos para tocar, muitas delas marcam de se encontrar na praça.

A utilização para caminhada e corrida começa às 04h da manhã e termina depois das 23h, sendo que a utilização é maior até as 10h da manhã e após as 18h, todos os dias da semana. Há pessoas caminhando em qualquer horário do dia, inclusive nos horários em que o sol está a pino – durante a tarde é mais difícil encontrar alguém caminhando ou correndo, ainda assim encontramos um ou outro. Existe um grupo de caminhada denominado "Amigos da Praça", são pessoas que se encontram no lugar para praticar a atividade física. Também há assessoria esportiva de academias para quem pratica caminhada ou corrida, nas quartas e sextas-feiras, a partir das 18h – o grupo conta com mais ou menos 15 pessoas e o serviço é cortesia das academias. As pessoas levam em média 6min caminhando para completar o percurso ao redor da praça que é de 570m.

Os bancos só ficam vazios quando estão sob o sol forte. Mas, como a arborização da praça é densa, poucos são os que ficam sem uso. Os bancos estão ocupados praticamente o dia todo, e são bem disputados nos fins de semana. Muitas pessoas sentam na grama ou no meio fio (**figura 82**) quando não há mais vagas.

O local preferido dos adolescentes é no entorno do coreto; eles formam grupos, muitos sentam na grama e fazem música. Houve a coincidência de, na maioria das contagens, o número de casais nos bancos ficar por volta de 20. Os casais se concentram principalmente nos bancos em volta das fontes (**figura 85**) e na alameda central. O que parece ser mais utilizado na praça, depois dos bancos e do coreto, é o bebedouro (**figura 83**)– pessoas que estão passando, caminhando ou passeando com seus filhos na praça, enchem suas garrafas d'água, lavam o rosto e as mãos, dão água para os cachorros. No sábado, faltou água às 17h, mas dentro de 30 minutos já havia voltado o abastecimento. Os locais onde as pessoas se aglomeram com frequência (magnetos) são o coreto, em primeiro lugar, e o recinto que contém a fonte circular e o bebedouro, em segundo (**figura 77**). O restante da praça é bem ocupado também, nenhum local é deserto (**figura 84**).

É fato notável o convívio e a diversidade de usuários que encontramos. Não obstante, ela é frequentada predominantemente por um público elitizado – a maioria dos frequentadores é de classe média e alta, talvez devido ao perfil socioeconômico dos bairros da região. Moradores do entorno frequentam a praça todos os dias. Durante a semana, muitos são trabalhadores ou estudantes (das



três faculdades/escolas próximas). Certa frequência de turistas e visitantes pôde ser percebida durante a semana e nos fins de semana. Há sempre funcionários da praça (guarda municipal e pessoas da manutenção, guardadores de carros uniformizados) e também vendedores ambulantes (carrinhos de picolé, hippies vendendo bijuterias, carro de cachorro quente). Foram encontrados ao longo do período de levantamento, apenas seis moradores de rua que dormem na praça, e outro morador de rua que costumava ficar no coreto ou no banco observando. Também percebemos três meninos que pareciam acompanhar os guardadores de carros.

Apesar de manifestações populares reivindicadoras acontecerem com frequência na Afonso Arinos, em frente à Faculdade de Direito, a Praça da Liberdade continua sendo palco para a posse do governador, para a promoção de eventos culturais ou de cidadania, intervenções, manifestações artísticas e performances, e também manifestações que reivindicam algo. Muitas manifestações<sup>58</sup> passam pela praça e se concentram em frente ao Palácio da Liberdade, apesar do governador não despachar mais de lá e não se encontrar lá – tamanha é a importância simbólica do edifício e da praça como sede do poder.

A Praça da Liberdade, hoje, é mantida pela Companhia Mineradora Vale do Rio Doce – as placas espalhadas pelo espaço dizem: “a Vale e você cuidam deste espaço”. O ajardinamento recebe a manutenção necessária, a poda é constante e diariamente os canteiros são regados por esguichos no fim da tarde ou por mangueiras. Se alguma espécie vegetal importante para a ambientação morre, é trocada por outra planta na idade adulta – as palmeiras imperiais da alameda já foram trocadas algumas vezes. Nos dias da semana, os funcionários esvaziam e fazem a limpeza das fontes. A praça se mantém limpa.

A segurança do espaço é feita pela guarda municipal, que atua em dois turnos (7h às 19h e 19h às 7h da manhã) e em duas duplas de guardas. Relataram que é tranquilo passear pela praça e que o policiamento às vezes conta com mais guardas ou com a cavalaria. A guarda municipal declarou que coíbe os moradores de rua a abordarem os usuários do lugar e que eles só podem dormir lá se não for à vista dos outros – os guardas deixam que eles durmam num local resguardado da visão das outras pessoas, um platô elevado e fechado por uma bordadura arbustiva em cujo centro se encontra uma herma. As bicicletas só podem ser

---

58 Recentemente (abril de 2011), a praça foi palco de manifestação feita pelos agentes da Polícia Civil que reivindicaram melhores salários e condições de trabalho, de um “apitação” organizado por estudantes e profissionais de Educação Física contra a criação de uma lei que diz respeito à carreira deles, de uma manifestação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Brigadas populares, Centrais Sindicais, Movimento Estudantil, Movimento Atingido por Barragem (MAB), e outros movimentos sociais, para protestar contra o despejo de famílias de uma comunidade.



utilizadas na praça se o usuário andar em velocidade baixa, para não trazer perigo aos pedestres. A guarda municipal disponibilizou mais seguranças no fim de semana em que o levantamento foi realizado, inclusive a guarda da infantaria, no sábado.

Na vistoria detectamos algumas não conformidades no espaço da praça, a saber:

- 1- Alguns canteiros necessitam do plantio de grama, estão em terra nua;
- 2- Algumas espécies vegetais necessitam de poda, como a bordadura arbustiva dos canteiros, por exemplo;
- 3- Os bancos demandam troca ou reforma (**figura 78**);
- 4- A iluminação é insuficiente, estando algumas partes da praça na penumbra ou escuridão;
- 5- Uma das fontes (a maior, em formato de cruzeiro) está desativada, funcionando apenas como espelho d'água, a outra fonte é ligada somente a partir das 18horas;
- 6- O Palácio da Liberdade, antes uma espécie de prolongamento da praça, está circundado por uma grade alta que impede o acesso público à edificação.

Ao final da vistoria concluímos que a Praça da Liberdade apresenta uma grande vitalidade, um uso cotidiano frequente, é espaço de passagem, mas principalmente, de permanência – o que confirma sua urbanidade arquitetônica e social. É um exímio espaço de encontro e convivência; transborda urbanidade.

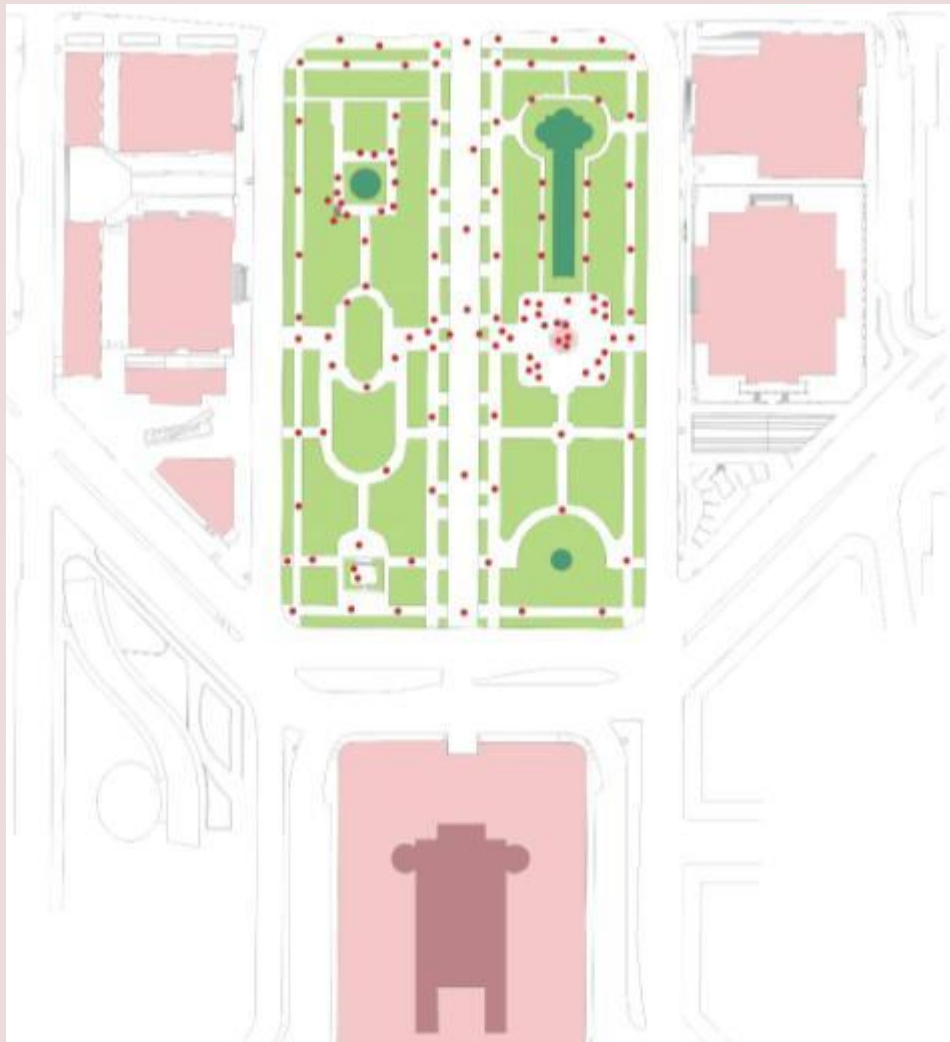


Figura 77- Locais onde a frequência de indivíduos é constante e onde as pessoas se aglomeram – os principais locais são o coreto e o recinto onde estão a fonte menor e o bebedouro. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 78- Trabalho de um grupo de arquitetos intitulado “Etiquetando”, com o objetivo de conscientizar o usuário da importância de preservação do patrimônio público. Etiquetas com os valores da manutenção foram colocadas em lixeiras, bancos e outros mobiliários da praça. Fonte: <https://picasaweb.google.com/107362401883449359610/TrabalhoEtiquetando?authkey=Gv1sRgCPSTkqPxi9m5zQE&feat=directlink#5597343064252563602>





Figura 79- Pessoas caminhando – “pista de cooper” com percurso de 570 metros. Figura 80- Jovens no coreto. Figura 81- Fim da alameda central de frente para a Avenida João Pinheiro e a lanchonete Xodó, que fica na esquina. Figura 82- Pessoas sentadas no meio fio da alameda central. Figura 83- Crianças aproveitam o bebedouro para refrescar no fim de semana. Figura 84- Calçada paralela à alameda central. Crédito: Ludmila Dias.



### 3.5 Últimas Considerações

A Praça da Liberdade funciona desde o início de Belo Horizonte não só como centro cívico, mas também como lugar de uso cotidiano, de convívio. Hoje, mais de um século após a inauguração da nova capital de Minas Gerais, a praça é intensamente querida, admirada e utilizada pela população, que tem nela a principal referência cívica, estética e de lazer na cidade.

Vários atributos configuracionais contribuem para esse *status* de espaço bem utilizado. O Plano original de Aarão Reis (1895) permanece no núcleo de integração do sistema. A análise do mapa axial demonstra que as linhas convergentes na praça são todas incluídas no núcleo de integração do assentamento. Ademais, seus atributos locais como a boa integração com o entorno, aproximação com a escala do pedestre, espaços convexos menores, delimitação espacial clara e promovida pela arquitetura, contraste entre cheios e o vazio da praça, constitutividade do espaço, eixos de circulação claros, dentre outros, são atributos que pertencem ao paradigma da urbanidade. Portanto, os atributos globais e locais contribuem para a urbanidade da praça e confirmam sua “monumentalidade urbana”.

Com a implantação do Circuito Cultural da Liberdade e a transferência dos órgãos da administração estadual para o novo Centro Administrativo de Minas Gerais, a praça perdeu na diversidade de uso do seu conjunto arquitetônico e ocorreu uma priorização da função cultural. Essa priorização reforça a função turística e a de lazer, fazendo crescer igualmente o seu papel como palco de intervenções e eventos culturais.

A despeito disto, a concentração do uso cultural na Praça da Liberdade e o esvaziamento dos edifícios antes destinados à administração estadual – que constituíam o Centro Administrativo de Belo Horizonte desde seu início – são ações dissonantes do caráter e uso histórico desse espaço. Os intensos usos institucionais, culturais, comerciais e residenciais da praça e seu entorno fizeram dela um centro cultural de sentido amplo, ao longo da história da nova capital. A transformação desse centro cultural de sentido amplo num mero “centro cultural” voltado ao turismo e à promoção da cultura como “uso nobre” (MARCOLIN et al., 2008), de certa forma, despreza o significado simbólico e histórico da Praça da Liberdade.

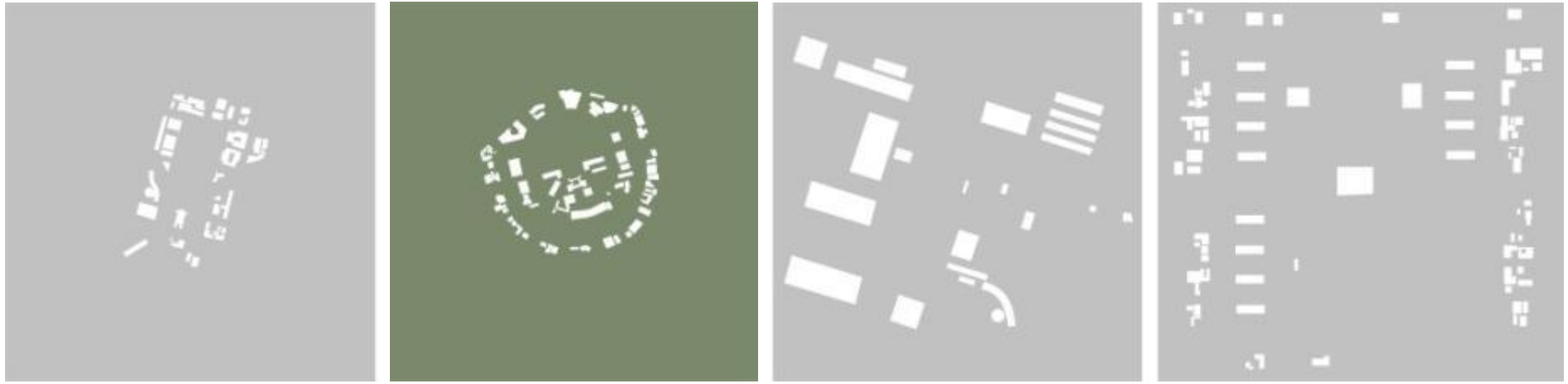


O projeto Circuito Cultural Praça da Liberdade reforça a ideia do novo sobre o velho, transforma o significado desse espaço priorizando o presente em detrimento da tradição, do passado. A urbanidade arquitetônica da praça se mantém, mas o novo uso desvirtua o passado histórico ao excluir sua expressão simbólica como centro do poder político e público.



Figura 85- Fim de semana na Praça da Liberdade. Crédito: Ludmila Dias.





# Capítulo 4

## Praça Cívica, Goiânia

Primeiro, é apresentado o plano urbanístico de Goiânia. Uma vez abordada a concepção da nova capital, o foco será o projeto da Praça Cívica – a praça do Centro Cívico, e suas transformações ao longo do tempo. Parte-se para a análise global – da posição da praça em relação ao núcleo de integração – e depois para a análise local – do entorno imediato, de seus atributos configuracionais e são expostos os dados da pesquisa de campo. Por fim, são associados os dados empíricos da pesquisa de campo e os resultados das análises, com o objetivo de examinar o nível de urbanidade/formalidade da praça.



# Capítulo 4 – Praça Cívica, Goiânia

## 4.1 Goiânia, laboratório do urbanismo moderno no Brasil

É comum “mencionar a transferência da capital do estado de Minas Gerais da colonial Ouro Preto para a cidade de Belo Horizonte como símbolo do anseio de modernização urbana no Brasil e conseqüente negação das estruturas urbanas coloniais que podem ser encontrados na virada do século XIX pra o século XX” (MANSO, 2001). Há semelhanças entre o movimento que levou à transferência da capital mineira e a mudança da capital de Goiás<sup>59</sup>:

*Nos dois casos, houve forte campanha contra a mudança, sob o argumento central de que a situação financeira das unidades federativas desaconselhava medida de tamanho vulto. Em contrapartida, os mudancistas apostavam no acerto da medida e das conseqüências salutaras e fecundas que resultariam da deslocação do eixo econômico e administrativo de Minas Gerais e Goiás para uma região onde fosse possível incrementar o ganho econômico e o bem estar social de suas comunidades (MANSO, 2001, p. 23).*

A ideia de mudança da capital de Goiás surgiu ainda no tempo do Império (século XVIII), mas só aconteceu no período republicano. A transferência foi possível a partir de 1930<sup>60</sup>, quando Getúlio Vargas assumiu o governo da nação, e o governo do

---

<sup>59</sup>Foi designado o dia 27 de maio de 1933 para o início dos trabalhos de preparo do terreno e em 24 de outubro do mesmo ano houve o lançamento da pedra fundamental, no local onde está o Palácio do Governo. Dois anos depois, pelo Decreto nº 327 de 2 de agosto de 1935, organizou-se o Município de Nova Capital, que recebeu o topônimo de Goiânia. Finalmente, em 23 de março de 1937, foi assinado o Decreto nº 1816, transferindo definitivamente a Capital Estadual da Cidade de Goiás para a de Goiânia.

<sup>60</sup>Decretado o Estado Novo, as forças políticas de 1930 buscavam sua legitimidade no espaço político goiano. Neste momento, o Estado toma para si a tarefa de construir a nação, ainda que à custa da centralização política e administrativa. Ao debater a questão, argumentava Pedro Ludovico Teixeira que dois outros estados da Federação – Sergipe e Minas Gerais – tinham obtido sucesso total ao mudar suas capitais em 1855 e 1897, respectivamente (MANSO, 2001, p. 36).



estado de Goiás ficou sob o controle de Pedro Ludovico Teixeira<sup>61</sup>. Naquele momento, “a eclosão de um movimento nacionalista e integrador, de inspiração getulista, denominado Marcha para o Oeste<sup>62</sup> foi de extrema importância para o intento mudancista” (MANSO, 2001, p. 30).

Entre as razões apresentadas pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira para justificar a construção de Goiânia, a principal era a exigência de progresso. No discurso mudancista, o estigma da decadência, que permeou a província de Goiás na época da pós-mineração, e o do atraso, que acompanhou a imagem do estado de Goiás ao longo da Primeira República, foram retomados para reforçar a representação de sua antítese, ou seja, a modernidade expressa na proposta de construção (CHAUL, 1997 apud MANSO, 2001, p. 35). A nova capital do estado de Goiás viria a ser um novo centro de poder e decisão, de onde se pudesse irradiar o progresso e para onde pudessem convergir as ideias de um novo tempo. Ela iria desempenhar funções de dupla natureza – uma de caráter econômico-social, outra político-administrativa – coordenando a vida política e estimulando a economia.

O projeto da nova capital de Goiás foi previamente realizado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima<sup>63</sup>, entre 1933 e 1935. Armando Augusto de Godoy<sup>64</sup> foi o engenheiro que traçou diretrizes e modificações no anteprojeto de urbanização de Goiânia após o afastamento de Atílio. Depois, o projeto passou a ser executado em detalhes por Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno.

---

61 O então interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, médico, político, intelectual, foi também autêntico intérprete dos interesses dos grupos políticos que queriam transformar Goiás em um polo de desenvolvimento e progresso (MANSO, 2001, p. 32).

62 A Marcha para o Oeste foi um programa governamental que buscava o avanço capitalista para o interior do País, consolidando os planos político e econômico de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico.

63 “A concepção urbanística de Atílio resulta de sua formação acadêmica na Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, dos conhecimentos adquiridos no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris e do estágio que paralelamente realizou com Alfred Agache, em Paris – quando pôde contribuir com a elaboração final do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro (1929-1930)” (MANSO, 2001, p. 140).

64 Godoy contribuiu “em dois momentos decisivos, nas fases de idealização, concepção e construção de Goiânia: num primeiro momento, quando, em 1933, apresentou um relatório sobre a conveniência da mudança da capital e, num segundo, quando, de 1936 a 1938, definiu a estrutura urbana do plano de urbanização da cidade” (MANSO, 2001, p. 37). Ao analisarmos suas intervenções, percebe-se sua filiação à urbanística orgânica – a utilização da perspectiva fechada, a variação de volumetria e a escala humana.



Do contexto da concepção urbana da nova capital planejada, é necessário considerar que as teorias urbanas do séc. XIX apresentam-se como antecedentes da constituição de um novo pensar<sup>65</sup> sobre a cidade e suas estruturas (como praças, vias e ruas) e expõem várias abordagens sobre o espaço da praça – todas amparadas na ruptura do conceito de espaço urbano tradicional, a partir da introdução do conceito de espaço livre. CALDEIRA (2007) destaca que, a partir dessa ruptura, observam-se duas tendências: uma voltada para a renovação da cidade tradicional e a conservação da sua estrutura espacial, e outra, que defende o processo de tábula rasa, propondo uma ruptura radical com a configuração existente.

Na primeira tendência, procura-se recuperar o papel desempenhado pela praça como espaço de destaque na estrutura urbana e de convivência, onde se concentravam as edificações mais importantes. Esse conceito é desenvolvido por Camillo Sitte e aplicado na cidade jardim de Ebenezer Howard. Já na segunda tendência, o espaço urbano se adequa às demandas da sociedade industrial e a praça aparece interligada à eficiência da circulação – desenvolvem-se os *rond-points* e as *praças-carrefours*. A praça é tomada como lugar de passagem, voltada para o embelezamento e ordenamento urbano – como na *Ciudad Linear* de Soria Y Mata, na *Cité Industrielle* de Tony Garnier e na *Ville Motorisée* de Eugene Hénard.

MANSO (2001) presume que na prática do urbanismo da nova capital de Goiás houve um acúmulo de conceitos, teorias e exemplos. Em sua concepção, duas tradições foram imbricadas com propriedade: a formal e a moderna, sendo que, os preceitos de Tony Garnier se revelam desde sua concepção<sup>66</sup>. Atílio Corrêa Lima concebeu Goiânia ao mesmo tempo envolvido com as ideias de Agache – sua fonte inspiradora principal – e atualizado com o debate sobre as novas tendências e proposições colocadas e discussão pelo Movimento Moderno que chegavam ao Brasil com Le Corbusier. Armando Augusto de Godoy também revelou estar em sintonia com os movimentos urbanísticos do final do século XIX e início do século XX – suas propostas enfatizam conceitos propostos por Howard e materializados por Unwin e Parker.

---

65 Exemplos como a intervenção monumental na cidade de Paris, empreendida por Haussmann (1853-70) e o projeto de expansão da cidade de Barcelona, idealizado pelo engenheiro Ildefonso Cerdá (1859), consolidam princípios urbanísticos arraigados à crença de transformação social e construção de um novo mundo.

66 Foi no contexto das ideias do movimento City Beautiful e de Tony Garnier que o plano de Goiânia foi concebido, levando-se em consideração os valores institucionais, econômicos e políticos dominantes no Brasil na década de 1930. Para MANSO (2001, p. 144), as marcas destas duas visões estão presentes nos traçados, nas perspectivas monumentais e no valor simbólico dos edifícios construídos nos pontos principais da cidade: no centro de negócios e das grandes funções comerciais e terciárias, no Centro Administrativo e na praça principal.



Attílio e Armando consideraram os fatores geológicos, hidrográficos, climáticos, históricos, culturais, sociais e econômicos em seus relatórios técnicos. Ambos também “ativeram-se no zoneamento da cidade setorizada por atividades (habitar, circular, trabalhar e recrear), na integração dos espaços urbanos e rurais, no controle das terras urbanas pelo poder público e na legislação urbana” (LEME, 1999, p. 226).

Atento a questões como lazer, legislação e códigos de controle de crescimento e uso, Attílio concebeu seu plano (**figuras 86 e 87**) no mais perfeito *zoning*, segundo os princípios do urbanismo moderno (MANSO, 2001, p. 114). A proposta apresentava: zona residencial, zona comercial, zona rural, Centro Administrativo, locais de diversões, vias públicas, praças, espaços livres e cursos d’água.

O urbanista dispôs as vias principais em forma de cruz: Avenida Anhanguera – que corta a cidade no sentido leste-oeste – e Avenida Goiás – que vai do Centro Administrativo até a estação ferroviária, no sentido norte-sul. A partir do Centro Administrativo se abrem em ângulo duas avenidas: Avenida Araguaia segue em direção ao Parque Botafogo e Avenida Tocantins, que segue para o aeroporto. O tráfego mais intenso se daria na Avenida Anhanguera, enquanto a Avenida Goiás receberia um tratamento paisagístico especial e seria cenário de demonstrações e festas cívicas. Attílio propôs “praças rotatórias como uma opção funcional para o tráfego e cita o urbanista francês, Eugène Hénard, como referência”, assim como procurou propor “um sistema viário que permitiria a fluidez e eficiência da circulação de veículos e a comunicação entre as zonas de atividades” (LEME, 1999, p. 228).

O Plano Diretor de Attílio organizava a cidade em cinco setores, sendo que:

*O Setor Central mantinha as atividades administrativas ao redor da Praça Cívica e o comércio no percurso da Avenida Goiás. Portanto, nos primeiros estudos e anteprojetos dos planos urbanístico e arquitetônico foram projetados neste setor dois centros distintos: o administrativo e o comercial. O Setor Norte, situado abaixo da Avenida Paranaíba e próximo à construção da estrada de ferro, possuía um traçado mais regular. As ruas deste setor se cortavam quase sempre em ângulo reto de modo a beneficiar as atividades industriais. O Setor Sul destinado à localização da zona residencial e da Catedral, deveria apresentar amplos espaços ajardinados. Posteriormente, o traçado proposto por Attílio para este setor foi*





*modificado por Armando Augusto de Godoy. Os setores Leste e Oeste aparecem apenas em esboço, indicados nos mapas por pontilhados (MANSO, 2001, p. 109).*

Armando Augusto de Godoy se inspirou nas cidades jardins de Howard ao propor o novo traçado do bairro residencial do Setor Sul – o urbanista separou as vias de tráfego intenso das vias residenciais e implantou o sistema *cul de sac* no interior das quadras<sup>67</sup>. No Plano de Godoy (**figura 88**), as vias arteriais que ligavam o Setor Sul ao Setor Central e às futuras áreas de expansão urbana, previstas para as regiões leste e oeste da cidade, partiam de uma grande praça<sup>68</sup> central giratória articuladora do trânsito – atual Praça do Cruzeiro. Em continuidade com o eixo norte-sul do projeto de Atílio, esta praça situada no centro do bairro projetado por Godoy, seria o segundo centro (o primeiro era a praça do Centro Cívico) de onde partiriam quatro novas avenidas estruturando a expansão urbana (**figura 89**). Godoy manteve o partido radioconcêntrico de Atílio, de modo que as principais ruas do Setor Sul (83, 84 e 85) convergem também para a Praça Cívica, assim como as avenidas Araguaia, Goiás e Tocantins. Com o crescimento da cidade, esse traçado foi sendo envolvido pela reprodução do sistema de “asterisco” (**figura 90**), iniciado no projeto do Setor Sul por Armando Augusto de Godoy.

No Setor Central, a zona comercial foi reduzida e o Centro Administrativo ganhou nova configuração. Godoy implantou a cidade – que atingiria no máximo 50 mil habitantes, em uma área rodeada por um cinturão verde, e determinou que “sua extensão se faria através da criação de cidades satélites que não chegou a desenhar” (LEME, 1999, p. 228).

---

67 Para LEME (1999, p. 229), as modificações introduzidas por Godoy faz a planta de Goiânia perder a harmonia e a unidade obtidas por Atílio e também “fixou e limitou a cidade dentro de uma área fechada, interrompendo as possibilidades desenhadas por Atílio, que a concebeu dentro de uma estrutura aberta à futura expansão do seu espaço”.

68 Na praça do Setor Sul estariam situados o centro religioso de Goiânia e comércios que serviriam ao bairro. Segundo Graeff, “(...) com a criação de uma segunda grande praça em asterisco, Godoy desestrutura o mono-centralismo de ranço barroco proposto por Corrêa Lima. E sugere que se prossiga desestruturando o plano original ao insinuar um quinto asterisco no encontro com o futuro Setor Oeste” (GRAEFF, 1985, p. 29).



Figura 86-Esboço do projeto de Goiânia, elaborado por Atílio Corrêa Lima em 1933. Fonte: MANSO, 2001, p. 89. Figura 87- Plano Piloto de Goiânia, proposto por Atílio Corrêa Lima. Fonte: MANSO, 2001, p. 221. Figura 88- Plano de Urbanização de Goiânia, Escritório Coimbra Bueno com consultoria técnica de Armando Augusto de Godoy, 1938. Fonte: MANSO, 2004, p. 69.

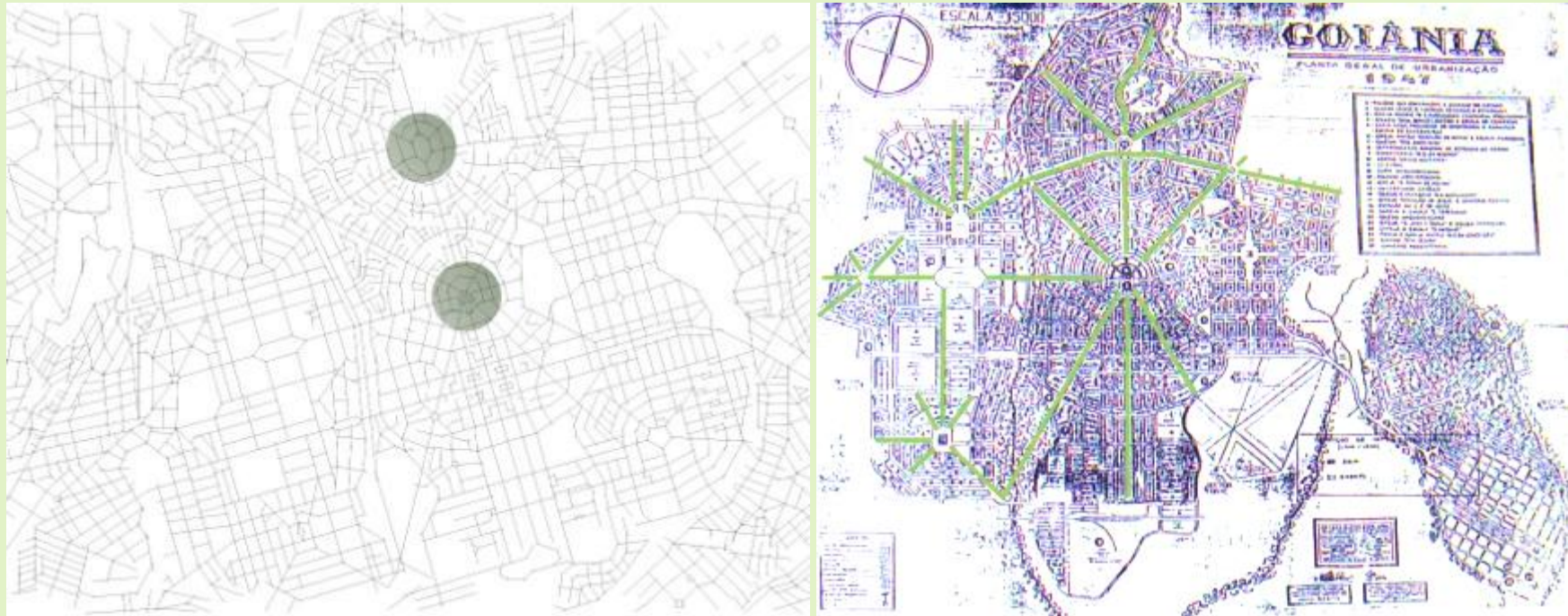


Figura 89- Recorte do mapa de eixos esquemático (representação linear) de Goiânia. A localização da Praça Cívica e da Praça do Cruzeiro está em destaque – essas praças funcionam como ponto de convergência de importantes vias de circulação. Crédito: Leyla Alárcon e Valério Medeiros. Figura 90- Goiânia e a reprodução do traçado “asterisco” – Planta Geral de Urbanização, 1947 – Setores Central, Norte, Sul, Oeste, Leste, Universitário, e Satélite Campinas. Coimbra Bueno e Cia. Ltda. Fonte: CORDEIRO e QUEIROZ, 1990.

## 4.2 Praça Cívica

A nova capital do estado de Goiás foi planejada *exnihilo* e, desde sua concepção, apresentava um programa de funções administrativas bem definido. Para que sua proposta fosse mais facilmente compreendida, Atílio Corrêa Lima contextualizou a



importância de Goiânia política e economicamente para a região e tirou partido do Centro Administrativo: esse espaço tem um grande destaque, sendo de fácil localização por todos que estejam na cidade. Assim, o traçado da nova capital projetada por Atílio estabelece um Centro Administrativo para onde convergem três grandes avenidas – Avenida Goiás, Tocantins e Araguaia. Em seu relatório<sup>69</sup>, elucida:

*Da topografia tiramos partido também para realçar o principal motivo da cidade que é o seu Centro Administrativo. A situação que lhe demos é de grande destaque, sobressaindo visivelmente de todos os pontos da cidade e principalmente para quem nela chega. Quem atravessar a cidade ao longo da sua principal via comercial (Avenida Anhanguera), verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para aquele centro. Procuramos adotar o partido clássico de Versailles, Karlsruhe e Washington<sup>70</sup>, genericamente chamado de 'Pate d'oise' pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado (evidentemente que guardando as devidas proporções) (CORDEIRO e QUEIROZ, 1990, p.19).*

O Relatório de Atílio Corrêa Lima faz referência à praça principal do Centro Administrativo, a qual seria resguardada do tráfego intenso e guarnecida por um conjunto arquitetônico único:

*As praças obedecem ao sistema da circulação giratória, o mais adequado para evitar os conflitos de veículos, e por exigir menor número de inspetores de trânsito, fazendo o cruzamento automaticamente. A praça principal do Centro Administrativo, que não está sujeita a trânsito intenso, apresenta um caráter monumental. Os edifícios públicos que a guarnecem formam um conjunto arquitetônico único, ligados por um elemento em comum em forma de colunata, formando galeria coberta (MONTEIRO, 1938, p. 142).*

---

69 Utilizamos vários trechos do Relatório de Atílio Corrêa Lima e dos seus Estudos para o plano da nova capital, transcritos ao longo do texto por serem bastante elucidativos.

70 O comum no traçado dessas cidades é a convergência de várias vias de circulação para uma praça. Em Versailles, as visuais são em ângulos de 60°, buscando-se o efeito das grandes perspectivas. Ao analisar Karlsruhe – cuja construção foi iniciada em 1709, com um castelo num grande foco central ortogonal, do qual se irradiavam 32 avenidas – percebe-se que a estrutura principal do plano sofreu várias modificações. Já Washington, segundo MANSO (2001, p. 121), “foi sua principal fonte de inspiração no momento de conceber o Plano de Urbanização para a nova capital de Goiás”. Para GONÇALVES (2002), o centro cívico projetado por Atílio com seu núcleo central para onde se convergiam três grandes avenidas, tipo “Pate d’oise” pode ser identificado não só com Versailles, Karlsruhe e Washington, que foram citadas pelo arquiteto, mas também é possível associá-los aos desenhos de Chicago, Filadélfia, Camberra, no Plano Agache, Welwyn e Letchworth.



Portanto, na concepção original definida pelo seu idealizador, a praça mais importante do plano urbanístico de Goiânia é a do Centro Administrativo, cuja finalidade é servir de palco para demonstrações cívicas<sup>71</sup>:

*A mais importante é a do Centro Administrativo, a que denominamos de Praça Couto Magalhães, não tem finalidade para satisfazer exclusivamente ao tráfego, mas principalmente de demonstrações cívicas. Pela sua amplitude, deverá atrair, nos dias festivos da nação, o povo, despertando as virtudes cívicas. Toda ela tratada com jardins baixos, conterà no seu centro de simetria, um grande monumento, comemorativo da fundação do Estado e das grandes Bandeiras (IPLAN, 1980. p. 3).*

Attílio define as construções e reforça a característica do Centro Administrativo de ser um lugar de fácil acesso:

*Centro Administrativo: Aqui serão construídos todos os edifícios públicos administrativos, quer federais estaduais ou municipais, salvo aqueles que por suas condições particulares exijam outra localização, como por exemplo o edifício dos Correios e Telégrafos que, de preferência deve ser acessível ao grande público, por conseguinte, deve estar, no centro comercial da cidade.*

*Como foi dito acima o Centro Administrativo embora disponha de fácil acesso não é local de passagem para grandes comunicações, o que o torna um tanto tranquilo, como convém às repartições públicas (CORDEIRO e QUEIROZ, 1990, p.22).*

Na convergência do Centro Cívico com as avenidas Araguaia, Goiás e Tocantins, os edifícios foram sugeridos à maneira de Agache no seu plano para o Rio (**figura 91**): dispostos nos limites com as avenidas e um grande pátio no interior das quadras, enfatizando o caráter de monumentalidade. A semelhança se dá, principalmente, “no que tange ao volume dos edifícios como peças fundamentais na configuração da Praça Cívica” (MANSO, 2001, p. 155):

*O grupo que constitui os edifícios da administração estadual, municipal e federal, desenvolve-se em torno de uma grande praça de caráter monumental, destacando-se no seu eixo de simetria o Palácio do Governo. Sucedem-se escalonados, à direita deste, a Secretaria Geral e o Palácio de Justiça; e, à esquerda, a Câmara Estadual e a Prefeitura Municipal. No lado fronteiro ao Palácio ficarão localizados os edifícios federais como a*

---

<sup>71</sup> O Centro Administrativo foi projetado para servir aos desfiles e paradas oficiais; a avenida-parque – Avenida Goiás – seria utilizada como um enorme passeio público, onde a elite faria o *footing* à tarde e à noite (MANSO, 2001, p. 126).





*Coletoria, Juízo Eleitoral, Juízo de Menores etc... Os outros edifícios estaduais ficam concentricamente na parte posterior aos acima descritos. Abrimos exceção para o edifício dos Correios e Telégrafos, que de preferência, deve ser acessível ao grande público, por conseguinte, deve estar no centro comercial da cidade (CORDEIRO e QUEIROZ, 1990, p.22).*

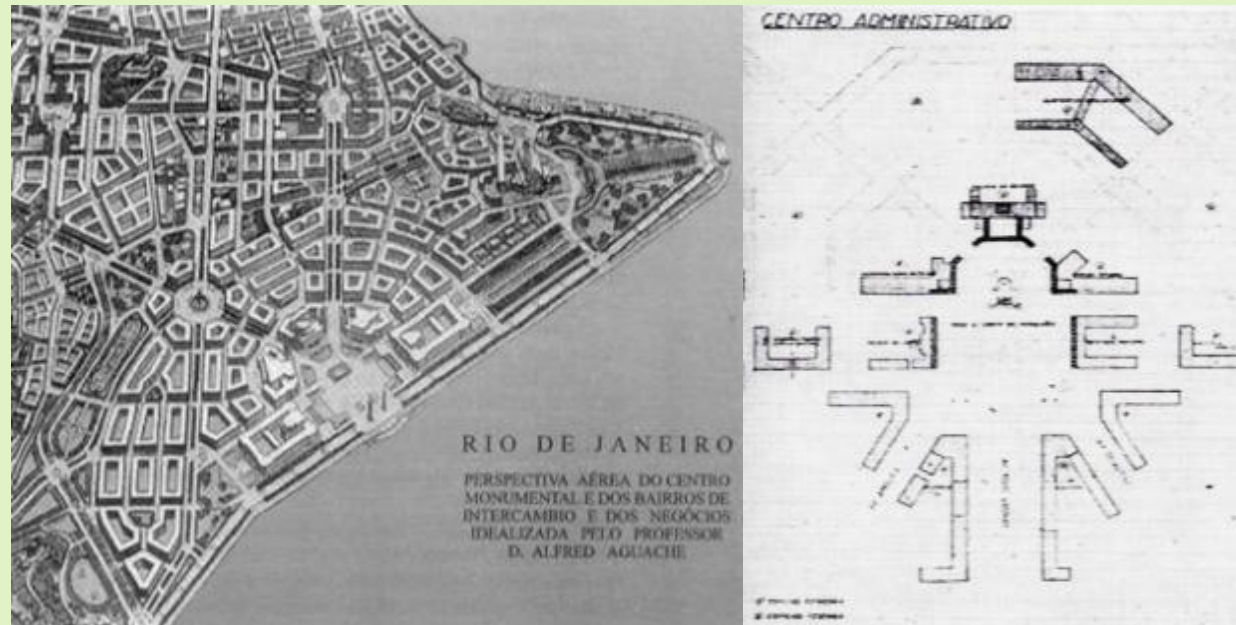


Figura 91-Perspectiva aérea do centro monumental proposto por Agache para o Rio de Janeiro. Fonte: LEME, 1999, p. 363. Figura 92- Anteprojeto do Centro Administrativo de Atílio Corrêa Lima, com a distribuição dos edifícios públicos ao redor da grande Praça Cívica. Fonte: MANSO, 2001.

Embora Atílio não tenha mencionado em momento algum o plano urbanístico de Belo Horizonte como referência, o qual tem uma proposta clara de um centro cívico na Praça da Liberdade, podemos estabelecer alguma relação entre as duas propostas. Apesar das diferenças – a principal delas é que a praça do Centro Administrativo proposta por Atílio é o ponto de convergência das principais avenidas, enquanto a Praça da Liberdade possui um resquício de praça tradicional, pois nenhuma das avenidas que levam à praça acaba exatamente nela – ambas concentram o Palácio do Governo e as Secretarias.



No ano de 1937 várias modificações já haviam sido feitas nos projetos propostos por Atílio para o Centro Administrativo (**figuras 93, 94 e 95**), inclusive existiam vários estudos detalhados pelo escritório Coimbra Bueno (**figuras 93, 96 e 97**). O escritório utilizava “perspectivas com recursos de pintura que mostravam as paisagens urbanas a serem realizadas na nova capital. Essas propostas ressaltavam as praças não como um vazio urbano, mas como um lugar especial onde seriam concentrados os principais edifícios e monumentos, adquirindo um valor funcional, político-social, simbólico e artístico” (MANSO, 2001, p. 194).

O Centro Administrativo sofreu modificações em sua configuração, principalmente no traçado da Rua 82 – que passa a ser curvilíneo – e na implantação dos edifícios: onde se localizavam o Palácio da Justiça e a Prefeitura no plano de Atílio, foram projetados fontes e jardins, aumentando o espaço livre da praça<sup>72</sup>. Além do traçado da Rua 82 – que limita o Centro Cívico – ter sido modificado na proposta de Godoy, a praça tem seu vazio aumentado e os espelhos d’água ou fontes luminosas ocupam o lugar de edifícios da proposta de Atílio, ficando a área ajardinada bem maior. Ao compararmos as duas praças, a de Atílio é melhor limitada pela arquitetura dos edifícios públicos com suas colunatas e possui como ponto focal – um “monumento comemorativo da fundação do Estado e das grandes Bandeiras”.



Figura 93- Recortes do Plano Piloto de Atílio e do Projeto de Godoy, com suas respectivas propostas para o Centro Administrativo ou Centro Cívico, na Zona Administrativa. Fonte: CORDEIRO E QUEIROZ, 1990.

72 GONÇALVES (2002) ressalta que “tais mudanças na Praça Cívica se mostraram mais acertadas com o tempo, haja vista que a perspectiva da praça com menor número de edifícios ampliou o caráter de monumentalidade previsto por Atílio”. Para MANSO (2001), na Praça Cívica, não são os edifícios públicos que se revelam como monumentais, mas sim a organização dos jardins.





Os relatórios de Armando Augusto de Godoy e da firma Coimbra Bueno também dão outra denominação ao Centro Administrativo – referem-se a ele como Centro Cívico, localizado na Zona Administrativa, e utilizam também a expressão “praça cívica”.

*Zona Administrativa* – No sentido de facilitar os serviços públicos, foram todas as repartições dispostas em uma mesma praça – **Centro Cívico**. Dadas as interdependências entre a administração estadual e os serviços federais estabelecidos no Estado, o Governador autorizou-nos a dispor também as repartições federais contiguas às estaduais. Daí resultou a seguinte disposição:

*Uma grande praça – Centro Cívico – da qual partem três grandes avenidas. Ao fundo da **praça cívica**, fica o Poder Executivo; do lado direito, o Poder Legislativo, e do esquerdo, o Poder Judiciário. Em frente ao Executivo, fechando a praça, ficam as repartições federais. O tráfego desta praça, estamos estudando de forma a tornar o mais cômodo possível para o trabalho das repartições [sem grifo no original] (CORDEIRO e QUEIROZ, 1990, p.23).*

Nos estudos e trabalhos do Plano da Firma Coimbra Bueno, são reforçados os usos especiais do Centro Cívico, o qual foi previsto “para as manifestações públicas, as reuniões cívicas, as paradas políticas e militares, que logicamente necessitariam de espaço para serem realizadas. O ajardinamento deste espaço, a ser estudado, facilitaria o acesso da multidão até o Palácio do Governo” (CORDEIRO e QUEIROZ, 1990, p.23). Outras características do Centro Cívico estão no Relatório de Armando de Godoy e da Firma Coimbra e Bueno, no item “Configurações da ocupação e expansão urbana”, em que o tamanho da Praça Cívica é especificado:

*A via pública dominante é a Avenida Goiás, de largura de 50 metros, tendo refúgio ao centro, com arborização lateral adequada, e, no seu eixo, entre as alas do arvoredo, extenso tapete verde de gramado. Essa avenida começa na Praça do Centro Cívico, atravessa todo o Setor Central e Norte, indo terminar na praça fronteira ao local destinado à estação ferroviária.*

*Da mesma Praça Cívica, partem duas outras vias públicas – as avenidas Araguaia e Tocantins – ambas com 25 metros de largura, e que, em forma de leque, vão terminar na Avenida Paranaíba, que é a curva limite entre os Setores Central e Norte.*

*O Centro Cívico, onde agruparam os próprios estaduais e federais, compreende uma praça, que contém aproximadamente 28.000 metros quadrados de área, com ajardinamento e lagos, de efeito decorativo, em harmonia com o conjunto (CORDEIRO e QUEIROZ, 1990, p.23).*

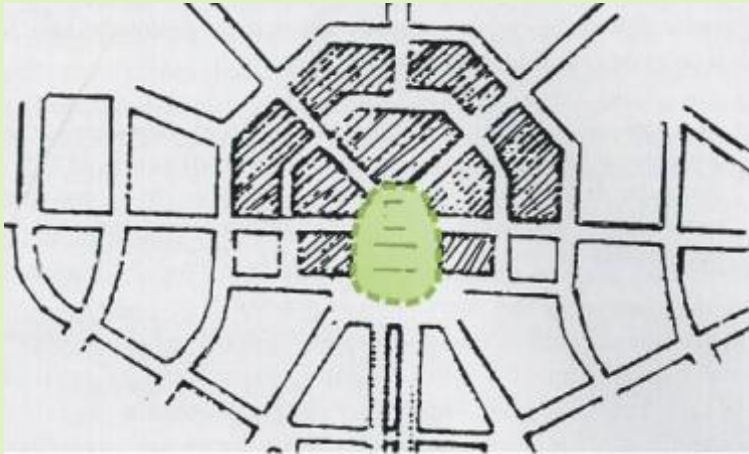


Figura 94- Recorte do Plano Piloto de Atílio. Figura 95- Perspectiva de Atílio para o Centro Administrativo. Figura 96- Recorte do Plano de Urbanização de Godoy. Figura 97- Perspectiva da Firma Coimbra Bueno para o Centro Cívico e a Praça Cívica (destacada em verde em todas as figuras). Fonte: MANSO, 2001.



Portanto, a Praça Cívica – com uma área de aproximadamente 28.000m<sup>2</sup> – ambienta a área do Centro Cívico ou Centro Administrativo, delimitado ao sul pela Rua 82. O entorno imediato da praça projetada para atividades cívicas é zoneado para atividades administrativas da União, do Estado e do Município. O início da construção da praça, em 1933 (**figura 98 e 99**), coincide com a instalação da estaca zero do município de Goiânia, a partir do qual deveria ser construído o ‘plano geral da cidade’, segundo relatório de Atílio Corrêa Lima. Ela foi inaugurada em 5 de julho de 1942.

Na arquitetura dos edifícios públicos, Atílio propôs linhas retas e com um caráter mais sóbrio. Ele optou pelo estilo Art Déco<sup>73</sup> nos edifícios públicos projetados para compor o centro administrativo de Goiânia, mas somente alguns foram parcialmente executados por ele no período em que residiu no canteiro de obras da nova capital (1933-1935) – o Palácio do Governo, a Secretaria Geral e o Grande Hotel foram os primeiros edifícios erigidos em Goiânia e até certo ponto sob orientação de Atílio. Ainda quando estes edifícios estavam em construção, técnicos que compunham a equipe multidisciplinar da firma Coimbra Bueno & Cia assumiram as obras da capital (1936-1938).

O Palácio do Governo (**figuras 100 e 101**) começou a ser construído assim que os projetos foram aprovados pelo governo do estado (1933), sendo inaugurado em 1938. Ele faz parte de um conjunto que inclui os edifícios da Secretaria Geral e do Fórum e Tribunal de Justiça, todos unidos por uma colunata ou varanda. Em 1936, a população começou a chamar a construção, que foi pintada de verde, de Casa Verde. Então o professor Venerando de Freitas sugeriu o nome Palácio das Esmeraldas, que foi aceito pelo governo (O Popular, 20/12/1975).

Na composição geral da praça, o Palácio das Esmeraldas era originalmente o único edifício com três pavimentos, estando todos os demais nivelados em dois. Isso faz com que seja visto como o marco de referência do conjunto, como o elemento de equilíbrio –

---

73 O surgimento do Art Déco se dá com sua apresentação formal na Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas, em abril de 1925, em Paris, França. Inicialmente, ligado mais ao design, chega na arquitetura com a proposta de reformular os conceitos estéticos impostos pelo Art Nouveau ou pelo Eclétismo. Nessa nova proposta, o ornamento deixa de ter função em si e passa a ser elemento derivado do estudo de volumetria dos edifícios, de seus problemas estruturais e das técnicas construtivas utilizadas, como preconizava o movimento moderno. [...] Assim, as linhas retas, a horizontalidade, a simetria, a limpeza ornamental, a sobriedade, a centralidade e o escalonamento são signos do Art Déco que contribuem na reafirmação de uma nova arquitetura de poder, em que a monumentalidade não advém mais das dimensões nem dos volumes exagerados, mas da composição estética do conjunto e da configuração espacial. É este discurso racionalista de monumentalidade que cai no gosto dos regimes totalitários de todo mundo nas décadas de 1930 e 1940, estendendo-se tardiamente em alguns locais até a década de 1950 (MANSO, 2004, p. 11 e 12).



uma característica fundamental do Art Decó. Em seus três pavimentos distribuem-se atividades distintas entre as quais se destacam a residência oficial do governador, os gabinetes, os salões de festas e de recepção, além de uma sala particular de cinema (COELHO, 2005, p. 27).

Além do Grande Hotel na Avenida Goiás e do Palácio do Governo, outro edifício teve sua construção iniciada em 1933, a Secretaria Geral. O término da obra foi em 1936. O edifício possui dois pavimentos, assim como o Fórum e Tribunal de Justiça – ambos têm a mesma fachada, são rebatidos, “um artifício utilizado na elaboração do projeto do conjunto de edifícios, como forma de valorizar o edifício mais importante, o Palácio” (COELHO, 2005, p. 37). Foi previsto seu uso pela Prefeitura, que nunca foi efetivado. Abrigou a Secretaria da Fazenda até ser transferida para o edifício do Centro Administrativo (Palácio Pedro Ludovico Teixeira), quando passou a abrigar o Centro Cultural Marieta Telles. As principais intervenções, além das ampliações iniciais, ocorreram de 1988 até o início dos anos 1990 – quando foi transformado em Centro Cultural, com a implantação de um cinema, a instalação da Biblioteca Pública Estadual, de uma galeria de artes e com a construção de um anexo para abrigar o Arquivo Histórico do Estado.

A horizontalidade do edifício do Fórum e Tribunal de Justiça e a galeria composta por colunatas fazem a interação deste com os prédios do Palácio das Esmeraldas e da Secretaria Geral (**figura 102**). O início da construção do Fórum e Tribunal de Justiça foi em 1936 e a inauguração em meados de 1942. O edifício é de autoria de Atílio Corrêa Lima, com alterações posteriores realizadas pela Superintendência Geral de Obras, juntamente com a firma Coimbra Bueno Ltda. e assessoria do engenheiro urbanista Armando Augusto de Godoy.



Figura 98- Foto aérea da Praça Cívica com as primeiras construções – o Palácio do Governo e a Secretaria Geral, 1936. Fonte: SEPLAN. Figura 99- Foto aérea em que fica nítido o traçado das principais avenidas convergindo para o Centro Cívico, 1937. Fonte: Foto de Antônio Pereira da Silva, Acervo MIS-GO. Figura 100- Construção do Palácio do Governo quando tudo em volta ainda era cerrado. Fonte: SEPLAN. Figura 101- Palácio das Esmeraldas. Fonte: SEPLAN. Figura 102- Palácio das Esmeraldas ao centro, Secretaria Geral à esquerda e Fórum e Tribunal de Justiça à direita. Fonte: SEPLAN, Fotógrafo Hélio de Oliveira.





O edifício da Chefatura de Polícia (**figura 103**) é de autoria da Superintendência de Obras e do escritório dos Irmãos Coimbra Bueno, e foi inaugurado em 1937. Já abrigou a Superintendência de Planejamento (SUPLAN), a Empresa de Obras Públicas (EMOP) e a Procuradoria Geral do Estado.

Nos vértices das avenidas radiais e demarcando o perímetro do Centro Cívico ao norte, ficam o Tribunal Regional Eleitoral (**figura 104**) e a Delegacia Fiscal (Ministério da Fazenda – **figura 105**), nas quadras 1 e 2, respectivamente. A inauguração do Tribunal Regional Eleitoral foi em 1937 e o projeto é da Superintendência de Obras do Estado. No final dos anos 1990, foi construído um anexo com seis pavimentos nos fundos do edifício principal, sem alterar suas características originais (MANSO, 2004, v. II, p. 38). A obra do edifício da Delegacia Fiscal durou de dezembro de 1936 a abril de 1937 e posteriormente o edifício sofreu acréscimo até o limite do lote.

A Praça Cívica (**figura 106**) possui fontes luminosas (**figura 107**), jardins (**figura 108**), e elementos de características Art Déco<sup>74</sup> – como pisos escalonados em degraus, obeliscos adornados (**figura 109**) e um coreto. As fontes luminosas foram construídas em 1936, em dois recintos de piso rebaixado, cujo acesso se dá através de degraus. Elas foram muito frequentadas pela população vizinha e por visitantes, desde os anos 1930 até 1970. As fontes tiveram lugar de destaque nas festas cívicas, tais como desfiles de 7 de Setembro (**figura 110**), 24 de Outubro (aniversário da cidade – **figura 113**), comícios políticos, festas religiosas – como as procissões de Nossa Senhora Auxiliadora, padroeira da cidade, dentre outros eventos públicos.



Figura 103- Edifício da Chefatura de Polícia.



Figura 104- Tribunal Regional Eleitoral.



Figura 105- Ministério da Fazenda. Crédito: Ludmila Dias.

74 Completando esse conjunto de elementos Art Déco da Praça Cívica temos a torre do relógio no início da Avenida Goiás, e a arborização e paisagismo da Praça Cívica tem continuidade no canteiro central da Avenida Goiás até a Praça do Bandeirante.



Figura 106- Vista aérea da praça no fim da década de 1960 – o Monumento às Três Raças ocupa o lugar do antigo obelisco central. Figura 107- Fonte luminosa. Figura 108- Os jardins da praça. Figura 109- Antigo obelisco central. Figura 110- Comemoração do 7 de setembro na Praça Cívica, década de 1940. Crédito: Fotos cedidas gentilmente pelo fotógrafo Hélio de Oliveira.





A Praça Cívica desde o início da cidade foi o local de reunião de multidões em datas especiais (**figuras 111 e 112**) e também em dias de manifestações populares, protestos, comícios e outros eventos como comemorações do Natal (**figura 114**) e do Ano Novo. No início da capital, a vida social quase que girava em torno das praças, onde se realizavam os *footings*, onde moças e rapazes se viam pela primeira vez e marcavam encontros de namorados. A Praça Cívica era o espaço natural de concentração popular em meados dos anos 1940, quando Goiânia tinha pouco mais de 50 mil habitantes e a mobilização espontânea para as grandes datas cívicas ou festivas era intensa. Durante as décadas de 1940 até 1970, a praça era o local propício para a diversão das crianças, dos pais, dos velhos e qualquer pessoa que saísse de casa com a intenção de descansar, divertir, conversar e namorar. Foi o tempo dos balões, do algodão doce, do amendoim torrado e das fontes luminosas.



Figura 113-Desfile no aniversário de Goiânia, em 1962. Figura 114- Comemoração natalina, 1984. Crédito: Fotos gentilmente cedida pelo fotógrafo Hélio de Oliveira.



Figura 111-Batismo Cultural de Goiânia em 1942, Pedro Ludovico em frente ao Palácio das Esmeraldas. Fonte: FOLHA DE GOIAZ, 1966.



Figura 112- Uma multidão se reuniu na Praça Cívica, na missa campal realizada em 5 de julho de 1942. Fonte: Jornal O Popular, 2003.



O coreto (**figura 115**) é outro lugar que foi importante na vida social da capital – era lugar de encontro, de reunião, de um bate papo entre conhecidos. Foi construído entre 1940 e 1942 e inaugurado em 5 de julho de 1942. Segundo MANSO (2004, v. II, p. 16), é um dos exemplares mais elaborados da Art Decó goianiense, haja vista sua riqueza de detalhes e o cuidado no acabamento.

O conjunto de obeliscos com luminárias instalados na praça eram originalmente em três. O maior deles ficava no ponto de convergência das três avenidas radiais – local reservado no projeto de Atílio, para um “monumento comemorativo da fundação do Estado e das grandes Bandeiras”. Os outros dois ainda estão na praça, um do lado leste e o outro, oeste. Estão descaracterizados sem as luminárias e sem vegetação no canteiro ao redor.

O edifício do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP – **figura 116**) foi projetado por Kazimierz Bartoszewski, em 1945, e hoje é o Museu Zoroastro Artiaga. Sua construção foi iniciada em 1946, como parte integrante do conjunto de edifícios destinados à administração pública do Estado. O edifício ocupava originalmente toda uma área situada na parte leste da praça, enquanto no lado oeste ficava a Prefeitura Municipal ou Palácio das Campinas. Foi construída, posteriormente, uma agência do Banco do Estado na sua área, prejudicando o relacionamento do edifício com seu entorno. A nova edificação chegava a isolar a fachada sul e inviabilizar o uso da porta como acesso, pela proximidade da construção. Em 1998, a agência foi demolida, voltando o edifício do Museu a se relacionar com seu entorno na forma estabelecida pelo projeto original (COELHO, 2005, p. 60).

No extremo leste da praça, em contraponto com o edifício da Procuradoria Geral do



Figura 115- Coreto. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 116- Departamento de Imprensa e Propaganda. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 117- Tribunal de Contas do Estado. Crédito: Ludmila Dias.



Estado (Chefatura de Polícia), está o edifício do Tribunal de Contas do Estado (**figura 117**) que foi inaugurado no início da década de 1950. O prédio já foi descaracterizado e ganhou dois anexos com número maior de pavimentos (cada um com térreo mais três pavimentos). Segundo COELHO (2005, p. 56), este foi o único edifício que não se adaptou às alterações estabelecidas no projeto da recente reforma na Praça Cívica, mantendo seu terreno cercado com grades (**figura 118**), usando o espaço que deveria ser ajardinado com estacionamento e guarita de controle de acesso. “Dissociou-se assim completamente do conjunto do qual deveria ser parte integrante. É o único edifício implantado no espaço interior da praça que prejudica tanto o ritmo quanto o perfil do conjunto, com a verticalização de seus anexos, que destoam das características gerais do entorno”. Na mesma quadra foi construído volume térreo destinado à Creche Pública Estadual.

O Monumento às Três Raças (**figura 119**) é uma homenagem aos construtores de Goiânia, obra de autoria da artista plástica Neuza Moraes. Foi colocado na praça em 5 de julho de 1967, por ocasião do aniversário do Batismo Cultural de Goiânia, substituindo o obelisco maior. Feito em bronze e pedra, passou por restauração em 1997. As esculturas medem entre 3 metros e 3,5 metros. O monumento é preservado pelo Município por meio da Lei nº 6962/ 1991.

No início da década de 1970, foram anunciados novos canteiros na praça e a recuperação das fontes luminosas, que voltaram a funcionar em março de 1971 (O Popular, 29/12/1970, 15/01/1971 e 19/03/1971). Também foi denunciado o abandono do coreto, pois este estava servindo como moradia de moradores de rua (O Popular, 15/11/1972 e 26/11/1972).



Figura 118- Além de gradear o terreno, o Tribunal de Contas do Estado deixou uma calçada mínima para passagem do pedestre. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 119- Monumento às Três Raças. Crédito: Ludmila Dias.



Em 1973, o Governo inaugurou o edifício do Centro Administrativo (**figuras 120 a 123**), que começou a ser construído em 1970. A construção tinha cerca de 27.000 m<sup>2</sup> e capacidade de centralizar diversas atividades administrativas, dando condições de atendimento mais rápido à população (*O Popular*, 23/03/73). Em 1975, eram realizadas feiras de artes e artesanatos no espaço central da praça, durante os fins de semana.

Ainda anos 1970, foi construído o Palácio das Campinas (**figura 124**), edifício que ocupa a área diametralmente oposta à do Museu. A construção foi destinada à sede do Governo Municipal (Prefeitura Municipal), e destoa da monumentalidade e do cuidado arquitetônico presente nos outros elementos da praça. Para UNES (2008, p. 84), esta é uma construção provisória – a julgar por sua aparência e os materiais utilizados, como telha de amianto aparente e tijolos à vista – que causa desconforto e desequilíbrio ao conjunto de edifícios do Centro Cívico. No Palácio das Campinas funcionou a sede do Governo Municipal até 1998, quando a Prefeitura foi transferida para o Paço Municipal. Hoje o edifício é ocupado por uma Agência de Atendimento ao Público, da Secretaria Municipal de Finanças.

Em 1978, o coreto foi reconstruído como no projeto original. No ano seguinte, após a morte de Pedro Ludovico, a Praça Cívica teve seu nome oficialmente mudado para Praça Pedro Ludovico Teixeira –embora a população continue conhecendo-a como Praça Cívica.

No ano de 1981, a construção de pistas exclusivas para o transporte coletivo alterou o “exterior da Praça Cívica”, entretanto, as opções de tráfego nas vias alimentadoras da praça foram mantidas, todas as conversões nas vias continuaram possíveis após a mudança (*O Popular*, 09/08/1981).

O conjunto dos edifícios institucionais da Praça Cívica foi tombado por lei estadual, segundo Despacho n.º 1.096/82, de 18 de outubro de 1982. Foi determinado o tombamento de vinte e nove bens imóveis, dentre eles, a Praça Cívica e todo o seu conjunto arquitetônico (Palácio do Governo, Fórum, Tribunal de Justiça, Delegacia Fiscal, Delegacia do Trabalho, Tribunal de Contas, Tribunal Eleitoral, Coreto, Obeliscos [3], Fontes luminosas [2], Museu Zoroastro Artiaga). No final da década de 1980, foi denunciado o abandono e o péssimo estado de conservação da Praça Cívica no Diário da Manhã (07/01/1989).





Figura 120- Construção do edifício do Centro Administrativo, início da década de 1970. Crédito: foto cedida gentilmente pelo fotógrafo Hélio de Oliveira. Figura 121- Centro Administrativo pronto. Década de 1980. Crédito: foto cedida gentilmente pelo fotógrafo Hélio de Oliveira. Figura 122- O Centro Administrativo, hoje Palácio Pedro Ludovico Teixeira, faz fundo para o Palácio das Esmeraldas. Crédito: Ludmila Dias. Figura 123- Entrada do Palácio Pedro Ludovico Teixeira e fachada espelhada. Crédito: Ludmila Dias. Figura 124- Palácio das Campinas, antiga Prefeitura Municipal. Crédito: Ludmila Dias.



Em 1990, o jornal O Popular relatou que 17 anos após sua construção, o edifício do Centro Administrativo abrigava 4.200 funcionários, era sede de 54 órgãos e circulavam nele cerca de 10.000 pessoas por dia. Foram denunciados problemas na segurança elétrica e uma ocupação com fechamento indiscriminado de corredores e locais de passagem, o que dificultaria a ação dos bombeiros em caso de incêndio. Sua reforma foi anunciada em 1995 (O Popular, 02/04/1995). Em 1996, o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) lançou edital para concurso de projeto de revitalização da Praça Cívica (O Popular, 15/02/1996).

No ano de 1997, o Monumento às Três Raças passou por restauração (Diário da manhã, 18/10/1997) e em 1998, foi anunciada a “revitalização” da Praça Cívica: ela receberia novos bancos, calçamento em pedra portuguesa e ruas exclusivas para pedestres. Além disso, as fachadas históricas seriam restauradas e havia a possibilidade de proibição de estacionamento<sup>75</sup> na área central – a estimativa era de que aproximadamente 200 carros estacionavam na praça. As mudanças dariam novo fôlego à praça, que era “estacionamento de dia e um vazio temido à noite”. Com a revitalização, esperava-se que a praça se tornasse um polo cultural (espaços culturais em funcionamento na praça: Museu Zoroastro Artiaga e Centro Cultural Marieta Telles) e voltasse a ser um local atraente para a população. Anunciaram também que a Prefeitura e as Secretarias Municipais seriam transferidas para o Paço Municipal em outubro de 1998.

Outras reportagens na mídia impressa sobre o abandono da Praça Cívica foram publicadas nesse mesmo ano. Denunciavam que as fontes não funcionavam e estavam cercadas por mato, servindo de banheiros, que o Monumento às Três Raças estava coberto de cartazes, e que faltava limpeza na praça.

A reforma da Praça Cívica foi iniciada ainda em 1998. Postes de ferro novos e em estilo antigo foram instalados, a rede subterrânea foi executada. O restauro do Palácio também foi executado, que reassumiu sua cor verde. Foi demolido o prédio do antigo Banco do Estado de Goiás – BEG que ficava próximo ao Museu Zoroastro Artiaga (O Popular, 30/06/1998).

Em 12 de outubro de 2000, aconteceu um incêndio no edifício do Centro Administrativo, que teve início no 11º andar. O incidente levou à interdição do edifício (O Popular, 13/10/2000). Foi anunciado que a reforma do edifício poderia iniciar em janeiro de 2001 e

---

75 Cogitou-se a construção de estacionamento subterrâneo na praça (O Popular, 30/06/1998).



o CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) de Goiás sugeriu a demolição do prédio e a devolução desse espaço à Praça Cívica (O Popular, 24/10/2000).

Em 2001, o jornal impresso O Popular afirmou que num período inferior a um ano, a utilização da Praça Cívica foi impactada por duas mudanças: a transferência da Prefeitura para o Paço Municipal (**figuras 125 e 126**) e a interdição do Centro Administrativo (após incêndio que aconteceu em outubro de 2000). Segundo o jornal, os dois edifícios atraíam milhares de pessoas à praça que ficou mais vazia. O Palácio das Campinas, antiga Prefeitura Municipal, passou a sediar a Secretaria Municipal de Finanças aberta ao atendimento do público (O Popular, 03/10/2001).



Figura 125- Imagem de satélite com destaque da Praça Cívica – antiga localização da Prefeitura Municipal – e do Paço Municipal, atual sede do Governo Municipal. A Prefeitura, segundo o plano de Atílio, estaria à esquerda do Palácio do Governo, mas as modificações de Godoy no Centro Administrativo incluíram a definição de fontes e jardins nos espaços destinados ao Palácio da Justiça e à Prefeitura. Posteriormente, foi previsto o uso do edifício da Secretaria Geral pela Prefeitura, que nunca foi efetivado. Em 1970, foi construído na parte leste da praça o Palácio das Campinas, onde funcionou a sede do Governo Municipal até 1998, quando a Prefeitura e as Secretarias Municipais foram transferidas para o Paço Municipal. Fonte: Google Earth. Figura 126- Vista do Paço Municipal (Centro Cultural Oscar Niemeyer ao fundo). O acesso ao Paço Municipal se dá pela BR-153. O entorno se caracteriza por vazios urbanos, condomínios fechados, bairros verticalizados e grandes equipamentos – como o Estádio Serra Dourada, o Centro Cultural Oscar Niemeyer, hipermercados (Carrefour e Walmart), o shopping Flamboyant, e o Autódromo Internacional de Goiânia. A urbanização e valorização da região iniciaram com a construção do Flamboyant (primeiro shopping da cidade, inaugurado em 1981) e a implantação do hipermercado Carrefour. Crédito: Fotógrafo Joventino Neto.





Em 2002 o Centro Administrativo teve sua reforma finalizada e voltou a funcionar no ano seguinte (O Popular, 23/10/2003). A nova fachada é espelhada (**figura 123**), o 11º andar deu lugar à “sala vip” do heliponto e a nova estrutura administrativa foi composta por 14 órgãos e 3 mil funcionários.

Em 2003, foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – pela Portaria de número 507, em 18 de novembro de 2003 – 22 prédios e monumentos públicos, o centro original de Goiânia e o núcleo pioneiro de Campinas (localidade que deu origem à capital de Goiânia). Foram tombados como acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco de Goiânia no Conjunto da Praça Cívica: Coreto da Praça Cívica, Fontes luminosas, Fórum e Tribunal de Justiça, Edifício do antigo Departamento Estadual de Informação, Obeliscos com luminárias, Palácio das Esmeraldas, Edifício da antiga Delegacia Fiscal, Edifício da antiga Chefatura de Polícia, Edifício da antiga Secretaria geral, Torre do Relógio, Edifício do Tribunal Regional Eleitoral.

No mesmo ano, o jornal O Popular divulgou que a praça deixou de ser referência de lazer e que sua “revitalização” não teria previsão (O Popular, 17/04/2003). Segundo o jornal, os moradores preferiam os parques, que são bem próximos à praça, para o lazer. Afirmaram que a reforma que havia sido feita há três anos e meio não conseguiu atrair a população ao local – a praça recebia apenas poucos turistas de outros estados. Às escuras, com chafarizes quebrados e calçadas estragadas era como se encontrava a praça, conforme o jornal. Trabalhadores da praça que vendiam comida em barraquinhas contaram que depois que a Feira Hippie (feira de artesanato) mudou de local, a praça ficou abandonada nos fins de semana. Segundo eles, depois que os chafarizes quebraram, até os meninos de rua que se divertiam nas fontes e alegravam o ambiente, sumiram. Os frequentadores se reduziram aos funcionários públicos e demais que trabalham nas redondezas e estacionam seus carros no local. O movimento no meio de semana era muito bom, contou o dono de um quiosque, mas a praça ficava completamente vazia no fim de semana.

A despeito da preferência dos moradores por outros lugares de lazer, das péssimas condições de conservação da praça, o que provocou a redução de frequentadores desse espaço nos dias de semana e o seu abandono nos fins de semana, a Praça Cívica permaneceu sendo o lugar de reunião de grandes multidões. A praça continuou sendo utilizada em manifestações populares, em eventos promovidos pelo governo, em comemorações de grande importância para a cidade (**figuras 127 a 130**).



Figura 127-Crianças brincam na fonte da Praça Cívica, sem data. Crédito: Mantovani Fernandes. Figura 128- Comemoração do dia das crianças, sem data. Crédito: Mantovani Fernandes. Figura 129- Inauguração da decoração de Natal, sem data. Crédito: Weimer Carvalho. Figura 130- Lula discursou para 30 mil pessoas na Praça Cívica, em 13/08/2009. Fonte: Arquivo da Redação do Jornal O Popular.



Em 2010, foi instalado no Centro Cívico (**figura 131**), próximo ao Palácio Pedro Ludovico Teixeira, o monumento “Resgate à Memória”, que homenageia Pedro Ludovico. A estátua dele montado a cavalo, com 7 m de altura, 3 m de comprimento e 1,8 m de largura, foi a intervenção mais recente na área. A peça é banhada em bronze e de autoria da artista plástica Neuza Moraes.

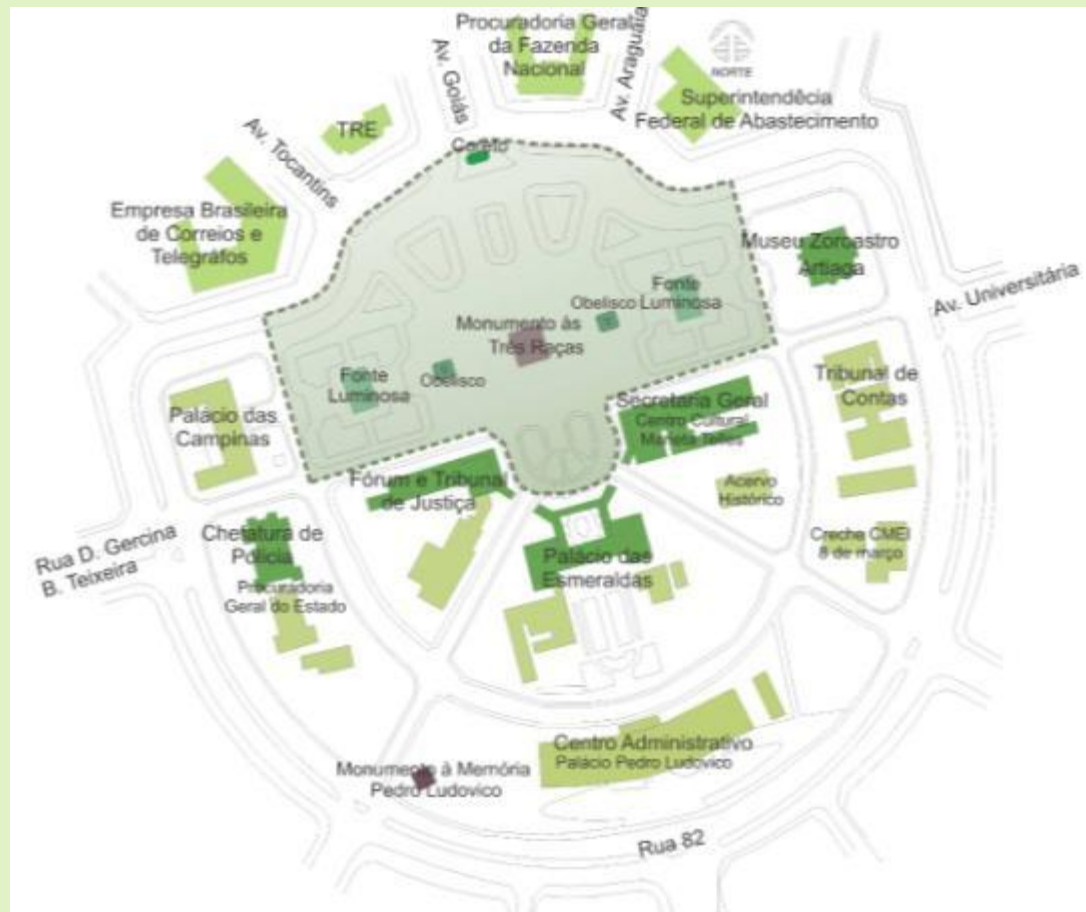


Figura 131- Ilustração do Centro Cívico e da Praça Cívica, em destaque. Crédito: Ludmila Dias.



A pesquisa documental permitiu elaborar uma cronologia<sup>76</sup> da Praça Cívica e revelou que as notícias mais recorrentes na mídia impressa, ao longo dos anos, são sobre o abandono da praça ou seu estado precário de manutenção e conservação, e a respeito das reformas às quais foi submetida. O histórico desse espaço, que completa 78 anos em 2011, baseado nessa pesquisa documental, revela que o local sofreu algumas modificações ao longo do tempo e que o Centro Cívico ganhou ou teve edificações suprimidas. Entretanto, “[...] em que pesem pequenas alterações ocorridas ao longo dos anos, verifica-se que a concepção urbanística da praça foi mantida e preservada em suas características essenciais” (MANSO, 2004, v. II, p. 14).

### 4.3 A Praça Cívica e a cidade – análise no nível global

A relação entre a posição da Praça Cívica na malha urbana e o processo histórico da centralidade<sup>77</sup> em Goiânia será o foco deste item. Utilizaremos o estudo de ALARCÓN (2004) que verifica “a medida de coincidência entre a centralidade morfológica (núcleo integrador) e a centralidade funcional (usos de comércio e serviços)” na capital ao longo do tempo, e analisaremos se a praça e o bairro em que se localiza, o Setor Central, ainda são parte integrante do núcleo de integração e do centro ativo.

Segundo ALARCÓN (2004), a consolidação do Setor Central como centro principal da nova capital ocorreu em meados das décadas 1960 e 1970<sup>78</sup> (**figura 132**). Na década de 1970, o centro adensou-se e consolidou-se como principal núcleo de concentração de agências do poder público, instituições culturais, hotéis, restaurantes, escritórios, consultórios médicos e odontológicos (VAZ, 2002, p. 84 apud ALARCÓN, 2004). O Setor Central tornou-se o local de maior concentração do comércio, escritórios e principais serviços, enquanto o Setor Campinas ficou em segundo plano, com grandes armazéns de cereais e com um significativo comércio popular.

---

76 Foram feitas pesquisas no Arquivo Histórico do Estado e em dossiês de recortes de jornais da Secretaria de Planejamento Urbano; a partir daí foram selecionadas notícias relacionadas à Praça Cívica, relevantes para a construção do histórico do lugar.

77 A centralidade é definida por ALARCÓN (2004) segundo dois critérios: o morfológico (concentração das vias mais acessíveis na malha, ou seja, as mais integradas – pertencentes ao núcleo integrador) e o funcional (aglomeração de atividades de comércio e serviços).

78 Anteriormente a esse período (nas décadas de 1940 e 1950), a autora defende que existiam dois fortes núcleos de centralidade: Campinas (parcelamento pré-existente que se tornou cidade satélite de Goiânia e depois foi incorporada à cidade, que funcionava no início como coração e sustentáculo econômico) e Centro Antigo ou núcleo inicial da capital (que funcionava como núcleo comercial, de serviço e administrativo em desenvolvimento) (ALARCÓN, 2004).



Nessa década, a centralidade morfológica permaneceu no eixo leste-oeste (Av. Anhanguera), mas surgiu um novo eixo de centralidade ao sul, nos setores Jardim Goiás (Av. 83, Av. B em direção ao futuro shopping Flamboyant), Bueno e Jardim América (Av. T – 7, Assis Chateaubriand, Av. Haiti e C 208).

Na década de 1980 ocorreu a expansão da centralidade do Setor Central para o Setor Oeste (**figura 133**). Com o forte adensamento dos Setores Central e Oeste, promoveu-se a descentralização das atividades centrais para a região sudeste, nos setores: Bela Vista, Alto do Bueno, Nova Suíça e Jardim América, ao longo da Av. T-63 (ARANTES, 2002 apud ALARCÓN, 2004). Nessa década, a população de baixa renda de Goiânia passou a buscar alternativas de moradia nos municípios vizinhos – Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Hidrolândia – que se tornaram cidades dormitório, gerando grande deslocamento pendular. A construção do primeiro shopping da cidade, o Flamboyant, e a implantação do hipermercado Carrefour, promoveram a urbanização e valorização do Setor Jardim Goiás e entorno. Ocorreu o deslocamento de parte da elite do Setor Central para setores vizinhos – Setores Oeste, Universitário e Jardim Goiás. “Os setores Campinas e Vila Nova se consolidam como importantes subcentros e contrapontos ao Setor Central. Do ponto de vista morfológico, na década de 1980, o conjunto de linhas mais integradas cresceu na direção de três grandes eixos estruturais e com fortes atividades de comércio e serviços: a Av. Anhanguera, a Av. Assis Chateaubriand e T- 7 e a Av.85. Neste período, a centralidade funcional acompanha as vias mais integradas em Goiânia” (ALÁRCÓN, 2004).

A década de 1990 foi marcada pela proliferação dos condomínios fechados, principalmente na periferia sudeste da cidade e pelo deslocamento das camadas mais altas do Setor Central para outras regiões. Apesar da saída da elite do Setor Central, ALARCÓN (2004) assegura que ele continuou como a maior fonte de empregos na cidade, com forte vitalidade, e elevada valorização imobiliária. “As atividades de comércio, serviço e administrativas prevalecem no Setor Central. O que acontece é o surgimento de polos de importância secundária”.



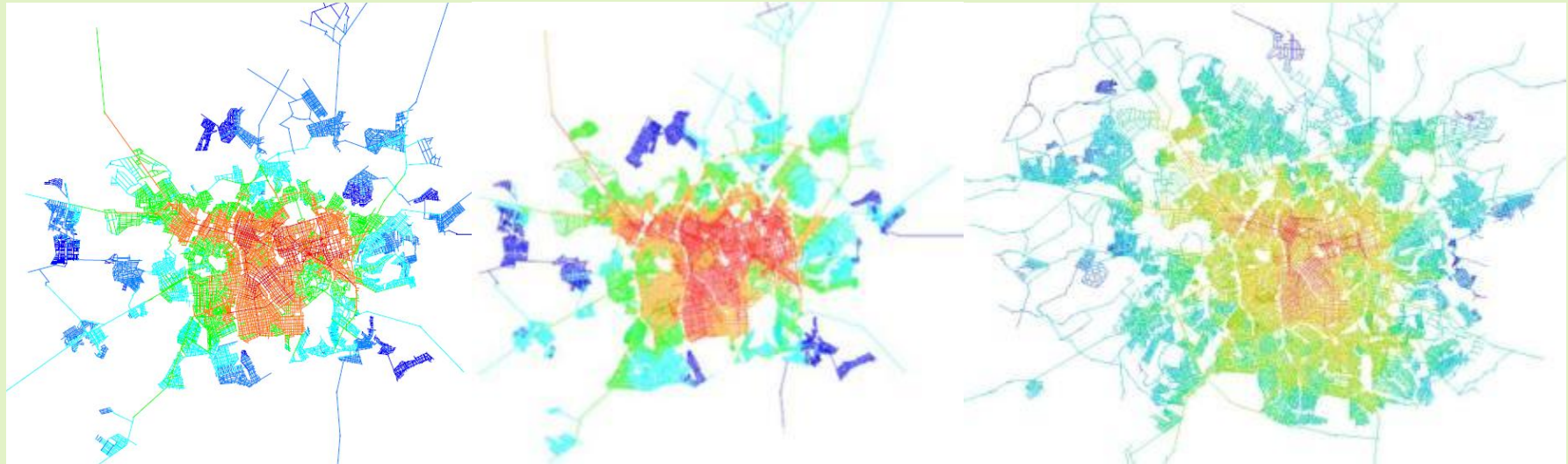


Figura 132- Mapa axial de Goiânia, década de 1960. Fonte: ALARCÓN, 2004. Figura 133- Mapa axial de Goiânia na década de 1980. Fonte: ALARCÓN, 2004. Figura 134- Mapa axial de Goiânia, ano 2000. Crédito: Dimpu – Leyla Alárcon e Valério Medeiros.

A requalificação do Setor Central foi bastante discutida a partir da década de 1990, mas somente concretizada a partir de 2000. A partir de então, foram feitas diferentes propostas<sup>79</sup> de renovação para o “Centro”, e realizados trabalhos<sup>80</sup> com foco na requalificação da área em parceria com a prefeitura. Conforme aponta ALARCÓN (2004, p. 70), “existem assim muitas propostas, mas pouca atuação em relação à quantidade de projetos existentes”. Algumas obras, intervenções e reformas foram executadas em alguns pontos do Setor Central – como a requalificação da Avenida Goiás, que promoveu mudanças no seu canteiro central.

---

79 Dentre as propostas, estão: a promoção de eventos culturais como dinamizadores da vida urbana e encontro social; a inserção de edifícios modernos, como shoppings verticais; e a proposta impulsionada pelos diretores lojistas para a implementação de novas vagas de estacionamento, construção de edifícios-garagem e remodelação da Av. Anhanguera com fiação subterrânea e mudança de sentido da Av. Paranaíba. “A reforma de imóveis, a flexibilização do horário comercial, a eliminação de obstáculos nas calçadas e um policiamento mais eficiente, também são questões solicitadas”. (ALARCÓN, 2004, p. 69)

80Um desses trabalhos é o “Projeto Goiânia 21 – operação centro” do Grupo Quatro, “Reformulación Urbanística del núcleo Fundacional de Goiânia” de Jordi Franquesa.



Ao finalizar a análise do histórico das centralidades de Goiânia, ALARCÓN (2004, p. 72), conclui que a configuração do núcleo integrador mudou ao longo do tempo, acompanhando o crescimento da malha urbana, e que “as vias mais integradas da cidade de cada período anteciparam a posterior implantação de centros funcionais (comércio e serviços)”. Por isso, os centros funcionais e morfológicos da cidade sempre tenderam a coincidir.

Ao analisar o arranjo da estrutura urbana da nova capital goiana (**figura 134**), MEDEIROS (2006, p. 190) observa a continuidade<sup>81</sup> de sua trama urbana, associada pelo autor aos desenhos planejados que, “predominantemente, tendem a estarem locados em sítios planos, produzindo ocupações contínuas em sua grande maioria”. A mancha urbana contínua é característica de cidades fundadas como um todo, em oposição às cidades que são implantadas em terrenos que interferem em sua distribuição territorial, provocando descontinuidade da mancha urbana. A representação linear de Goiânia traz, portanto, um exemplo de uma malha contínua, também característica de cidades mais compactas e com maior densidade.

MEDEIROS (2006) avalia também aspectos de Zoneamento e Centralidade ao analisar variáveis<sup>82</sup> que contemplam o exame das coincidências ou afastamentos entre o núcleo de integração e o centro antigo. Ao investigar o comportamento do centro antigo de vários sistemas urbanos, o autor identifica três situações: 1- os centros antigos que permanecem coincidentes com o núcleo de integração; 2- os que perderam posição relativa enquanto núcleos de integração, mas permanecem como centro periférico ou subcentro; e 3- os que apresentam índices inferiores ou próximos da média da cidade, estando à margem do que seria o centro ativo atual ou núcleo de integração – produto de novos eixos e vetores de crescimento (MEDEIROS, 2006, p. 349).

Goiânia insere-se no primeiro grupo, pois seu centro antigo – o Setor Central, bairro em que se localiza a Praça Cívica – é parte do núcleo de integração do sistema (**figuras 135 e 136**). Segundo MEDEIROS (2006, p. 349), isto acontece porque o centro antigo é o centro geométrico de uma malha tendente a ortogonal e contínua, com pouca fragmentação. Os achados indicam que Goiânia não

---

81 O autor analisa algumas cidades brasileiras considerando a continuidade ou descontinuidade de sua trama urbana. Avaliam-se as características de compactação ou fragmentação das malhas viárias por meio da representação linear, considerando a estruturação do tecido urbano (MEDEIROS, 2006, p. 285).

82 São exploradas as seguintes variáveis do grupo Zoneamento e Centralidade: (1) a forma do núcleo de integração e as coincidências espaciais (2) entre (2.1) o núcleo de integração e o centro geométrico; (2.2) o núcleo de integração e o centro antigo; e (2.3) o centro antigo e o centro geométrico (MEDEIROS, 2006, p. 361).





sofreu deslocamento do centro antigo, nem o processo de decadência que acompanha esse movimento nas áreas centrais. O centro antigo da capital ainda possui o status de centro ativo urbano, o que contribui para a urbanidade da Praça Cívica.



Figura 135- O Setor Central e Campinas, que constituem os núcleos pioneiros de Goiânia, apresentam ótima acessibilidade topológica – ou seja, estão no núcleo de integração do sistema urbano analisado. Figura 136- Detalhe do mapa axial com Setor Central em destaque – vias bem integradas levam à Praça Cívica (a Rua Dez em vermelho e as Avenidas Araguaia, Goiás, Tocantins, 83 e 84 em laranja). Crédito: Valério Medeiros.



No item anterior, mencionamos a mudança da Prefeitura Municipal da Praça Cívica para o Paço Municipal e das Secretarias Municipais do “Centro” também para o Paço Municipal. O complexo de edifícios administrativos foi construído a alguns quilômetros do Setor Central e da Praça Cívica, em local que apresenta crescente valorização desde a década de 1980, reforçando as dinâmicas de mercado e a centralidade da área. Podemos dizer que, assim como em Belo Horizonte, essa foi uma ação do governo no sentido de colaborar para o esvaziamento do centro antigo (Setor Central, que felizmente ainda constitui um centro ativo), e para o fortalecimento de novas centralidades.

#### 4.4 A Praça Cívica– análise no nível local

Serão analisados o entorno imediato da Praça Cívica, os atributos configuracionais locais desse espaço, o mapa axial de pedestre e o mapa de visibilidade. Em seguida, serão expostos os dados empíricos coletados na pesquisa de campo e estabelecidas associações entre os resultados das análises e esses dados.

##### 4.4.1 Entorno imediato

Quanto aos usos do Setor Central, no entorno da Praça Cívica, eles são diversificados – incluindo habitação, serviço e comércio, escolas, hotéis e restaurantes e garagens particulares, além da função administrativa de alguns edifícios. Entretanto, há poucas habitações. Os problemas relacionados à habitação neste bairro são a grande quantidade de domicílios vazios e sua substituição por outros usos<sup>83</sup> (principalmente garagens particulares, devido à demanda por estacionamento). Para ALARCÓN e HOLANDA (2005, p. 5), “os domicílios ficam vazios porque a população de menor poder aquisitivo não tem condições de pagar e a população de igual, ou melhor renda, não se interessa por este setor, que vai ficando cada vez mais vazio”.

---

83 A partir da década de 1990, houve uma desconcentração da população nas regiões Central, Campinas e Sul, enquanto os bairros localizados em regiões periféricas apresentaram maiores índices de crescimento. RODRIGUES (2006) observou um processo de ocupação residencial das áreas periféricas em detrimento das regiões centrais, que “pode estar associada diretamente a um processo de rarefação da ocupação residencial das áreas centrais”.



A diversidade de usos de serviço e comércio concentrados ao longo das grandes avenidas do Setor Central, por outro lado, garantem a vitalidade do espaço apenas no horário comercial. ALARCÓN e HOLANDA (2005) perceberam uma variação da presença de pessoas em diferentes horários e em trechos diferentes do Setor Central, sendo que no setor como um todo, é predominantemente forte a presença de pessoas no horário comercial e nos momentos específicos de saída da escola ou do emprego, fraca nos dias de semana à noite e muito fraca nos finais de semana. Os autores consideraram que “alguns edifícios são polos atratores de pessoas de outros bairros da cidade”, como os de função administrativa e cultural/ de lazer no Centro Cívico (figura 137).

O mapa axial demonstrou que o Setor Central é parte do núcleo de integração, e sua acessibilidade topológica favorece a presença de pessoas nos espaços públicos. Entretanto, ALARCÓN e HOLANDA (2005) apontam alguns fatores que fazem com que “a permanência no espaço público seja apenas funcional (para fazer compras ou usar os bancos e escritórios) e não de lazer e convívio” neste setor. Os autores asseguram que a falta de pessoas no espaço público nessa região, em certos períodos, não se relacionam à sua sintaxe (o bairro apresenta um bom desempenho, que favorece potencialmente o encontro), mas a outros atributos não morfológicos, tais como: falta de habitações e de equipamentos públicos de lazer, esporte e convívio que atraiam pessoas em diversos horários; deterioração física e ausência de manutenção; insegurança devido à falta de iluminação, alta delinquência, índices de assaltos, roubos e a falta de policiamento no local; congestionamento das vias devido ao tráfego intenso; falta de investimentos da administração e de incentivos da legislação para a melhoria do local, dentre outros.



Figura 137- Polos atratores de pessoas no Setor Central, segundo os usos. Fonte: ALARCÓN E HOLANDA, 2005.



#### 4.4.2 Atributos configuracionais locais

A Praça Cívica apresenta atributos configuracionais como:

- 1- Boa integração do espaço com o entorno imediato (muitos eixos de circulação de automóveis e pedestres levam à praça);
- 2- Dimensões da praça aproximam-se da escala do pedestre;
- 3- Predomínio de espaços convexos menores;
- 4- Planos verticais limítrofes potencializam a sensação de fechamento do espaço – a arquitetura promove a delimitação espacial da praça;
- 5- A praça pode ser percebida em sua inteireza, tanto pelas dimensões quanto pela clara delimitação espacial;
- 6- Predominância de cheios em contraste com o vazio da praça (**figuras 138 e 139**);
- 7- Alta densidade construída;
- 8- Constitutividade do espaço – muitas portas e janelas dão para a praça (espaços cegos inexistentes);
- 9- Os eixos mais integrados (em vermelho) são aqueles que atravessam o centro do espaço, e que passam em frente e levam ao Palácio das Esmeraldas (**figura 140**). Outros mais eixos longos (nas cores laranja e amarelo) também apresentam boa acessibilidade, e coincidem com os caminhos que os pedestres fazem para cruzar o Centro Cívico. Os vários eixos menos acessíveis (em azul) são passagens internas entre os jardins e as fontes – esses lugares mais resguardados do movimento e da circulação intensa de pedestres são ocupados hoje por moradores de rua e apresentam péssimo estado de conservação. O mapa axial de pedestres também deixa claro que um dos lados do



Centro Cívico, o esquerdo, apresenta mais acessibilidade que o outro – o que se deve principalmente aos muros e grades da quadra do Tribunal de Contas do Estado.

10-O vazio central da praça é também o espaço mais visível. A partir desse local tem-se reforçada a visibilidade do Palácio das Esmeraldas. Os espaços entre jardins e edifícios são novamente resguardados, são menos visíveis (**figura 141**).

A praça do Centro Cívico da nova capital é bem integrada ao tecido urbano, é lugar de confluência de eixos de circulação de veículos e pedestres. Sua monumentalidade não foge da escala do pedestre, e a arquitetura promove a sensação de fechamento do espaço. Enfim, a Praça Cívica apresenta atributos configuracionais locais que caracterizam a urbanidade arquitetônica desse espaço – eles favorecem a visibilidade do outro, a copresença, a proximidade, o convívio.



Figura 138- Imagem de satélite da Praça Cívica e seu entorno imediato, com destaque para as construções. Fonte: Google Earth. Figura 139- Mapa de cheios e vazios da Praça Cívica. O cheio da arquitetura circundante delimita espacialmente a praça. Crédito: Ludmila Dias.



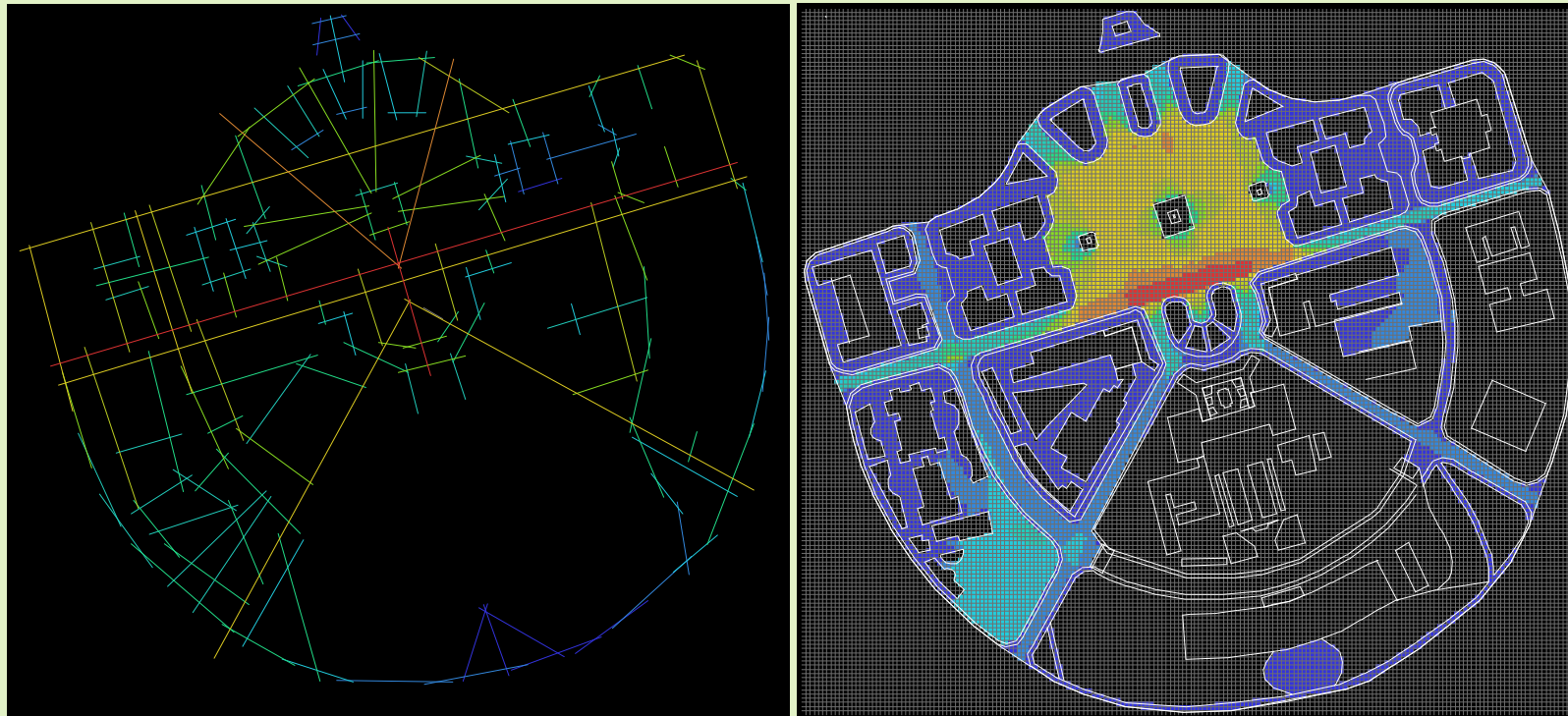


Figura 140- Mapa axial de pedestres da Praça Cívica e do Centro Cívico. Crédito: Ludmila Dias. Figura 141- Mapa de visibilidade. Crédito: Ludmila Dias.

#### 4.4.3 Pesquisa de campo e vistoria no local

A pesquisa de campo na Praça cívica foi feita por duas pessoas, a pé, durante uma semana. As contagens de usuários foram feitas em dois dias, 07 e 08 de fevereiro. Ponto estratégico do trânsito na área central, a praça sofre com o grande tráfego. Seu espaço central, outrora de uso da coletividade, funciona como estacionamento todos os dias da semana. Nos dias de semana, a praça é





frequentada por quem trabalha perto e algumas pessoas que estão de passagem. Nos fins de semana recebe alguns visitantes e turistas, mas fica praticamente vazia se comparada aos dias de semana.

O Centro Cultural Marieta Telles e o Museu Zoroastro Artiaga ficam abertos durante o fim de semana, estando disponíveis para visitação<sup>84</sup> o acervo do museu<sup>85</sup>, a biblioteca e o cinema<sup>86</sup>. Eles caracterizam o uso cultural de edifícios construídos para abrigar a função administrativa no Centro Cívico – eram, originalmente, Secretaria Geral e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), respectivamente. O uso cultural soma-se ao valor histórico e simbólico desses edifícios e do entorno, caracterizando um reforço das funções de lazer e turismo da praça, e um esforço no sentido de promover sua utilização fora dos dias de semana e do horário comercial.

O Centro Cultural Marieta Telles também abriga o MIS (Museu da Imagem e do Som), que funciona durante a semana e registra de 200 a 300 visitas por mês – sendo que em janeiro e julho, meses de férias escolar, esse número diminui para cerca de 50 visitas/mês, segundo a administração. O MIS possui além de grande acervo fotográfico e videográfico, um espaço para exposições, sala multimeios, uma gibiteca<sup>87</sup>, e uma biblioteca braille<sup>88</sup>.

---

84 No domingo em que fizemos visita de campo, 35 pessoas visitaram o museu, 06 pessoas utilizaram a biblioteca e 15 pessoas foram ao cinema. Na segunda-feira, o número de pessoas que foram à biblioteca subiu para 39, sugerindo que a utilização é maior nos dias de semana. No meio da semana, muitos estudantes frequentam as dependências do Centro Cultural Marieta Telles para fazer pesquisa escolar.

85 O Museu Zoroastro Artiaga funciona todos os dias da semana, das 08h às 18h e nos fins de semana e feriados das 09h às 15h. São contabilizados pela administração, por mês, de 2.000 a 2.200 visitantes (o fluxo diário pode variar de 15 a 300 pessoas por dia, sendo bastante relativo). O público é predominantemente formado por moradores de Goiânia e estudantes. O museu oferece uma exposição permanente e outras temporárias, e conta com 10 funcionários – 1 efetivo, 5 comissionados, 3 estagiários, 1 diretor.

86 O cinema possui 98 lugares, mas a média registrada é de 5 pessoas por sessão. São poucos pagantes, pois aposentados, idosos, militares, jornalistas e funcionários da casa não pagam e são a maioria dentre os que frequentam o cinema. O maior público registrado ultimamente é de 15 pessoas em uma sessão. Os filmes são todos voltados à cultura e exibidos em película (o outro cinema cultural existente na cidade é pago). A exceção é para artistas goianos que não tem verba para fazer seu filme em película e fazem a exibição em DVD, na segunda-feira (dia reservado para estreias). Todos os setores contam com poucos funcionários, em torno de 4 pessoas em cada biblioteca e na gibiteca, e 9 no cinema – 2 pessoas na bilheteria, 1 técnico de máquina, 2 porteiros, 1 diretor, 2 pessoas na área administrativa, 1 projetorista.

87 A gibiteca contabiliza entre 2 a 30 visitantes por dia, o público é infantil. O funcionamento é das 08h às 17h, nos dias de semana.

88 A biblioteca braille registra uma média de 200 visitantes por mês e funciona durante a semana, das 08h00min às 17h00min.



Além do uso cultural em dois edifícios, registramos o uso comercial na praça: existem dois quiosques de lanches não padronizados instalados e um carrinho de caldo de cana que permanece todo o tempo na praça. O funcionamento é somente durante a semana, sendo que um dos quiosques fica aberto até a noite e fecha a partir das 21h. As mesas ocupam as calçadas da praça e ficam a maior parte do dia lotadas, sendo que a maioria dos clientes é funcionários públicos que trabalham em algum dos edifícios do Centro Cívico.

O Palácio Pedro Ludovico Teixeira é o edifício que concentra a maior quantidade de funcionários públicos no Centro Cívico. Segundo o Gabinete Militar do prédio, o fluxo diário<sup>89</sup> é normalmente de 3.000 pessoas, destas 1.600 são funcionários. O VaptVupt<sup>90</sup> funciona no térreo e disponibiliza serviços relativos a: AGECOM (Agência Goiana de Comunicação), Banco Itaú, CELG (Centrais Elétricas de Goiás), DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), IPASGO (Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás), Multifuncional e Posse, e PROCON. A unidade de atendimento fica aberta das 7h às 19h nos dias de semana, e no sábado das 7h às 13h. Em fevereiro de 2011 foram atendidas 22.731 pessoas somente nessa unidade.

O fluxo de pessoas na Praça Cívica durante o dia, no meio de semana, é intenso, e a permanência de usuários também é considerável – adultos e adolescentes, em sua maioria estudantes e funcionários do entorno, sentam-se principalmente nos bancos à sombra, em frente ao Centro Cultural Marieta Telles, para ler, conversar, descansar. O pico do fluxo é nos horários de almoço e de saída do trabalho. À noite, ao contrário, quase não há pessoas passando ou que permaneçam no local. Essa queda de quantidade de usuários no espaço se deve principalmente aos usos do entorno, que são prioritariamente serviços e comércio, e à falta de segurança do lugar. Segundo o segurança do Museu Zoroastro Artiaga, há alta incidência de usuários de drogas e moradores de rua na praça, e a ronda na viatura da Polícia Militar é feita apenas de hora em hora, ao invés de ser contínua. Mesmo assim, vimos algumas pessoas atravessando a praça, sentadas em bancos ou na lanchonete até às 21h (horário em que o cinema e uma das lanchonetes ainda estavam abertos). Podemos dizer que a partir desse horário ela vai ficando deserta. À noite, os transeuntes são

---

89 O movimento registrado nos dias de visita de campo foi maior, por serem dias de posse de muitos comissionados. Nesses dias, o fluxo foi em torno de 5.000 pessoas/dia.

90 Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão que tem como objetivo ampliar o acesso do cidadão a serviços resultantes da participação de diversos órgãos, oriundos das esferas federal, estadual e municipal e de empresas privadas prestadoras de serviços de interesse público.



predominantemente estudantes, pessoas voltando do trabalho e pessoas que fazem caminhada, indo ou voltando do Parque dos Buritis, que fica a um quarteirão da praça.

Nos fins de semana, o fluxo de pessoas é bastante reduzido, mas os usuários são mais diversificados – encontramos muitos turistas, alguns grupos de adolescente passando pela praça, ciclistas, casais em bancos, adultos fotografando, e poucos idosos e crianças. Vimos algumas crianças acompanhadas dos pais, que foram conhecer a praça, e um casal de crianças levado pelos avós para andar de moto elétrica no espaço central – o curioso é que os avós disseram que os netos, de 6 e 4 anos, pediram para irem a um lugar diferente pois estavam cansados das praças perto da casa deles, e só por isso foram à Praça Cívica. A presença de usuários nos fins de semana é rarefeita, percebemos então a verdadeira dimensão do vazio central (que não está ocupado por carros) e a sensação é de que a praça está deserta.



Figura 142-Desde o início da manhã os pedestres cruzam a praça. Figura 143- Quiosque de lanches de mesas na calçada. Figura 144- Pela manhã, às 08h, o estacionamento começa a encher. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 145- Funcionário e passante conversam na janela do Centro Cultural Marieta Telles. Figura 146- Pessoas sentadas nos bancos no fim da tarde e praticantes de caminhada passam pela praça em direção ao Parque dos Buritis. Figura 147- À noite a praça fica deserta. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 148- Avós levam crianças para brincar na praça no fim de semana. Figura 149- Turistas se esforçam para subir no Monumento às Três Raças e fotografam. Figura 150- Os usuários da praça no fim de semana são turistas e visitantes que fotografam o lugar, também passam ciclistas frequentemente. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 151- No fim de semana à noite, apenas o cinema está aberto, os poucos carros das pessoas que vão assistir um filme estão estacionados em frente ao Centro Cultural Marieta Telles e dois homens atravessam a praça. Crédito: Ludmila Dias.

Algumas não conformidades, no que diz respeito a aspectos como conservação, mobiliário, iluminação, limpeza e acesso, foram levantadas durante a vistoria, a saber:

- 1- Pavimento em pedra portuguesa deteriorado (em alguns lugares as pedras estão soltas – **figura 152**);
- 2- Áreas verdes necessitando serem gramadas e os jardins necessitam poda;
- 3- Fontes luminosas desativadas, vazias juntam lixo e água parada, contribuem para uma paisagem de deterioração do lugar (**figura 153**);
- 4- Monumento às Três Raças se apresenta sujo e pichado;
- 5- Quiosques e carrinhos de lanches se encontram espalhados em área pública, sem projeto padrão (**figura 154**);





- 6- O coreto está ilhado, excluído do espaço central da praça, por conta de uma segunda pista que foi criada circundando o Centro Cívico;
- 7- Alta incidência de vandalismo – alguns edifícios públicos recentemente pintados já estão pichados e o edifício da antiga Procuradoria Geral do Estado está com aspecto de abandonado;
- 8- Iluminação insuficiente em muitos “cantos” da praça e do Centro Cívico;
- 9- Fiação exposta (**figura 155**) e iluminação improvisada nos quiosques – os proprietários fazem ligações improvisadas para terem energia;
- 10- Bancos sujos e quebrados, lixeiras em mau estado de conservação;
- 11- Sujeira e lixo no chão (**figura 156**);
- 12- Avisos de “proibido sentar” nas muretas, em frente ao Palácio Pedro Ludovico, local onde também não há bancos;
- 13- Gradeamento, muros, guaritas e criação de estacionamentos particulares em área pública (**figura 157**), fechamento de ruas entre o Palácio das Esmeraldas e o Palácio Pedro Ludovico, com guaritas de acesso;
- 14- Moradores de rua moram, comem, tomam banho e dormem na praça (**figura 158**). Na área da fonte desativada que fica em frente à Secretaria Municipal de Finanças (Palácio das Campinas), encontramos fogareiro, roupas secando nos bancos e galhos das árvores, pertences pessoais dos moradores e alguns deles, durante o dia. Muitos dormem e usam drogas



Figura 152- Pavimento deteriorado.



Figura 153- Água parada nas fontes.



Figura 154- Vendedores ambulantes.  
Crédito: Ludmila Dias.





na parte lateral e nos fundos do Museu Zoroastro Artiaga, durante a noite – a alta incidência de usuários de drogas demonstra ser necessária maior segurança;

15- A área central da praça é utilizada cotidianamente como estacionamento, que fica lotado durante o horário comercial (aproximadamente 300 carros – **figura 159**), ou seja, a área central da praça é utilizada prioritariamente pelos veículos e para o pedestre a praça fica reduzida às calçadas de pedra portuguesa mal cuidadas e alguns bancos;

16- O estacionamento e a lavagem de carros no espaço central da praça e nas vias do Centro Cívico transformam o lugar em um grande lavajato e os vários lavadores de carro utilizam água da praça e sujam o lugar;

17- Carros e motos cruzam a praça pela via que passa em frente ao Palácio das Esmeraldas em velocidade alta, colocando em risco o pedestre.



Figura 158- Moradores de rua moram na praça. Figura 159- Estacionamento lotado. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 155- Fiações expostas.



Figura 156- Sujeira e abandono.



Figura 157- Grades do Palácio Pedro Ludovico. Crédito: Ludmila Dias.



Entre as não-conformidades encontradas na praça, as mais proeminentes são a falta de manutenção e limpeza e a utilização da área central como estacionamento. Durante os dias de semana, no horário comercial, a praça é um “mar de carros”, o que deteriora mais ainda a paisagem e dificulta a apreensão do espaço, bem como sua utilização pelo pedestre – muitos cruzam a praça a pé, entre os carros, e atravessam as ruas da praça durante o horário comercial (**figuras 160 e 161**). O estacionamento, nos dias de semana, lota a partir das 08h40min – após tal hora é quase impossível se encontrar uma vaga. Às 18h30min quase não há mais carros no estacionamento. Nos fins de semana, os pouquíssimos carros que estacionam na praça são de turistas ou visitantes, e das pessoas que vão ao cinema do Centro Cultural Marieta Telles no fim da tarde e à noite.



Gráficos 3 e 4- Gráficos de contagem de usuários, feita no fim de semana e no meio da semana. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 160- Planta do Centro Cívico e lugares onde a presença de pessoas é mais frequente – as pessoas ficam distribuídas no espaço, pois são em sua maioria, passantes. A permanência de indivíduos na praça é pequena. Os pedestres cruzam o espaço central da praça entre os carros e sobem ou descem pelas ruas do Centro Cívico, em que o acesso de veículos é restrito. Concentram-se nas lanchonetes, entradas e saídas dos edifícios e em alguns bancos que ficam à sombra. No Monumento às Três Raças também é frequente ter alguém observando a obra, fotografando ou sentado – durante o dia, os “flanelinhas” ou guardadores de carro se aglomeram lá. Crédito: Ludmila Dias. Figura 161- Destaque das áreas destinadas à permanência em verde (bancos, áreas de estar), áreas com grade ou muro e acesso restrito em laranja, e os locais onde se permite estacionar em roxo. A praça funciona como um grande estacionamento para o Centro Cívico. Crédito: Ludmila Dias.



## 4.5 Notas derradeiras

A Praça Cívica é o símbolo mais representativo da fundação da nova capital Goiânia: expressa a determinação de um povo em construir um espaço próprio, que melhor respondesse às suas necessidades políticas, econômicas, sociais, culturais e cívicas – conforme o discurso gerador. Desde o início, o Poder Político dispõe de um espaço amplo, ajardinado e estrategicamente posicionado no centro da malha urbana da nova cidade e na confluência das principais avenidas – lugar que sugere o encontro e convívio de todos habitantes da cidade e do Estado, governantes e governados. A Praça Cívica é considerada “espaço urbano destinado a lazer, recreação, cultura, atividades cívicas, ponto de encontro de políticos com o povo, centro do anel viário e coração da cidade” (IPLAN, 1980) <sup>91</sup>.

Entretanto, a praça não vem cumprindo com todos seus papéis – principalmente o de centro urbano destinado ao lazer, recreação e local de encontro. Também não vem recebendo tratamento adequado como símbolo histórico, cultural, político e urbanístico da nova capital. As não-conformidades levantadas contribuem para que a praça não desempenhe corretamente suas funções. Ela está abandonada, degradada e sem segurança. A população não se apropria desse lugar como deveria e o governo não administra corretamente o espaço.

A despeito das péssimas condições de conservação e manutenção desse espaço, reforçamos que as vias que levam à praça fazem parte do núcleo de integração do sistema urbano, que o centro antigo (bairro Setor Central, em que a praça se encontra) ainda é um centro ativo e que seus atributos configuracionais locais pertencem ao paradigma da urbanidade. Portanto, a Praça Cívica é um espaço com enorme potencial configuracional para desempenhar perfeitamente sua função original de centro de vivência, local de convívio e encontro.

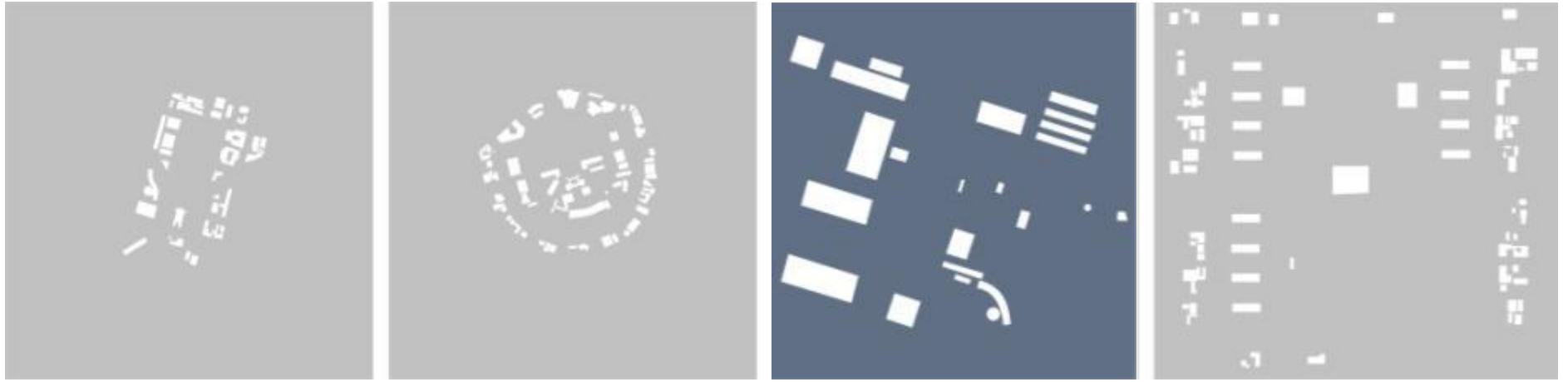
---

91 Um dos objetivos gerais do Termo de Referência para Projeto de Reforma da Praça Cívica elaborado pelo Instituto de Planejamento Municipal IPLAN em agosto de 1980, era “devolver à praça a função original de centro de vivência, local de convívio, tomada de decisões e integração dos cidadãos com seus dirigentes”.





Figura 162- Praça Cívica no sábado à noite. Dois únicos usuários, sentados num banco. Crédito: Ludmila Dias.



# Capítulo 5

## Praça dos Três Poderes, Brasília

No começo do capítulo, apresentamos o plano urbanístico da nova capital Brasília e em seguida, a concepção da Praça dos Três Poderes e as transformações que o espaço sofreu até hoje. Prosseguimos fazendo a análise global da praça no sistema urbano a que pertence, e a análise local – analisamos o entorno imediato, os atributos configuracionais da praça e apresentamos os dados coletados na pesquisa de campo. Ao fim do capítulo relacionamos as informações da pesquisa de campo e os resultados das análises, a fim de verificar o nível de urbanidade/formalidade da praça.





# Capítulo 5 – Praça dos Três Poderes, Brasília

## 5.1 Brasília, a materialização de uma cidade moderna

A ideia de interiorizar a capital do Brasil remonta os tempos coloniais e está inscrita na Constituição de 1891<sup>92</sup>. José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de Brasília (COSTA, 1957). Entretanto, a nova capital só saiu do plano das ideias com o presidente eleito em 1955, Juscelino Kubitschek – considerado o construtor de Brasília. A efetivação do projeto mudancista se tornou possível a partir de determinada conjuntura político-social e do empenho do então presidente, que antes da realização do concurso para a Nova Capital, “rapidamente organiza os instrumentos executivos<sup>93</sup> que iriam permitir implantar uma cidade a partir do nada na pouco habitada região Centro-Oeste, criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, Novacap” (FICHER, 1999, p. 230) e convidando Oscar Niemeyer<sup>94</sup> para trabalhar na sua construção.

---

92Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, art. 3º, é determinado: “fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal”. A comissão chefiada pelo diretor do Observatório Nacional, o astrônomo Luiz Cruls, e formada por 22 membros, percorreu toda essa região e produziu o conhecido “Relatório Cruls” (publicado em 1894), demarcando um quadrilátero esferoidal de 160 km x 90 km, situado no Estado de Goiás, desde então conhecido como “Quadrilátero Cruls”, local do “Futuro Distrito Federal” (FICHER e LEITÃO, 2009, p. 22). No entanto, sem a oficialização do sítio sugerido pela Missão Cruls, meio século mais tarde (1954), cinco áreas foram estudadas e descritas em relatório por novo grupo de pesquisa geográfica, a Missão Belcher. Em 1955, um dos sítios foi escolhido por uma comissão governamental, em resposta à decisão da construção da capital por Juscelino Kubitschek. A escolha do sítio castanho confirma aquele apontado pela Missão Cruls em 1896, assinalando sua excepcionalidade e, desde o princípio, a importância da paisagem natural na construção de uma cidade-capital (JUCÁ, 2009, p.244).

93 A Lei no 2.874, de 19 de setembro de 1956, concedeu autorização para a transferência da capital federal, estabeleceu o perímetro definitivo do Distrito Federal e criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) – responsável por todas as ações voltadas para a mudança da administração federal, incluindo a concepção, escolhida em concurso público, e a construção de Brasília (FICHER e LEITÃO, 2009, p. 20).

94 Ao longo do período da construção de Brasília, Oscar Niemeyer, como diretor da Diretoria de Urbanismo e Arquitetura da Novacap, ficou encarregado de elaborar os projetos de diversos edifícios de Brasília. Como Lucio Costa resolveu manter seu escritório no Rio de Janeiro, Niemeyer exerceu uma espécie de vigilância para que as diretrizes estabelecidas por Lucio no Relatório do Plano Piloto de Brasília fossem seguidas no desenvolvimento do projeto (MACHADO, 2009, p.123).



Em setembro de 1956, um concurso para a escolha do Plano Piloto de Brasília foi lançado. Os projetos participantes<sup>95</sup>, exemplares do urbanismo modernista, foram enviados por vinte e seis equipes. O projeto de Lucio Costa foi declarado vencedor em março de 1957. Segundo HOLANDA (2010c, p. 90), a proposta de Costa não só “contrasta estruturalmente com os demais do concurso” como também é diferente das demais manifestações urbanísticas modernas no resto do mundo.

Apesar de a concepção urbana da nova capital ser frequentemente interpretada como uma simples aplicação direta dos preceitos do urbanismo funcionalista preconizado pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), HOLANDA (2010c, p. 90) pontua a forte identidade da proposta e a diversidade de elementos históricos incorporados ao projeto de Costa: “[Brasília] é marca indelével do urbanismo do século XX, mas o arquiteto [Lucio Costa] reinventa o receituário. Incorpora elementos históricos: perspectivas barrocas, terraplenos monumentais, gregarismo colonial brasileiro, acrópole cerimonial, cidade linear, cidade jardim, urbanidade de áreas comerciais”.

LEITÃO (2003, p. 156) também destaca a influência de outras matrizes urbanísticas<sup>96</sup>, tais como: a *ciudad lineal* de Soria y Mata; o movimento *City Beautiful*; a *garden-city* proposta por Ebenezer Howard; as cidades-satélites de Hillberseimer; o instrumental norte-americano do *zoning*; a *neighbourhood unit* de Clarence Perry; os *superblocks* de

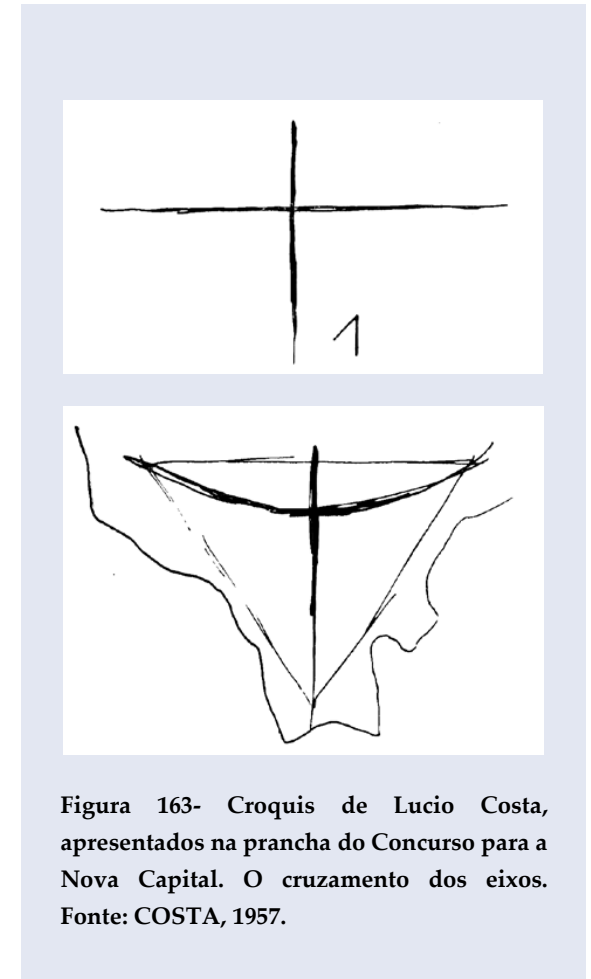


Figura 163- Croquis de Lucio Costa, apresentados na prancha do Concurso para a Nova Capital. O cruzamento dos eixos. Fonte: COSTA, 1957.

95 Outras referências, além dos princípios da Carta de Atenas (1933), podem ser encontradas nesses projetos, filiando-os a algumas das mais significativas propostas ou realizações urbanísticas da primeira metade do século 20, como o plano de Griffin para Canberra (1911), alguns projetos de Le Corbusier (Plan Voisin, 1925, Ville Radieuse, 1935, e Chandigarh, 1950), as obras francesas de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial (como Le Havre de Perret, 1945), as new towns inglesas, os planos de desenvolvimento urbano americanos, etc. (LEME, 1999, p. 231).

96 O desenvolvimento do Plano Piloto de Brasília mantém atributos claros desses paradigmas até 1964, segundo LEITÃO (2003, p. 156). Contudo, a desvinculação do paradigma da cidade linear “se dá na própria concepção inicial que enfoca a cidade como um artefato finito”.



Stein e Wright, projetados para Radburn, etc.

O Plano Piloto de Brasília, como está disposto no Relatório, nasceu do gesto que Lucio Costa propôs, de quem “assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (**figura 163**). O partido da nova capital foi definido, e com base nele, procurou-se “a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada”, bem como a definição do sistema viário a partir do eixo principal, o Eixo Monumental, linha de suporte para a composição do conjunto urbano (**figura 164**).

Alguns dos princípios teóricos que nortearam a concepção do Plano Piloto de Brasília (**figura 165**) podem ser elencados como: a) separação das funções urbanas: habitação, tempo livre, trabalho e circulação – introduzido através do zoneamento da nova capital; b) definição do limite populacional – estabelecido entre 300.000 e 500.000 habitantes; c) definição de limite de urbanização, como proposto pelo movimento das Cidades Jardins – definido em Brasília pelo anel de área verde circundante; c) utilização da técnica rodoviária como técnica urbanística – a estrutura viária<sup>97</sup> da cidade prioriza a fluência do tráfego.

O Plano Piloto de Brasília possui outro princípio essencial: o das quatro escalas urbanísticas, que dão forma e sentido ao modelo de cidade idealizada por Lucio Costa e lhe conferem diversidade. Segundo BOTELHO (2009, p. 87), a “relação de interdependência e complementaridade das escalas é a *alma* do plano urbanístico de

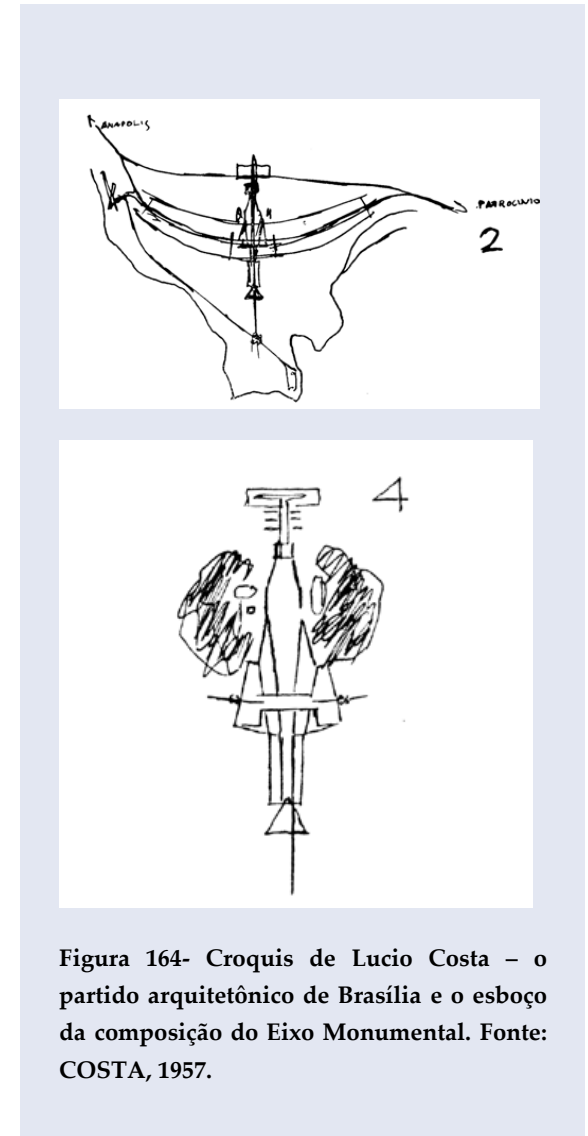


Figura 164- Croquis de Lucio Costa – o partido arquitetônico de Brasília e o esboço da composição do Eixo Monumental. Fonte: COSTA, 1957.

97 No documento Anexo I do Decreto no 10.829/1987 – GDF e da Portaria no 314/1992 – Iphan, outra função da estrutura viária é ressaltada: “A estrutura viária da cidade funciona como arcabouço integrador das várias escalas urbanas”.



Brasília” [grifo no original]. Elas foram fundamentais para que Lucio idealizasse uma cidade monumental e cotidiana ao mesmo tempo, “não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital” (COSTA, 1957).

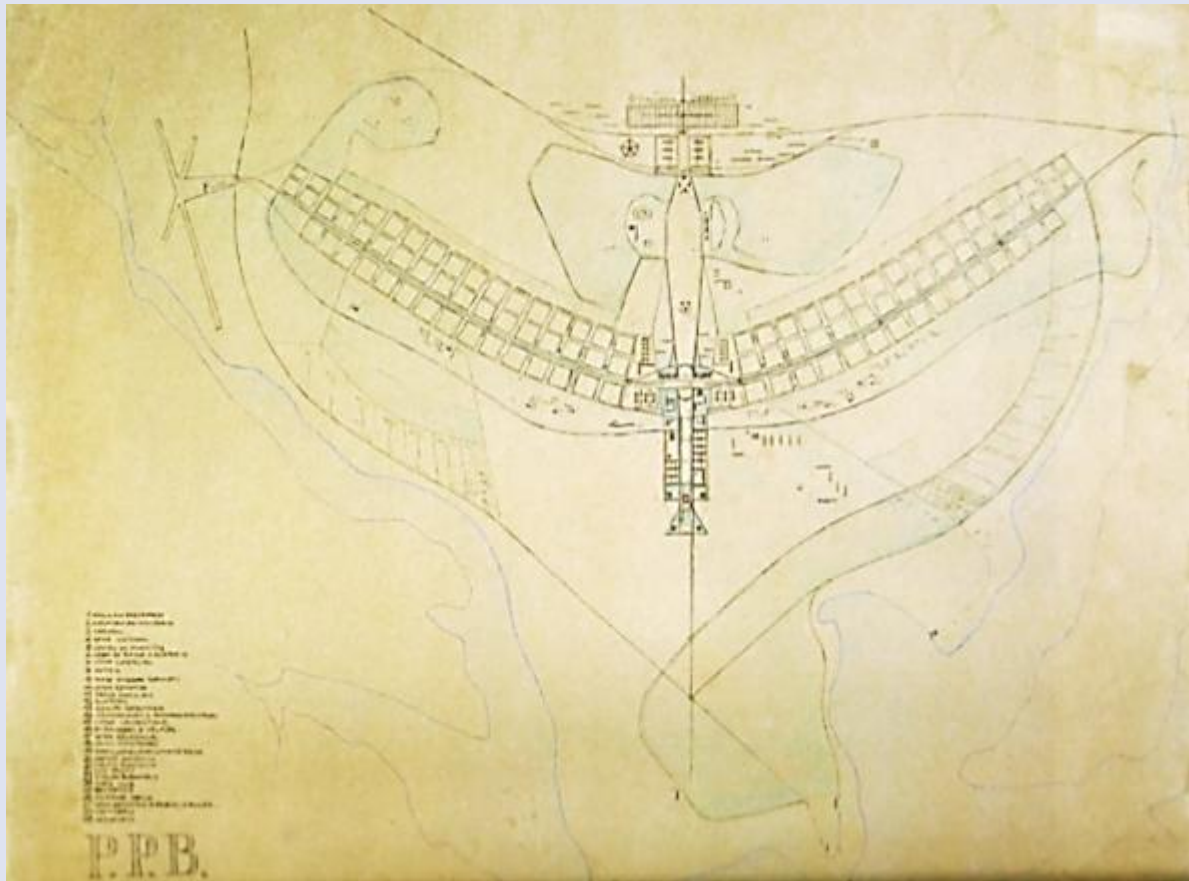


Figura 165- Prancha do Concurso para a Nova Capital, Plano Piloto de Brasília, Lucio Costa. Fonte: EL-DAHDAH, 2010.



As quatro escalas urbanas – monumental, residencial, gregária e bucólica (**figura 166**) – são estruturadas pelos dois eixos longitudinais que se cruzam – o monumental e o rodoviário. Elas “são definidas por meio de gabaritos e critérios de uso e ocupação e estão integradas pelo paisagismo, que é instrumento precípua de projeto inerente à própria concepção. As quatro escalas juntamente com os demais princípios já consagrados no projeto urbano de Brasília, constituem sua singularidade e excepcionalidade, fundamentos da sua preservação para as gerações futuras” (BOTELHO, 2009, p. 87).

A escala monumental conferiu à nova cidade o caráter de capital do país. Em Brasília Revisitada, Lucio Costa reforça que essa escala foi “introduzida através da aplicação da ‘técnica milenar dos terraplenos’ (aplicada na Praça dos Três Poderes e na Esplanada dos Ministérios), da disposição disciplinada, porém rica das massas edificadas, das referências verticais do Congresso Nacional e da Torre de Televisão e do canteiro central gramado e livre da ocupação que atravessa a cidade do nascente ao poente” (COSTA, 1987).

O que caracteriza a escala monumental, segundo BOTELHO (2009, p.92) é o conjunto arquitetônico da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios, com os palácios e os monumentos arquitetônicos representativos dos três Poderes da República; as massas edificadas em contraponto ao grandioso canteiro central gramado e livre de ocupação; a predominância dos espaços abertos e da circulação de veículos em sistema binário de grandes proporções, cujo canteiro central se constitui de extensa cobertura gramada, onde árvores de porte médio comparecem em total liberdade(**figura 167**). Para HOLANDA (2010c, p. 96) o Eixo Monumental, no seu trecho a leste da Plataforma Rodoviária que compreende os Setores Culturais, a



Figura 166- As áreas de predominância das quatro escalas no Plano Piloto – escala monumental em azul; gregária em vermelho; residencial em amarelo; e bucólica em verde. Fonte: SEDHAB.



Figura 167- Eixo Monumental. Crédito: Ludmila Dias.





Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes, é o “lugar mais firmemente impresso na memória de visitantes ou moradores”, por serem visualmente contínuos.

A escala residencial (**figura 168**), como definido no Brasília Revisitada, trouxe “uma nova maneira de viver, própria de Brasília” e é caracterizada pela “proposta inovadora da superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde”. O gabarito restrito a seis pavimentos nas áreas residenciais tem a finalidade de “restabelecer, em ambiente moderno, escala humana mais próxima da nossa vida doméstica e familiar tradicional”. A superquadra possui outros atributos responsáveis por sua caracterização, como o acesso único de veículos, o cinturão verde de emolduramento da quadra e o paisagismo livre em seu interior, com árvores de porte médio. O modelo de unidade de vizinhança, que se constitui no agrupamento de quatro superquadras, está implícito no texto Relatório do Plano Piloto e foi consagrado no Brasília Revisitada. O modelo conta com escolas primárias e secundárias; comércio; posto de saúde; clube; áreas de recreação, esporte, lazer e cultura.

A escala gregária é a escala do centro da cidade – Lucio Costa “teve a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro”, conforme determinado no Brasília Revisitada. Essa escala está compreendida na Plataforma Rodoviária (**figura 169**) – na interseção do Eixo Monumental e Eixo Rodoviário – e nos setores de prestação de serviços e de convivência do entorno. Suas características aparecem nos Setores de Diversões Sul e Norte; Setores Comerciais Sul e Norte;



Figura 168- Superquadras. Fonte: SEDHAB.



Figura 169- Plataforma Rodoviária do Plano Piloto. Fonte: SEDHAB.



Figura 170- Bosque dos Constituintes – área verde atrás da Praça dos Três Poderes. Crédito: Ludmila Dias.





Setores Hoteleiros Sul e Norte; Setores Bancários Sul e Norte, e nos Setores de Autarquias Sul e Norte.

Segundo HOLANDA (2010c, p. 106), a urbanidade é parte dessa escala – o autor defende que “os setores centrais de Brasília constituem a *urbs* do Plano, em contraste com a *civitas* da Esplanada”. A Plataforma Rodoviária é “lugar em que edifício e espaço aberto público se mesclam em surpreendente ambiguidade, é onde melhor se manifesta urbanidade na cidade”, a qual “transborda para os setores vizinhos” – de diversões, comerciais e hoteleiros – e também para a Torre de Televisão nos finais de semana, quando muitas pessoas se reúnem ali para desfrutar da grama, da fonte luminosa, da vista do Eixo Monumental e da feira de artesanato ou apenas para encontrar outras pessoas (HOLANDA, 2010c, p. 107).

O Relatório do Plano Piloto afirma que Brasília foi concebida “de uma parte, [pela] técnica rodoviária; de outra, [pela] técnica paisagística de parques e jardins.” Embora Lucio Costa não tenha identificado a escala bucólica em 1967<sup>98</sup>, nos textos anteriores e posteriores, fica claro que a presença de áreas livres<sup>99</sup> – destinadas a passeios e amenidades bucólicas a toda a população – foi deliberada. Lucio Costa refere-se à escala bucólica no documento Brasília Revisitada: “as extensas áreas livres, a serem densamente arborizadas ou guardando a cobertura vegetal nativa, diretamente contígua a áreas edificadas, marcam a presença da escala bucólica”. A intervenção da escala bucólica em toda a cidade “se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado”.

A interação entre as outras três escalas e a escala bucólica é elemento norteador da configuração espacial da nova capital – as áreas verdes compõem em toda a área urbana e são responsáveis pela delimitação da cidade em si, conferindo o caráter de *cidade-parque*<sup>100</sup> à Brasília (**figura 170**). Segundo BOTELHO (2009, p. 94), “os *elementos determinantes* da escala bucólica podem ser

---

98 “A cidade foi, de fato, concebida em função de três escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária; o jogo dessas três escalas é que lhe dará o caráter próprio definitivo” (COSTA, 1995, p. 302).

99 As áreas livres de edificações e densamente arborizadas são fundamentais para o estabelecimento da relação visual entre cidade e entorno, pois a vegetação leva o olhar ao horizonte – estratégia essa utilizada por Lucio Costa na Praça dos Três Poderes ao propor a manutenção do cerrado nativo ou o plantio de árvores em área contígua à praça.

100 No Relatório do Plano Piloto, Lucio Costa define Brasília como cidade-parque e o artigo 9º da Portaria 314/1992 do IPHAN estabelece que “a escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos edificados ou institucionalmente previstos para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer, será preservada observando-se as disposições dos artigos subsequentes”.



sintetizados em quatro princípios: predominância do verde; horizontalidade da paisagem; baixas densidades (predomínio de áreas livres sobre áreas edificadas); amplitude visual (visibilidade da linha de cumeada)”. Como a escala bucólica se dilui por toda a cidade, Brasília apresenta o predomínio de baixas densidades, uma amplitude visual e uma paisagem horizontalizada – com exceção da área central, caracterizada pela escala gregária.

## 5.2 Praça dos Três Poderes

No séc. XX, a consolidação da urbanística moderna expõe gradativamente a transformação do desenho da cidade. O conceito de espaço livre desenvolve-se notadamente como ordenamento espacial, produzindo a dissolução do padrão de configuração que é historicamente, origem e essência da praça – a contraposição do vazio ao cheio que o cerca e delimita, pois os edifícios são os limites tridimensionais que conferem existência tridimensional à praça. A praça que não era apenas superfície, mas sim um volume, transforma-se no vazio isolado, ou seja, em superfícies caracterizadas por dimensões monumentais. Inicia-se um declínio da sociabilidade nesses espaços. As praças começam a assumir o papel de vazios urbanos articulados ao sistema viário, que abrigam monumentos. Essa tendência é identificada nas propostas de Walter Gropius e Le Corbusier (CALDEIRA, 2007).

A consolidação dos princípios modernistas, no Brasil, acontece em Brasília – cidade que representa a concretização de uma espacialidade inovadora, fundamentada nos princípios da cidade funcionalista. A Praça dos Três Poderes representa o espaço de maior conotação simbólica da nova capital e também indica uma ruptura com o modelo de praça ajardinada, bem como a priorização do vazio – tendência identificada nas praças do modernismo. Lucio Costa idealiza a praça para abrigar os poderes principais da estrutura governamental – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário – cujo destaque é legitimado pelo caráter monumental.

A experiência profissional de Lucio Costa, até projetar Brasília, concentrou-se na produção de edifícios isolados. Entretanto, SCHLEE (2007) recorda que, “para ele, toda boa arquitetura é capaz de qualificar espaços urbanos”. Dois projetos de Lucio Costa, realizados antes da nova capital, possuem conotação tipicamente urbana – a Vila Operária de Monlevade, Minas Gerais (1934), e a



Cidade Universitária, Rio de Janeiro (1936-37). Os dois projetos não foram executados, mas é interessante observar como Lucio Costa definiu os espaços públicos, examinando as estratégias das quais o arquiteto lançou mão.

O projeto da Vila Operária de Monlevade (**figura 171**) – realizado para um concurso, caracteriza-se pela simplicidade de sua arquitetura e pelos edifícios públicos que tradicionalmente se tornam referência para a comunidade e foram distribuídos ao redor de uma praça regular, cujo centro é um espelho d’água. Segundo SCHLEE (2007), “pracinha do interior recriada, com igreja no alto, cinema, clube e armazém comercial”. Percebe-se que o croqui confirma a afirmação de Lucio Costa no memorial projeto: “constitui um dos preceitos da urbanização moderna o contraste entre a nitidez, a simetria, a disciplina da arquitetura e a imprecisão, a assimetria, o imprevisto da vegetação” (COSTA, 1995, p. 99).

O projeto da Cidade Universitária (**figura 172**)– proposição que também foi recusada, não vindo a ser construída – há, conforme SCHLEE (2007), uma dualidade de estratégias: a arquitetura x a natureza e a arquitetura envolvendo a natureza. Na gleba do projeto, preexistiam estruturas viárias importantes e a Quinta da Boa Vista, com o palácio e os jardins do paisagista francês Auguste François Marie Glaziou (1860-78). “Lucio Costa organiza o conjunto (natural e artificial), delimita os espaços (cheios e vazios), hierarquiza o programa (singular e plural) e cria a sua ‘praça maior’. Praça quadrada, porticada, balizada por três edificações (aula magna, biblioteca-reitoria e planetário).” A praça (**figuras 173 e 174**), que funciona como porta da Universidade, é conectada à Alameda Central que apresenta edifícios escolares sequenciados, considerada o “prenúncio do Eixo Monumental de Brasília” (COSTA, 1995, p. 185).

As duas praças projetadas por Lucio Costa, mas não executadas, e anteriores à Brasília e à Praça dos Três Poderes, confirmam como o arquiteto se preocupava em promover a definição do espaço público através da arquitetura. Segundo SCHLEE (2007), para a Praça dos Três Poderes, Lucio Costa apresenta uma proposta unitária, que nasce já pronta e intensamente pensada e resolvida nos seus croquis originais. Analisaremos adiante a proposta do arquiteto para a praça cívica da nova capital.

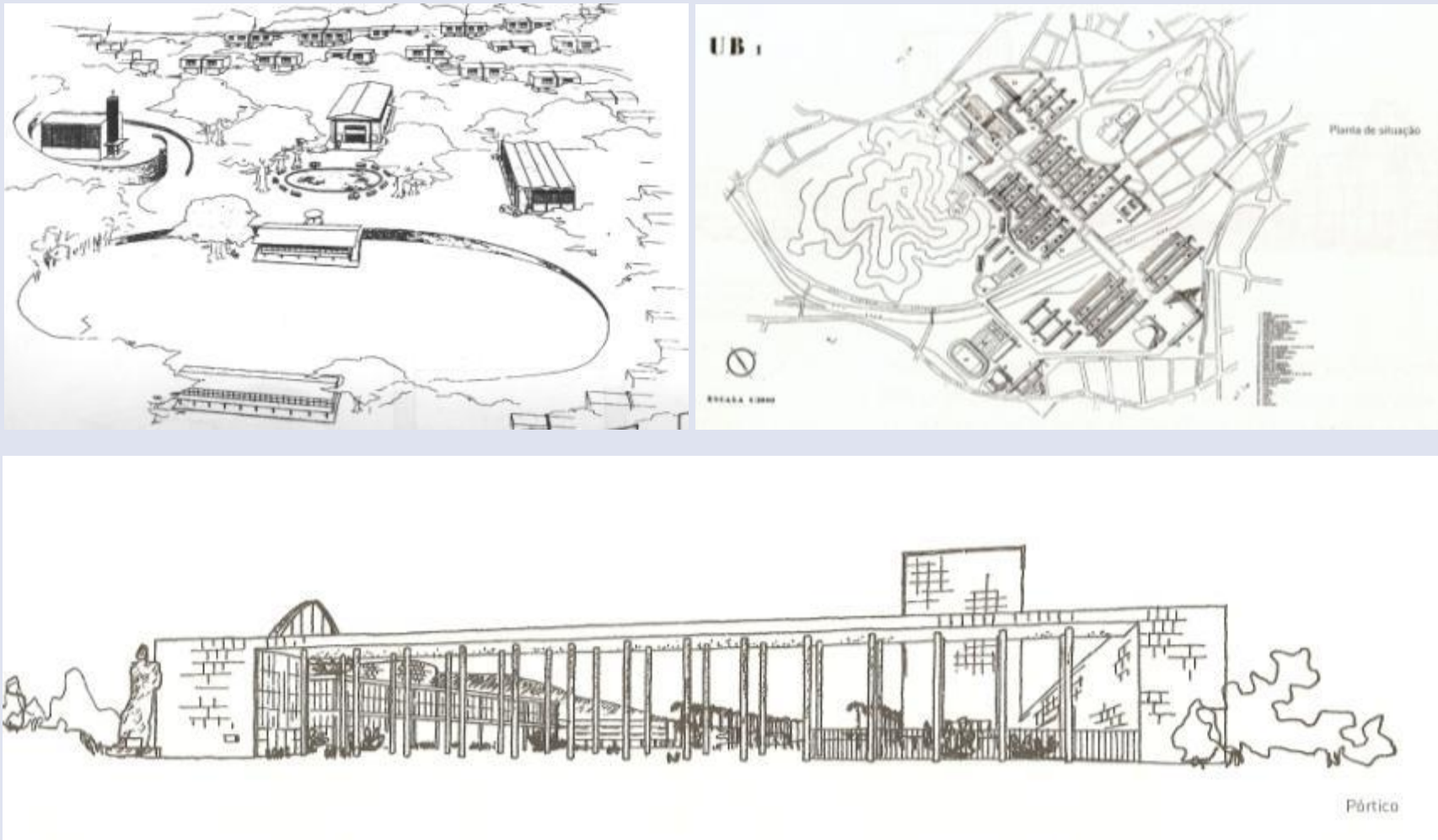


Figura 171- Perspectiva aérea da Vila Operária Monlevade, com sua praça central – MG, 1934. Fonte: EL-DAHDAH, 2010. Figura 172- Planta de situação da Cidade Universitária. Fonte: EL-DAHDAH, 2010. Figura 173- Perspectivas da Praça da Cidade Universitária – na primeira imagem, o pórtico que delimitava um dos lados do espaço público aberto que funcionaria como uma praça. Fonte: EL-DAHDAH, 2010.



Figura 174- Perspectiva da Praça da Cidade Universitária– após atravessar o pórtico, vemos o espaço delimitado pelo auditório, reitoria e biblioteca e a alameda principal no fundo. Fonte: EL-DAHDAH, 2010.

BARKI (2006) investiga os estudos para a praça (**figura 175**) e propõe uma ordenação cronológica. Inicialmente ela comparece como um simples triângulo equilátero com círculos em seus vértices (os três poderes) que apenas tangenciam o retângulo correspondente ao futuro Setor Ministerial. Para o “partido”, nesse primeiro estudo, é definida “uma espécie de ‘cidadela cívica’ como ‘cabeça’ da cidade que ancora a estrutura do eixo monumental”. Num segundo momento de concepção, ocorre uma inversão no desenho: o triângulo que inicialmente “apoiava” e equilibrava o conjunto de eixos parece agora estar “coroando” o esquema. Surge um triângulo central no cruzamento de dois retângulos e o eixo vertical começa a ser delineado: um retângulo, nitidamente mais definido e trabalhado, que se combina com a praça triangular.

Na sequência de estudos e riscos, percebe-se um esquema que sugere um triângulo maior – a cidade convencional, que é subdividida em setores – combinado com um retângulo e um triângulo menor – a cidade cívica, monumental e simbólica. Ao



compará-lo com a solução apresentada para o concurso, BARKI (2006) percebe que a solução para o Eixo Monumental – conjunto Congresso, Praça dos Três Poderes, Esplanada e Torre – já estava definida.

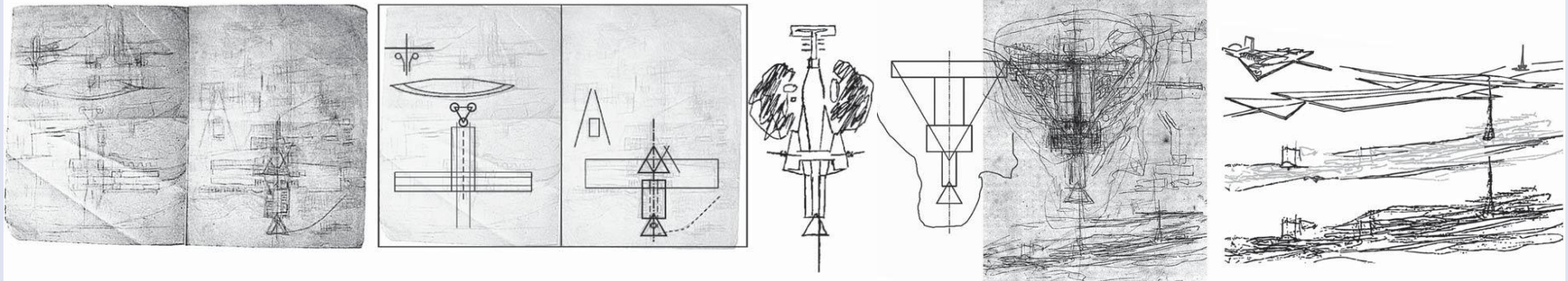


Figura 175- Sequência de croquis e estudos para a Praça dos Três Poderes. O provável “primeiro estudo” utiliza eixos e triângulos. No segundo croqui, a cidade já assume o partido “cruciforme” e o triângulo da praça é engastado no retângulo que será a Esplanada dos Ministérios. Aparentemente, a escala do desenho é de 1:25.000 e, o tamanho do triângulo que se supõe definir a Praça dos Três Poderes é de aproximadamente 600 m de lado, sendo que o retângulo que delimita o espaço destinado à Esplanada dos Ministérios é bem próximo ao que seria apresentado no concurso. No próximo estudo, aparecem um eixo e dois triângulos de tamanhos distintos. Fonte: BARKI, 2006.

Em uma série de perspectivas do Eixo Monumental e da praça triangular, sem indicação de data ou escala, Lucio Costa define aspectos formais dos elementos arquitetônicos que poderiam estabelecer o caráter e a imagem simbólica da “cidadela cívica”. O Congresso comparece no vértice mais nobre do triângulo, o que articula o Eixo Monumental, emoldurado pelo Palácio da Justiça e o Palácio do Governo, um parque arborizado e um grande espelho d’água. Outros documentos, também sem indicação de data ou escala, complementam a descrição de aspectos programáticos e funcionais do Eixo Monumental e mostram a capacidade de Lucio Costa de projetar escrevendo. Alguns anos depois, Lucio Costa explica assim o Eixo Monumental:

*O monumento, no caso de uma capital, não é coisa que se possa deixar para depois: o monumento ali é o próprio conjunto da coisa em si. [...] Aquilo [dois volumes de autoria de um fotógrafo alemão sobre arquitetura chinesa – de 1904] me marcou, e como o cruzamento dos eixos em três níveis na plataforma rodoviária – 700 m de extensão, ou seja, precisamente, a medida do lado da Praça dos Três Poderes – impunha a retirada de*





*muita terra, veio a ideia de aproveitá-la recriando essa solução milenar dos terraços, tirando assim partido do escalonamento do chão em níveis diferentes, em patamares sucessivos: 5 m acima do terreno natural, emergindo do cerrado, um primeiro terraço, triangular e equilátero, destinado aos três poderes autônomos da democracia; 5 m acima deste, outro terraço, agora retangular e extenso – uma esplanada para os ministérios – que reencontra o chão natural nos setores culturais, seguindo-se, em franco desnível, 7 ou 8 m acima, a estrutura da plataforma rodoviária; e por último, mais adiante, no terreno em aclive, o embasamento da torre de TV. E isto misturado com a amorosa lembrança de Paris, daquela urbanização ainda dos séculos XVII, XVIII, XIX, com seus eixos e belas perspectivas sabiamente centradas – tradição, digamos, ‘clássico-barroca’ e com os gramados ingleses da minha infância. A despreocupação com os tabus e a indiferença aos ‘modismos’ permitiram integrar essas referências – graças ao ordenamento verde das quadras e já que se tratava de uma capital – aos ‘velhos’ princípios dos CIAM, do urbanismo aberto, da cidade-parque. (COSTA, 1995, p.)*

A partir das perspectivas “a vôo de pássaro” (**figura 176**), percebe-se que a Praça dos Três Poderes foi elevada e cortada por uma via (a “rampa da auto-estrada” que leva ao Palácio da Alvorada) e os diferentes terraços foram definidos (inclusive aparece o muro de arrimo da Praça – o “crib-wall” – e o fórum de palmeiras imperiais que configuram o atual Espaço Le Corbusier). Dessa forma, Lucio Costa resolveu simultaneamente os problemas funcionais e técnicos, e as questões estéticas locais. Nas perspectivas que acompanharam o item 9 do Relatório do Plano Piloto é possível visualizar também os diferentes partidos ou gabaritos das edificações a serem projetadas por Oscar Niemeyer.

É no Eixo Monumental (**figura 177**) que a praça assume proporções de acrópole. Na composição do Eixo Monumental, identificam-se espaços específicos do conjunto administrativo que são colocados no projeto como um conjunto de praças: Praça dos Três Poderes, Praça dos Ministérios Militares, Praça da Catedral e Praça Municipal<sup>101</sup> (atual Praça do Buriti). No item 9 do Relatório do Plano Piloto, Lucio Costa explicou como se configuraria o setor correspondente à administração do país, no Eixo Monumental:

*Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se então um terraço*

---

101 A Praça Municipal, ou Praça do Buriti, completa o Eixo Monumental em contraposição à Praça dos Três Poderes. Nessa praça, Lucio Costa prevê no Relatório do Plano Piloto a instalação dos edifícios-sede do governo local – a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública (COSTA, 1957).



*triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça – Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se – localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terraplano, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista.*

*Ao longo dessa esplanada – o Mall, dos ingleses – extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em sequência – todos com área privativa de estacionamento -, sendo o último o da Educação (...). A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam.*

*(...) Percorrido assim de ponta a ponta este eixo dito monumental, vê-se que a fluência e unidade do traçado, desde a praça do Governo até à Praça Municipal, não exclui a variedade, e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plasticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental, localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo.*

A planta da Praça dos Três Poderes que acompanha o item 9 do Relatório do Plano Piloto (**figura 178**) trata-se de um triângulo equilátero (T-1) – o qual revela determinadas proporções (**figura 179**), segundo SCHLEE (2007). Sua base pode ser dividida em três partes iguais (A, B, C). Podemos distinguir um grande retângulo no centro com um dos lados equivalente a B e o outro equivalente à altura de T-1 ou eixo de simetria do conjunto. Nas extremidades temos dois triângulos retângulos (T-A e T-C) em que Lucio Costa implantou o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, respectivamente. O grande retângulo central, de lado igual a B, pode ser dividido em um quadrado Q-D, e dois retângulos R-E e R-F. Dentro do quadrado Q-D, o urbanista definiu um piso



contínuo em forma de octógono, classificado por SCHLEE (2007) como “a praça propriamente dita”. Na parte superior da composição, percebemos um triângulo menor, T-2. Dentro de T-2 e R-F está locado o Congresso Nacional. Já o retângulo R-E foi dividido em estacionamento, espelho d’água e o fórum de palmeiras.

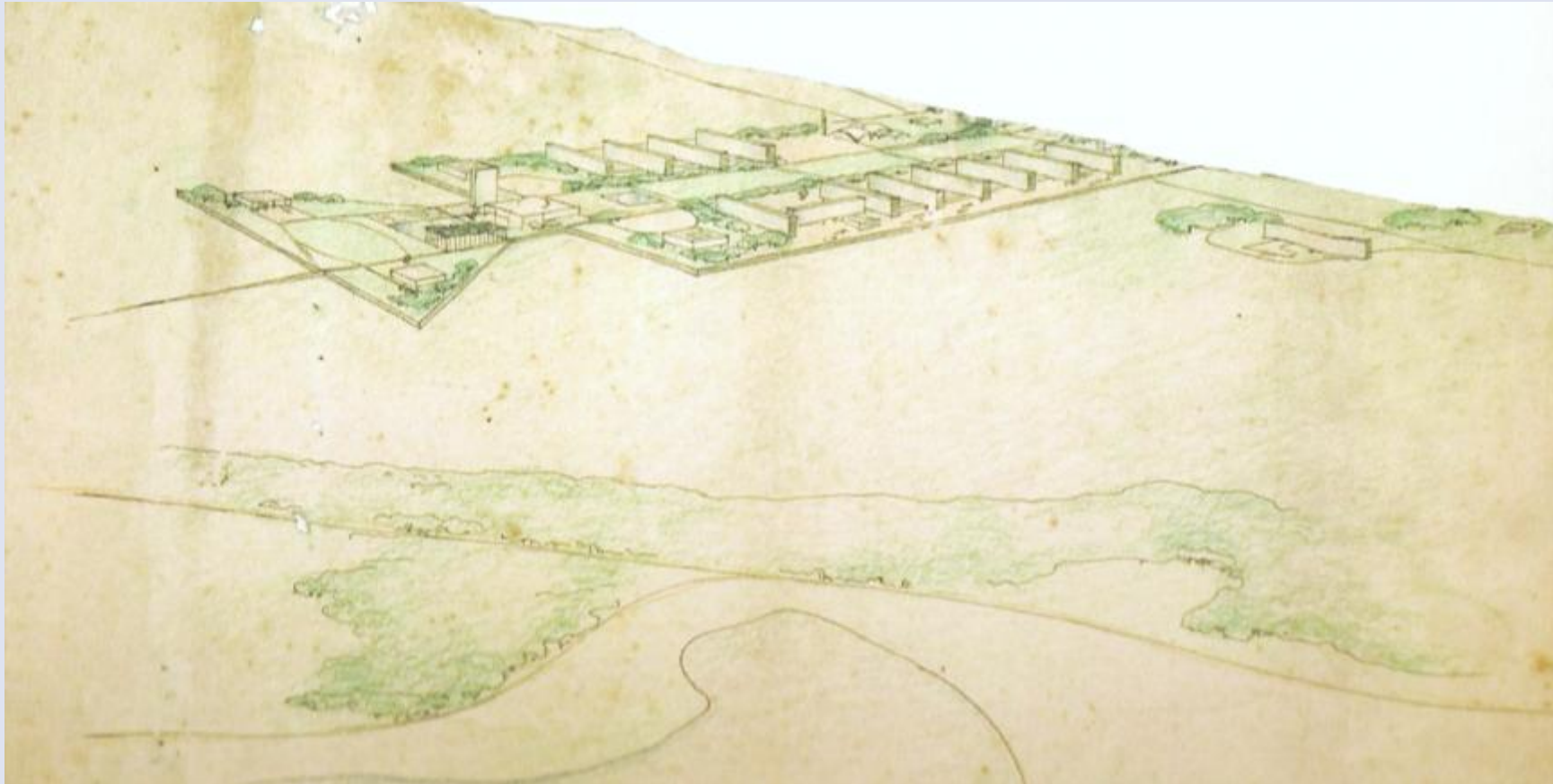


Figura 176- Uma perspectiva com visão panorâmica do Eixo Monumental, sem data ou escala indicadas, da qual só resta um fragmento. Essa perspectiva consolida os estudos realizados anteriormente por Lucio Costa. Fonte: EL-DAHDAH, 2010.

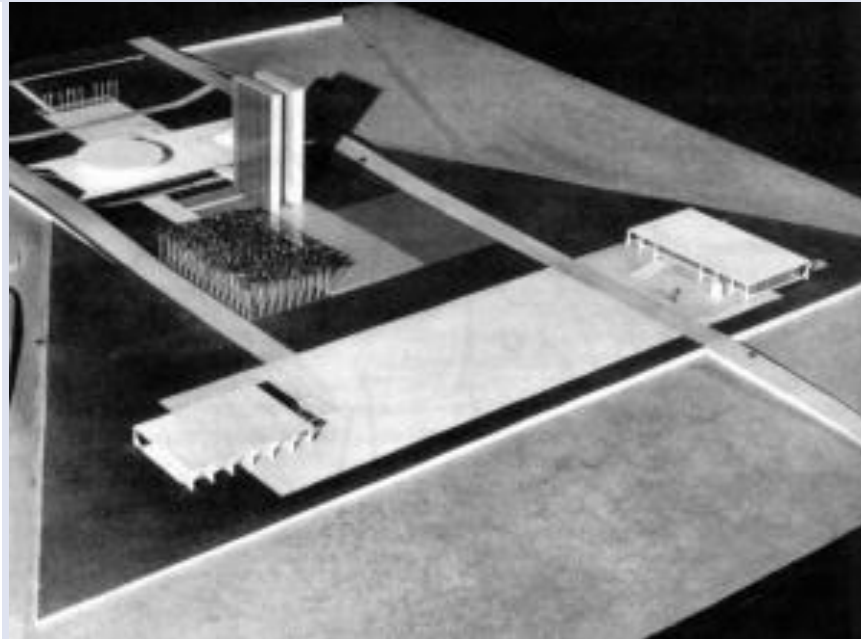
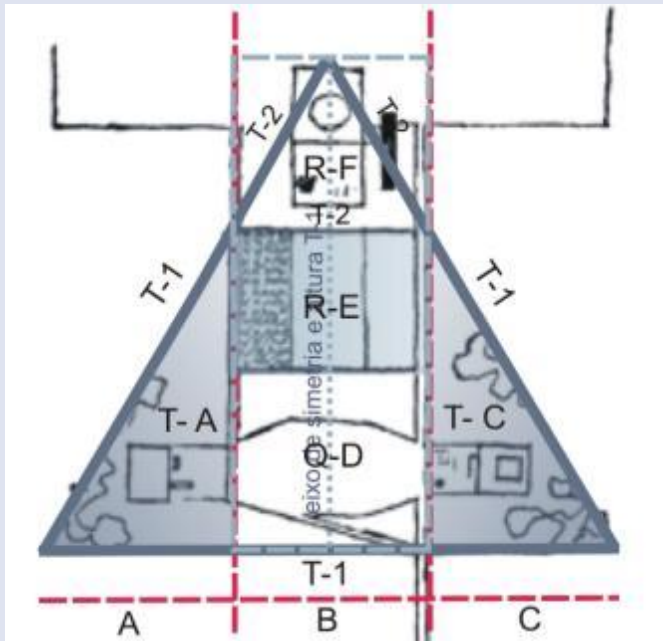
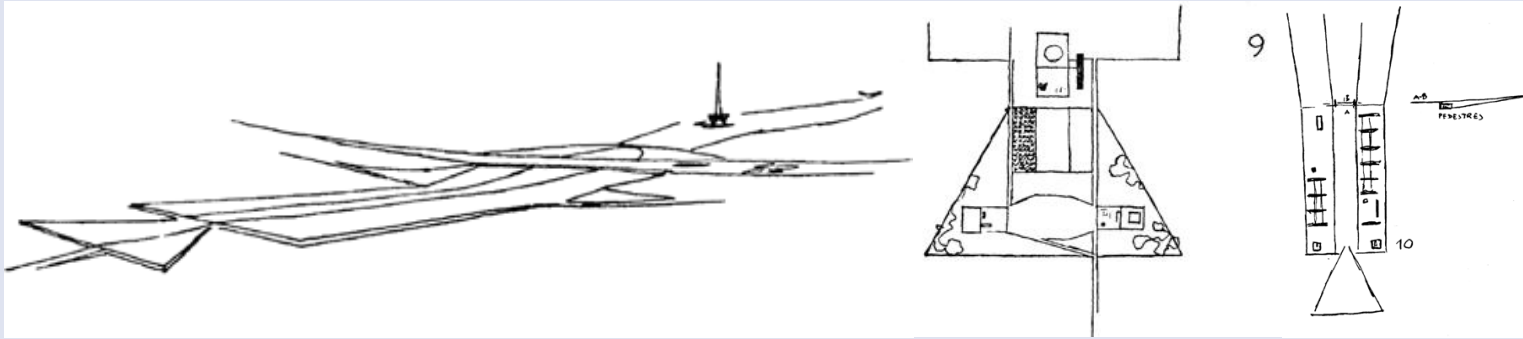


Figura 177-Perspectiva do Eixo Monumental – Relatório do Plano Piloto. Fonte: COSTA, 1957. Figura 178- A Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios – croquis 9 do Relatório do Plano Piloto. “A Praça dos Três Poderes dá para a cidade, de um lado, e para o parque, do outro”. Fonte: COSTA, 1957.Figura 179-Estudo das proporções da Praça dos Três Poderes, tendo como base a planta de Lucio Costa. Crédito: Ludmila Dias. Figura 180- Maquete da praça – Niemeyer alterou a posição e as dimensões previstas para o Congresso por Lucio.Fonte: COSTA, 1995, p. 306.



Niemeyer modificou o ambiente idealizado por Lucio Costa para a Praça dos Três Poderes a partir do momento em que alterou a posição e as dimensões previstas para o Congresso (**figura 180**). “A praça triangular teria de lado, na sua forma final, cerca de 700 m e o gramado central teria sua largura aumentada. Na visão de Niemeyer, o Congresso continuaria como elemento central definidor da imagem da cidade e a ideia da grande rampa de acesso ao terra-pleno da Praça dos Três Poderes seria também transposta para a Esplanada dos Ministérios, servindo de elemento de ligação com o edifício; no entanto, perde-se a imagem de conjunto da “cidadela cívica”, conforme desenhada por Lucio Costa.” (BARKI, 2006).

A inversão do volume do Congresso Nacional implicou a modificação das proporções do conjunto monumental e da Praça (**figuras 181 e 182**), mas, para SCHLEE (2007), essa modificação se mostrou apropriada para as funções previstas – como realçar as edificações que a complementavam, inclusive o pequeno Museu da Fundação ou Museu da Cidade sugerido e elaborado por Oscar Niemeyer.

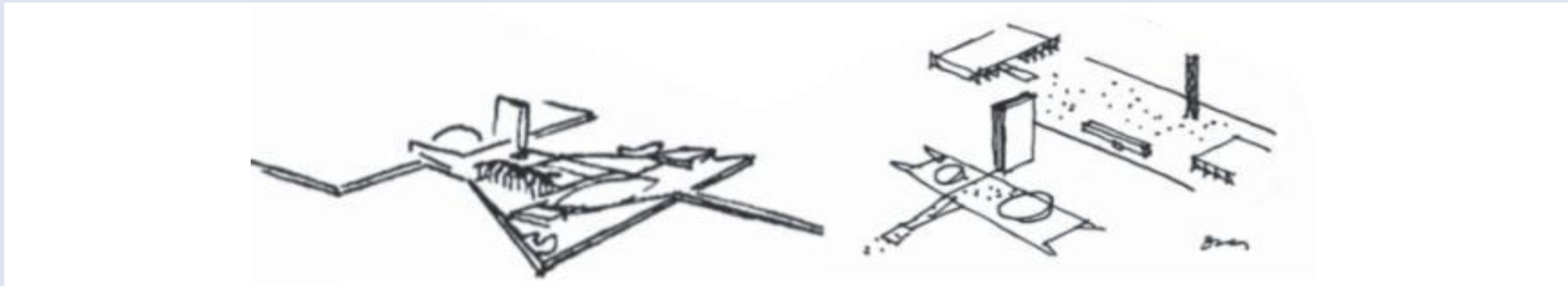


Figura 181- A Praça dos Três Poderes de Lucio. Fonte: COSTA, 1957. Figura 182- A Praça dos Três Poderes de Niemeyer. No croqui dele, percebemos que a forma triangular que Lucio definiu para a praça não aparece e que os espaços que Niemeyer imaginou para serem utilizados pelas pessoas são dois, e separados – 1- a rampa e a cobertura do Congresso em que repousam as duas cúpulas; e 2- o retângulo delimitado pela arquitetura do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto e onde estão o Museu da Cidade e o Pombal. Fonte: NIEMEYER, 1998.

Lucio Costa e Niemeyer passaram a trabalhar no Rio de Janeiro desde que foi definido o plano urbanístico de Brasília. Niemeyer mudou-se para Brasília em 1958, ano em que foi iniciada a construção da Praça dos Três Poderes (**figuras 183 a 186**). A praça e os





principais edifícios que a configuram – o Congresso Nacional (**figuras 187 e 188**), o Palácio do Planalto (**figura 189**), o Supremo Tribunal Federal (**figura 190**) e o Museu da Cidade (**figura 196**) – foram construídos no período de 1958 a 1960. Embora a principal praça da nova capital não estivesse finalizada, Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960.



Figuras 183 e 184- O terrapleno da Praça dos Três Poderes. Fonte: MONTE JUCÁ, 2005, p. 117. Figura 185- A construção da Esplanada dos Ministérios e da praça. Fonte: Arquivo Público NOVACAP. Figura 186- A Praça dos Três Poderes construída. Fonte: Arquivo Público NOVACAP. Figura 187- A construção das torres do anexo do Congresso. Fonte: Arquivo Público NOVACAP.





Figura 188- Congresso Nacional. Figura 189- Palácio do Planalto. Figura 190- Supremo Tribunal Federal. Crédito: Ludmila Dias.

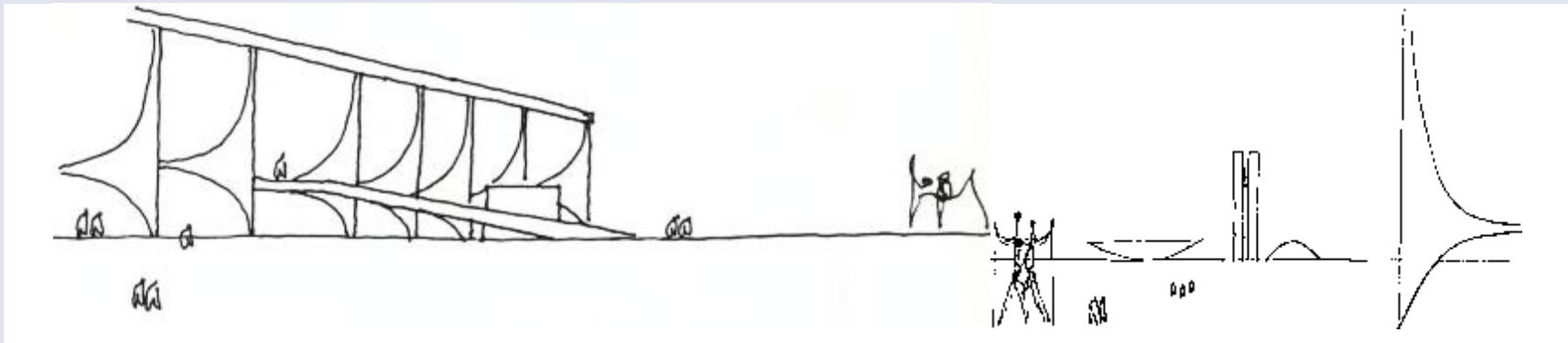


Figura 191- Croquis de Niemeyer para a Praça dos Três Poderes. Sobre as colunas dos palácios, Niemeyer declarou: “e com o mesmo empenho me detive diante dos Palácios do Planalto e do Supremo na Praça dos Três Poderes. Afastando as colunas das fachadas imaginando-me, diante da planta elaborada, a passear entre elas curioso, procurando sentir os ângulos que poderiam provocar. Minha ideia era que os palácios da Praça dos Três Poderes fossem tão leves como apenas pousando no chão.” Fonte: NIEMEYER, 1998.



O Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto possuem um ritmo nas colunas e certa semelhança na tipologia, o que proporciona unidade ao conjunto arquitetônico. Entretanto, o Palácio do Planalto volta-se para a praça em sua maior dimensão (**figura 191**) e o Supremo Tribunal Federal volta-se para a praça em sua menor dimensão. O Palácio do Planalto é caracterizado por sua horizontalidade, possui a volumetria de um paralelepípedo com 15 metros de altura elevado do chão, sendo que sua base é o pavimento térreo. No STF, as colunas aparecem nas fachadas laterais, ao contrário do Palácio do Planalto. O volume também parece elevado do chão, mas o desnível é menor do que no outro palácio e a base é parte do subsolo do edifício.

O Congresso Nacional, que fica no vértice superior do triângulo, é formado pelo Edifício Principal e dois anexos destinados aos escritórios administrativos (**figura 192**), volumes verticalizados de 92 metros que orientam a perspectiva da Esplanada dos Ministérios e são ligadas por passarelas em um ponto intermediário. Ao observarmos o conjunto arquitetônico do Congresso Nacional de pontos mais distantes da Esplanada dos Ministérios, a percepção que se tem é que as cúpulas estão sobre um traço grácil – o plano de cobertura que está no nível da esplanada – com os volumes dos edifícios anexos em segundo plano.

O volume dos plenários é marcado por duas cúpulas<sup>102</sup> – sendo a maior e côncava correspondente à Câmara dos Deputados e a menor e convexa representante do Senado Federal – que repousam sobre o plano de cobertura que é um retângulo. Lembramos que, além da superfície livre retangular a leste, de uso exclusivo do pedestre e pavimentada em pedra portuguesa, a cobertura do edifício dos plenários também foi imaginada por Niemeyer como espaço de uso do pedestre (**figura 192**). A cobertura funciona como mirante para a Esplanada dos Ministérios e para a praça, de onde se pode contemplar o espaço triangular da praça e o horizonte. No entanto, hoje, alegando motivos de segurança, não se permite o acesso à cobertura.

Oscar Niemeyer havia concebido os salões Verde (Câmara dos Deputados) e Azul (Senado Federal) de modo a possibilitar ao indivíduo, estando nestes locais, enxergar a Esplanada dos Ministérios a oeste e a Praça dos Três Poderes a leste. “Com a ocupação pelas lideranças, essa permeabilidade visual foi comprometida, implicando que dos espaços nobres das Casas tornou-se possível visualizar exclusivamente a Esplanada, como se o Congresso Nacional desse às costas à Praça dos Três Poderes.” MEDEIROS E

---

102 A cúpula, antes elemento exclusivo do Congresso, foi utilizada por Oscar Niemeyer no eixo monumental novamente, como volume do Museu Nacional Honestino Guimarães (2006).



MATTA (2010) relatam que Niemeyer foi chamado para propor uma solução ao problema, que sugeriu a ampliação em quinze metros na direção da praça, criando o Bloco das Lideranças Partidárias. A obra foi concluída em 1971 e permitiu o restabelecimento dos salões e demais espaços ocupados indevidamente. No entanto, a permeabilidade visual foi efetivamente perdida, e hoje a vista da praça só é possível de dentro dos gabinetes (**figuras 193 a 195**). A respeito da solução arquitetônica para o Congresso e a perda da vista, o que prejudicou a interação do edifício com o espaço público para o qual ele se abria, Niemeyer declarou:

*Não se tratava de um prédio isolado, mas de um dos palácios que constituiriam a Praça dos Três Poderes, onde, como os outros, deveria estar integrado. E o afastamento existente me preocupava, e tanto, que mantive a cobertura do Congresso no nível das avenidas. Queria que a vista dos que chegassem passasse sobre ela, entre as cúpulas, até aquela Praça. E o palácio surgiu, simples e monumental. Com as cúpulas soltas no ar, destacando a importância hierárquica que representam. Era a integração da técnica com a arquitetura. Duas coisas que devem nascer juntas e juntas se enriquecer.*

*E me apaixonei pela solução adotada, decidido a protegê-la das modificações inevitáveis que a falta de programa e o número crescente de parlamentares impunham. Para isso, aceitaria as que fossem resolvidas no seu interior; as outras, levariam para os prédios anexos. Apesar do tempo curto que tínhamos pela frente, com que carinho estudamos esse palácio! Quanta coisa inventamos para manter a leveza desejada! (...)*

*Olho para trás. Quantos problemas! Mas um deles, o mais grave, devo comentar. Ocorreu no breve período do parlamentarismo, quando o Salão Verde ficou coberto de salas. Tínhamos de protegê-lo, e a única solução possível para não comprometer a arquitetura foi ampliar em quinze metros a cobertura do edifício e, sob ela, resolver a questão. O Salão Verde estava recuperado, mas a vista para a Praça dos Três Poderes perdida para sempre. E a importância dessa ligação visual entre ela e o Congresso voltou a me perturbar, e resolvi mantê-la definitivamente, criando um novo bloco, baixo, junto à praça, ligado ao edifício por uma passarela. Nele ficariam os serviços de recepção, os gabinetes das presidências do Senado e da Câmara, e no terraço um belo salão aberto para a Praça. E nos pilotis, ampliado, passando por baixo da passarela, o imenso espelho d'água. Desenhei a nova solução, fiz croquis, e todos gostaram. Era o Congresso, como os outros palácios, assumindo o seu lugar naquela Praça que Lucio Costa criou. A mais importante do país. (apud MEDEIROS E MATTA, 2010)*



Figura 192- Croquis de Niemeyer para o Congresso Nacional. Fonte: Niemeyer, 1998.



Figuras 193 e 194- Salão Verde e a parede que foi construída para dividir o salão do Bloco das Lideranças Partidárias, revestida por painel de Athos Bulcão (denominado *Ventania*). Deste salão, tinha-se uma visão privilegiada da praça antes da ampliação em 1971. Figura 195- Vistada Praça dos Três Poderes a partir do escritório do Presidente da Câmara, que fica no Bloco das Lideranças Partidárias. Crédito: Ludmila Dias.

O Museu da Cidade (**figura 196**) também foi inaugurado junto com a nova capital, no mesmo dia. Ele está disposto no mesmo sentido da via que liga um lado ao outro do Eixo Monumental. Apresenta dois volumes com uma altura de aproximadamente 7



metros. Na fachada voltada para a praça está o busto em bronze de Juscelino Kubitschek. O paralelepípedo alongado, apoiado sobre uma base menor, corresponde ao espaço do museu.

Outra construção inaugurada no mesmo dia da capital e também projetada por Niemeyer é um volume parcialmente enterrado, conhecido como “Casa de Chá” (**figura 197**). O espaço foi projetado para funcionar como apoio, prestação de serviços e conforto urbano<sup>103</sup>. Próxima à base do triângulo, é uma construção retangular parcialmente enterrada, cuja distância entre a cobertura e o piso da praça tem cerca de um metro e meio. O volume é revestido por uma pele de vidro, dando a percepção de que ele ‘flutua’, como se fosse uma subtração do plano da praça. Esse espaço chegou a abrigar um restaurante chinês, um centro de informações turísticas, e ficou fechado por algum tempo. Hoje, após reforma, é o Centro de Atendimento ao Turista da Praça dos Três Poderes, inaugurado em março de 2011.

Paulatinamente, a praça foi ganhando acréscimos como o pombal (de Oscar Niemeyer, 1961 – **figura 198**), a escultura *Guerreiros* – também conhecida como *Candangos* (de Bruno Giorgi, 1959-61 – **figura 199**), e *A Justiça* (de Alfredo Ceschiatti, 1961 – **figura 200**). O Pombal foi a primeira intervenção após a inauguração da praça. Elemento verticalizado, no grande espaço aberto destinado aos pedestres, foi construído em concreto, possui base quadrada, é simétrico e vazado. Entre o pombal e a Casa de Chá, há um piso com uma forma retangular, elevado do chão 60 centímetros, em concreto aparente, cuja função é a de servir como palanque.

Na direção norte do plano da praça está a escultura *Candangos*, em bronze. É uma obra com altura de aproximadamente 7 metros, caracterizada pela forma esbelta, onde se misturam linhas flexuosas e traços que se encontram em ângulos. A obra é caracterizada ainda pela simetria dos elementos – duas figuras humanas com formas idênticas, voltadas para o Palácio Planalto. É o elemento no plano da praça que possui a tonalidade mais escura. À frente do STF, à sua esquerda, está a escultura *A justiça*: um elemento robusto com uma altura aproximada de 3,30 metros, colocada sobre uma base em concreto. Posteriormente, a praça também ganhou um busto em homenagem ao Engenheiro Israel Pinheiro que fica próximo ao museu.

---

103 No documento Brasília 57-85, consta parecer de Lucio Costa sobre o pavilhão semienterrado (Casa de Chá), escrito em 1983, em que ele aponta a destinação da construção: “o local onde as pessoas, visitantes e usuários, possam eventualmente se refazer e repousar. [...] Um ponto de apoio onde os funcionários do lugar pudessem encontrar as facilidades de conforto urbano normalmente requeridas – lanches, refrescos, sorvetes, café, chá, telefone, sanitários – construção essa semienterrada para que sua presença não estorvasse a simbólica e solene dignidade ambiental”.



Na parte posterior do Supremo Tribunal Federal, foram construídos seus dois anexos – o primeiro anexo (1966) são dois volumes de aproximadamente 12 metros de altura e fachada revestida por brises na cor verde, disfarçados por uma massa de vegetação existente; o segundo anexo (1998) também possui dois volumes, sendo que só o maior é visto a partir da praça.

Durante os anos do regime militar, foi erigido o Mastro da Bandeira Nacional (Sérgio Bernardes, 1969 – **figura 201**), em área contígua à praça – intervenção que causou contrariedades e foi considerada por alguns um “punhal cravado na democrática Praça dos Três Poderes” (MARQUEZ e MELLO, 2010). O mastro da bandeira foi colocado na praça em 1972, contando com uma altura de 100 metros; em função da diferença de nível entre o piso da praça e o local onde ele foi implantado, a percepção é de que o mastro e as duas torres dos anexos do Congresso têm a mesma altura. Sua estrutura é tubular metálica, representa o número de estados da federação na época da sua construção, e é disposta radialmente.



Figura 196- Museu da Cidade. Figura 197- Casa de Chá, atual Centro de Atendimento ao Turista. Crédito: Ludmila Dias.





Figura 198- Pombal. Figura 199- Candangos. Figura 200- A Justiça. Figura 201- O Mastro da Bandeira. Crédito: Ludmila Dias.

Em 1974, foi inaugurado o edifício sede do Tribunal de Contas da União (**figura 202**), projetado por Renato C. Alvarenga, em lote atrás do Supremo Tribunal Federal. A construção que interfere na paisagem de fundo da praça tornou-se um incômodo. Em Brasília Revisitada, Lucio Costa sugeriu o plantio de árvores no entorno direto do edifício do Tribunal de Contas da União – “imperdoável aberração no local onde se encontra – a fim de atenuar sua lamentável interferência visual no conjunto da Praça”.

Em 1980, Niemeyer projetou outro edifício para ser implantado junto à praça, denominado Memorial Tiradentes. O Memorial abrigaria o painel *Tiradentes*, de Cândido Portinari, mas este foi para o Memorial da América Latina, em São Paulo. Niemeyer projetou mais tarde, o Panteão<sup>104</sup> da Pátria, Liberdade e da Democracia (1985-86). O Panteão (**figura 202**) é uma composição de cinco elementos – um volume que é a base para uma pira, um edifício em três níveis e três paredes que em planta baixa são linhas. O volume do edifício é robusto, irregular, conformado por linhas sinuosas e oblíquas. O acesso é feito por meio de uma passarela, no

104 O conjunto do Panteão da Liberdade e da Democracia foi criado para comemorar a redemocratização do país, registrar a morte de Tancredo Neves e homenagear os heróis nacionais, especialmente Tiradentes. Sua forma lembra uma pomba para alguns; para outros, sugere uma cunha. “O volume é opaco, apenas rasgado em uma lateral pelo vitral de Marianne Peretti. Eufemisticamente, a construção não está na Praça, mas junto dela. E a ela ligada por meio de uma passarela.” SCHLEE (2007) constata que “o monumento é desconfortável em todos os sentidos. Não tem força para atuar como símbolo da nação, não se justifica como programa – simbólico e arquitetônico – e é desagradável para os sentidos. Um erro, tal qual o mastro do ‘bandeirão”.



nível da praça. O Panteão interfere na harmonia do conjunto arquitetônico à medida que é um contraponto à ortogonalidade predominante na praça.

Niemeyer também desenhou o marco comemorativo Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade<sup>105</sup> em 1988 (**figura 203**) e criou o Espaço Lucio Costa, construído entre 1988/89 e 1992 (**figuras 204 e 205**) – ambos foram executados durante a administração do DF por José Aparecido de Oliveira, governo que lhe garantiu “uma intensa, variada e ilimitada atuação na cidade” (SCHLEE, 2007). O marco comemorativo ao tombamento do Plano-Piloto é uma escultura que toca o chão em uma pequena área. Construída em concreto aparente, com esbelteza, sua forma é caracterizada por linhas sinuosas. O Espaço Lucio Costa foi construído em subsolo e o acesso é feito por uma escadaria. Parte do seu contorno, em concreto aparente, serve como banco para a praça. Nessa fase, o arquiteto projetou também o Espaço Cultural Oscar Niemeyer (1988) na área vizinha à praça.

Na década de 1990, Niemeyer projetou o Monumento a Israel Pinheiro (1991), o anexo II do Supremo Tribunal Federal (1995-98) e a sede da Procuradoria Geral da República (1995-02), todos na área contígua à praça<sup>106</sup>. SCHLEE (2007) destaca do conjunto de projetos realizados por Niemeyer, o anexo do STF. O edifício deve ser destacado por ser o primeiro espelhado proposto pelo arquiteto para Brasília e “por constituir, juntamente com a Procuradoria Geral da República, uma linha de construções curvas e reflexivas erguidas ao longo da Via S2, ou seja, atrás e além da Praça dos Três Poderes – na ‘campina circunvizinha’ que Lucio Costa tanto queria preservar”. A fachada espelhada potencializa a presença desses edifícios na paisagem e a volumetria desprezeta a escala pensada para aquela área (**figura 202**), configurando obstáculos na visualização da praça a partir de outros pontos da cidade.

---

105 Ao ser incluído na lista de bens do Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco, o conjunto urbanístico de Brasília está regido por instrumentos que estabelecem sua proteção em três níveis: local – Decreto nº 10.829/87, federal – Portaria nº314/92, e internacional – inscrição na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco. E são esses instrumentos que definem a escala monumental – “configurada no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti” – e preservam edifícios e lugares específicos, individualmente ou em conjunto, como a Praça dos Três Poderes, incluídos os Palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, o Congresso Federal, bem como os elementos escultóricos que a complementam, inclusive o Panteão, a Pira, o Monumento ao Fogo Simbólico, “construídos fora da praça, mas que se constituem parte integrante dela” (Portaria IPHAN nº314, de 08 de outubro de 1992, Art. 3º, inciso I).

106 Posteriormente outra edificação foi construída nessa área, a Fundação Israel Pinheiro (2003-2010), também de autoria de Niemeyer.



Figura 202- À esquerda, o Panteão da Pátria em reforma e logo depois os edifícios espelhados cujas volumetrias interferem negativamente na paisagem da praça (anexo do STF e Procuradoria Geral da República). Atrás do Palácio da Justiça, o TCU disfarçado pela vegetação. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 203- Marco comemorativo Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade e vendedor ambulante sob sua sombra. Figura 204- Entrada do Espaço Lucio Costa. Figura 205- Maquete do Plano Piloto de Brasília, que fica no interior do Espaço Lucio Costa. Crédito: Ludmila Dias.

Outra intervenção na década de 1990 foi o espelho d'água de formas irregulares na frente do Palácio do Planalto, construído por motivo de segurança. O segundo espelho d'água acrescido na praça por razões de segurança foi executado em 1999. Este fica à frente da fachada principal do edifício dos plenários do Congresso Nacional e constitui um obstáculo para a aproximação de manifestantes. É uma composição de quatro áreas – sendo duas com formas retangulares e duas configuradas por linhas sinuosas.



A planta geral registrada de locação da Praça dos Três Poderes que define as áreas destinadas às construções na praça é a PTP PR1/1 (**figura 206**). Posteriormente, o setor em que se encontra a praça é retificado por uma planta registrada do ano de 1989. As áreas situadas entre as duas pistas do Eixo Monumental, o canteiro central e as áreas imediatamente lindeiras a ele, segundo a URB 89/89 (**figura 207**) – planta de urbanismo, que define a organização dos setores do Plano Piloto a partir de “manchas urbanas” – são definidas como setores PTP (Praça dos Três Poderes), EMI (Esplanada dos Ministérios), EMO (Eixo Monumental), SCTN/S (Setor Cultural Norte e Sul), PFR (Plataforma Rodoviária), ETO (Esplanada da Torre); SDC (Setor de Divulgação Cultural) e PMU (Praça Municipal).

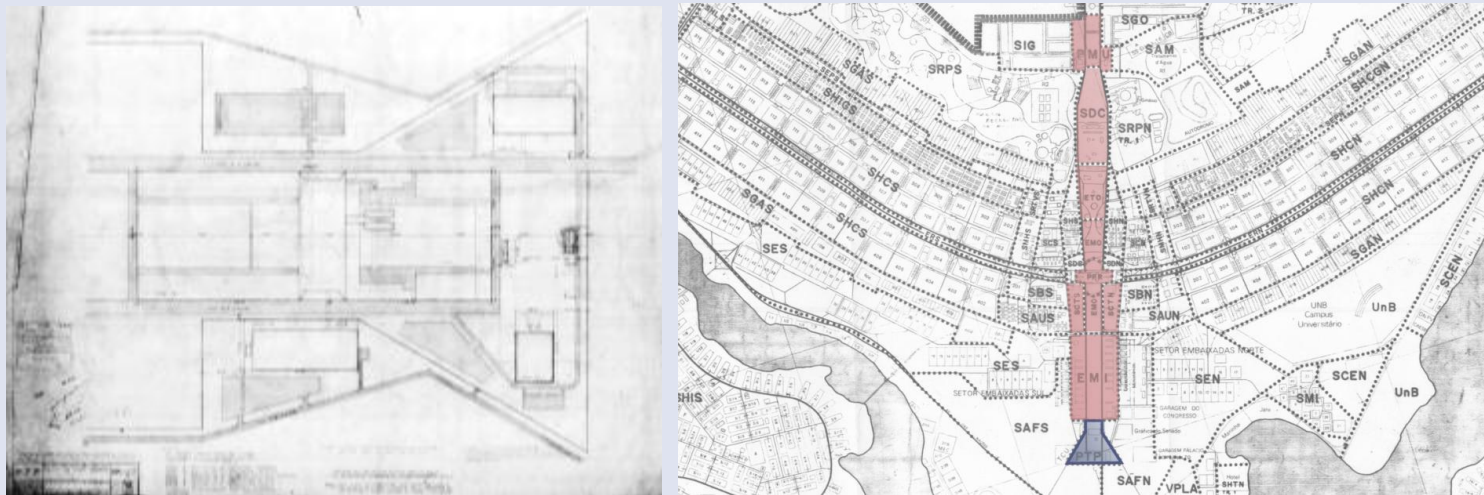


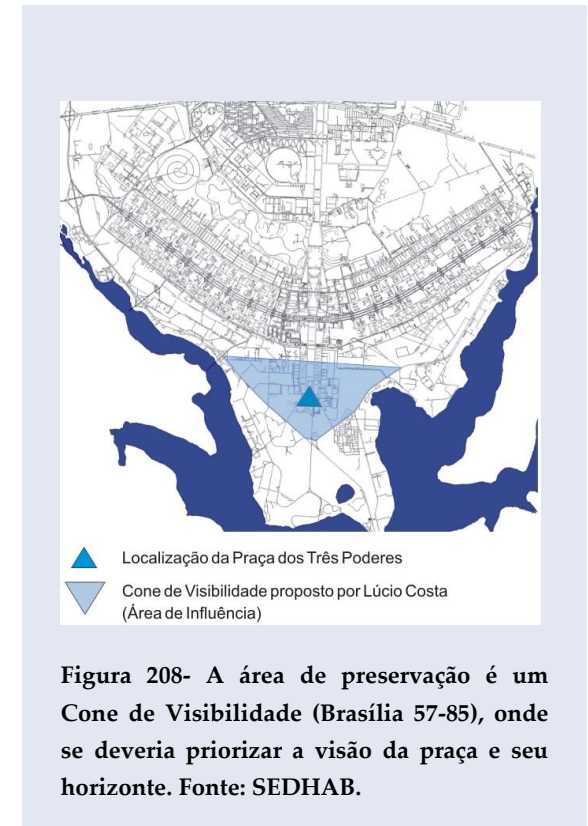
Figura 206- PTP PR1/1, Planta Geral de locação (data no carimbo de 7/11/1956), aprovada pelo Decreto Distrital Nº 1.394 de 27 de julho de 1970 e registrada no Cartório do 1º Ofício em 23/4/1984. Esta planta registrada define duas áreas destinadas ao Congresso Nacional (um retângulo onde está o Congresso, a parte gramada, o espelho d’água, as palmeiras e o estacionamento, denominada área A= 200 x 543,87m e outra onde está o primeiro anexo, denominada área B= 75,80 x 174,92m), duas áreas destinadas à Prefeitura do DF ( uma onde se encontra o Museu da Cidade, denominada área D= 21,50x35,08m e outra em que foi locada a Casa de Chá, a área E= 34,10x15,20m), uma área destinada ao Supremo Tribunal Federal (área C= 105,52x56,15, perímetro do edifício e rampa de acesso), e a última destinada ao Governo Federal (área F= 125,50x127,60m, retângulo que circunda o Palácio do Planalto e sua área de acesso, com rampa e parlatório). Aparecem na planta, também, a projeção do tablado e do pombal. Fonte: SEDHAB. Figura 207- Detalhe da URB 89/89, com destaque para os setores ao longo do Eixo Monumental (em vermelho) e para o setor em que se encontra a praça (PTP, em azul). Fonte: SEDHAB.





Na URB 89/89, a mancha que compreende o setor PTP segue exatamente os limites da praça determinados na planta PTP PR1/1. Os setores limítrofes ao PTP são o SAFN e o SAFS (Setor de Administração Norte e Sul). Esses setores compreendem a área contígua à praça de predominância bucólica, segundo o documento Brasília Revisitada– que estabelece a área de tombamento da praça e sua área de proteção (**figura 208**). A área de proteção deve ser uma área de predominância da escala bucólica, livre de edificações e constituída por massas compactas de vegetação<sup>107</sup> – densamente arborizada, a área objetiva levar o olhar ao amplo espaço e ao horizonte que circunda a praça. Entretanto, essa área de proteção hoje, se encontra grande parte parcelada<sup>108</sup>, com construções que impedem a visão da praça e descaracterizam o horizonte que deveria ser densamente arborizado para acentuar o contraste da ‘parte civilizada’ com a natureza<sup>109</sup>.

A característica da Praça dos Três Poderes de ser aberta para essa área verde (**figura 209**) permite que ela seja comparada às praças cívicas de outras duas capitais mais antigas– a Praça Municipal de Salvador e a Praça XV de Novembro do Rio de Janeiro.



107 Em Brasília 57/85, assume-se que o deslocamento da cidade para mais perto do largo (para leste) em função das observações do júri do concurso da capital, foi adequada, já que anteviu no sentido de uma futura ocupação indevida da extensa área vazia entre a praça e a orla. Se isso ocorresse, comprometeria o aspecto simbólico da concepção – que a praça deve se abrir para o cerrado. Então o documento estabeleceu que se deveria manter o critério de “ocupação rarefeita e de gabarito baixo” nessa área contígua à praça.

108 Em parte dessa área (bem abaixo do limite oeste da praça) foram criados os lotes: “H”, destinado ao Panteão da Liberdade e Democracia (criado pela URB 39/85, registrada em 13/06/86); “J”, destinado ao Espaço Cultural Niemeyer (criado pela URB 131/89, registrada em 12/09/90); “N”, destinado ao Monumento aos Heróis Brasileiros da 2ª Guerra Mundial (criado pela URB 49/98, registrada em 06/09/2000). Essa área também abriga o Bosque dos Constituintes, atualmente adotado pela Câmara dos Deputados.

109 Segundo Lucio Costa, ao marcar a posição da Praça dos Três Poderes, sua intenção “era, em parte, com o objetivo de acentuar o contraste da parte civilizada, de comando do país, com a natureza agreste do cerrado. Propunha que esta viesse ao encontro do arrimo triangular que caracterizava a Praça dos Três Poderes” (COSTA, 1974, p. 23).



MARX (1980, p. 51 e 52) estabelece uma relação entre elas: as três praças são abertas em um dos lados, assim como a Praça do Comércio se abre para o Tejo em Lisboa<sup>110</sup>. As duas mais antigas são abertas para o mar, a Praça dos Três Poderes (**figura 210**) é “voltada para o alvorecer do planalto Central”.



Figura 209- Vista aérea da Praça dos Três Poderes e entorno. Do lado oeste, a praça se abre para a natureza. Fonte: SEDHAB.

110 A Praça dos Três Poderes possui precedentes históricas facilmente reconhecíveis – a Praça do Comércio de Lisboa, aberta para o rio Tejo; a Praça do Governador de Salvador, aberta para baía de Todos os Santos; e a Praça XV do Rio de Janeiro, aberta para a baía da Guanabara – apesar de ser voltada para o “sertão” e não para o mar, como as anteriores a ela. SCHLEE (2007) lembra que há outras precedentes, como a praça do “Palácio Imperial” do RJ, de Grandjean de Montigny (1820); a praça da “Entrada do Brasil”, do Plano Agache (1926-30); a praça maior da Cidade Universitária, de Lucio Costa (1936-37); e de Vera Cruz, de Raul Penna Firme, Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis (1955); nenhuma executada.



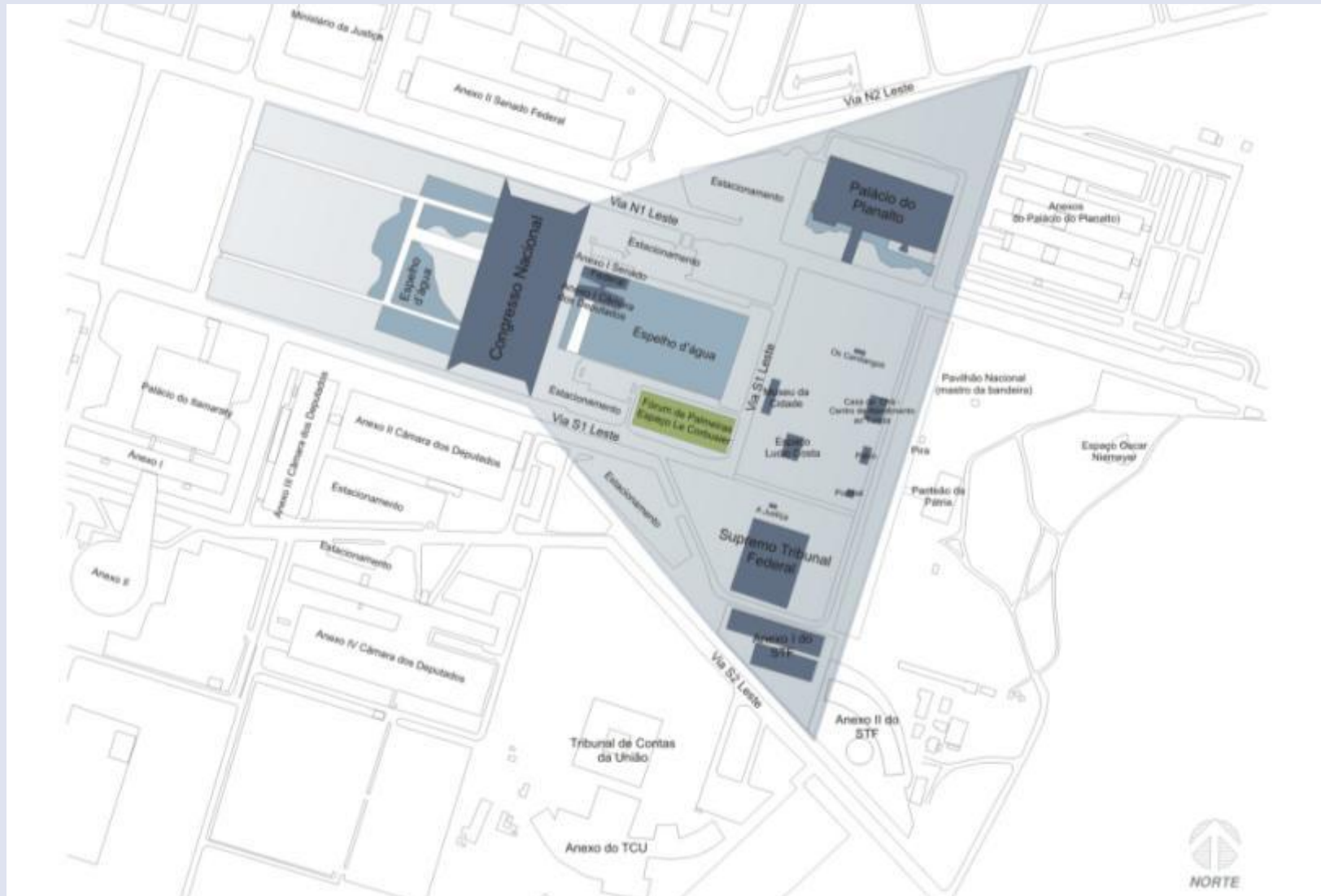


Figura 210- Ilustração da Praça dos Três Poderes e entorno imediato. Crédito: Ludmila Dias.



### 5.3 A Praça dos Três Poderes e a cidade – análise no nível global

Desde o início, Brasília apresenta uma segregação de atividades e pessoas, incluindo-se aí os trabalhadores que a construíram (SEDHAB, 2011). Durante a implantação da cidade, simultaneamente aos acampamentos oficiais, outra população formava favelas ou invasões nas adjacências do Plano Piloto. Logo surgiram as primeiras cidades satélites autorizadas para onde essa população era encaminhada.

A construção de cidades satélites ao longo dos anos gerou um modelo espacial regional com núcleos isolados e distanciados do Plano Piloto. Os mapas axiais produzidos por HOLANDA et al. (2000) a cada década (desde 1960 a 1999) confirmam que desde o início os eixos mais integrados do sistema se revelaram fora do Plano Piloto (**figura 211**). Conforme HOLANDA et al. (2000), “os primeiros mapas axiais de Brasília já revelam atributos encontrados até hoje”. Esses atributos estão em consonância com o cenário de crescimento da mancha urbana e com a mudança na ocupação a partir da década de 1970, marcada pela ênfase no preenchimento de interstícios urbanos. O primeiro deles é a excentricidade do Plano Piloto, pois as linhas mais integradas do sistema sempre ficaram fora dele. O segundo atributo é a agravação da dispersão inicial até a década de 1970 e depois sua diminuição.

O mapa axial mais recente (**figura 212**) confirma que o Plano Piloto não é central em relação ao sistema urbano a que pertence (Distrito Federal) e também que a parte central do Plano Piloto – onde se encontra a Praça dos Três Poderes – sequer pertence ao núcleo integrador do sistema.

Ao analisarmos a distribuição da população e dos empregos formais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal (**tabela 1**) percebemos a concentração de empregos formais na RA I- Brasília, a qual registra menos de 10% da população total. Para HOLANDA (2010b), a intensa segregação socioespacial no Distrito Federal é marcada por débeis correlações entre localização de empregos, habitações e acessibilidade física – não só a maior parte de postos de trabalho é excêntrica (acima de 70% estão no Plano Piloto), como a grande maioria dos moradores agrupa-se em locais mais segregados (mais de 90% da população mora fora do Plano Piloto).

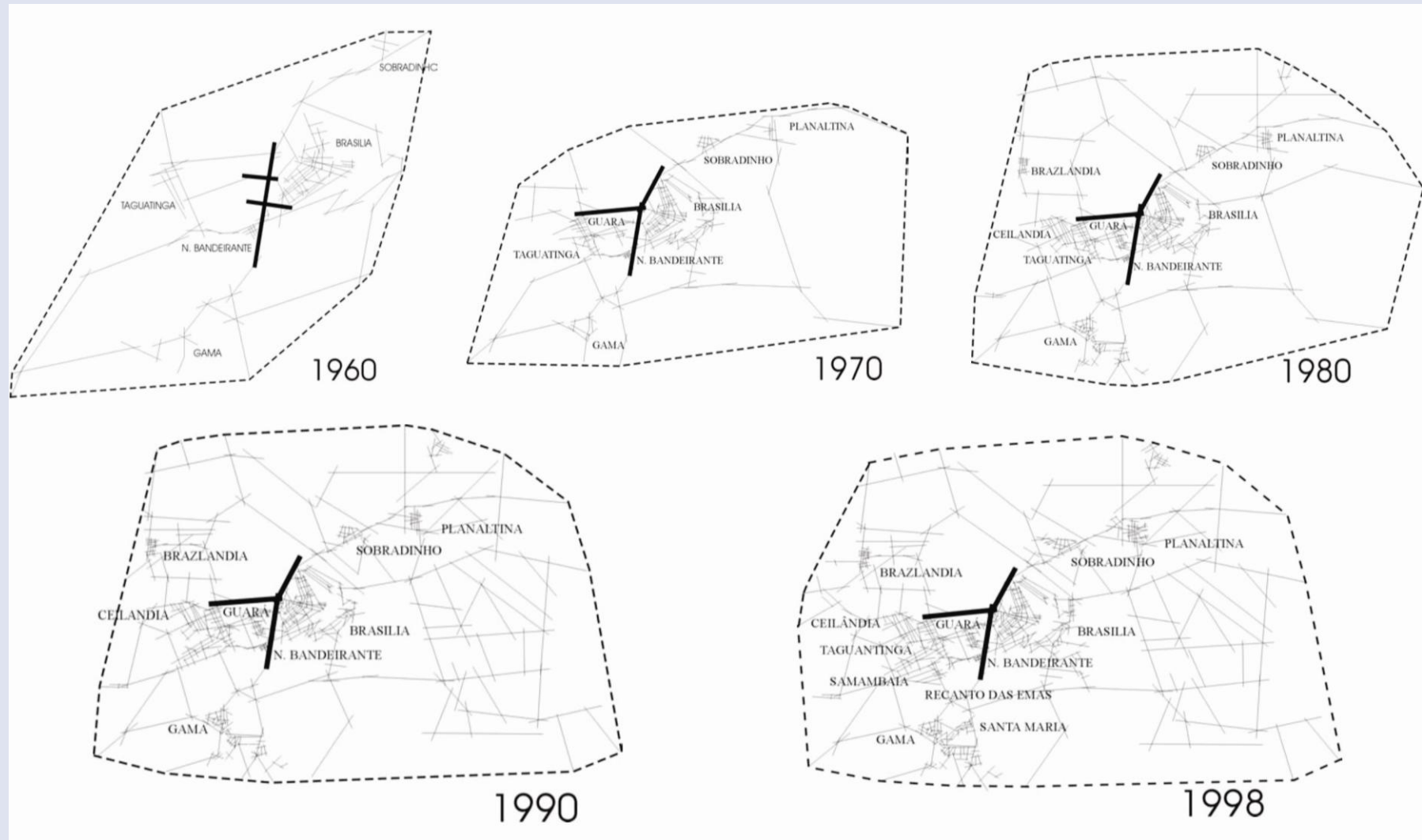


Figura 211- Sequência de mapas axiais de Brasília e entorno com destaque das linhas mais integradas do sistema – as quais sempre estiveram fora do Plano Piloto. Fonte: HOLANDA et al., 2000.



Figura 212- Mapa axial atual de Brasília e entorno. A EPIA pertence ao Núcleo de Integração (NI) enquanto o Plano Piloto, que está identificado como centro antigo (CA), está fora dele. O círculo identifica a região da Praça dos Três Poderes, sendo que os eixos que levam até a praça apresentam valores de integração medianos (cor verde, como se pode ver no detalhe).Crédito: Valério Medeiros.



| Distribuição da População - Distrito Federal - 1960/2000 |                       |         |         |           |           |           |           |          |           |
|--|-----------------------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| No. RA   | Região Administrativa | 1960    | 1970    | 1980      | 1991      | 2000      | 2010      | empregos | 2000-1991 |
| XVII   | Riacho Fundo          |         |         |           | 5.675     | 41.404    | 71.854    | 432      | 35.729    |
| V  | Sobradinho            | 8.478   | 38.797  | 69.094    | 81.521    | 128.789   | 210.119   | 7.431    | 47.268    |
| XIV  | São Sebastião         |         |         |           | 17.399    | 64.322    | 100.659   | 574      | 46.923    |
| III  | Taguatinga            | 26.111  | 106.202 | 192.938   | 228.978   | 243.575   | 361.063   | 31.481   | 14.597    |
| XVIII  | Lago Norte            |         |         |           | 22.183    | 29.505    | 41.627    | 1.321    | 7.322     |
| XV   | Recanto das Emas      |         |         |           | 2.239     | 93.287    | 121.278   | 1.669    | 91.048    |
| XI   | Cruzeiro              |         |         | 35.563    | 51.230    | 63.883    | 81.075    | 6.441    | 12.653    |
| X  | Guará                 |         |         | 85.116    | 97.374    | 115.385   | 142.833   | 72.473   | 18.011    |
| XII  | Samambaia             |         |         |           | 126.702   | 164.319   | 200.874   | 3.335    | 37.617    |
| XIII   | Santa Maria           |         |         |           | 14.833    | 98.679    | 118.782   | 1.760    | 83.846    |
| VIII   | Núcleo Bandeirante    | 21.033  | 95.473  | 32.285    | 27.888    | 36.472    | 43.765    | 5.377    | 8.584     |
| IX   | Ceilândia             |         |         | 286.955   | 364.289   | 344.039   | 402.729   | 24.000   | -20.250   |
| VIII   | Planaltina            | 2.917   | 39.964  | 47.364    | 90.185    | 147.114   | 171.303   | 3.040    | 56.929    |
| IV   | Brazlândia            |         | 95.199  | 22.504    | 39.232    | 52.698    | 57.542    | 1.255    | 13.466    |
| I  | Brasília              | 68.665  | 152.024 | 252.963   | 212.650   | 198.422   | 209.855   | 555.369  | -14.228   |
| XVI  | Lago Sul              |         |         |           | 27.431    | 28.137    | 29.537    | 11.228   | 706       |
| III  | Gama                  | 27.524  | 71.258  | 139.016   | 136.207   | 130.580   | 135.723   | 5.773    | -5.627    |
| XIX  | Candangolândia        |         |         |           | 14.125    | 15.634    | 15.924    | 375      | 1.509     |
| VIII   | Paranoá               |         |         | 13.137    | 39.066    | 54.902    | 53.618    | 626      | 15.836    |
|  | Distrito Federal      | 154.728 | 598.917 | 1.176.935 | 1.599.207 | 2.051.146 | 2.570.160 | 733.960  |           |

Tabela 1- Distribuição da População no Distrito Federal – 1960 a 2010, empregos formais e variação de número populacional entre os anos 1991 e 2010 em cada região. A distribuição dos moradores e dos empregos caracteriza a excentricidade do Plano Piloto em face do Distrito Federal como um todo. A tabela mostra como, desde o início da construção da nova capital, a maior parte dos habitantes sempre esteve fora de Brasília, nos demais núcleos urbanos. Isso se torna ainda mais claro quando agrupamos esses núcleos e os comparamos, como conjunto, a Brasília. Segundo HOLANDA et al. (2000), a forte contradição entre a localização de empregos e habitações implica maiores distâncias entre casa e trabalho, como custos sociais mais elevados. Fontes: CODEPLAN – Caracterização do Território e da População do Distrito Federal; SIEDF – Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal; IBGE - Censo 2010.

Além da excentricidade do Plano Piloto, a análise do mapa axial de Brasília e entorno revela que ele pertence a um sistema disperso, caracterizado por baixas médias de compacidade (devido à dispersão da mancha urbana). No cálculo da quantidade de linhas por unidade de área, Brasília e entorno registraram somente 11,5 linhas/km<sup>2</sup> (MEDEIROS, 2006). O outro resultado,



associando área ao comprimento de linhas, foi de apenas 3,6 km/km<sup>2</sup>. Ao comparar o desempenho de outras cidades brasileiras ao de Brasília, MEDEIROS (2006) destaca que, “no polo de rarefação, para as duas análises de compacidade, Brasília resulta de uma intenção urbana que já previa um espaçamento e descontinuidade acentuados”. Além de Brasília, outras cidades analisadas pelo autor apresentaram valores mínimos da variável compacidade – entretanto, a baixa compacidade desses outros assentamentos se deve à interferência do sítio físico que é definidora dos vazios da trama, como são os casos do Rio de Janeiro e Natal.

Apesar de o Plano Piloto, e conseqüentemente a Praça dos Três Poderes, estarem fora do núcleo de integração quando analisado o mapa axial do Distrito Federal, ao analisar o mapa axial do Plano Piloto (**figura 213**) – isolando o Plano Piloto do seu entorno, como sistema urbano – o resultado é diferente para a área em que se encontra a praça. O mapa axial revela que a via EPIA, o Eixo Residencial Norte e o Eixo Monumental – o qual leva diretamente à Praça dos Três Poderes – fazem parte do núcleo de integração. Portanto, na análise apenas do Plano Piloto, constatamos que eixos bem integrados (em vermelho) levam à praça.





Figura 213- Mapa axial de Brasília, isolando-se o Plano Piloto. Na análise apenas do Plano Piloto, as vias que levam à Praça dos Três Poderes (N1 e S1) fazem parte do Núcleo de Integração. Crédito: Valério Medeiros.



## 5.4 A Praça dos Três Poderes – análise no nível local

Analisaremos adiante o entorno imediato da Praça dos Três Poderes, seus atributos configuracionais locais, o mapa axial de pedestre e o mapa de visibilidade da praça. Ao fim deste item, correlacionaremos os resultados dessas análises e os dados empíricos colhidos na pesquisa de campo feita no local. Esclarecemos que a análise da Praça dos Três Poderes em nível local considera duas praças: 1- aquela que é triangular, conforme o projeto de Lucio Costa e a planta registrada; e 2- a outra praça, que é retangular, percebida efetivamente por quem visita o espaço.

### 5.1.1 O entorno imediato, a praça triangular e a praça retangular

No entorno imediato da Praça dos Três Poderes estão: a Esplanada dos Ministérios, os anexos dos três palácios da praça; o Panteão da Pátria; a Pira; o Pavilhão Nacional; o Espaço Oscar Niemeyer; o Espaço Israel Pinheiro; as áreas verdes; calçadas e estacionamentos. Há especialização de uso no entorno, o uso administrativo – mas alguns edifícios apresentam uso cultural, como os museus e espaços culturais existentes na área. As principais vias de acesso à praça são o Eixo Monumental (vias S1 e N1); as Vias S2 e N2; e a Avenida L4.

A Praça dos Três Poderes, conforme área triangular registrada em planta de locação PTP PR1/1, apresenta os seguintes elementos configuradores do seu espaço: o terrapleno e os muros de arrimo; o Palácio do Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal da Federal; uma área retangular pavimentada, na qual se encontram o Espaço Lucio Costa, o Museu da Cidade, as esculturas, a Casa de Chá (atual Centro de Atendimento ao Turista), mirante, bancos, palco, totens de sinalização; o Espaço Le Corbusier; as áreas gramadas e espelhos d'água; rampas e escadas de acesso aos edifícios; e alguns estacionamentos.

Mas esses elementos fazem com que o espaço tridimensional seja apreendido diferentemente do que ele se apresenta em planta – a forma elementar utilizada para organizar a estrutura das principais edificações em planta é o triângulo equilátero, mas para os usuários ou observadores, o terrapleno triangular não caracteriza a praça, e sim a área plana retangular com piso em pedra portuguesa, a leste (**figura 214**). Essa área é entendida pelos frequentadores como “a praça em si”. Na ideia de Oscar Niemeyer esse



plano aberto a leste, limitado ao uso do pedestre, assumiu o aspecto de uma “praça seca”. A forma assumida, entretanto, não é oitavada como no croqui de Lucio Costa e sim retangular. Niemeyer defende a arquitetura e a superfície livre da praça, que por ser uma praça cívica, tem o objetivo de valorizar a arquitetura ali presente:

*Eu me lembro que há pouco tempo, em São Paulo mesmo, uma moça veio falar comigo, fazer uma entrevista, ‘Dr. Oscar, o senhor fala muito em forma nova, como é que na Praça dos Três Poderes, as colunas do Palácio do Planalto parecem com as do corpo do Supremo?’ [Risos] Se entendesse um pouco de arquitetura, iria ver que foi uma coisa proposital, que eu quis manter a mesma unidade na arquitetura da praça. E também, uma coisa que tem aí um exemplo muito bom, é quando ela chegou para mim e disse: ‘Oscar, você não podia colocar umas árvores lá no Memorial da América Latina ou então na Praça dos Três Poderes?’. É gente pouco inteligente, pouco sensível e que nunca viajou, porque senão tinha visto na Europa as praças livres. Imagine você a praça de Veneza, a praça de São Marcos cheia de árvores? É que nessas praças o importante é ressaltar o edifício. A função delas é dar mais importância, e você poder ver dois edifícios ao mesmo tempo, sentir se há harmonia na praça. Se você separar muito, mas isso é tão claro que me dá pouca vontade de discutir.(...) Ele [aponta para Paulo Mendes da Rocha] pode responder muito bem. Lá no museu que ele fez, que é muito bonito, ele deixou a coisa árida. É uma praça cívica, é uma praça que ele quer valorizar a arquitetura, de modo que tem ser assim. Esse pessoal, é pena sabe?! Fala porque nunca saiu daqui. Se eles fossem à Europa, veriam praças enormes. Eu, às vezes, fico chateado, digo: ‘vá para o Jardim Botânico’. [risos] Assim, quando era função dela [da praça], receber o povo, em certos dias, não é? Ou então valorizar os edifícios que estão contidos na praça. Mas essas perguntas é que cansam. Tem que contradizer logo, dizer que não tem sentido (NIEMEYER, 1997).*

Essa superfície livre de uso exclusivo do pedestre, uma praça seca, é um grande retângulo que se estende do Supremo Tribunal Federal até o Palácio do Planalto, sendo cortada por uma via que é prolongamento do Eixo Monumental. Em alguns pontos de observação, a impressão é de que o plano da praça estende-se até o Palácio do Planalto, pois não se percebe a via do Eixo Monumental. O Panteão, a Pira e o mastro da bandeira estão na área adjacente<sup>111</sup>ao retângulo, que é aberto para a natureza no seu lado leste. O Museu da Cidade, no outro lado da superfície, não bloqueia a visão do Congresso. O fechamento arquitetônico e a

---

111A construção de edificações na base do triângulo, na área adjacente à praça, não era pretendida por Lucio Costa. Para ele, a natureza e o horizonte seriam importantes elementos compositivos da obra, assim como os edifícios dos palácios. Mas a sensação de abertura do seu espaço para a vasta área do cerrado à sua frente, de modo que a praça expandir-se-ia em relação à paisagem, deixou de ser possível com essas construções.



diferenciação na pavimentação corroboram o entendimento de que essa superfície livre é “a praça propriamente dita”. O conjunto do Congresso Nacional ficaria sob esse entendimento, portanto, “fora da praça”.

### 5.1.2 Atributos configuracionais locais

Os atributos locais da praça que caracterizaram a identidade sintática da praça são:

- 1- A praça é segregada localmente, não há integração do espaço com o entorno nem articulação com o tecido urbano em que se insere;
- 2- Eixos importantes de circulação de veículos (vias S1 e N1 do Eixo Monumental) cortam o espaço e o acesso do pedestre é prejudicado;
- 3- As dimensões monumentais se afastam bastante da escala do pedestre, quando considerada a praça triangular – entretanto, quando observamos a praça retangular, suas dimensões se afastam menos da escala do pedestre;
- 4- Espaços convexos grandes, que prejudicam a visibilidade do outro;
- 5- Falta de planos verticais limítrofes quando considerada a praça triangular, o que colabora para sua má definição espacial (**figuras 214 e 215**);
- 6- As fachadas dos STF e do Planalto promovem a delimitação espacial da praça retangular ao sul e ao norte;
- 7- Predominância de vazios (**figuras 214 e 215**), dificultando a copresença e o estabelecimento de relações entre os edifícios;
- 8- Baixa densidade construída;
- 9- Constitutividade: poucas portas e janelas dão para a praça;



- 10- Os eixos mais acessíveis da praça (mapa axial de pedestre feito com base na praça triangular – **figura216**) são apenas dois e não atravessam a praça triangular por inteiro, mas cruzam o retângulo a leste destinado ao uso prioritário do pedestre;
- 11- A maior parte da superfície da praça triangular apresenta baixa visibilidade, mas o retângulo a leste destaca-se como o lugar mais integrado visualmente (**figura 217**). A análise sintática através do mapa de visibilidade da Praça dos Três Poderes revelou que, coincidentemente, a superfície retangular a leste entendida como “a praça em si” pelo usuário, é o local que apresenta maior integração visual.



Figura 214- Imagem de satélite da Praça dos Três Poderes e seu entorno imediato, com destaque dos volumes arquitetônicos – a Praça dos Três Poderes apresenta atributos de praça moderna, prioriza-se o vazio, pois a superfície livre destaca a arquitetura nela existente. Percebemos claramente a praça retangular por causa do pavimento utilizado nessa superfície livre – a pedra portuguesa branca. Figura 215- Mapa de cheios e vazios – não há definição do espaço pelo contraste entre cheios e vazios. Crédito: Ludmila Dias.

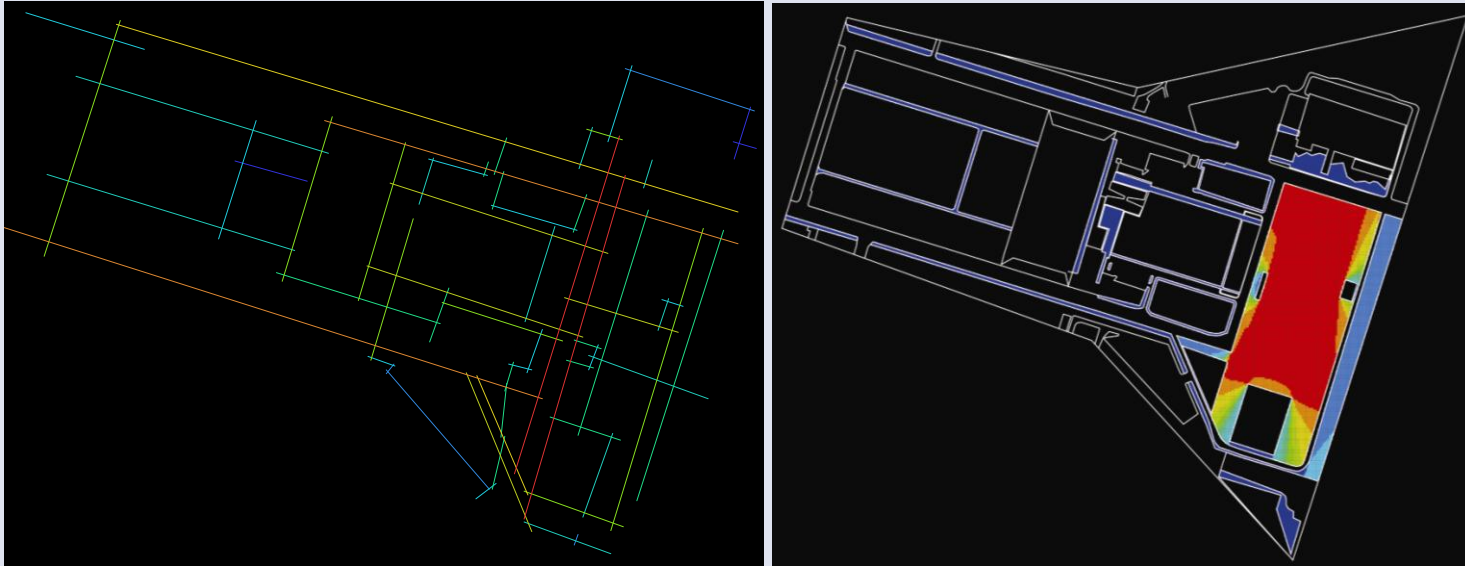


Figura 216- Mapa axial de pedestre. Figura 217- Mapa de visibilidade. Crédito: Ludmila Dias.

Ao analisar as dimensões e a configuração espacial da praça, HOLANDA (2010a) considera que “a Praça dos Três Poderes não é o espaço dos sonhos de Camilo Sitte: suas dimensões horizontais cotejadas com as alturas dos edifícios e a grande distância entre eles dificultam a sensação de coesão (envolvimento proporcionado pelas fachadas contínuas dos edifícios do entorno). Entretanto, a sensação de lugar é clara.” Consideramos que, apesar dos grandes espaços convexos, da predominância dos vazios, das grandes dimensões horizontais da praça, da baixa densidade construída e das poucas portas e janelas voltadas para a praça – todos atributos que caracterizam a formalidade do espaço – a unidade espacial da praça retangular é apreendida pelo usuário. Portanto, se considerarmos a praça retangular, os usuários têm a sensação de lugar a que HOLANDA (2010a) se refere.

### 5.1.3 Pesquisa de campo e vistoria no local

As vistorias na Praça dos Três Poderes foram feitas por duas pessoas, a pé, durante uma semana. As contagens de usuários foram feitas em dois dias, numa segunda-feira e num domingo. O uso cotidiano da praça é um uso prioritariamente turístico – segundo





pesquisa da Secretaria de Turismo do DF, que está elaborando um inventário turístico do DF, a Praça dos Três Poderes está em terceiro lugar no *ranking* de locais visitados pelos turistas de lazer e de negócios<sup>112</sup>. A despeito disso, em bem menor quantidade e frequência, moradores às vezes vão à praça para passear, caminhar e contemplar a beleza do espaço. Nos fins de semana, encontramos alguns pais que levam os filhos à praça para dar comida aos pombos (uma atração para as crianças e para os turistas – **figuras 218 e 219**) e passear um pouco.

A maioria dos usuários permanece por um curto espaço de tempo na praça – as pessoas vão fotografar, contemplar, dar comida aos pombos, conhecer os monumentos, visitar o Museu da Cidade, o Espaço Lucio Costa, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto, e o Congresso Nacional<sup>113</sup>– esses últimos visitam quando têm mais tempo disponível. Muitos estacionam o carro ao longo da via que liga as duas pistas do Eixo Monumental com o pisca alerta do carro ligado, descem, andam pela superfície retangular a leste, fotografam rapidamente, mas nem chegam a entrar nos edifícios – são turistas que passam pela cidade rapidamente e aproveitam para “passar” na praça antes de retornarem às suas cidades. A utilização, de modo geral, não caracteriza a permanência longa ou demorada de pessoas na praça – quem permanece nela por tempo prolongado são os funcionários que trabalham nos edifícios e os comerciantes ambulantes (que vendem picolé, água, souvenirs, pipoca, milho para dar aos pombos). Vimos também ciclistas atravessando a praça (**figura 220**). Nas madrugadas, jovens estacionam os carros e se encontram para beber, em área próxima ao Panteão.

Os livros de registro de visita dos edifícios da praça e os funcionários do Espaço Lucio Costa e do Palácio do Planalto quantificam o público que visita a praça diariamente, que fica em torno de 600 pessoas – sendo que na segunda-feira, o número de visitantes costuma ser o menor do que nos outros dias. Muitas excursões, principalmente escolares, são responsáveis por grande parte das visitas durante a semana – essas excursões se concentram no mês de abril, época do aniversário de Brasília. Nos fins de semana, a

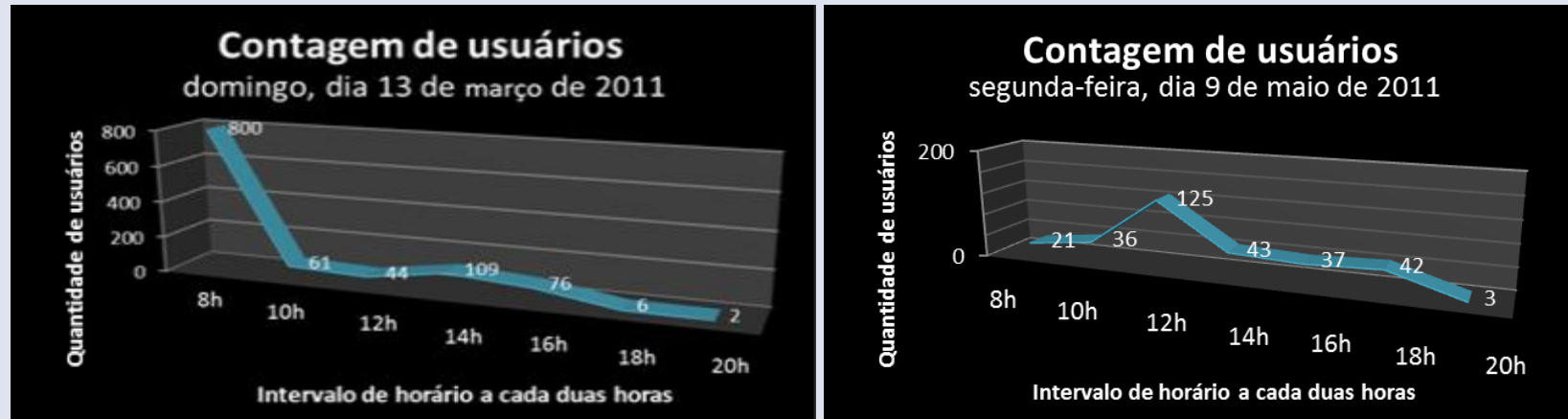
---

112 Em primeiro lugar do *ranking* do turismo de lazer está a Catedral e em segundo, os Shoppings Centers da capital. Já na lista dos lugares mais visitados pelos turistas de negócios, o segundo lugar é ocupado pela Torre de TV (informações disponíveis no sítio da Setur, <http://www.setur.df.gov.br/>, acessado em 10 de maio de 2011).

113 As visitas guiadas estão disponíveis nos Palácios do Planalto e da Justiça e no Congresso – onde o Senado Federal realiza em parceria com a Câmara dos Deputados um programa de visitas guiadas. No Congresso, as visitas acontecem todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 9h30 às 17h, sem interrupções, com saídas de grupos a cada 30 minutos, a partir do Salão Negro. No Palácio da Justiça, a visita pode ser feita de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h e das 15h às 17h. Já no Palácio do Planalto, as visitas guiadas duram 20 minutos e podem ser feitas aos domingos, das 9h30 às 13h.



praça é muito visitada – chegando até a 1.000 pessoas/dia em feriados prolongados, como foi registrado no feriado de Carnaval deste ano, por exemplo.



Gráficos 5 e 6- Contagem de usuários na Praça dos Três Poderes no domingo em que aconteceu o evento cívico da Troca da Bandeira pela manhã e numa segunda-feira comum. Crédito: Ludmila Dias.

Apesar da falta de sombra dificultar a permanência de usuários no espaço, pois o sol do Planalto causa desconforto, os funcionários, comerciantes e visitantes encontram um lugar para se abrigar do sol à sombra do Museu da Cidade (**figura 221**), dos monumentos e sombrinhas (**figura 222**) e até da pouca vegetação existente na área contígua à praça (**figura 223**). Desde março de 2011, as pessoas podem contar também com o Centro de Atendimento ao Turista, que oferece local para descanso, orientações sobre visitas nos edifícios da praça, informativos voltados ao turismo na capital e regiões próximas, e banheiros, além de comercializar bebida e artesanatos.

Assim como o Espaço Lucio Costa, o Museu da Cidade e o Centro de Atendimento ao Turista são os locais dentro da superfície livre retangular a leste onde pessoas costumam se aglomerar, ou seja, funcionam como “magnetos” (**figura 227**). Os edifícios onde o fluxo pessoas é grande são o Congresso, em primeiro lugar, e depois o Palácio do Planalto e o STF. Em visita de campo foi



verificado o grande volume de pessoas entrando e saindo nas entradas do Anexo I do Congresso – segundo MEDEIROS (2010), a Câmara dos Deputados<sup>114</sup> contempla um quadro de pessoal composto por 10 mil funcionários em Brasília (incluindo servidores efetivos, CNEs, secretários parlamentares e funcionários terceirizados), sendo que circulam diariamente entre 20 mil e 30 mil pessoas pelo complexo arquitetônico da Casa (o Edifício Principal, Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV e Bloco de Lideranças Partidárias).

Enquanto a rodoviária ultrapassou a utilização prevista por seu idealizador, tornando-se um lugar que transborda urbanidade<sup>115</sup>, a Praça dos Três Poderes apresenta uma urbanidade muito mais contida – não podemos caracterizar a utilização da praça como de convívio diversificado, uso cotidiano e intenso, independente do dia ou do horário. A Praça dos Três Poderes também não se caracteriza como espaço de permanência e não é frequentemente lugar de passagem de quem passa em direção a outro destino, ela é o próprio “destino” ou “lugar final” – isso se deve ao seu entorno especializado (função administrativa, cidadela cívica), ao apelo turístico do lugar, e à sua localização no extremo do Eixo Monumental. Pessoas vão até a Praça dos Três Poderes para visitá-la ou conhecê-la, não é comum ela ser utilizada como local de passagem – ao contrário do que acontece nas demais praças analisadas nesse trabalho, que foram concebidas na área central do tecido das novas capitais e possuem um uso mais diversificado no entorno, funcionando também como local de passagem de pessoas que saem de casa para o trabalho e do trabalho para a faculdade ou a casa, por exemplo.

No entanto, a praça é intensamente ocupada em atividades pontuais, como os grandes eventos que costumam acontecer nesse espaço. Além de principal ponto do turismo cívico, a Praça dos Três Poderes é o local de eventos políticos, como a posse do

---

114 A estrutura da Câmara funciona como uma espécie de cidade, serviços qualificados são oferecidos – como agências bancárias, restaurantes, lanchonetes, bancas de revista, agência dos Correios, barbearia, áreas de exposição, entre outras, que garantem a vitalidade e o funcionamento do espaço (MEDEIROS, 2010).

115 Lucio Costa se surpreendeu com a ambiência da Plataforma Rodoviária, anos depois de projetada. Segundo o arquiteto, o centro urbano que havia sido imaginado “como uma coisa mais cosmopolita” foi tomado pelos “brasileiros legítimos que construíram a cidade”. Para COSTA (1995), “eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma Bastilha”. A Plataforma é o lugar em que edifício e espaço aberto público se mesclam em surpreendente ambiguidade, é onde melhor se manifesta a urbanidade (BRANCO, 2002, apud HOLANDA, 2010). O espaço transborda [urbanidade] para os setores vizinhos - de diversões, comerciais, hoteleiros - e, nos fins de semana e feriados, para o Parque da Torre de Televisão, onde centenas de pessoas se reúnem para usufruir o jardim, a fonte luminosa e a vista do Eixo Monumental, para visitar a feira de artesanato ou apenas para encontrar outras pessoas.



presidente, e de eventos oficiais de outras naturezas. O mastro da bandeira criou uma tradição no local – a cerimônia cívica da troca da bandeira, que é realizada todo primeiro domingo do mês, sob a coordenação das Forças Armadas e do Governo do Distrito Federal (**figura 224**). Muitos moradores e visitantes assistem, pela manhã, a cerimônia que desperta o sentimento cívico nos brasileiros. Muitas vezes, a cerimônia conta também com a apresentação cultural de corais, bandas de música, bailarinos.

Ela é apropriada por uma multidão nessas ocasiões de eventos cívicos, como a troca da bandeira; em momentos políticos importantes, como o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992 (**figura 225**) e o féretro de Juscelino Kubitschek, em agosto de 1976; em manifestações como a que aconteceu em 2005 contra o escândalo do Mensalão (**figura 226**); em visitas ilustres, como a do papa João Paulo II, em 1991; e em comemorações, como a recepção da seleção brasileira de futebol quando venceu as Copas de 1970 e 2002. A participação maciça da população nesses eventos importantes, alguns de decisão política, contraria a associação entre o isolamento físico do espaço do poder na capital e o desinteresse ou a impossibilidade de participação e mobilização da população em movimentos sociais – uma associação reiterada pela mídia.



Figura 218- Criança dá comida aos pombos na praça. Figura 219- Turistas chegam a deitar no chão para que os pombos pousem sobre eles. Figura 220- Vendedor ambulante e ciclistas transeuntes na praça. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 221- Às 16 horas, com sol forte, os usuários da praça se protegem sob a sombra do Museu da Cidade. Figura 222- Na aridez da praça, comerciantes ambulantes se protegem do sol sob a sombra de monumentos, de sombrinhas e do Museu da Cidade. Dois meninos se protegem do sol sob a sombra do monumento em homenagem a Israel Pinheiro. Figura 223- Mulher aproveita a sombra da vegetação da área contígua à praça, ao lado do Panteão. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 224- População se reúne para assistir a cerimônia da troca da Bandeira Nacional na Praça dos Três Poderes e os oficiais fazem a apresentação. Crédito: Ludmila Dias. Figura 225- Manifestações Praça dos Três Poderes – aproximadamente 25 mil manifestantes pedem o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Figura 226- Manifestantes se reúnem no espelho d'água do Congresso Nacional para protestar contra o escândalo do Mensalão, em agosto de 2005. Fonte: [http://noticias.uol.com.br/album/100415brasilia50\\_album.jhtm#fotoNav=82](http://noticias.uol.com.br/album/100415brasilia50_album.jhtm#fotoNav=82).



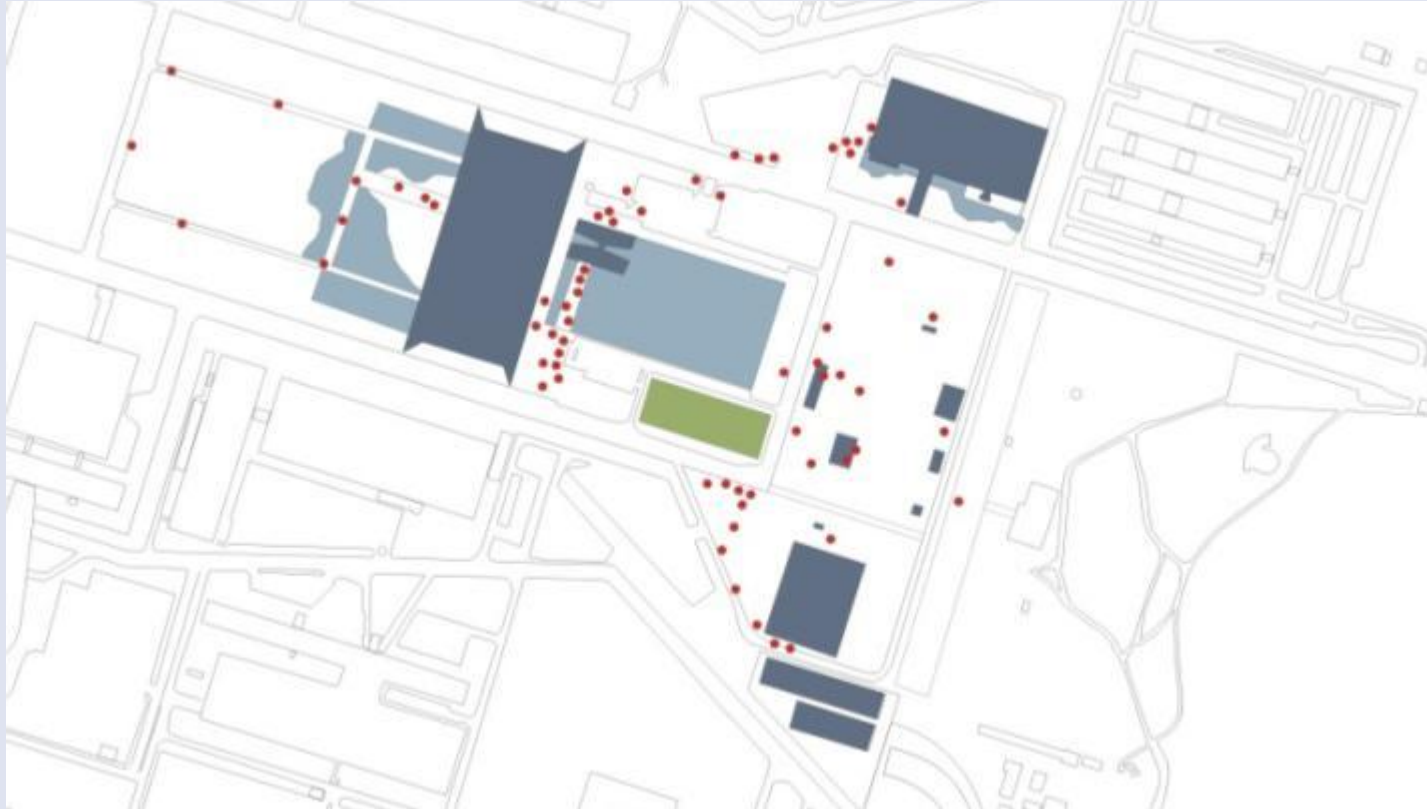


Figura 227- Locais onde o fluxo de pessoas é maior e a aglomeração de indivíduos é mais frequente. Crédito: Ludmila Dias.

Algumas não conformidades foram levantadas durante a vistoria na praça, a saber:

- 1- Grades voltadas para o Palácio do Planalto e para o Supremo Tribunal Federal. O cercamento removível (**figura 228**) é colocado em momentos específicos de eventos que atrairão aglomerações à frente dos palácios, mas, por vezes,





permanecem por longo tempo na praça. Estas grades não deveriam permanecer por maior tempo que a duração do evento respectivo;

- 2- O acesso ao Palácio do Planalto é dificultado pela via N1, não há faixa de pedestre elevada, ou meio-fio rebaixado, para facilitar o acesso ao pedestre e ao cadeirante;
- 3- Passeio público inexistente na lateral do Congresso Nacional, o que força o pedestre a andar na via com perigo (**figura 229**);
- 4- Dificuldade de travessia do pedestre na via de Ligação S1/N1, em direção ao prédio do Congresso Nacional, sendo necessária a faixa de pedestre elevada, ou com meio-fio rebaixado, a despeito do túnel existente sob o Eixo Monumental, que não é percebido;
- 5- Sujeira (principalmente devido aos pombos – **figura 230**), mato e muitos pontos defeituosos no piso em pedra portuguesa (**figura 231**), sendo necessária a recomposição e manutenção, além da limpeza geral, embora recente reforma tenha sido executada no local;
- 6- Lixeiras existentes apenas nas imediações do Palácio do Planalto e do STF poderiam estar distribuídas ao lado dos bancos; há também lixeiras improvisadas (**figura 232**);
- 7- Placas de localização e mapa da cidade não seguem um padrão, precisam de manutenção e estão espalhadas pela praça, passando impressão de desordem; as placas poderiam estar locadas num ponto principal dela;
- 8- Totem com mapa da Praça dos Três Poderes desconsidera a forma triangular da praça em planta e lista edifícios da área contígua que não fazem parte da praça (**figura 233**);
- 9- Ambulantes que vendem produtos comestíveis e souvenirs ficam abrigados sobre a sombra dos monumentos, dificultando a aproximação e a leitura dos mesmos (**figura 222**). Deveria se ter maior controle sobre o espaço, o que não acontece.



Figura 228-Cercamento removível permanece na praça durante dias após o evento em que foi utilizado. Figura 229- Mulheres com carrinho de bebê descem pela pista, pois falta calçada. Figura 230- Sujeira na praça. Figura 231- Lixeira improvisada. Figura 232- Pavimento necessitando manutenção. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 233- Placa de localização das edificações na praça. Nota-se que a forma triangular que a praça possui em planta não foi contemplada pela placa informativa e que algumas edificações que não se localizam na praça, e sim na área adjacente, estão enumeradas (números 4, 7 e 8). Crédito: Ludmila Dias.



## 5.5 Arremates

Lucio Costa não propôs uma praça qualquer, assim como não propôs uma cidade qualquer – a Praça dos Três Poderes representa o espaço de maior conotação simbólica da nova capital Brasília, sintetiza o ápice da composição urbana do Eixo Monumental (**figura 234**). CALDEIRA (2007) defende que a relação entre espaço político e conjunto urbano é reinterpretada por Lucio Costa no projeto da Praça dos Três Poderes – o projeto reproduz uma estrutura típica de praça brasileira ao aglomerar edifícios institucionais, porém, inserida no cenário modernista, introduzindo uma nova perspectiva quanto ao uso da praça: nesse caso, o espaço não possui a função primordial de representar o espaço social da vida urbana. O modelo de praça modernista prioriza o vazio, principalmente em seu sentido compositivo – a espacialidade da Praça dos Três Poderes está longe de atuar como espaço de permanência e de encontros sociais, no “sentido tradicional da praça” (CALDEIRA, 2007).

HOLANDA (2010d) ressalta a monumentalidade de Brasília, e o Plano Piloto “seu lugar simbólico por excelência”. Para ele, a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes “encantam porque evocam lugares emblemáticos de outros tempos e espaços: o Champs Élysées (Paris), o Mall (Washington), a Avenida dos Mortos (Teotihuacan, do México pré-Colombo)”. Mas o autor observa também que “se a visibilidade do outro no âmbito público é a quintessência da urbanidade, isso não existe na Esplanada dos Ministérios como, ao contrário, há em Washington ou Paris” e que o conjunto não recebe a irrigação necessária (habitantes, usuários cotidianos) para que o espaço possua vitalidade<sup>116</sup>.

Ao analisarmos a Praça dos Três Poderes concluímos que seus atributos locais, responsáveis por sua identidade sintática, pertencem ao paradigma da formalidade. Globalmente, o lugar é bem integrado – se analisarmos o mapa axial do Plano Piloto de Brasília isolado, constatamos que eixos bem integrados conectam a praça à cidade – um atributo de urbanidade. Apesar disso,

---

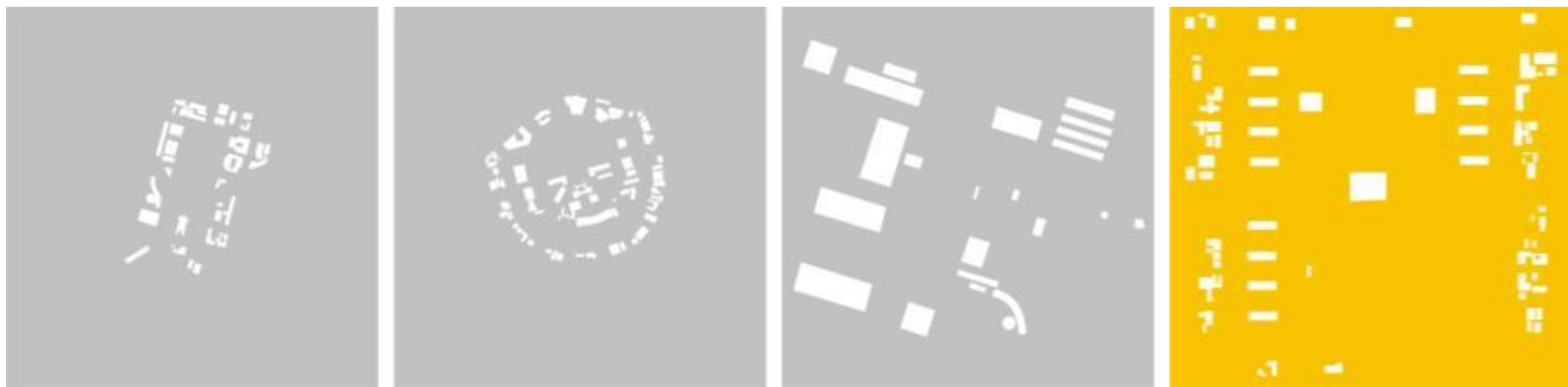
116 HOLANDA (2010b) defende que a proposta original de Lucio Costa para a Esplanada foi empobrecida, pois contemplava em seus esboços iniciais, espaços para comércio e serviços complementares às atividades principais. Segundo o autor, os blocos dos ministérios eram interligados por edifícios mais baixos, que abrigariam usos diversificados.



localmente, o lugar é segregado de seu entorno e apresenta vários outros atributos configuracionais que prejudicam seu desempenho do ponto de vista da urbanidade.



Figura 234- Turistas e trabalhadores na Praça dos Três Poderes. Crédito: Ludmila Dias.



# Capítulo 6

## Praça dos Girassóis, Palmas

O capítulo inicia-se com a apresentação do plano urbanístico de Palmas. Prossegue com o foco na concepção da Praça dos Girassóis como centralidade destinada aos principais edifícios administrativos e descrevem-se as mudanças na praça chegando à sua configuração atual. A primeira análise é global, da posição da praça no sistema urbano. A segunda análise é local – explora-se o entorno imediato, os atributos configuracionais da praça e os dados da pesquisa de campo. O desfecho do capítulo dedica-se a correlacionar as informações e os resultados das análises, discutindo-se os aspectos de urbanidade e de formalidade da praça.

# Capítulo 6 – Praça dos Girassóis, Palmas

## 6.1 Palmas, a última capital planejada do século XX

Os esforços do governo federal para ocupar de forma mais homogênea o território nacional, dos quais resultou a construção de uma nova capital na região central do Brasil (Brasília, 1960), culminaram na criação do Estado do Tocantins – determinada na Constituição Federal de 1988, após o retorno da democracia. O Tocantins ocupa a região norte de Goiás, uma área que era até então pobre e pouco urbanizada, repleta de latifúndios e conflitos de terra.

O primeiro governo eleito da nova unidade federada contratou o escritório de arquitetura GRUPOQUATRO, coordenando pelos arquitetos Luiz Fernando Cruvinel Teixeira<sup>117</sup> e Walfredo Antunes de Oliveira<sup>118</sup>, para os planos e projetos da nova capital. O governo optou então por situar a nova capital no centro geográfico do Estado<sup>119</sup> (**figura 235**).

---

117 Arquiteto formado pela Universidade de Brasília em 1967, com pós-graduação em Estudos Tropicais (1969) e Planejamento Regional e Urbano (1974) na Architectural Association de Londres. Exerceu a docência no curso de Arquitetura na Universidade Católica de Goiás (1972/77) e algumas atividades no governo de Goiás. Exerceu a função de Arquiteto Pleno no escritório de Tasso Katselas – Pittsburgh, USA (1969/70), no escritório de Timothy Rendle – Londres, Inglaterra (1973/74) e foi Arquiteto Diretor da Empresa GRUPOQUATRO Arquitetura Sociedade Simples Ltda. (1974/2005).

118 Cursou a Faculdade de Arquitetura Mackenzie e formou-se na Universidade Católica de Goiás (1974). Mestre em Planejamento Urbano e Regional na London School of Economics (1981). Exerce atividades de Arquiteto e como consultor em Planejamento Urbano e Regional, em seu escritório instalado em Palmas, tendo trabalhado desde os primórdios da nova Capital do novo Estado do Tocantins como profissional liberal ou ocupando cargos públicos, no município e estado.

119 Tomando o centro geográfico do estado como referência, a seleção preliminar da área para Palmas ficou próxima de um quadrilátero de 90 por 90km, sendo sua dimensão norte-sul expandida posteriormente para 112km. O relatório final interdisciplinar – “Relatório de Pré-Seleção” (GRUPOQUATRO, 1989), citou quatro locais como particularmente apropriados para uma nova cidade, com diferentes níveis de adequação conforme os seguintes critérios: morfologia do sítio, qualidade do solo, condições climáticas, vegetação, recursos naturais, condições espaciais, distância e relações com os assentamentos próximos, acessibilidade e potencial de atração populacional.





A área selecionada para implantar a nova capital está localizada à direita do rio Tocantins (**figura 236**) com 12 x 32 km de extensão (38.400 hectares) <sup>120</sup>. Por ter sido a última região desenvolvida do estado, região julgada a mais necessitada de desenvolvimento. Para acomodar a nova capital, uma rede de infraestrutura urbana e regional deveria ser construída, sendo que, durante o processo de seleção do sítio foi iniciada a construção de uma represa e da usina hidrelétrica do Tocantins (barragem do Lajeado). A declividade do sítio é de apenas 4%, sendo ao norte delimitado pelo Rio Água Fria, ao sul pelo Rio Taquarussu, ao leste pela Serra do Lajeado e a oeste pelo Rio Tocantins (**figura 237**). Sua vegetação predominante é o cerrado e a pequena população existente se concentrava na vila de Canelas, na municipalidade de Taquarussu. A cidade mais próxima era Porto Nacional, 60 quilômetros a partir de uma estrada não pavimentada na época.

Palmas é a última da sucessão das novas capitais brasileiras construídas a partir da República até o fim do século XX. Foi fundada em 20 de maio de 1989, mas só foi ocupada como sede do governo em 1º de janeiro de 1990 – data da instalação dos poderes constituídos, apesar dos edifícios do governo e da infraestrutura ainda não estarem prontos. Sua inauguração em solenidade pública foi em 20 de maio de 1990.

TRINDADE (2009, p. 68) percebe influências de Goiânia e Brasília na nova capital do Tocantins. Ele observa que Goiânia, capital do Estado de Goiás inaugurada em 1937, foi inspiração para Palmas em três aspectos: o centro administrativo claramente demarcado na paisagem urbana, a rede viária estruturada por rótulas e as largas avenidas. Para o autor, Brasília também foi, inegavelmente, outra fonte de inspiração:

*A divisão da capital em grandes quadras que funcionam como unidades de vizinhança, como as superquadras de Brasília, é uma reminiscência da Capital Federal e apesar dos planejadores de Palmas admitirem que tentaram evitar o determinismo espacial da capital federal, eles não conseguiram se esquivar dos preceitos modernistas da Carta de Atenas. Palmas, assim como Brasília, é dependente do automóvel para uma circulação veicular eficiente.*

---

120 O chamado “Plano Básico” da capital ocupava aproximadamente dez mil hectares dessa área (GRUPOQUATRO, 1989).

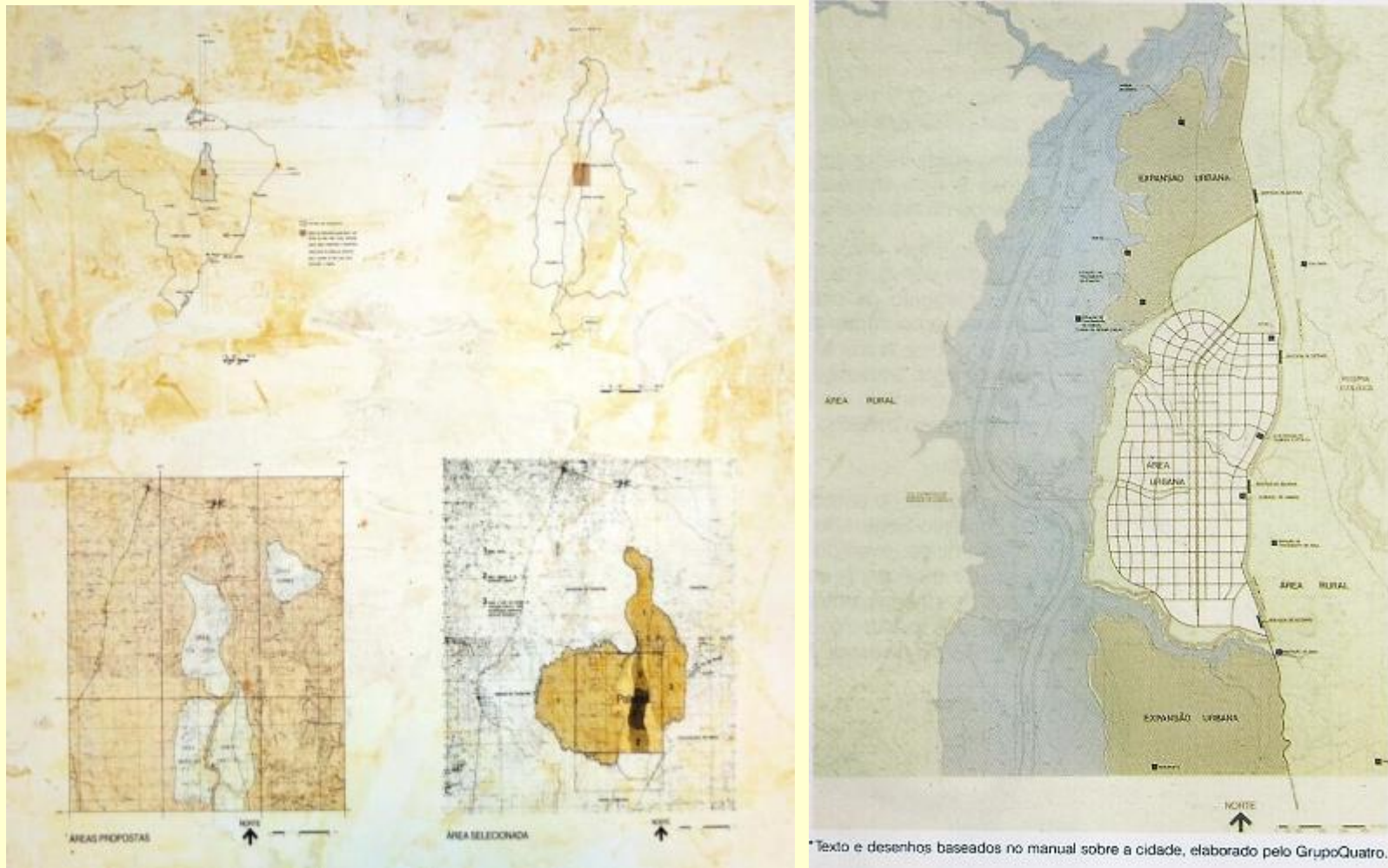


Figura 235- Mapa da localização do Estado do Tocantins e da cidade de Palmas. No canto inferior esquerdo, as quatro áreas elencadas para a implantação da capital e ao lado a área escolhida. Fonte: SEMUC, 2006. Figura 236- Área de ocupação da capital do Tocantins – área urbana de Palmas e áreas de expansão. Fonte: PROJETO, 1991, p. 95.

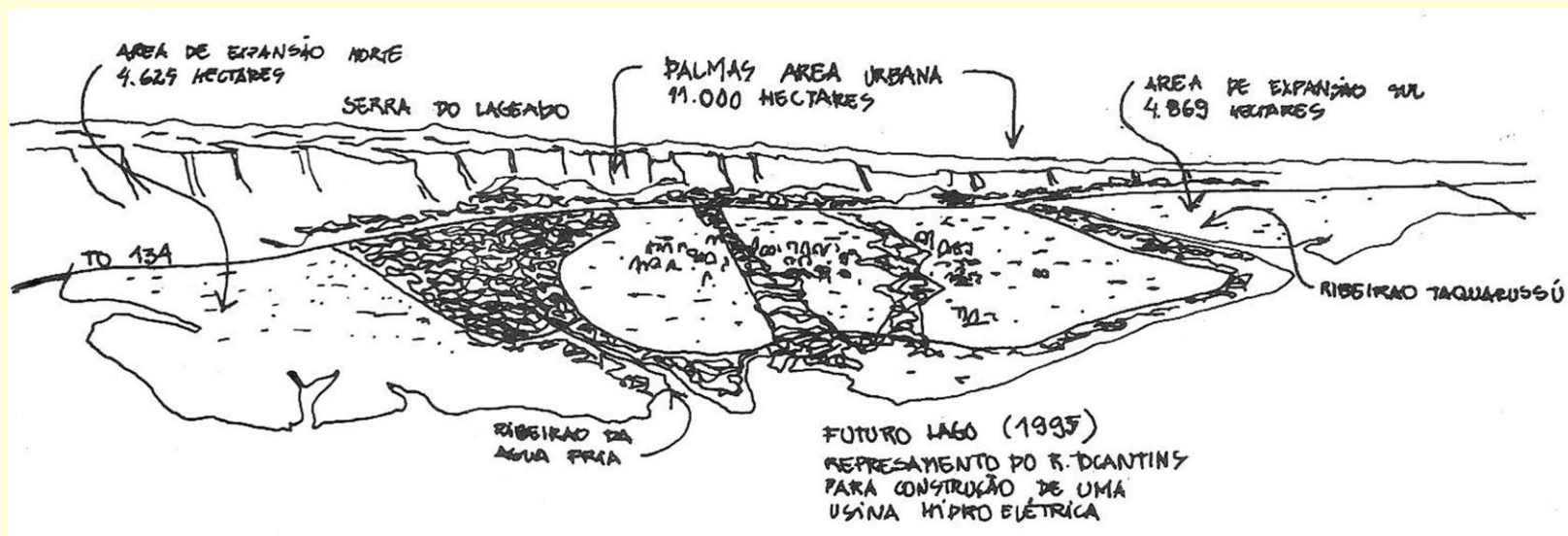


Figura 237- Croqui com indicação da Serra do Lageado, do futuro lago, da área urbana de Palmas e das áreas de expansão. Fonte: PROJETO, 1991, p. 95.

Os princípios orientadores do plano de Palmas podem ser resumidos em: 1 – a rede viária de grande escala, 2 – a preservação do ambiente natural<sup>121</sup>, 3 – um centro cívico identificado, 4 – uma parceria público-privada para projetos de desenvolvimento, 5 – a flexibilidade no uso da terra, 6 – a minimização dos impactos sobre o micro clima, 7 – um custo de construção viável, 8 – a acessibilidade garantida para o lago, 9 – a promoção de uso misto, a fim de evitar a especialização das funções urbanas, e 10 – um transporte público eficiente e de baixo custo (TRINDADE, 2009).

O plano diretor ou plano básico – o documento do Projeto da Capital do Estado do Tocantins é chamado “Memória do Plano Básico” – foi desenvolvido para definir e organizar a implantação da cidade, incluindo o desenho geral das vias e avenidas, e a

121 Seguindo esse princípio, o escritório de arquitetura GRUPOQUATRO procurou definir um plano urbanístico com preocupações ecológicas e ambientais. Houve a intenção de respeitar a topografia e de definir uma zona de preservação de cinquenta metros de largura em ambas as margens dos diversos córregos e rios que atravessam a cidade de leste a oeste. O plano estabeleceu limites claros para o desenvolvimento das áreas de preservação adjacentes aos córregos.



definição de grandes quadras<sup>122</sup>. O desenho do plano ainda deixa clara uma hierarquia de funções específicas<sup>123</sup>, o que para TRINDADE (2009), confirma que Palmas é uma cidade modernista conforme o que preconiza a Carta de Atenas – mesmo que o arranjo espacial destas funções seja diversificado no plano diretor, especialmente ao longo da Avenida Teotônio Segurado.

A função residencial foi localizada em grandes quadras com um mínimo de unidades comerciais e de uso público. A função de lazer está concentrada na margem do lago, nas praias. A função de trabalhar, numa cidade essencialmente administrativa, está concentrada na praça principal, em torno dela e ao longo da Avenida Teotônio Segurado – o eixo principal norte-sul, que também atrai as funções de comércio e serviços. E a função de circulação está essencialmente em torno do automóvel privado.

O sistema viário é definido por três vias no sentido norte-sul – TO 010 (antiga TO 134), Avenida Teotônio Segurado<sup>124</sup> e Avenida Parque<sup>125</sup> – e uma no sentido leste-oeste, a Avenida Juscelino Kubitschek<sup>126</sup>. Outras avenidas distanciadas em intervalos de cerca de 700m formam uma malha urbana no sentido leste-oeste, que divide a cidade em grandes quadras. As avenidas no sentido Norte-Sul

---

122 O plano básico define que as grandes quadras obedeçam a regulamentos que orientarão o número de pessoas, equipamentos locais mínimos e o índice de ocupação e aproveitamento desejados. Os adquirentes fariam o projeto final e aprovariam dentro das normas no órgão competente. Isto foi definido para que o governo investisse o mínimo possível em infraestrutura – de maneira que “o poder público viabilize a ocupação a partir da estrutura geral, e a iniciativa privada faça o loteamento das áreas internas, nelas colocando a infraestrutura local” (GRUPOQUATRO, 1989).

123 A partir do plano diretor ou plano básico, definiram-se as nove áreas com suas respectivas funções: 1 - residencial; 2 - de comércio e serviço central; 3 - de comércio e serviço vicinal; 4 - de comércio e serviço local; 5 - de comércio e serviço regional; 6 - social, cultural e recreacional; 7 - verde; 8 - de equipamentos; e 9 - administrativo e institucional.

124 A Avenida Teotônio Segurado foi originalmente planejada para apoiar usos comerciais e de escritórios, suas dimensões foram concebidas para permitir o tráfego intenso de veículos, bem como o sistema de transporte público. Sendo assim, possui um canteiro central verde e uma seção transversal de 150 metros entre a testada dos prédios (TRINDADE, 2009).

125 Avenida Parque limita a cidade a oeste, protegendo a orla reservada para recreação e instalações desportivas.

126 A Avenida Juscelino Kubitschek é a principal via no sentido leste-oeste e se configura como um corredor comercial, com acesso facilitado do automóvel e estacionamento generoso na frente das lojas. Ela é o verdadeiro centro de Palmas - no sentido mais tradicional da cidade com suas agências bancárias, lojas, bares e restaurantes (TRINDADE, 2009).



tornaram-se as vias principais<sup>127</sup>, enquanto as avenidas leste-oeste distribuem o tráfego para as grandes quadras residenciais. Completam o sistema viário vias distribuidoras internas, vias de pedestre e alamedas.

O GRUPOQUATRO também estabelece como princípio norteador do plano urbanístico: “articular a Hierarquia entre os espaços Públicos e Privados, Cívico e Comercial. O centro urbano deverá ter múltiplos usos. O centro cívico e as atividades comerciais, articulados entre si, completam as funções urbanas do público e do privado. A Praça dos Girassóis, centro cívico da cidade, está situada na interseção das Avenidas JK e Teotônio Segurado, ponto de convergência de Palmas” (Fonte: <http://www.grupoquatro.com.br/>, acessado em 03 de março de 2011).

O Centro Cívico é uma grande praça que abriga os prédios públicos destinados ao governo estadual e que foi determinante para o desenho da cidade (**figura 238**). A praça central, nomeada Praça dos Girassóis posteriormente, foi localizada no ponto mais alto do terreno e constitui o centro do espaço a ser urbanizado inicialmente – esta praça é objeto de nosso estudo e será o foco do próximo item desse capítulo.

Além da praça principal, outras praças foram planejadas no entorno do centro cívico (**figura 239**) – no centro comercial, conformando uma *rede de espaços livres* (COCOZZA, 2007). Quatro categorias de *espaços livres* são defendidas por Walfredo Antunes na concepção do plano urbanístico da capital. A primeira e mais emblemática seria do *espaço iconográfico*, onde foram locados os edifícios das instâncias local, estadual e federal, onde os pedestres poderiam transitar e permear as edificações: são os espaços monumentais da cidade que abrigam edifícios do governo, como a praça principal do plano. A segunda categoria são os *espaços livres* nas quadras comerciais e residenciais, respeitando a lei 6.766 que preconiza que 35% de cada quadra devem ser destinados para *espaços livres* públicos. Nas quadras comerciais do entorno imediato da praça principal, foram reservadas ruas de pedestres que se abririam para praças: “Quanto à escala de ‘urbe’, será garantida pelas inúmeras ruas centrais de pedestres que deverão resgatar aspectos positivos das cidades antigas. Essas passagens deverão se abrir para praças com chafarizes e árvores, podendo ser

---

127 No cruzamento das vias principais, o projeto determinou a utilização de rótulas de segurança para organizar o trânsito de veículos, eliminando a necessidade dos sinais de trânsito – com exceção das interseções entre a Avenida Teotônio Segurado e as avenidas leste-oeste. O sistema não tem se mostrado tão eficiente e vêm acontecendo acidentes frequentes com o aumento de tráfego.

localizados no casario adjacente o comércio fino de varejo, como pequenas lojas, cafés, pousadas, bancos e edifícios para escritórios, etc.” (GRUPOQUATRO, 1989)

A terceira categoria de espaços livres é composta pelas áreas de preservação e proteção dos rios que correm da serra para o lago. A quarta categoria é a dos espaços livres utilitários, necessários para a manutenção do zoneamento ou que constituem reserva para o transporte, por exemplo, o canteiro do eixo estrutural – Avenida Teotônio Segurado, onde a “ilha” de área verde foi destinada posteriormente ao transporte de massa.

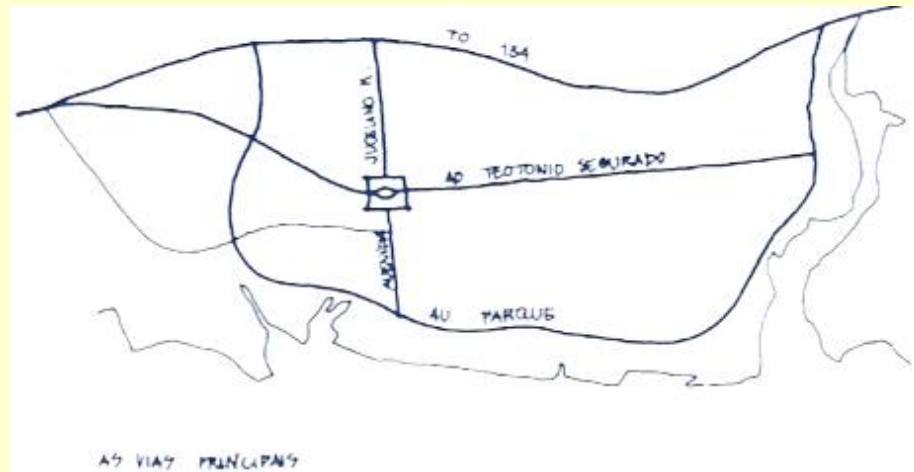
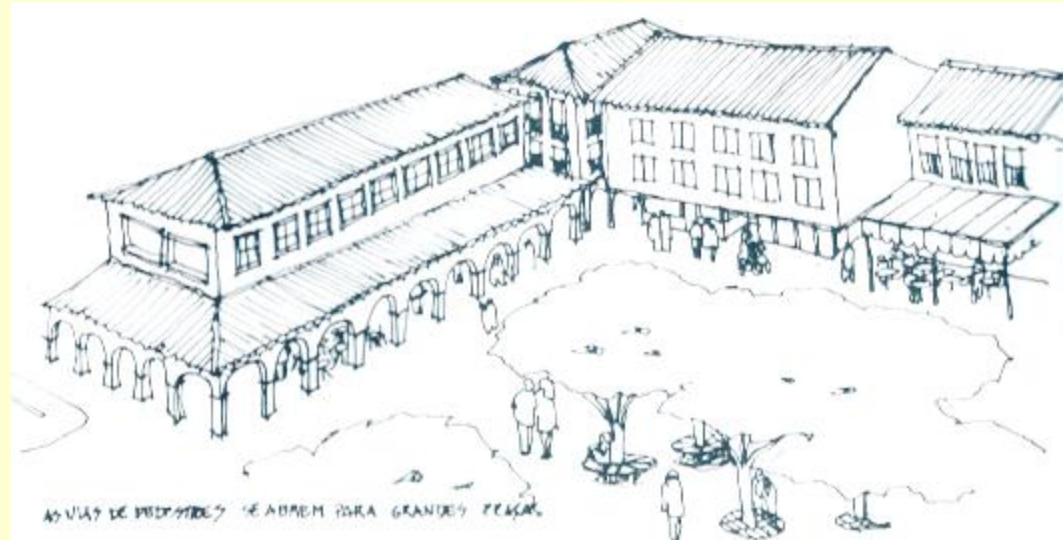
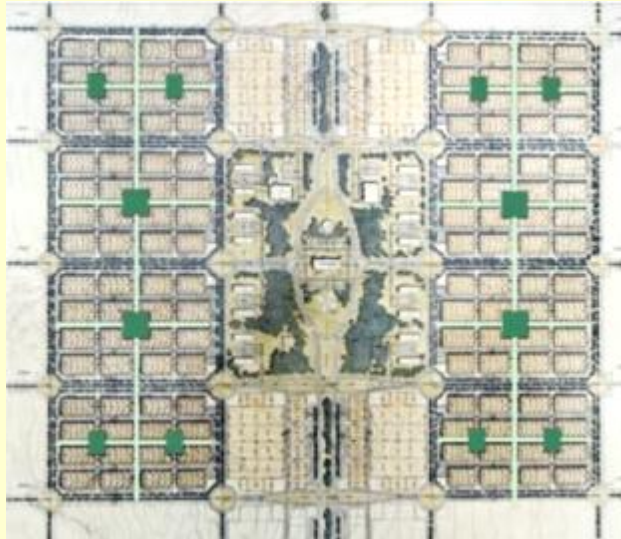


Figura 238- Croqui das principais vias da nova capital com destaque para a praça central – centro cívico e também centro da ocupação inicial. Fonte: PROJETO, 1991.

As ruas centrais de pedestres – pertencentes à segunda categoria de *espaços livres* – deveriam ser livres do tráfego de motos, carros e caminhões e terminar em praças cercadas por colunatas para vitrines das lojas, cafés com lugares para se sentar, e as entradas dos edifícios (**figuras 240 a 242**). As ruas ao redor destes blocos de lojas serviriam para estacionamento e acesso para carga e descarga. Para TRINDADE (2009), essas definições no plano de Palmas tornam mais evidente a influência da concepção utópica das superquadras de Brasília (em que os comércios deveriam ser voltados à área interna da superquadra).





São obrigatórios os balanços cobertos sobre os recuos frontais, laterais e de fundos para a formação de varandas nas áreas comerciais.

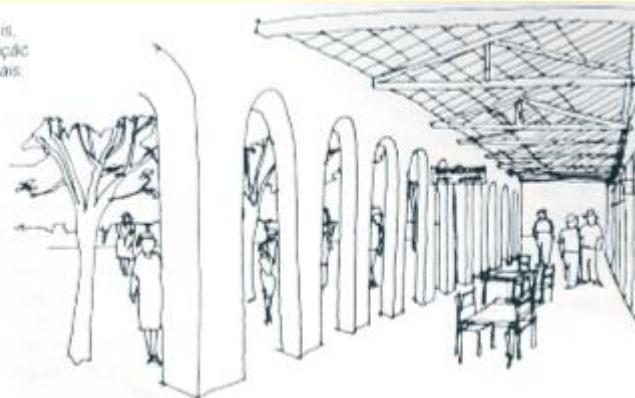


Figura 239- Praça central (centro cívico) e conjunto de praças nas quadras comerciais do entorno destacadas em verde. Fonte: <http://www.grupoquatro.com.br/>. Figuras 240, 241 e 242- No Plano de Palmas, as vias de pedestres se abrem para grandes praças e são obrigatórios os balanços cobertos sobre os recuos frontais, laterais e de fundos para a formação de varandas nas áreas comerciais – conforme percebe-se nas perspectivas das áreas avarandadas e da praça. Fonte: PROJETO, 1991, p. 99 e 100.



No entanto, a implantação não seguiu o plano: não há galerias de uso público nas quadras comerciais, as vias não são de pedestres (**figura 243**). Essas vias possuem hoje duas faixas para automóveis, nos dois sentidos, separadas por um estreito canteiro central – por falta de lugar, muitos carros são estacionados sobre a calçada e assim o pedestre fica sem nenhum espaço. Também as praças imaginadas não funcionam como o planejado, muitas são apenas rótulas com árvores e capim.



Figura 243- Vista de uma quadra comercial no entorno da Praça dos Girassóis, no quadrante nordeste. Estão em destaque as vias que foram projetadas como vias de pedestre, mas não funcionam como tal e a praça no interior da quadra. Fonte: Google Earth e <http://static.panoramil.com/photos/original/1410703.jpg>

## 6.2 Praça dos Girassóis

No plano urbanístico da nova capital Palmas, fica clara a centralidade do espaço destinado aos edifícios públicos mais importantes, e os arquitetos Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira declaram em entrevista à revista Projeto: “Quando nos reunimos, as ideias básicas eram muito semelhantes. Era uma malha ortogonal com uma centralidade – um centro administrativo, já que essa é a razão de a cidade existir” (PROJETO, 1991, p. 104).

De acordo com a Memória do Plano Básico (GRUPOQUATRO, 1989), “no centro do espaço a ser urbanizado inicialmente, de um lado e outro do grande eixo Norte/Sul, foram demarcadas duas grandes praças contendo os principais edifícios do poder estadual, complementados por um museu e um espaço simbólico denominado Praça do Girassol” (**figura 244**). O conceito do projeto original previa um centro da cidade facilmente identificável, articulando as esferas pública e privada e as funções civis e comerciais, através de agências governamentais federais e estaduais, bancos, escritórios e lojas, assim como o centro tradicional de outras cidades.

A localização do Palácio do Governo nessa primeira proposta do GRUPOQUATRO era ao lado do eixo principal, a Avenida Teotônio Segurado, e não em uma posição de destaque. O grande eixo principal havia sido lançado sobre o pequeno morro existente na área bastante plana. Segundo Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho (PROJETO, 1991, p. 104), eles não tinham ainda a planialtimetria da área e quando o governador conheceu o sítio e viu o projeto, pediu para que o palácio ficasse sobre o morro, de onde poderia ser visto de todos os lados – o que teria acarretado as mudanças no projeto da praça.

Ao mudar a configuração da praça, os arquitetos locaram o Palácio Araguaia sobre o pequeno morro, e as duas avenidas principais que cruzam a praça principal passaram a desembocar numa rótula imensa no seu centro (**figura 245**). Esta rótula e as duas avenidas dividiam a praça em cinco áreas: o platô oval onde ficava o Palácio Araguaia e outros quatro quadrantes. Nos quadrantes da praça foram acomodados os outros edifícios dos poderes representativos do Estado do Tocantins: o Palácio João D’Abreu, sede do Legislativo; o Palácio Feliciano Machado Braga, sede do Judiciário; e as Secretarias de Estado.



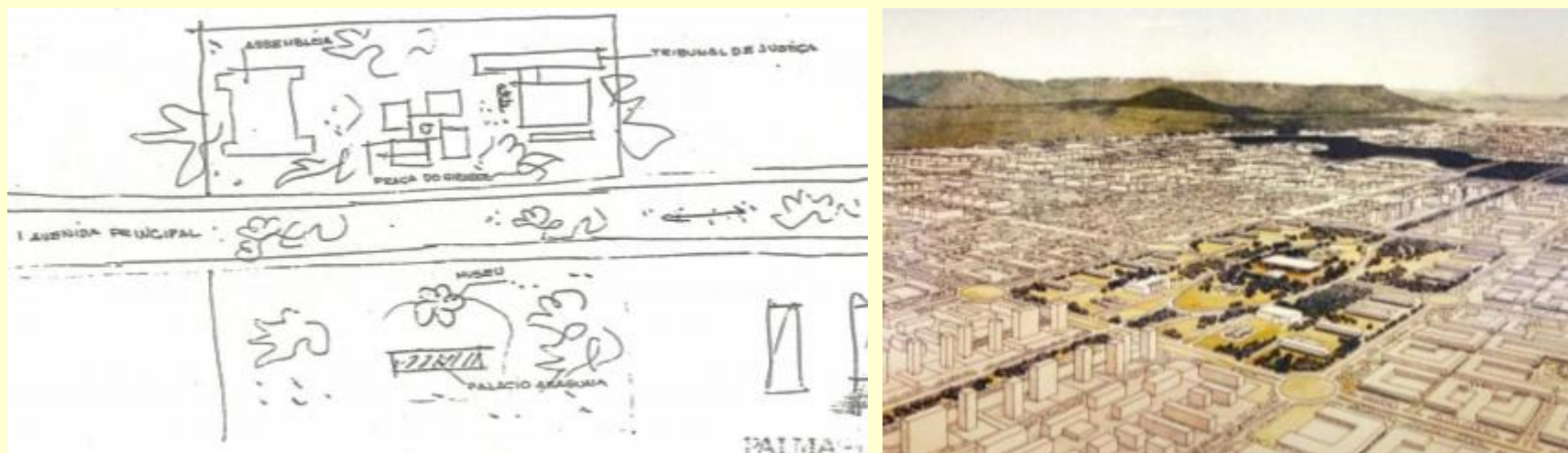


Figura 244- Croqui do centro cívico atravessado pela avenida principal, estando o Palácio Araguaia na parte inferior, a Assembleia e o Tribunal de Justiça no espaço superior. Há também a denominação do espaço: “Praça do Girassol”. Fonte: GRUPOQUATRO, 1989, p. 8. Figura 245- Perspectiva ilustrativa da área central de Palmas, com destaque para a praça principal, na versão final do plano urbanístico. Fonte: PROJETO, 1991, p. 99.

A praça principal, nomeada Praça dos Girassóis, foi implantada conforme essa última solução projetual (**figuras 246 a 249**). Para ela foi direcionada toda a monumentalidade da cidade: segundo COCOZZA (2007), a praça tem quase 63 hectares e mede 750 por 850 metros – na planta do projeto urbanístico da praça (arquivo digital) atualizado em 2000 pela SEINF (Secretaria de Infraestrutura, Diretoria de Obras) as dimensões são aproximadamente 720 por 830 metros, resultando numa área de mais de 592 mil metros quadrados. Esta é uma enorme área para qualquer parâmetro e se considerarmos a área da Praça dos Três Poderes (cuja área é de aproximadamente 251 mil metros quadrados), o exemplar de praça cívica analisado tem mais que o dobro da área de seu antecedente.

Durante alguns anos, o platô oval do palácio possuiu um jardim de girassóis, reforçando no imaginário da população o nome da praça (**figura 249**). A praça sofreu uma reforma em 1998 e este platô oval com o jardim de girassóis deixou de existir desde então. A reforma se deu por causa dos problemas advindos da primeira configuração da praça: acumulação de veículos na rótula que



absorvia o tráfego pesado das duas principais avenidas (Avenida Juscelino Kubitschek e Teotônio Segurado) e dificuldade de visibilidade do motorista, de acesso do veículo ao estacionamento e de travessia do pedestre – pois o desnível da via em relação ao platô era grande, chegava a quase 5 metros (CAMARGO, 2011).



Figuras 246 e 247- Fotos da área central de Palmas, a Praça dos Girassóis e as principais edificações do poder estadual ao centro – Palácio do Governo, Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça – em construção (1993). Fontes: SECOM, 2011 (Crédito do Fotógrafo Márcio Di Pietro) e SEMUC, 2006.

O projeto de alteração no desenho e de paisagismo da Praça dos Girassóis (que antecedeu a reforma alguns anos) foi executado preliminarmente em 1993 pela Empresa ARQPLANT Paisagismo, tendo como autor o Arquiteto Fernando Acylino – vencedor do Concurso Público Nacional de Estudos Preliminares. Em 1998, o projeto vencedor foi adaptado à nova realidade de Palmas e às necessidades apreendidas – definindo-se importantes modificações como a eliminação da rótula, a interrupção da Avenida Teotônio Segurado e



Figura 248- Foto da construção da praça. Percebe-se o desnível da via em relação ao platô do Palácio. Crédito: Osmar de Ávila.



Figuras 249 e 250- O estacionamento e o jardim de girassóis nos primeiros anos da praça. Fonte: SEMUC, 2006.



a criação de novos estacionamentos nas Secretarias – pela Empresa SIGLA Projetos de Arquitetura e Engenharia Ltda., sob a responsabilidade do arquiteto Silenio Martins Camargo e do corpo técnico da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINF).

A Praça dos Girassóis foi reformada em 327 dias empregando em média 800 funcionários/mês, instalada em uma área de 560.000 m<sup>2</sup>, sendo 240.000 m<sup>2</sup> de área verde, 175.000 m<sup>2</sup> de calçamento de pedra portuguesa e o restante dividido em construções, pavimentações e playground<sup>128</sup>. As principais mudanças foram na topografia e no sistema viário – foram feitos alguns cortes e aterros, sendo que, do lado norte a solução foi criar rampas e duas escadarias de acesso ao Palácio Araguaia, com uma plataforma entre elas que servisse como parlatório em momentos cívicos, e foi também removida a rótula, de modo que as Avenidas JK e Teotônio Segurado deixaram de cruzar a praça. Foram mantidas as pistas duplas em volta da praça e criadas várias entradas para os estacionamentos laterais, no intuito de facilitar o acesso às secretarias. O arquiteto Silenio Camargo, em entrevista gentilmente cedida, relacionou as entradas para os vários estacionamentos existentes à fragmentação da praça, cuja “inteireza só pode ser percebida, por causa da pavimentação uniforme em pedra portuguesa e dos desenhos de inspiração indígena em toda sua superfície” (CAMARGO, 2011).

A obra de reforma da praça foi finalizada em 2002 (**figura 251**). Os edifícios<sup>129</sup> que compõem o espaço são: no centro o Palácio Araguaia, ao norte a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça, a oeste oito Secretarias de Estado, a leste quatro Secretarias de Estado (das oito que foram previstas no projeto), ao sul o Memorial Coluna Prestes e o espaço destinado à construção de uma Catedral (**figura 251**).

---

128 A obra da reforma da praça teve início em 15 de Outubro de 1999. A reforma exigiu a execução de uma série de obras de Infraestrutura, tais como, rede de água potável, rede de esgotos, rede de drenagem, rede elétrica de alta e baixa tensão, rede de lógica, rede de telefonia e irrigação. A praça também conta com quatro reservatórios de água subterrâneos, segundo o Memorial de Construção da Praça dos Girassóis, da Empresa SIGLA Projetos de Arquitetura e Engenharia Ltda.

129 Os principais edifícios da praça e suas respectivas áreas são: Palácio Araguaia, área 8.743,00m<sup>2</sup>; Secretarias de Estado, área 2.953,70m<sup>2</sup>; Assembléia Legislativa, área 12.630,24m<sup>2</sup>; Tribunal de Justiça, área 9.498,50m<sup>2</sup>; e Memorial Coluna Prestes, área 764,97m<sup>2</sup>.





Figura 251- Foto aérea da Praça dos Girassóis e seu entorno imediato. Crédito: Márcio Vieira. Fonte: SECOM, 2011.



Embora na Praça da Liberdade, na Praça Cívica e na Praça dos Três Poderes, a igreja não esteja presente na praça e sim no entorno imediato – no caso da Praça da Liberdade, o Palácio Episcopal está próximo ao Palácio do Governo; no caso da Praça Cívica, a Catedral está a uma quadra da praça; e no caso da Praça dos Três Poderes, a Catedral está no Eixo Monumental – na Praça dos Girassóis, a Catedral tem local definido e reservado (pois ainda não foi construída<sup>130</sup>) dentro do seu perímetro.

Alguns elementos e áreas destinadas a lazer e cultura também fazem parte do lugar: Monumento Dezoito do Forte, Relógio de Sol, Cruzeiro (Memorial da Primeira Missa), Praça Krahô, Praça de Eventos, Praça de Alimentação, Cascata, Espelhos d'água, Fonte Luminosa, *Playground*. Sobre a concepção dos vários espaços menores dentro dessa grande praça (denominados pelos responsáveis do projeto como “praças menores”) e o seu funcionamento como praça cívica, o arquiteto Silenio Camargo destaca que:

*O projeto de reforma foi pensando como várias “praças” menores, dentro da praça maior, espaços que diferentes usuários com diferentes expectativas se apropriariam. Devia-se pensar em atrativos, vários elementos que levassem as pessoas à praça. Acaba que, para mim, ela não funciona inteiramente como praça cívica. O que é entendido como praça cívica é a Praça de Eventos – a “esplanada dos poderes”, entre o Palácio, o Tribunal e a Assembleia. Era necessária aquela grande superfície sem obstáculo e toda pavimentada para a realização dos eventos cívicos. (CAMARGO, 2011)*

A praça também possui: pórticos de entrada leste e oeste, vários estacionamentos públicos, sanitários públicos, 97 lixeiras, 04 bebedouros, 30 telefones públicos e 100 bancos. Foram previstos um heliporto e um anfiteatro, não construídos. Após a implantação do projeto, foram acrescentados no espaço da praça: o Monumento Súplica (escultura de Mauricio Bentes, assim como os Dezoito do Forte, uma homenagem às famílias dos Pioneiros do Estado do Tocantins) e o Monumento à Bíblia, em homenagem à liberdade de cultos e credos. Posteriormente também, os edifícios principais ganharam cercas, que segundo o arquiteto Silenio Camargo, não eram elementos previstos no projeto e foi uma decisão do governo, alegando motivos de segurança.

---

130 A Catedral prevista no projeto ainda não foi construída, não sabemos por quais circunstâncias. Mas a igreja funciona numa construção improvisada, dentro dos tapumes que delimitam a área da futura Catedral. As cerimônias são realizadas toda semana e o lugar fica lotado. Outras religiões, que não a católica, pleitearam no último governo espaço na praça para templos ou que o local destinado para a Catedral católica fosse destinado a um templo ecumênico, mas não conseguiram.



O Memorial Coluna Prestes (**figura 253**) foi construído em homenagem ao líder comunista Luís Carlos Prestes, com referência ao Movimento Tenentista e à Coluna Prestes, marcha revolucionária que percorreu 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil. O edifício é de autoria de Oscar Niemeyer, possui 570m<sup>2</sup> e abriga um acervo pertencente a Luís Carlos Prestes e aos membros da Coluna, e muitos arquivos referentes ao Movimento Tenentista e à Revolução de 1930. No programa arquitetônico do edifício constam: um salão para exposições, um auditório, sala para exibição de vídeos e salas para a administração.

O Monumento Dezoito do Forte (**figura 254**) está localizado ao sul da praça, foi construído em homenagem ao movimento Tenentista e é composto por 19 estátuas fundidas em bronze representadas em tamanho natural. Ocupa uma área de 1.600,00m<sup>2</sup> – sendo composta de área de contemplação, área de exposição das estátuas com elevação de 50 cm acima da primeira e espelho d'água que isola a área das estátuas e tem profundidade de 50 cm. Os pisos das áreas de contemplação e exposição são de pedra portuguesa, e levam os desenhos das ondas de Copacabana.

O Relógio de Sol (**figura 255**) está localizado a leste da praça. Este equipamento tem por finalidade marcar as horas, em dias de sol, no piso da praça, tendo como marcador a sombra projetada pelo sol através de um ponteiro de concreto aparente com 6m de altura. O relógio também possui uma haste de tubo metálico inclinado a 10,2º (latitude de Palmas) apontada para o Polo Sul Celeste, o que compõe o Relógio das Estrelas que deve ser contemplado à noite e mostrará as estrelas, mais explicitamente a Constelação Cruzeiro do Sul girando em torno de seu eixo. O mostrador do Relógio mede aproximadamente 50 m e é executado em pedra portuguesa.

A Praça Krahô também fica localizada a leste. Este espaço presta homenagem à tribo indígena Krahô, tendo uma circular com 65,00m de diâmetro que representa o desenho da aldeia desta Tribo. É executada em pedra Portuguesa com pequenos desníveis, sendo a parte central mais baixa para facilitar a visualização dos eventos que ali possam ser realizados.

A Praça de Eventos (**figura 256**) fica em frente à entrada norte do Palácio, tendo uma área aproximada de 20.000,00m<sup>2</sup>. Esta grande superfície livre foi pensada para abrigar grandes eventos cívicos. É pavimentada com pedra Portuguesa, alguns desenhos em motivos indígenas e também um desenho que demarca simbolicamente o centro geodésico do Brasil.



A Praça de Alimentação (**figura 257**) está a oeste da praça, é composta por seis quiosques destinados ao comércio alimentício ou à comercialização de artesanato, tendo uma área de aproximadamente 1.500,00m<sup>2</sup>. A superfície também é executada em pedra Portuguesa. O *Playground* se localiza ao lado da Praça de Alimentação, em uma área de 750,00m<sup>2</sup>. Os brinquedos infantis foram instalados em uma caixa de areia circundada por uma faixa de grama.

Os Sanitários Públicos ficam localizados a oeste da Praça, ao lado da Praça de Alimentação e do *Playground*, e possuem área de 50,00m<sup>2</sup>. Executados em alvenaria, revestidos internamente em cerâmica nas paredes e granito no piso, e externamente em concreto aparente e placas cerâmicas, são um masculino e outro feminino, sendo que ambos possuem sanitário para portadores de necessidades especiais.

A Cascata (**figura 258**) é um elemento localizado ao sul da praça, em frente à entrada sul do palácio. Possui uma área de 853,00m<sup>2</sup> de cascata, divididos em quatro poços principais com 50 cm de lâmina d'água cada e sete vertedouros. A cascata é envolvida por 2.450,00m<sup>2</sup> de paisagismo e foi executada em concreto tipo *shell*, promovendo uma tematização de pedras naturais. A circulação desta água é feita por uma bomba.

Os Espelhos d'água (**figura 259**) existentes são quatro, localizados ao norte da praça junto às rampas e escadarias do Palácio, e com área de aproximadamente 360,00m<sup>2</sup> no total. São executados em concreto e revestidos com pastilha cerâmica em tons de azul, tendo profundidade de 40 cm. A iluminação é composta por 32 refletores subaquáticos e o movimento de água é acionado por conjunto moto-bombas, proporcionando um efeito de névoa com 29 jatos em cada um dos espelhos.

A Fonte Luminosa (**figura 260**) está localizada a oeste da Praça e tem o formato de um grande girassol, possui um diâmetro de 26,00m, tendo uma lâmina d'água de 40 cm. É composta por três piscinas que possuem 156 jatos aerados, altura 30 cm; 01 jato gigante, altura 20 m; 49 jatos névoa; 12 jatos leques, para pétalas do girassol. Estes jatos são iluminados estrategicamente, através de 90 refletores para gerar a imagem de um girassol e de outros elementos. A fonte é executada em concreto armado e revestida de granito e pastilhas de 10x10 cm, de várias cores.



O Cruzeiro (**figura 261**) fica localizado ao norte da praça, com área de 185,00m<sup>2</sup>: contempla um altar e foi executado no local em que foi realizada a 1<sup>a</sup> missa em Palmas, sendo preservada a posição original da cruz. O altar foi construído em granito rústico sobre uma plataforma elevada em 1,20 m executada com piso de concreto revestido em granito apicoado, sendo instalados três mastros para hasteamento de bandeiras.

Os Pórticos de Entrada estão localizados na entrada leste do Palácio e na entrada oeste. Ambos controlam o acesso de veículos ao estacionamento de funcionários. Com área de 250,00m<sup>2</sup>, cada pórtico tem 5 m de altura por 30 m de largura, sua estrutura é em concreto aparente e sua cobertura em policarbonato na cor bronze. No interior deste pórtico se localiza a guarita, composta de recepção e sanitário, executada em alvenaria e vidro temperado.

Os Estacionamentos Públicos estão localizados em diversos pontos da Praça, com área total pavimentada de 55.000,00m<sup>2</sup>. A finalidade é abrigar os veículos dos funcionários e visitantes das diversas repartições públicas, bem como dos visitantes e turistas que vão passear na praça. Estes estacionamentos somam um total de 2.243 vagas.

O Paisagismo contempla uma área total de 240.000,00m<sup>2</sup>, 1.675 árvores plantadas, das quais 250 são coqueiros. Em toda a área de paisagismo foi feito o plantio de forrações e arbustos, que serão irrigadas através de um sistema computadorizado alimentado por dois poços artesianos, sendo esta água armazenada em quatro reservatórios enterrados, que perfazem um total de 1.000.000 de litros. A pavimentação da praça é toda em pedra portuguesa, com desenhos de inspiração indígena, que remetem às etnias encontradas no Tocantins.



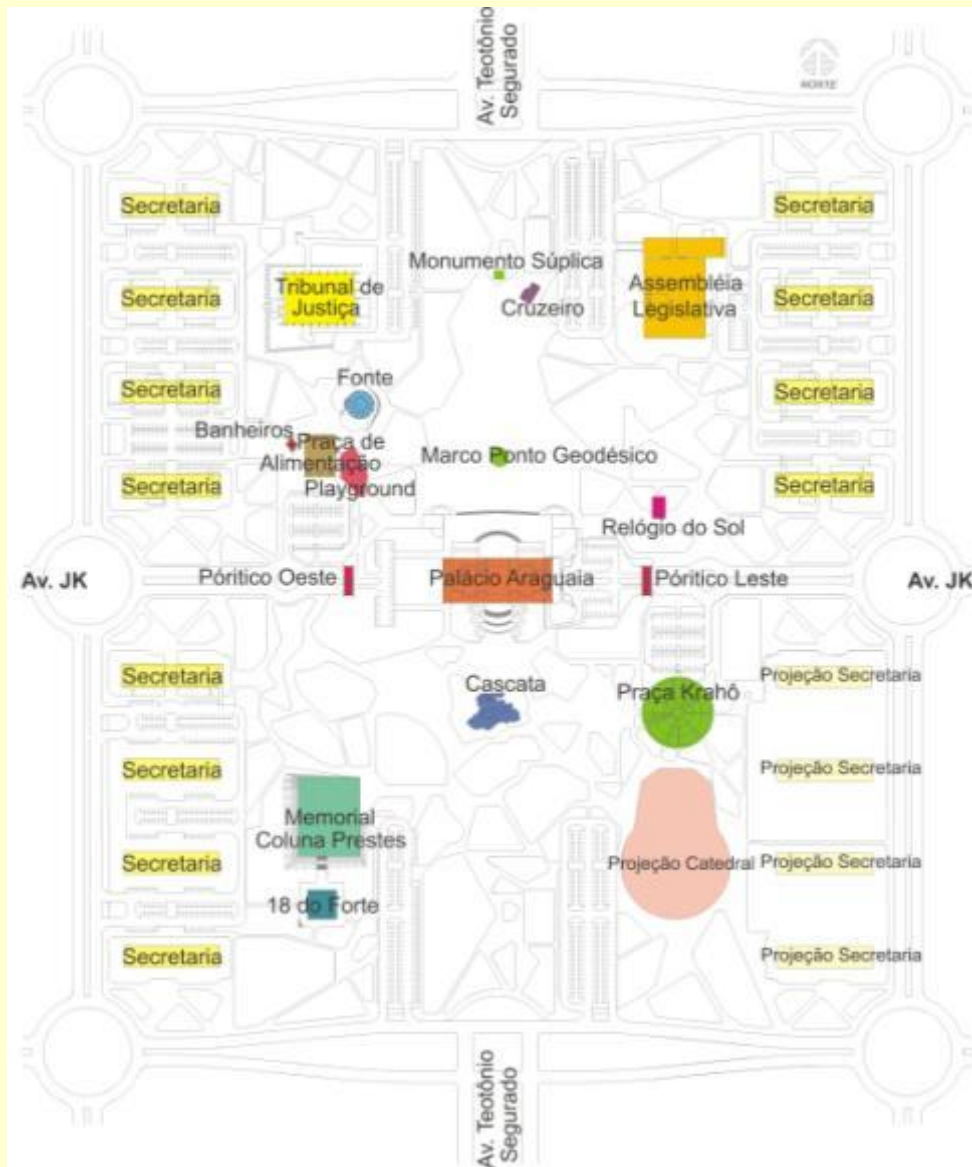


Figura 252- Ilustração da planta baixa cedida pela SEINF (escala não indicada). Crédito: Ludmila Dias.



Figura 253- Memorial Coluna Prestes. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 254- Monumento 18 do Forte. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 255- Relógio do Sol e Pórtico ao fundo. Crédito: Ludmila Dias.





Figura 256- Esplanada de Eventos e Palácio Araguaia. Figura 257- Praça de Alimentação, playground e banheiros públicos. Figura 258- Cascata. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 259- Espelho d'água e Palácio Araguaia. Figura 260- Fonte Luminosa. Figura 261- Cruzeiro – Memorial da Primeira Missa. Crédito: Ludmila Dias.



A partir da descrição da Praça dos Girassóis e dos vários espaços menores criados dentro dessa grande gleba urbana e pensados separadamente, cada um voltado para um uso específico, podemos concluir que talvez a Praça dos Girassóis não seja exatamente uma praça, mas sim uma espécie de parque urbano onde acontecem diversas atividades em meio ao verde dos canteiros que ocupam a maior parte da sua área. Podemos afirmar que a configuração do espaço, bem como sua escala, não promove uma unidade espacial, a despeito do discurso gerador. O projeto urbanístico e o agenciamento do espaço acabam por implicar a existência de “várias praças” abarcadas por um termo único.

### 6.3 A Praça dos Girassóis e a cidade – análise no nível global

Atualmente, a estrutura urbana de Palmas extrapola os limites do plano urbanístico da nova capital e já ocupa grande parte das áreas previstas para a expansão urbana no projeto do GRUPOQUATRO (**figura 262**). A região central – onde se concentram as instâncias do poder político, a Praça dos Girassóis, o comércio e as principais quadras residenciais – a região da Vila União e a região sudeste estavam ocupadas em 2007, quando COCCOZA (2007, p.117) afirma que também já haviam sido anexados à cidade os distritos de Taquaralto, Aurenys e Taquaris (cujas ocupações foram promovidas pela ação conjunta dos gestores e da comunidade).

Taquaralto foi o início da ocupação fora dos perímetros da cidade planejada – para LIRA (1995, apud COCCOZA, 2007, p. 133) era um “bolsão de mão-de-obra barata a 18 km da capital”. Hoje é o principal distrito, com infraestrutura constituída. Os Jardins Aurenys foram “o início do maior impacto ambiental e urbanístico causado ao plano de Palmas” (COCCOZA, 2007). O distrito que fica ao sul da capital foi criado numa área próxima a um fundo de vale, sem infraestrutura, para abrigar a população mais carente. Sua ocupação iniciou-se em 1990, quando a cidade planejada poderia perfeitamente abrigar toda a população com mais qualidade.

A Vila União é a única área ocupada que foi caracterizada como bairro dentro da cidade planejada. Sua ocupação foi promovida em 1992 e seguiu o projeto original feito pelo GRUPOQUATRO com algumas alterações, na tentativa de ordenar o crescimento e legitimar os lotes das quadras após a invasão por famílias de baixa renda – o parcelamento priorizou lotes unifamiliares e menores, o que promoveu uma rápida ocupação e um maior adensamento.



O plano urbanístico previa uma ocupação que aconteceria inicialmente a partir da área central da cidade em direção ao sul e depois sempre em “fitas”, na direção leste/oeste, para diminuir o gasto inicial com infraestrutura e garantir o crescimento urbano harmônico. Entretanto, a grande quantidade de famílias que migravam para a nova capital ocupava terras sem nenhuma infraestrutura e o Estado acabou promovendo a ocupação de assentamentos de baixa renda fora dos limites da cidade.

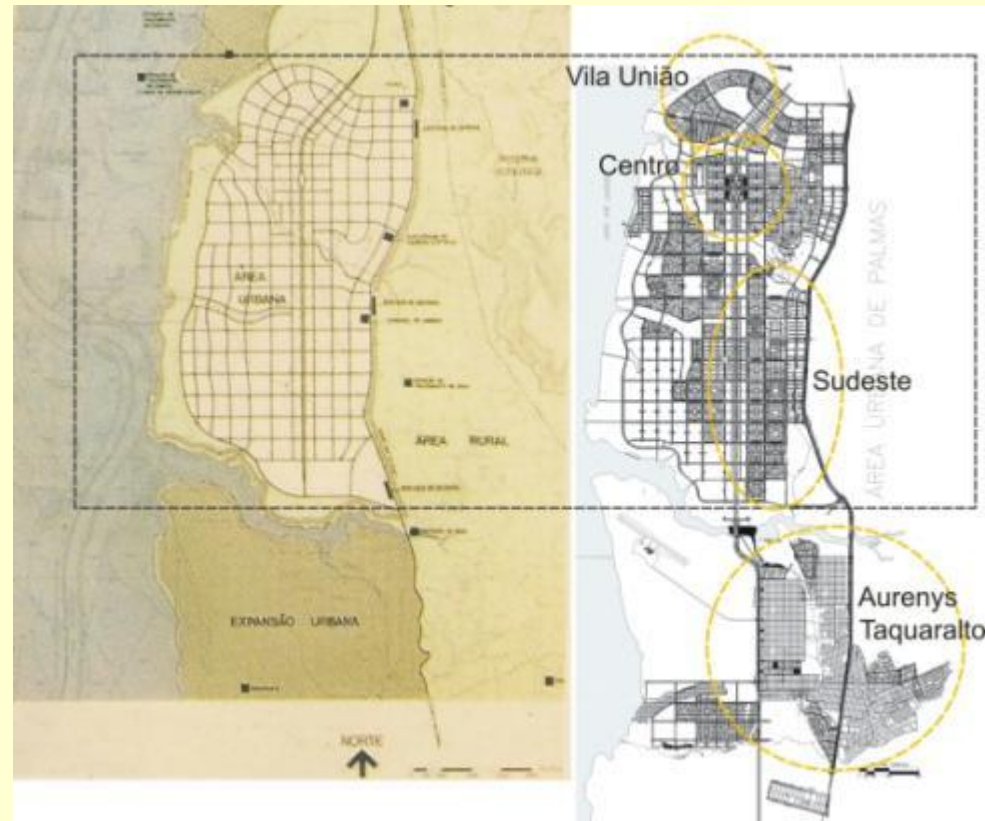


Figura 262- Plano Urbanístico de Palmas (GRUPOQUATRO, 1989) e Área Urbana de Palmas atualizada, com destaque para as regiões da Vila União, Central, Sudeste e dos distritos Aurenys e Taquaralto. Fonte: PROJETO, 1991. Fonte: SEINF, 2010.



Em determinado momento, a população dos distritos era maior que a população dentro dos perímetros da capital.<sup>131</sup> O crescimento desordenado e espraiado, agregando à área projetada bairros afastados do centro urbano e uma grande quantidade de vazios, tornou Palmas uma cidade com altos custos de manutenção, demandou uma infraestrutura viária muito maior do que a prevista, além dos investimentos necessários em saneamento e transporte para uma população pequena e não concentrada (COCCOZA, 2007).

Ao analisarmos o arranjo da estrutura urbana da nova capital, através de sua representação linear e mapa axial (**figura 263**), destacamos algumas implicações desse tipo de ocupação.

O mapa axial revela um núcleo de integração linear, correspondente aos grandes eixos globais norte-sul que atravessam o núcleo planejado. Esses eixos nos remetem ao planejamento global da nova capital, com ênfase rodoviária (viária) que distribui melhor a acessibilidade pela malha, e rompe com a hierarquia de um núcleo principal de integração claro. O eixo norte-sul mais integrado é a via NS-02, seguido da Avenida Teotônio Segurado. Ambos levam à Praça dos Girassóis (**figura 264**). A Avenida Teotônio Segurado tem o papel de principal via articuladora no sentido norte-sul previsto no projeto da nova capital, mas a Avenida NS-02 tornou-se um eixo estrutural muito importante principalmente depois da reforma da Praça dos Girassóis, que implicou na interrupção da Avenida Teotônio.

Destacamos o desempenho de Palmas quanto ao tamanho médio dos eixos; à compacidade (quantidade de linhas por unidade de área), e à densidade por eixo. Palmas apresenta uma média de 0,41km – esse desempenho é correspondente a tipos de assentamentos de malha regulada e tendente à ortogonal, e a média é considerada maior que a de muitas cidades brasileiras (MEDEIROS, 2006).

---

131 De acordo com o plano da nova capital, a cidade deveria ocupar todo o seu território somente no ano de 2010. No entanto, foram sendo ocupadas áreas destinadas a futuras expansões da cidade para local grande parte da população, principalmente os trabalhadores que chegaram no início da construção e não tinham como se estabelecer na área central. Os primeiros gestores da cidade e do estado foram os grandes incentivadores das invasões, concretizadas em bairros afastados da região central e que concentram grande parte da população do município. Esse crescimento desordenado ocupou em 10 anos uma área que deveria ser ocupada em 20 anos (COCCOZA, 2007, p. 113 e 114).



Figura 263- Mapa da área urbana de Palmas e sua Representação Linear através do mapa axial. Nele, percebemos que a acessibilidade é distribuída pelos eixos que cortam o núcleo urbano planejado, de modo que não há uma clara hierarquia de um centro tradicional bem definido. Crédito: Valério Medeiros/ Ludmila Dias.



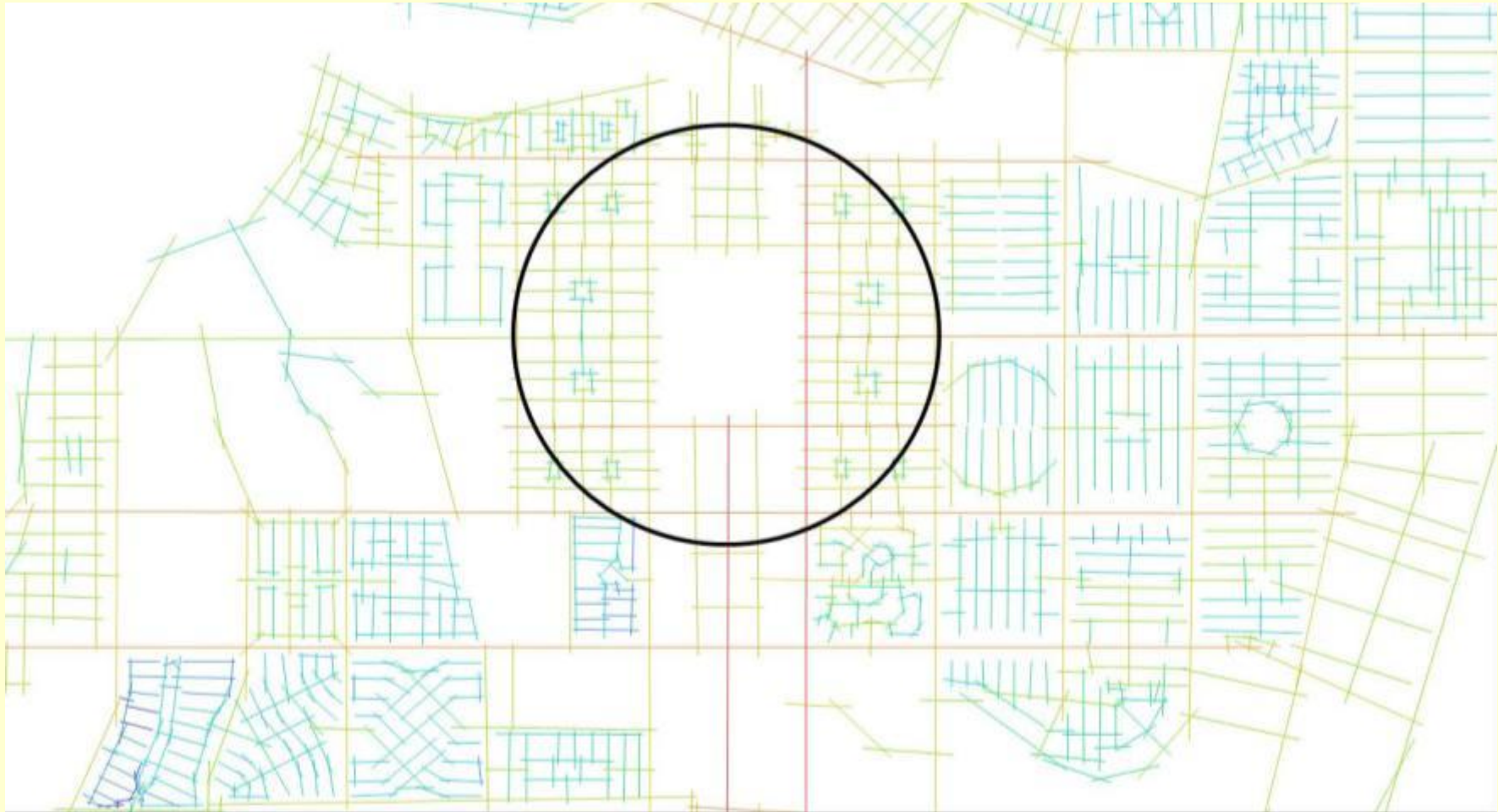


Figura 264- Detalhe do mapa axial com destaque para o local onde está a Praça dos Girassóis. Os eixos em vermelho (mais integrados) são a Av. Teotônio Segurado (que é interrompida ao chegar na praça) e a NS-02 (que conecta o norte, o centro e o sul da cidade sem interrupção). Crédito: Valério Medeiros/ Ludmila Dias.





No cálculo da compacidade, a média das cidades analisadas por MEDEIROS (2006) alcança o valor de 94,8. Palmas apresenta a baixa média de 27,5, que pode ser atribuída ao maior número de eixos retos, o que reduz a totalidade de linhas por determinada área, já que longos eixos retos cobrem grandes espaços.

Na avaliação da densidade – número de habitantes da área urbana por quilômetro de eixo – Palmas apresentou 114,1 hab./km. A média da cidade está no polo mínimo da análise comparativa da amostra analisada por MEDEIROS (2006). Este resultado provém diretamente da ocupação desordenada e espreada com baixa densidade populacional desde o início da cidade.

Dentre as variáveis relacionadas à topologia, destacamos o desempenho de Palmas quanto à integração global e à inteligibilidade. Na comparação entre os valores médios de integração obtidos para os sistemas analisados por MEDEIROS (2006), a média para a amostra é 0,764. Palmas apresenta 0,963. O melhor desempenho de Palmas em relação a outras cidades analisadas pelo autor provavelmente se deve ao seu sistema urbano com uma grande malha em traçado reticulado e nós aproximando-se dos 90º tanto no núcleo planejado quanto nas ocupações ao sul – sendo a ortogonalidade uma característica da malha como um todo e não apenas de fragmentos da cidade, ela é responsável por uma melhor integração global (MEDEIROS, 2006, p. 336).

A inteligibilidade se relaciona estreitamente à existência de linhas cruzando o sistema como um todo. “Se o sistema apresenta poucas linhas globais, menor a probabilidade de ser inteligível, e maior a dificuldade em se apreender o sistema em sua inteireza – a apreensão sempre será por partes e restrita a certas áreas do espaço investigado de cada vez” (MEDEIROS, 2006). A média encontrada por MEDEIROS (2006) é de 15% para a amostra inteira. Palmas é o sistema, dentre os analisados, com o pior desempenho (0%), é o sistema menos inteligível. Está no mesmo grupo que Brasília (1%) e Florianópolis (2%), sistemas que apresentam esse desempenho por serem grandemente espaçados (MEDEIROS, 2006, p. 355). A baixa inteligibilidade de Palmas é resultado direto da descontinuidade, dos vazios intersticiais entre a cidade planejada e os distritos e ao fato dos eixos globais que atravessam o núcleo planejado não atravessarem também os assentamentos ao sul (são apenas dois eixos que ligam a cidade planejada aos distritos, a Avenida Teotônio Segurado e Rodovia Estadual TO-050 ou TO-010).

Concluimos que, apesar do crescimento desordenado e espreado, das baixas médias de compacidade, densidade e inteligibilidade apresentadas por Palmas na análise do seu sistema urbano, a Praça dos Girassóis não perdeu um atributo



importante e que advém originalmente da sua concepção em uma destacada posição configuracional: o mapa axial demonstrou que ela permanece ligada aos eixos mais acessíveis do sistema, fator que deve contribuir para a urbanidade do espaço.

## 6.4 A Praça dos Girassóis – análise no nível local

Neste item são analisados o entorno imediato em que se insere a Praça dos Girassóis, os atributos configuracionais locais da praça, o mapa axial de pedestre e o mapa de visibilidade, e correlacionados os resultados e dados empíricos colhidos na pesquisa de campo, através da vistoria ao local.

### 6.4.1 Entorno imediato

A Praça dos Girassóis é o centro da enorme área central do núcleo urbano planejado, destinada ao aparato político administrativo e ao comércio. Os quarteirões do entorno da praça se tornaram de uso exclusivamente comercial e de serviço, contrariando dois dos princípios orientadores do plano urbanístico de Palmas: um que estabelecia que “o centro urbano deverá ter múltiplos usos”<sup>132</sup> e outro que determinava “evitar espacializações de funções urbanas promovendo usos mistos. A cidade não terá usos mono funcionais evitando especializações das funções urbanas. Ao contrário, incentivará os usos mistos nas diversas zonas da cidade. Embora tenha se definido o zoneamento com áreas funcionais todas elas permitirão habitação.”<sup>133</sup>

Apesar desses princípios colocados pelo GRUPOQUATRO, o centro urbano não apresenta uso misto e apresenta baixíssima incidência do uso residencial. O uso residencial foi previsto em todas as áreas funcionais no projeto da cidade, mas a legislação não permite o uso residencial exclusivo das edificações no entorno imediato da praça – ela permitia o uso misto, com exceção do uso

---

132 “Princípio 4: Articular a Hierarquia entre os espaços Públicos e Privados, Cívico e Comercial. O centro urbano deverá ter múltiplos usos. O centro cívico e as atividades comerciais articulados entre si, completam as funções urbanas do público e do privado. A Praça dos Girassóis, centro cívico da cidade, está situada na interseção das Avenidas JK e Teotônio Segurado, ponto de convergência de Palmas. 10 princípios orientadores do plano urbanístico de Palmas.” Informação consta no sítio eletrônico do GRUPOQUATRO, <http://www.grupoquatro.com.br/>.

133 Princípio 9, dos 10 Princípios orientadores do plano urbanístico de Palmas. Informação consta no sítio eletrônico do GRUPOQUATRO, <http://www.grupoquatro.com.br/>.



residencial no térreo, e muito recentemente foi permitido o uso misto com apenas áreas de uso coletivo no térreo (como salão de festas e área de lazer, por exemplo).

Na mesma área, o uso do solo permite três pavimentos e meio, com exceção de alguns conjuntos nas quadras 100 da Avenida Teotônio Segurado, onde se permite quatro pavimentos. Os gabaritos são edifícios térreos ou de até dois pavimentos. O estado de conservação dos edifícios é bom e excelente. Há ainda uma quantidade considerável de lotes vazios no entorno imediato da praça.

A Avenida NS-02 é a mais completa e diversificada, apresenta os seguintes usos no térreo: Agência de Fomento do Tocantins, farmácias, lojas de roupas, boutiques, lojas de colchões, drogarias, consultórios, operadora de plano de saúde, bancas de revistas, banco Bradesco, quiosques de lanches, materiais para construção, materiais elétricos, Banco do Povo, Tabelionato, SESI, concessionária de veículos, lanches e espetinhos. Na Avenida LO-01 encontra-se o Hotel Rio do Sono, Palmas Shopping (o primeiro shopping da cidade), concessionária de veículos. A Avenida NS-01 possui restaurantes, laboratório clínico, loja de calçados, Hotel Pousada dos Girassóis, Hotel Estrela, quiosques de lanches, imobiliária, Banco de Crédito, panificadora, lotérica, Galeria Bela Palma, Delegacia Regional, concessionária de veículos, quiosque do SESI. A Avenida LO-02 quase não possui construções, a maioria dos lotes é vaga – não foi identificado o uso das construções existentes. A especialização de uso no entorno imediato da praça (comércio e serviço) é um aspecto que desfavorece a urbanidade do local e não contribui para a vitalidade do centro urbano fora do horário comercial.

#### 6.4.2 Atributos configuracionais locais

Quanto aos atributos configuracionais locais da Praça dos Girassóis, podemos destacar:

- 1- Espaço ilhado por eixos de circulação de veículos (pistas duplas que a circundam: Avenidas LO-01, NS-01, LO-02 e NS-02) que prejudicam o acesso do pedestre;
- 2- Dimensões monumentais do espaço aberto: a praça afasta-se muito da escala do pedestre;



- 3- Espaços convexos grandes, que prejudicam a visibilidade do outro – o que é a quintessência da urbanidade;
- 4- Falta de planos verticais limítrofes, o que potencializa a sensação de que é ampla demais e resulta num espaço mal definido (**figuras 265 e 266**);
- 5- Predominância de vazios, o que dificulta a copresença, o estabelecimento de relações entre os edifícios e também a apreensão da inteireza da praça;
- 6- Baixa densidade construída;
- 7- Baixa constitutividade: poucas portas e janelas dão para a praça;
- 8- Muitos eixos de circulação (complexidade do mapa axial de pedestre – **figura 267**);
- 9- A maior parte da superfície da praça apresenta baixa visibilidade, com destaque para Praça de Eventos que é o local mais visível (**figura 268**).

A fragmentação do desenho de piso e dos canteiros da praça – desenho que foi uma preocupação na concepção do projeto, segundo CAMARGO (2011), mas que não é percebido pelo pedestre no nível do solo, somente é apreendido ao observarmos a planta ou uma vista aérea – dificulta o trajeto e faz o pedestre e o ciclista andar mais ou cortar caminho pela grama do canteiro para andar em linha reta (fazendo o menor percurso). A fragmentação gera vários trajetos possíveis e um mapa axial de pedestre mais complexo que o das outras praças cívicas analisadas. Esse mapa apresenta uma grande maioria dos eixos pouco integrados e alguns grandes eixos de integração – a acessibilidade é mal distribuída entre os eixos sem uma clara gradação hierárquica. Já o mapa de visibilidade confirma a proeminência do “lugar pensado dentro da Praça dos Girassóis para funcionar como espaço cívico” (CAMARGO, 2011) para acomodar os eventos que reúnem a população – a Praça de Eventos é claramente o espaço mais acessível visualmente.

Os atributos locais mencionados acima não permitem que a praça apresente uma unidade espacial, de modo que ela é dificilmente apreendida em sua totalidade. Eles ainda ajudam a caracterizar a monumentalidade formal desse espaço. Ou seja, a identidade sintática da Praça dos Girassóis é característica de espaços onde a formalidade arquitetônica predomina.



Figura 265- Imagem de satélite da Praça dos Girassóis e seu entorno, com destaque para os volumes arquitetônicos da praça e do entorno imediato. Fonte: Google Earth.  
Figura 266- Mapa de cheio e vazio – não há o contraste entre o cheio e o vazio definidor da praça, predomina o vazio e a densidade é baixa. Crédito: Ludmila Dias.

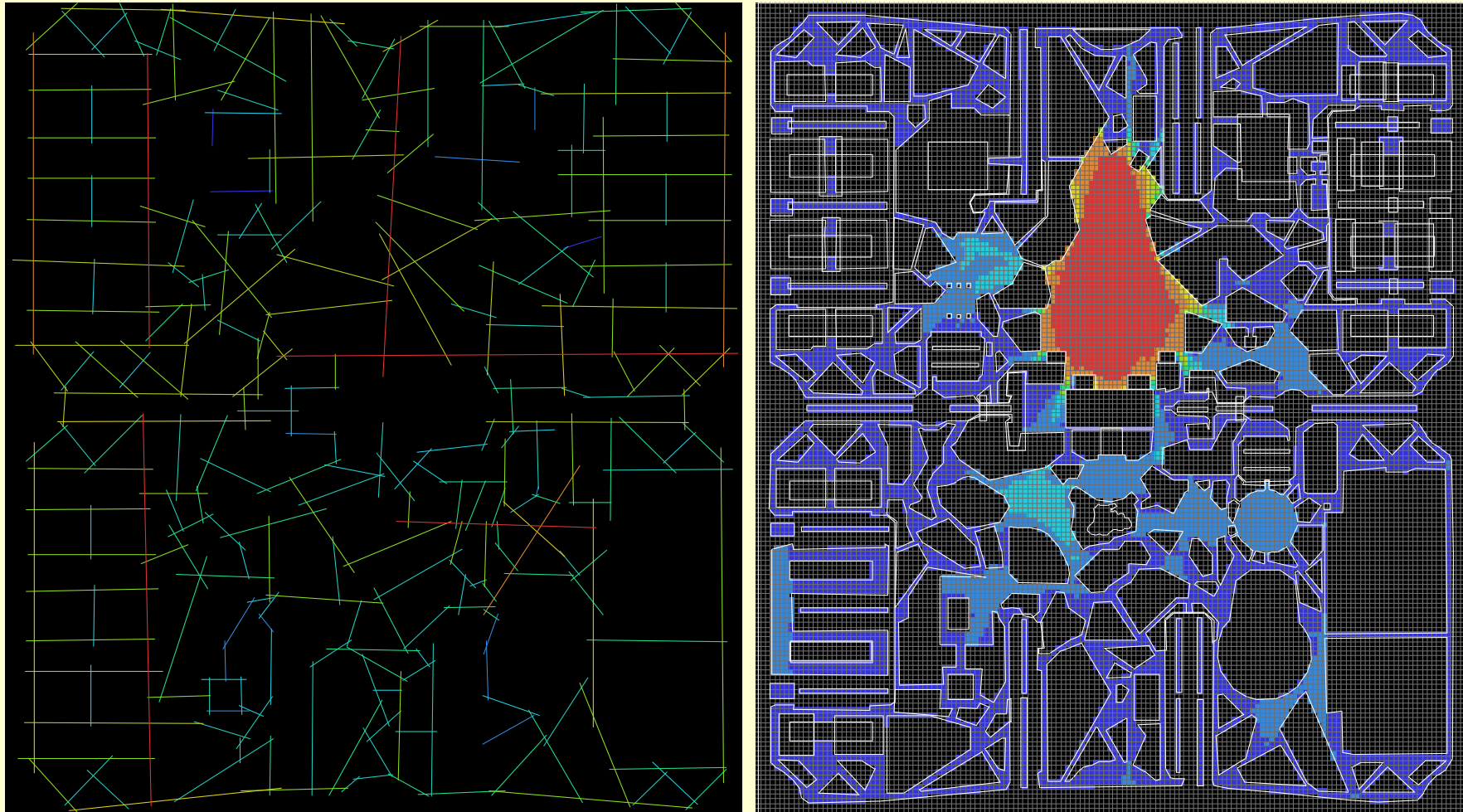


Figura 267- Mapa axial de pedestres. Percebem-se os grandes eixos de integração e diversos eixos menores pouco integrados. Figura 268- Mapa de Visibilidade. O espaço denominado Praça de Eventos se destaca, é claramente o mais visível (em vermelho) enquanto os demais espaços apresentam pouca visibilidade (em azul). Crédito: Ludmila Dias.



### 6.4.3 Pesquisa de Campo e vistoria no local

Foram feitas vistorias na Praça dos Girassóis por duas pessoas, de carro e a pé, durante uma semana. As contagens de usuários (**gráficos 7 e 8**) foram realizadas num domingo e numa terça-feira (**figuras 269 a 271**). Domingo, dia 24 de janeiro de 2011, foi um dia predominantemente ensolarado e de céu aberto, com chuva intensa e rápida que durou aproximadamente das 14h às 14h30min, e chuva pouca e rápida aproximadamente das 19h20min até 19h45min. Consideramos que as rápidas chuvas que caíram não inibiram a presença de pessoas na praça, pois o sol voltou no intervalo entre as chuvas. A terça-feira, dia 26 de janeiro de 2011, foi um dia chuvoso com céu nublado durante a maior parte do dia e pouco sol a partir das 17h (no entardecer). O clima pode ter influenciado na contagem, pois a chuva durante o dia todo inibe a presença de pessoas no espaço aberto.

É importante destacar que no dia 13 do mês de janeiro desse ano, o governo estadual eleito exonerou mais de 15.000 funcionários<sup>134</sup> comissionados do Estado. Encontramos os edifícios públicos quase vazios, apenas os efetivos e pouquíssimos comissionados recentemente contratados trabalhavam. A demissão em massa dos comissionados do Estado paralisou alguns serviços públicos. Este panorama pode influenciado de alguma maneira no fluxo de pessoas que entravam e saíam dos edifícios públicos no período da contagem – haja vista que menos pessoas trabalhavam nos edifícios das Secretarias, Palácio, Tribunal e Assembleia, e poucos atendimentos eram realizados.

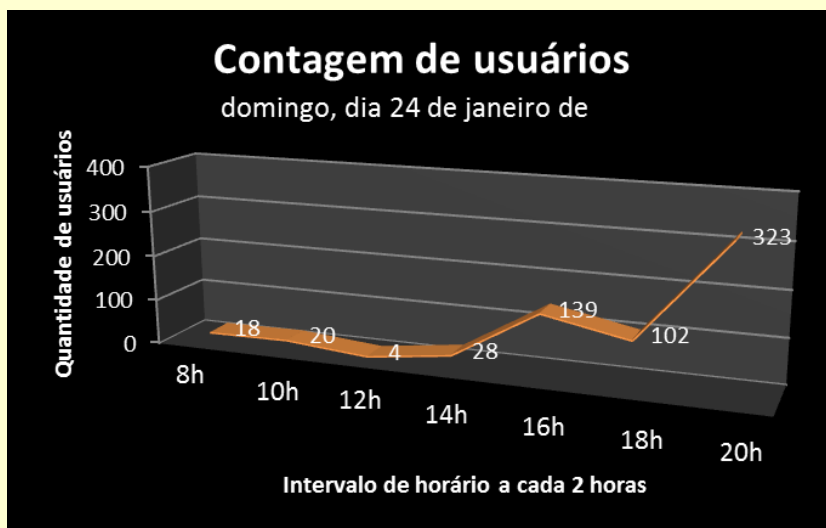
A vistoria e as contagens de usuários evidenciaram que o uso da Praça dos Girassóis é mais intenso no período da noite e durante o meio de semana. Essa utilização se deve à prática do esporte – caminhada e corrida, nas calçadas da praça (a contagem registrou mais de 300 usuários no domingo à noite e mais de 400 na terça-feira, após as 20h). Muitos usuários chegam de carro no início da noite, estacionam dentro da praça e fazem caminhada ou corrida ao redor dela (**figuras 275 e 276**) – alguns intercalam um circuito de 800m (1/4 da praça) e outro de 3.200m (totalidade da praça) nos dias da semana. Os usuários levam em média 20min correndo e 35min andando rápido para completar a volta de 3.200m. Existe um grupo uniformizado, que é de mensalistas – o grupo contrata

---

134 “Tocantins - Governador determina exoneração de 15 mil servidores comissionados. O governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos (PSDB), determinou ontem a exoneração de 15.565 servidores comissionados do Estado”. Fonte: Folha de São Paulo, 14 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1401201112.htm>.



assessoria esportiva e tem à disposição alguns instrutores, água, alongamento, acompanhamento do peso e serviço de babá para crianças na praça (**figura 278**). A assessoria esportiva funciona todos os dias a partir das 19h30min e pela manhã, três vezes na semana, às 6h30min. Os praticantes que contratam a assessoria esportiva se concentram para o alongamento em frente ao pórtico leste do Palácio Araguaia.



Gráficos 7 e 8- Gráficos de contagem de usuários na Praça dos Girassóis. Crédito: Ludmila Dias.

Há muitos ciclistas cruzando a praça durante o dia e a noite, a maioria utiliza a bicicleta como meio de transporte ou para o trabalho (bicicletas com caixas acopladas e até carrocinha para catar papelão). Durante a vistoria, apenas um ciclista com bicicleta profissional foi visto. Os pedestres que cruzam a praça durante o dia procuram utilizar sombrinha, pois o sol dificulta o trajeto do pedestre que é de grande distância e quase sem sombra de árvores.



O *playground* fica o dia todo sob o sol, sendo impossível a permanência de usuários durante o dia – as crianças utilizam-no à noite (**figura 279**). Foram vistos moradores de rua tomando banho e trocando de roupa no banheiro público durante o dia. Os guardas municipais são presença constante nas guaritas dos pórticos e entradas dos edifícios, mas não são vistos fazendo ronda durante o dia, apenas à noite (dois guardas com motocicleta).

No entardecer e início da noite algumas pessoas se sentam nos bancos que ficam na Praça de Eventos – à noite, muitos casais ficam nos bancos, na penumbra. A Praça de Alimentação começa a aglomerar usuários um pouco antes das 18h, quando os funcionários começam a abrir os quiosques – dos seis quiosques, apenas quatro estavam ativos (**figura 280**).

Quanto à permanência de usuários durante o dia, geralmente procuram se sentar à sombra – seja na grama, em poucos bancos que não ficam sob o sol ou na cascata. Importante destacar que são pouquíssimos bancos que ficam à sombra, pois as árvores e o mobiliário não coincidem (**figura 281**).

Nos fins de semana, durante os horários de sol, os usuários são na maioria visitantes ou turistas que percorrem os principais monumentos para tirar fotografias. Aqueles que permanecem algum tempo na praça sempre procuram bancos à sombra, o que é difícil de encontrar. Ao entardecer, algumas famílias levam seus filhos para andar de bicicleta na praça – chegam de carro e estacionam dentro da praça.

Durante a noite, pessoas se concentram na calçada para a prática da caminhada e da corrida, famílias se aglomeram Praça de Alimentação junto ao *playground*, e casais de namorados ou adolescentes ficam na Praça de Eventos, nos bancos e na escadaria em frente ao Palácio Araguaia (esses lugares funcionam como magnetos – **figura 272**). A Praça de Eventos, devido a suas dimensões, dificulta ver o que outro está fazendo do outro lado, dando mais privacidade aos casais – também a iluminação insuficiente e sobre as árvores deixa os bancos na penumbra. Nas duas noites em que fizemos a contagem de usuários encontramos também adolescentes sentados sobre a mesa do Memorial da Primeira Missa, conversando.

Algumas não conformidades também foram levantadas com a vistoria, a saber:

- 1- Banheiros públicos depredados e em mau estado de conservação;



- 2- Os principais edifícios do governo possuem guaritas e gradeamento no espaço público (**figuras 273, 274 e 282**);
- 3- Iluminação insuficiente, estando algumas partes da praça na escuridão total;
- 4- Mobiliário insuficiente para a dimensão da praça (faltam bancos, orelhões, lixeiras, postes);
- 5- O *playground* de areia acumula poças de lama quando chove e é totalmente exposto ao sol – impedindo sua utilização durante o dia (**figura 283**);
- 6- Museu do Memorial Coluna Prestes fechado há mais de um ano para reforma: não é permitida a visitaçãõ;
- 7- Seguranças insuficientes para fazer a ronda na praça (15 haviam sido exonerados com a troca de governo e ainda não repostos);
- 8- Problemas de drenagem, poças de água da chuva nos estacionamentos e no piso de pedra portuguesa (foram feitas curvas de nível na grama para tentar segurar a enxurrada que desce pelo pavimento de pedra portuguesa e atravessam os canteiros, mas não funcionam – **figuras 284 e 285**);
- 9- A maioria dos bancos fica ao sol e não coincidem com as árvores;
- 10- Depredação no piso, pedras soltas;
- 11- Asfalto dos estacionamentos internos em mau estado de conservação, esburacados;
- 12- Placas informativas e de sinalização insuficientes e as que existem estão em mau estado de conservação, o que impede a leitura completa;
- 13- O espaço da futura catedral está fechado com tapume, o mato já passou do tapume e o local não é iluminado à noite (**figura 286**) – é utilizado um barracão improvisado para se celebrar a missa no domingo (às 19h30min), falta iluminação e estacionamento;



- 14- Muito lixo na cascata e na escadaria entre os 18 do Forte e o Memorial da Coluna Prestes (muitas garrafas de bebida alcóolica quebradas, embalagens de alimento e cigarro – **figura 287**);
- 15- A fonte luminosa, destacada como elemento que trazia a população à praça, não funciona há algum tempo por falta de manutenção.

A Praça dos Girassóis é utilizada ainda eventualmente para eventos cívicos que acontecem no espaço da Praça dos Eventos (como posse do governador – **figura 288**, recepção de autoridades, desfile cívico militar etc.) e para outros que aglomeram muitas pessoas, como o feirão do livro que acontece todo ano em abril/maio no espaço da Praça de Eventos, feirões de carros no espaço próximo à futura catedral, shows de teatro ou música (**figura 289**) também no espaço da Praça de Eventos (shows de grande dimensão como os de Ivete Sangalo e de Roberto Carlos) e eventos em datas especiais como a comemoração do Natal (Vila do Papai Noel em 2006 – **figura 290**).



Figura 269- Foto da Praça de Eventos na terça-feira em que foi feita a contagem de usuários, à tarde. Figura 270- Foto de crianças andando de bicicleta na praça após a chuva, no domingo. Figura 271- Foto de evento realizado na Praça dos Girassóis no domingo de vistoria, para receber os embaixadores chineses. Crédito: Ludmila Dias.

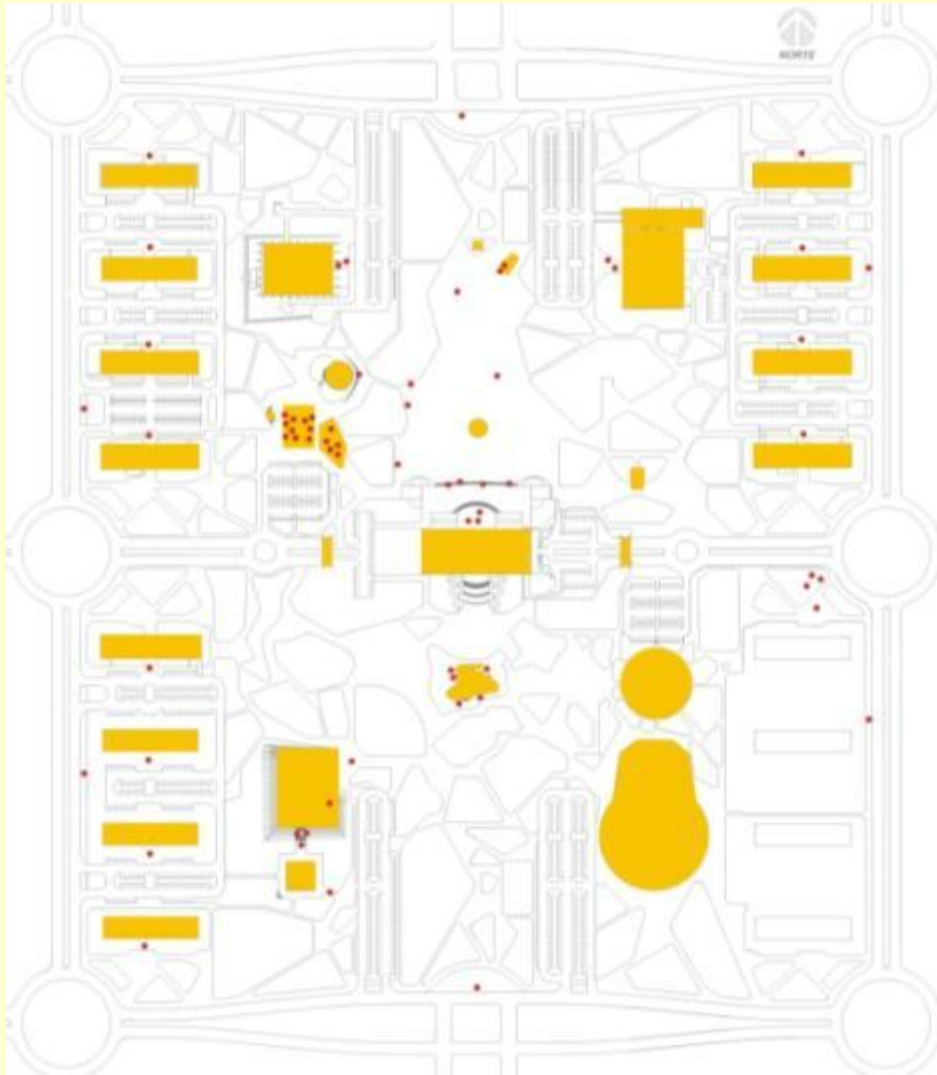


Figura 272- Magnetos, locais onde é mais frequente a presença de usuários. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 273- Vista em direção à Avenida Teotônio Segurado, a partir da varanda do Palácio Araguaia. Em primeiro plano as rampas de acesso ao palácio e o gradeamento. Crédito: Ludmila Dias.

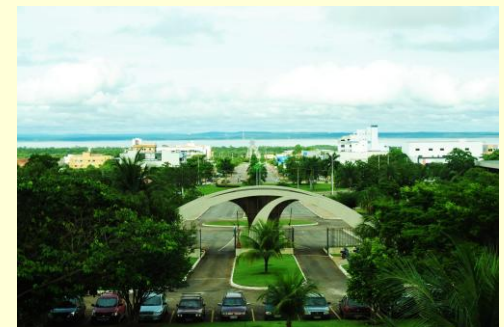


Figura 274- Vista em direção à Avenida JK com lago ao fundo, a partir da varanda do Palácio Araguaia. Em primeiro plano o estacionamento do palácio e o pântico de entrada com guarita. Crédito: Ludmila Dias.





Figura 275- Usuários chegam à praça no entardecer, de carro. Figura 276- Ao final da tarde, pessoas caminham e correm ao redor da praça. Figura 277- Um casal sentado e um ciclista ao fundo, no entardecer. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 278- O grupo que contrata assessoria esportiva faz aquecimento antes de iniciar os exercícios físicos. Figura 279- Crianças brincam no playground à noite, pois de dia a exposição ao sol não permite. Figura 280- Famílias e amigos se encontram na Praça de Alimentação à noite. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 281- Cena comum: bancos ao sol e mulher sentada ao pé da árvore, na sombra. Crédito: Ludmila Dias.





Figura 282- Gradeamento em volta das principais edificações impede o acesso. Figura 283- Playground após a chuva. Figura 284- Poças de água nos estacionamentos. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 285- Água empoçada no pavimento de pedra portuguesa e na grama. Figura 286- Celebração na igreja improvisada aos domingos, não tem estacionamento suficiente nem iluminação adequada. Figura 287- Lixeira cheia e lixos no chão ao lado do Monumento 18 do Forte. Crédito: Ludmila Dias.



Figura 288- Posse do Governador eleito em 2007. Crédito: Luciano Ribeiro. Figura 289- Show de Música Clássica aberto ao público. Crédito: Wanderley Lima. Figura 290- Vila do Papai Noel na Praça dos Girassóis, 2006. Crédito: Wanderley Lima.

## 6.5 Síntese dos achados

No projeto da praça cívica de Palmas, podemos identificar a preocupação com o desenho interno e a diversidade de programas funcionais (o projeto define edifícios administrativos, anfiteatro, memoriais, museu, espaço para eventos, espaço voltado à alimentação, playground, espaço destinado à catedral e outros), a segurança dos edifícios principais e dos monumentos (espelhos d'água, cercamento, guaritas), a permeabilidade do solo (predominância de área gramada), a proposta de várias “atrações” (como fonte luminosa, cascata, relógio do sol, esculturas etc.), e a proposta de várias “praças menores” cada uma voltada para um uso distinto. O acúmulo de atribuições do espaço – abrigar os principais edifícios do governo estadual, ser destinado à realização de eventos de vários tipos, ao lazer ativo e também o ócio, à cultura, às manifestações religiosas etc. – é uma intenção clara traduzida no lugar.



Entretanto, a urbanidade é comprometida à medida que não se considerou a integração da praça com o entorno. A ênfase do plano urbanístico no sistema viário e a priorização da circulação do automóvel fez da praça um espaço ilhado por eixos de circulação de pista dupla e mudou o caráter das vias de pedestre projetadas nas quadras do entorno imediato da praça para vias de circulação de veículos. Além disso, a legislação restringe o uso residencial nos arredores, que é predominantemente comercial e de serviços – ou seja, não apresenta vitalidade à noite.

Não podemos definir a utilização geral da Praça dos Girassóis como frequente ou intensa, mas nela desenvolvem-se atividades de uso cotidiano – essas atividades acontecem em lugares específicos e ocupam partes da praça, pois suas dimensões muito grandes além de dificultarem o contato visual e interpessoal, condicionam a formação de espécies de “ilhas” de convívio dentro desse espaço enorme que só teria sua capacidade máxima de ocupação atingida em eventos públicos de grandes proporções. Os usuários do espaço permanecem algum tempo depois do anoitecer, e quando não estão praticando atividade física (nas calçadas ao redor da praça), ficam distribuídos na Praça de Alimentação (sentados nas mesas dos quiosques e utilizando o playground), na Praça de Eventos (sentados nos bancos, escadarias ou passeando), nas proximidades da cascata e entre o Memorial Coluna Prestes e o Memorial 18 do Forte. Esses espaços funcionam como “praças menores” dentro da grande praça que se assemelha a um parque urbano. São essas “praças menores” que acomodam as pessoas, que possibilitam a interação e o convívio.

Portanto, o uso não é do espaço como um todo (a presença é rarefeita no espaço que é demasiadamente grande) nem é de mesma frequência independentemente do horário (não é constante), mas é cotidiano – o que foi uma surpresa (boa) quando feita a pesquisa de campo.

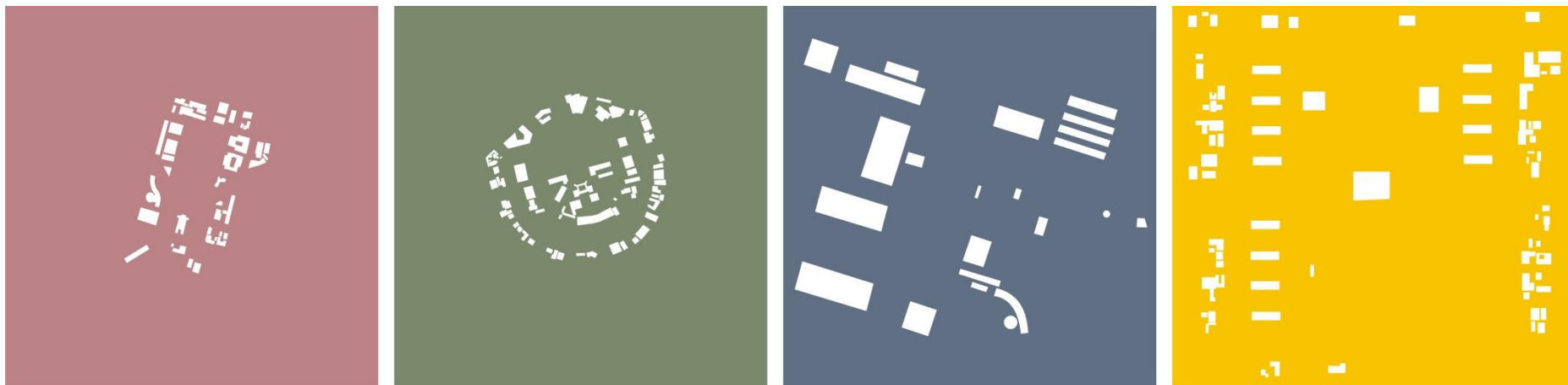
Como já foi colocado, a presença de pessoas no espaço público está diretamente relacionada ao conceito de urbanidade. Haja vista que podemos falar em urbanidade social (relativa aos modos de interação social) e urbanidade arquitetônica (atributos do lugar que favoreçam a urbanidade, o convívio e a interação entre pessoas), a Praça dos Girassóis apresenta certa urbanidade social, mas não é um espaço onde predomine a urbanidade arquitetônica. A análise global mostrou que sua posição no sistema urbano pode favorecer a urbanidade, pois eixos bem integrados levam à praça, mas a análise dos atributos locais do espaço – responsáveis por sua identidade sintática – demonstra que eles pertencem ao paradigma da formalidade.





Figura 291- Usuários caminham pela Praça de Eventos, em frente ao Palácio Araguaia, à noite. Crédito: Ludmila Dias.





# Capítulo 7

## Conclusões

O capítulo dedica-se a compilar os achados dos capítulos anteriores – seguindo a ordem já estabelecida, primeiro os achados da investigação da Praça da Liberdade, e depois da Praça Cívica, da Praça dos Três Poderes e da Praça dos Girassóis – e a fazer comparações dos atributos configuracionais de cada praça cívica utilizando também um quadro síntese. São respondidas as questões de pesquisa e feitas as considerações finais, ressaltando as contribuições que traz este estudo.

# Capítulo 7 - Conclusões

## 7.1 Compilação dos achados

Neste item, fazemos uma compilação dos achados para cada praça cívica, ordenando as informações conforme a ordem dos capítulos anteriores. As sínteses dos achados que são dispostas a seguir correspondem às considerações feitas no final de cada capítulo. A comparação dos achados para cada espaço analisado será feita no item 7.2.

### 7.1.1 Conclusões sobre a Praça da Liberdade

A Praça da Liberdade funciona desde o início de Belo Horizonte não só como centro cívico, mas também como lugar de uso cotidiano, de convívio. Hoje, mais de um século após a inauguração da nova capital de Minas Gerais, a praça é intensamente querida, admirada e utilizada pela população, que tem nela a principal referência cívica, estética e de lazer na cidade.

Vários atributos configuracionais contribuem para esse *status* de espaço bem utilizado. O Plano original de Aarão Reis (1895) permanece no núcleo de integração do sistema. A análise do mapa axial demonstra que as linhas convergentes na praça são todas incluídas no núcleo de integração do assentamento. Ademais, seus atributos locais como a boa integração com o entorno, aproximação com a escala do pedestre, espaços convexos menores, delimitação espacial clara e promovida pela arquitetura, contraste entre cheios e o vazio da praça, constitutividade do espaço, eixos de circulação claros, dentre outros, são atributos que pertencem ao paradigma da urbanidade. Portanto, os atributos globais e locais contribuem para a urbanidade da praça e confirmam sua “monumentalidade urbana”.

Com a implantação do Circuito Cultural da Liberdade e a transferência dos órgãos da administração estadual para o novo Centro Administrativo de Minas Gerais, a praça perdeu na diversidade de uso do seu conjunto arquitetônico e ocorreu uma priorização da

função cultural. Essa priorização reforça a função turística e a de lazer, fazendo crescer igualmente o seu papel como palco de intervenções e eventos culturais.

A despeito disto, a concentração do uso cultural na Praça da Liberdade e o esvaziamento dos edifícios antes destinados à administração estadual – que constituíam o Centro Administrativo de Belo Horizonte desde seu início – são ações dissonantes do caráter e uso histórico desse espaço. Os intensos usos institucionais, culturais, comerciais e residenciais da praça e seu entorno fizeram dela um centro cultural de sentido amplo, ao longo da história da nova capital. A transformação desse centro cultural de sentido amplo num mero “centro cultural” voltado ao turismo e à promoção da cultura como “uso nobre” (MARCOLIN et al., 2008), de certa forma, despreza o significado simbólico e histórico da Praça da Liberdade.

O projeto Circuito Cultural Praça da Liberdade reforça a ideia do novo sobre o velho, transforma o significado desse espaço priorizando o presente em detrimento da tradição, do passado. A urbanidade arquitetônica da praça se mantém, mas o novo uso desvirtua o passado histórico ao excluir sua expressão simbólica como centro do poder político e público.

### 7.1.2 Conclusões sobre a Praça Cívica

A Praça Cívica é o símbolo mais representativo da fundação da nova capital Goiânia: expressa a determinação de um povo em construir um espaço próprio, que melhor respondesse às suas necessidades políticas, econômicas, sociais, culturais e cívicas – conforme o discurso gerador. Desde o início, o Poder Político dispõe de um espaço amplo, ajardinado e estrategicamente posicionado no centro da malha urbana da nova cidade e na confluência das principais avenidas – lugar que sugere o encontro e convívio de todos habitantes da cidade e do Estado, governantes e governados. A Praça Cívica é considerada “espaço urbano destinado a lazer, recreação, cultura, atividades cívicas, ponto de encontro de políticos com o povo, centro do anel viário e coração da cidade” (IPLAN, 1980) <sup>132</sup>.

---

132 Um dos objetivos gerais do Termo de Referência para Projeto de Reforma da Praça Cívica elaborado pelo Instituto de Planejamento Municipal IPLAN em agosto de 1980, era “devolver à praça a função original de centro de vivência, local de convívio, tomada de decisões e integração dos cidadãos com seus dirigentes”.

Entretanto, a praça não vem cumprindo com todos seus papéis – principalmente o de centro urbano destinado ao lazer, recreação e local de encontro. Também não vem recebendo tratamento adequado como símbolo histórico, cultural, político e urbanístico da nova capital. As não-conformidades levantadas contribuem para que a praça não desempenhe corretamente suas funções. Ela está abandonada, degradada e sem segurança. A população não se apropria desse lugar como deveria e o governo não administra corretamente o espaço.

A despeito das péssimas condições de conservação e manutenção desse espaço, reforçamos que as vias que levam à praça fazem parte do núcleo de integração do sistema urbano, que o centro antigo (bairro Setor Central, em que a praça se encontra) ainda é um centro ativo e que seus atributos configuracionais locais pertencem ao paradigma da urbanidade. Portanto, a Praça Cívica é um espaço com enorme potencial configuracional para desempenhar perfeitamente sua função original de centro de vivência, local de convívio e encontro.

### 7.1.3 Conclusões sobre a Praça dos Três Poderes

Lucio Costa não propôs uma praça qualquer, assim como não propôs uma cidade qualquer – a Praça dos Três Poderes representa o espaço de maior conotação simbólica da nova capital Brasília, sintetiza o ápice da composição urbana do Eixo Monumental (**figura 234**). CALDEIRA (2007) defende que a relação entre espaço político e conjunto urbano é reinterpretada por Lucio Costa no projeto da Praça dos Três Poderes – o projeto reproduz uma estrutura típica de praça brasileira ao aglomerar edifícios institucionais, porém, inserida no cenário modernista, introduzindo uma nova perspectiva quanto ao uso da praça: nesse caso, o espaço não possui a função primordial de representar o espaço social da vida urbana. O modelo de praça modernista prioriza o vazio, principalmente em seu sentido compositivo – a espacialidade da Praça dos Três Poderes está longe de atuar como espaço de permanência e de encontros sociais, no “sentido tradicional da praça” (CALDEIRA, 2007).

HOLANDA (2010d) ressalta a monumentalidade de Brasília, e o Plano Piloto “seu lugar simbólico por excelência”. Para ele, a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes “encantam porque evocam lugares emblemáticos de outros tempos e espaços:

o Champs Élysées (Paris), o Mall (Washington), a Avenida dos Mortos (Teotihuacan, do México pré-Colombo)”. Mas o autor observa também que “se a visibilidade do outro no âmbito público é a quintessência da urbanidade, isso não existe na Esplanada dos Ministérios como, ao contrário, há em Washington ou Paris” e que o conjunto não recebe a irrigação necessária (habitantes, usuários cotidianos) para que o espaço possua vitalidade<sup>133</sup>.

Ao analisarmos a Praça dos Três Poderes concluímos que seus atributos locais, responsáveis por sua identidade sintática, pertencem ao paradigma da formalidade. Globalmente, o lugar é bem integrado – se analisarmos o mapa axial do Plano Piloto de Brasília isolado, constatamos que eixos bem integrados conectam a praça à cidade – um atributo de urbanidade. Apesar disso, localmente, o lugar é segregado de seu entorno e apresenta vários outros atributos configuracionais que prejudicam seu desempenho do ponto de vista da urbanidade.

#### 7.1.4 Conclusões sobre a Praça dos Girassóis

No projeto da praça cívica de Palmas, podemos identificar a preocupação com o desenho interno e a diversidade de programas funcionais (o projeto define edifícios administrativos, anfiteatro, memoriais, museu, espaço para eventos, espaço voltado à alimentação, playground, espaço destinado à catedral e outros), a segurança dos edifícios principais e dos monumentos (espelhos d’água, cercamento, guaritas), a permeabilidade do solo (predominância de área gramada), a proposta de várias “atrações” (como fonte luminosa, cascata, relógio do sol, esculturas etc.), e a proposta de várias “praças menores” cada uma voltada para um uso distinto. O acúmulo de atribuições do espaço – abrigar os principais edifícios do governo estadual, ser destinado à realização de eventos de vários tipos, ao lazer ativo e também o ócio, à cultura, às manifestações religiosas etc. – é uma intenção clara traduzida no lugar.

---

133 HOLANDA (2010b) defende que a proposta original de Lucio Costa para a Esplanada foi empobrecida, pois contemplava em seus esboços iniciais, espaços para comércio e serviços complementares às atividades principais. Segundo o autor, os blocos dos ministérios eram interligados por edifícios mais baixos, que abrigariam usos diversificados.

Entretanto, a urbanidade é comprometida à medida que não se considerou a integração da praça com o entorno. A ênfase do plano urbanístico no sistema viário e a priorização da circulação do automóvel fez da praça um espaço ilhado por eixos de circulação de pista dupla e mudou o caráter das vias de pedestre projetadas nas quadras do entorno imediato da praça para vias de circulação de veículos. Além disso, a legislação restringe o uso residencial nos arredores, que é predominantemente comercial e de serviços – ou seja, não apresenta vitalidade à noite.

Não podemos definir a utilização geral da Praça dos Girassóis como frequente ou intensa, mas nela desenvolvem-se atividades de uso cotidiano – essas atividades acontecem em lugares específicos e ocupam partes da praça, pois suas dimensões muito grandes além de dificultarem o contato visual e interpessoal, condicionam a formação de espécies de “ilhas” de convívio dentro desse espaço enorme que só teria sua capacidade máxima de ocupação atingida em eventos públicos de grandes proporções. Os usuários do espaço permanecem algum tempo depois do anoitecer, e quando não estão praticando atividade física (nas calçadas ao redor da praça), ficam distribuídos na Praça de Alimentação (sentados nas mesas dos quiosques e utilizando o playground), na Praça de Eventos (sentados nos bancos, escadarias ou passeando), nas proximidades da cascata e entre o Memorial Coluna Prestes e o Memorial 18 do Forte. Esses espaços funcionam como “praças menores” dentro da grande praça que se assemelha a um parque urbano. São essas “praças menores” que acomodam as pessoas, que possibilitam a interação e o convívio.

Portanto, o uso não é do espaço como um todo (a presença é rarefeita no espaço que é demasiadamente grande) nem é de mesma frequência independentemente do horário (não é constante), mas é cotidiano – o que foi uma surpresa (boa) quando feita a pesquisa de campo.

Como já foi colocado, a presença de pessoas no espaço público está diretamente relacionada ao conceito de urbanidade. Haja vista que podemos falar em urbanidade social (relativa aos modos de interação social) e urbanidade arquitetônica (atributos do lugar que favoreçam a urbanidade, o convívio e a interação entre pessoas), a Praça dos Girassóis apresenta certa urbanidade social, mas não é um espaço onde predomine a urbanidade arquitetônica. A análise global mostrou que sua posição no sistema urbano pode favorecer a urbanidade, pois eixos bem integrados levam à praça, mas a análise dos atributos locais do espaço – responsáveis por sua identidade sintática – demonstra que eles pertencem ao paradigma da formalidade.

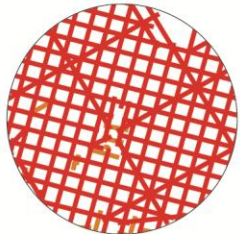





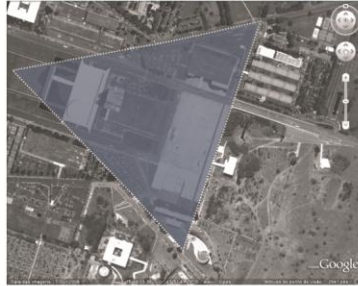
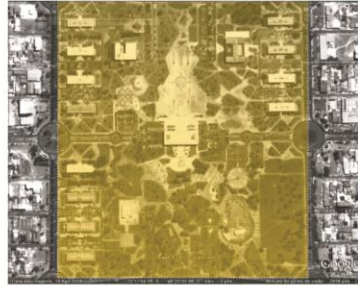


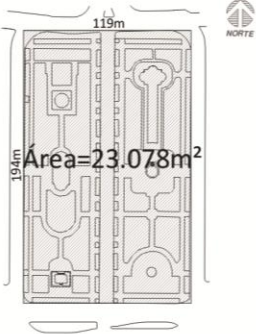


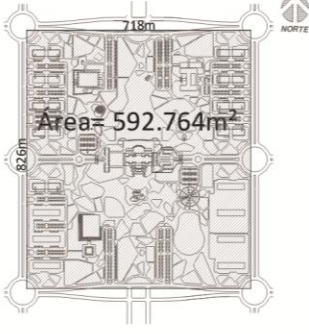



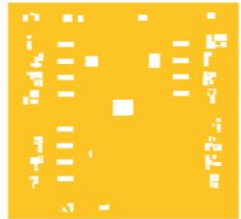
## 7.2 Considerações Finais

As praças cívicas das novas capitais brasileiras são “fragmentos urbanos transcendentais”, cuja importância não se limita a questões como dimensão ou funcionalidade, uma vez que cumprem atribuições necessárias à desejável complexidade e diversidades urbanas – essas praças são, acima de tudo, lugar tradicional e característico de sociabilidade, *locus* do poder administrativo e da vida cívica (ESTEVEZ, 2010). Como lugar de sociabilidade, de encontro e convívio, nossa análise manteve o foco na intensidade de uso e ocupação desses espaços públicos abertos, a partir de um olhar exploratório.

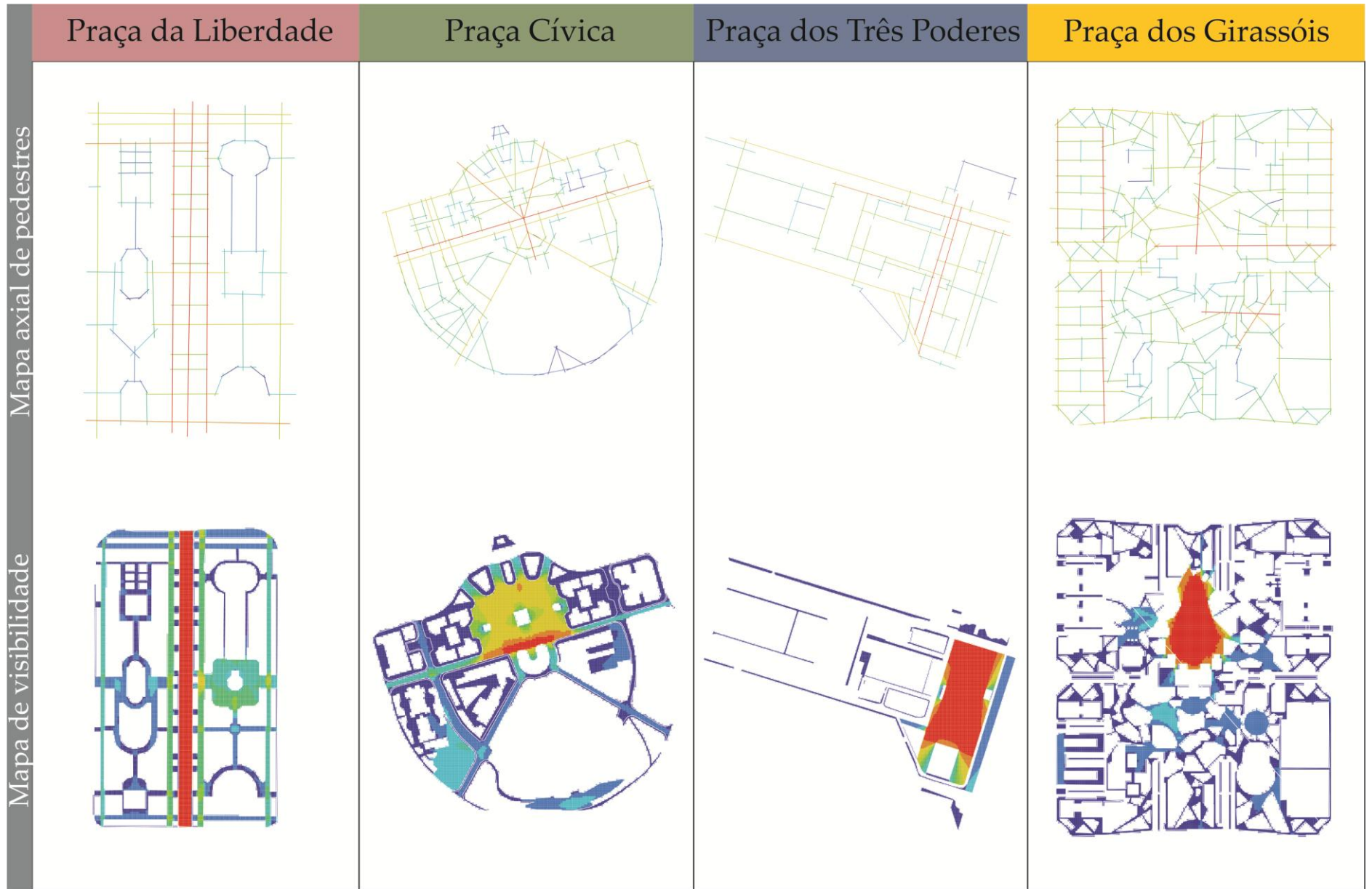
Partimos de algumas inquietações iniciais – todas relacionadas à urbanidade dessas praças cívicas – para produzir análises em dois níveis, o global e o local, e a caracterizar a identidade sintática de cada espaço analisado. Enquanto no primeiro capítulo nos dedicamos à discussão do esvaziamento do domínio público e à definição das qualidades materiais e das características inequívocas de uma praça, no capítulo 2, apresentamos a Teoria da Lógica Social do Espaço, os procedimentos metodológicos e o ferramental utilizado na análise. No mesmo capítulo foi discutido o conceito de urbanidade social e arquitetônica. Afirmamos que no campo da arquitetura, o conceito de urbanidade pode ser utilizado para se compreender possíveis implicações das configurações dos lugares para o convívio das pessoas neles. No caso das praças cívicas, espaços monumentais por excelência, a monumentalidade pode tender à urbanidade – apresentando atributos que possibilitam o convívio, facilitam o encontro entre pessoas nesse espaço – ou apresentar atributos que pertençam, em sua maioria, ao paradigma da formalidade. Desta forma, a monumentalidade pode ser urbana ou formal (HOLANDA, 2010c).

Os capítulos seguintes foram dedicados à investigação dos atributos da configuração de cada uma das praças cívicas. Seus diferentes desempenhos configuracionais foram associados à maior ou menor urbanidade e formalidade e também à concentração ou dispersão de pessoas nesses espaços. Na análise, utilizamos variáveis como a integração global e local, as dimensões da praça, o tamanho dos espaços convexos, sua constitutividade, a definição espacial através da arquitetura, o contraste entre cheios e vazios, a densidade construída, e também os mapas produzidos – o mapa axial da cidade (análise global) e os mapas axial de pedestre e de visibilidade (análise local). Essas variáveis estão no quadro comparativo das quatro praças, a seguir.

|                      | Praça da Liberdade  | Praça Cívica   | Praça dos Três Poderes   | Praça dos Girassóis  |
|----------------------|---|--|--|--|
| Núcleo de integração | <p>Década de 1890<br/>Projeto</p> <p>Década de 1920<br/>Reforma e nova configuração</p>  <p>Está inserida no Núcleo de Integração do sistema urbano.</p>                       | <p>Década de 1930<br/>Projeto</p>  <p>Vias que fazem parte do Núcleo de Integração levam à praça.</p>  | <p>Década de 1950<br/>Projeto</p>  <p>Algumas vias bem integradas conectam a praça ao todo.</p>   | <p>Década de 1980<br/>Projeto</p> <p>Década de 1990<br/>Reforma e nova configuração</p>  <p>Algumas vias bem integradas levam à praça.</p>                |
|                      | <p>Escala</p>  <p>Bem integrada ao entorno, apresenta boa articulação com o tecido em que se insere. Muitos eixos de circulação de veículos e pedestres conduzem à praça.</p> |  <p>Bem integrada ao entorno, apresenta boa articulação com o tecido em que se insere. Muitos eixos de circulação de veículos e pedestres conduzem à praça.</p> |  <p>Segregada localmente, a praça é mal integrada ao entorno. Espaçoilhado por eixos de circulação de veículos, que dificultam o acesso do pedestre.</p> |  <p>Segregada localmente, a praça é mal integrada ao entorno. Espaçoilhado por eixos de circulação de veículos, que dificultam o acesso do pedestre.</p> |
| Integração local     |   |  |  |  |

|           | Praça da Liberdade  | Praça Cívica  | Praça dos Três Poderes  | Praça dos Girassóis   |   |
|-----------|---|---|---|---|---|
| Dimensões |                                |                               |                                      |                                      |   |
|           | Dimensões produzem um espaço que se aproxima da escala do pedestre.   | Dimensões produzem um espaço que se aproxima da escala do pedestre.   | Dimensões produzem um espaço que se afasta da escala do pedestre.   | Dimensões produzem um espaço que se afasta da escala do pedestre.   |   |
|           | Cheio e vazio   |                                |                                       |                                      |  |
|           |   | Contraste definidor do espaço.  | Contraste definidor do espaço.  | Predominância de vazios, falta de contraste.  | Predominância de vazios, falta de contraste.  |
| Espaço    | Planos verticais limítrofes potencializam a sensação de fechamento do espaço                                    | A delimitação espacial é promovida pela arquitetura   | A falta de planos verticais limítrofes contribui para a má definição da praça triangular.                               | A falta de planos verticais limítrofes potencializa a sensação de que é ampla demais e resulta num espaço mal definido. |   |
|           | Alta densidade construída.<br>Espaços convexos menores.<br>Constitutividade: portas e janelas dão para a praça. | Alta densidade construída.<br>Espaços convexos menores.<br>Constitutividade: portas e janelas dão para a praça. | Baixa densidade construída.<br>Espaços convexos maiores.<br>Constitutividade: poucas portas e janelas dão para a praça. | Baixa densidade construída.<br>Espaços convexos maiores.<br>Constitutividade: poucas portas e janelas dão para a praça. |   |





As variáveis e produtos das análises foram confrontados com os dados obtidos na pesquisa em campo, como a intensidade e diversidade de uso e ocupação, o fluxo de pedestres, a permanência ou não de pessoas no local, e as não conformidades relacionadas às condições de uso e conservação dos mesmos.

Os achados das análises processadas nos capítulos 3, 4, 5 e 6 permitiram responder às quatro questões de pesquisa:

**a. Será que todas as praças cívicas de nossas novas capitais apresentam urbanidade? Qual dos paradigmas – formalidade ou urbanidade – prevalece em cada uma delas?**

A urbanidade como conceito aplicado à arquitetura, à morfologia dos espaços, apresenta-se em todas as praças quando analisadas no nível global – as praças estão inseridas no núcleo de integração ou ligadas a toda a estrutura urbana a que pertencem através de uma ou mais vias bem integradas, importantes eixos urbanos, atributo pertencente ao paradigma da urbanidade – mas somente em duas delas quando analisadas localmente. Apenas as praças cívicas das novas capitais Belo Horizonte e Goiânia, Praça da Liberdade e Praça Cívica, apresentam urbanidade nos dois níveis analisados.

Embora as quatro praças apresentem atributos pertencentes ao paradigma da urbanidade na análise global, quando consideramos os atributos morfológicos locais, a urbanidade prevalece apenas nas duas primeiras praças – a Praça da Liberdade e a Praça Cívica. Nas Praças dos Três Poderes e dos Girassóis, verificamos a predominância do paradigma da formalidade.

**b. Na caracterização das praças como espaço onde predomina a urbanidade ou a formalidade, qual o desempenho dos atributos globais e locais?**

Os atributos locais são responsáveis pela identidade sintática de cada uma das praças analisadas. A Praça da Liberdade e a Praça Cívica, que apresentam uma escala humana mais refinada devido aos seus atributos locais, apresentam uma monumentalidade urbana. O cenário é oposto ao que é encontrado em Brasília e Palmas, onde a escala monumental das Praças dos Três Poderes e dos Girassóis – cujos atributos locais pertencem ao paradigma da formalidade – constrói um

impressionante cenário urbano, mas também prejudica o convívio, faz com que o encontro entre as pessoas seja mais diluído no espaço, e diminui a permanência dos usuários no local.

**c. O processo de surgimento de novas centralidades e a perda do potencial atrativo das áreas centrais (o chamado processo de “decadência” dos centros antigos) afeta os espaços analisados?**

Apesar de estar dentro do núcleo inicial de Belo Horizonte, delimitado pela Avenida Contorno conforme o Plano original de 1895, a Praça da Liberdade encontra-se em um bairro bem valorizado – o Bairro Savassi. Portanto, ela não sofreu com o processo de decadência do centro antigo, que é responsável por uma “popularização” do Bairro Centro, mas é atingida pela transferência do Centro Administrativo e pela implantação do Circuito Cultural. Os edifícios das antigas secretarias foram sendo ocupados por museus e centros culturais. Sua expressão simbólica como *locus* do poder administrativo foi desconsiderada. Apesar disto, não houve mudanças na intensidade de uso da praça que continua sendo amplamente utilizada.

Ao analisarmos o centro antigo de Goiânia, onde se localiza a Praça Cívica, percebemos que este permanece coincidente o núcleo de integração. A capital não sofreu deslocamento do centro antigo, nem o processo de decadência que acompanha esse movimento nas áreas centrais, pois o centro antigo ainda possui o *status* de centro ativo urbano – fator que contribui para a urbanidade da Praça Cívica. No entanto, vimos que os órgãos da estrutura administrativa municipal foram transferidos do centro antigo e da Praça Cívica (onde ficava a Prefeitura Municipal) para o Paço Municipal – este foi construído numa área que apresenta crescente valorização desde a década de 1980 e constitui uma ação do governo que reforça as dinâmicas de mercado e o fortalecimento da nova centralidade.

No caso de Brasília, destacamos a excentricidade do Plano Piloto – as linhas mais integradas do sistema formado por Brasília e cidades do entorno sempre ficaram fora dele – e a dispersão da mancha urbana, que resultam num sistema disperso, caracterizado por baixas médias de compacidade. Também ressaltamos a segregação socioespacial no Distrito Federal, caracterizada pelo fato de a maior parte dos empregos formais estar concentrada no Plano Piloto, enquanto a grande maioria dos moradores agrupa-se em locais mais segregados. O Plano Piloto mantém seu potencial atrativo, de modo que suas áreas



centrais estão cada vez mais valorizadas, e a Praça dos Três Poderes continua ligada a um importante eixo bem integrado – o Eixo Monumental.

Palmas apresenta um crescimento desordenado e espraiado, baixas médias de compacidade, densidade e inteligibilidade, mas as áreas centrais onde concentram-se os usos administrativo, comercial e de serviços, não apresentam perda do potencial atrativo. A Praça dos Girassóis também não perdeu o atributo que advém originalmente da sua concepção em uma destacada posição configuracional, ela permanece ligada aos eixos mais acessíveis do sistema (via NS-02, seguido da Avenida Teotônio Segurado), fator que deve contribuir para sua urbanidade.

Respondidas as questões de pesquisa, voltamos às contribuições que este estudo traz. Exploramos a realidade física do espaço público em si, a cidade real, concreta. Investigamos quais as características espaciais contribuem para que as praças cumpram com sua destinação primeira de lugar de interação entre pessoas.

As praças cívicas das cidades capitais planejadas após a República até o período atual, como diferentes manifestações de espacialidade urbana, apresentam diferentes atributos globais e locais – que, quando pertencentes ao paradigma da urbanidade, são responsáveis pela potencialidade do espaço ser intensamente utilizado. Consideradas outras variáveis não configuracionais, como uso do solo, altura e estado de conservação das edificações, condições de uso e manutenção do espaço analisado, essa potencialidade advinda da urbanidade arquitetônica pode se transformar no uso intenso, no convívio e na interação entre pessoas no espaço público aberto – como acontece na Praça da Liberdade – ou não se traduzir na utilização frequente e diversificada, como vimos na Praça Cívica.

A análise fundada no ferramental que a Teoria da Lógica Social do Espaço nos fornece permitiu não só mensurar o grau de urbanidade e formalidade das praças analisadas, como também fazer uma leitura dos espaços apoiada nas articulações entre as propriedades configuracionais do sistema global e os atributos locais da forma-espaço construída, de modo a apontar os atributos configuracionais que tornam um espaço público aberto acolhedor, confortável e agradável. Apresentamos a aplicabilidade da análise sintática no estudo dos espaços públicos e trazemos contribuições ao campo da atividade de projeção e do desenho urbano

## Capítulo 7



de espaços públicos abertos – ao observar as inferências que a análise implica, encontramos subsídios para projetar espaços públicos que apresentem maior urbanidade.



# Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, Alcyone Hermano de Paula. **Disritmia**. Goiânia: Oriente, 1977.

AGÊNCIA MINAS. **Governador Aécio Neves apresenta projeto do Centro Administrativo do Estado**. Disponível em: <[www.agenciaminas.mg.gov.br](http://www.agenciaminas.mg.gov.br)> Acessado em: 23 de abril de 2011.

ANJOS, CYRO DOS. **A menina do sobrado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ANDRADE, Carlos Drumond de, Praça da Liberdade sem Amor. **Jornal do Brasil**, 16/11/1974.

ALARCÓN, Leyla Elena Láscar. **A Centralidade em Goiânia**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Departamento de pós-graduação da Fau/UnB do curso de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2004.

ALARCÓN, Leyla Elena Láscar e HOLANDA, Frederico. **A Configuração do Setor Central de Goiânia**. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, 23-27 de maio de 2005.

ALBANO, Celina; LEMOS, Celina; WERNECK, Nísia Duarte; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **A cidade na praça: poder, memória, liberdade**. Trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da ANPOCS do GT Estudos Urbanos: Representações Políticas, São Paulo – Águas de São Pedro, 1984.

AZIMZADEH, Mir, BJUR, Hans. **Transforming Cities. The role of the configuration of the network of public spaces in urban life**. Anais do IPHS, 2004. Disponível em: <<http://www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/eng/en-pap.htm>>. Acessado em: 11 de setembro de 2008.

BARROS, A. P. B. G.; MEDEIROS, V. A. S.; SILVA, P. C. M.; HOLANDA, F. R. B. **Análise de Sistemas de Transporte Urbano por meio da Sintaxe Espacial**. 5º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia, 2º Congresso de Engenharia de Moçambique. Maputo, Setembro 2008.

## Referências Bibliográficas



BARSKI, José. **A invenção de Brasília: o 'risco' de Lúcio Costa**. In: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. São Paulo: Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/EESC-USP, n.2, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BLANC, Jean-Noël. **Voir l'espace dans l'espace public**. In: L'espace public - Géocarrefour, Vol. 76 n°1, 2001. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geoca\\_16274873\\_2001\\_num\\_76\\_1\\_2507](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geoca_16274873_2001_num_76_1_2507)>. Acessado em: 23 ago. 2008.

BOTELHO, Lídia Adjuto. **O princípio das escalas no plano urbanístico de Brasília sentido e valor além de proporção**. In: Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro. Francisco Leitão (org.) [et al.]. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, agosto, 2007.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 8 ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2003.

CARMARGO, Silenio. **Entrevista sobre o Projeto da Praça dos Girassóis, Palmas**. 2011 (comunicação particular).

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

COCOZZA, Glauco de Paula. **Paisagem e urbanidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas**. São Paulo, 2007. Tese de Doutorado em Paisagem e Ambiente – FAUUSP.

CODEMIG, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. **Linha Verde**. Disponível em: <<http://www.comig.com.br/site/content/parcerias/projetos.asp?id=15>> Acessado em: 2 de maio de 2011.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. volume 2, 152p.

## Referências Bibliográficas



CORDEIRO, Narcisa Abreu, QUEIROZ, Normalice Maria. **Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original**. Goiânia: Arte Gráfica, 1990.

COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957**. Brasília, cidade que inventei. Brasília: ArPDF, Codeplan e DEPHA, 1991.

COSTA, Lucio. **Brasília Revisitada, 1985/1987**. Anexo I do Decreto n. 10.829, de 14 de outubro de 1987.

COSTA, Lucio. **O urbanista defende sua cidade, 1967**. In: COSTA, Lucio. Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes e EDUnB, 1995.

COSTA, Maria Elisa. **Notas relativas ao tombamento de Brasília, 1997**. Texto remetido ao IPDF/GDF, em novembro de 1997, como contribuição aos estudos para elaboração do Plano Diretor Local de Brasília.

COSTA, Maria Elisa; LIMA, Adeildo V. **Brasília, 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto**. Brasília: TERRACAP, 1985. Convênio GDF/SVO/DAU e TERRACAP/DITEC.

CUTINI, Valerio. **Lines and squares: Towards a configurational approach to the morphology of open spaces**. 4<sup>th</sup> International Space Syntax Symposium, London, 2003. Disponível em: <[www.spacesyntax.net/symposia/sss4/fullpapers/49Cutini paper.pdf](http://www.spacesyntax.net/symposia/sss4/fullpapers/49Cutini%20paper.pdf)>. Acessado em: 07 de novembro de 2008.

EL-DAHDAH, Farès (org.). **Catálogo Exposição Lucio Costa Arquiteto**. Primeira Edição. Brasília: 2010. Projeto Casa de Lucio Costa.

ESTEVES, Milton Junior. **Campi Universitários e Praças Cívicas: função e significância dos fragmentos urbanos e da totalidade urbana**. Anais do XI seminário de história da cidade e do urbanismo – XI SHCU. Vitória, 05 a 08 de outubro de 2010.

FERNANDES, Ludmila Dias. **O Espaço Público Aberto: sua Vitalidade e Lógica Espacial**. Anais do XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Florianópolis, 2009.

## Referências Bibliográficas



FERNANDES, Ludmila Dias. **Quatro Capitais, Quatro Praças Cívicas**. Anais do XI seminário de história da cidade e do urbanismo – XI SHCU. Vitória, 05 a 08 de outubro de 2010.

FICHER, Sylvia. Brasília e seu Plano Piloto. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Fupam: Studio Nobel, 1999. p. 230-239.

FICHER, Sylvia; LEITÃO, Francisco. O legado cultural de Brasília. In: **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Francisco Leitão (org.) [et al.]. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

FRANCO, Pedro Rocha. Mobilidade Reduzida: Sem saída. Entrevista sobre a integração do tecido urbano de Belo Horizonte e suas implicações, com o Pesquisador Doutor Valério Medeiros. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, p. 17 e 18, 28 dez. 2009.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Goiânia: 50 anos**. Brasília: MEC - SESU, 1985.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de Ruas. Dicionário Toponímico da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura. Museu Abílio Barreto, 1992.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras, LIMA, Fábio José Martins. Pensamento e Prática Urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961. In **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. LEME, Maria Cristina da Silva (org.). São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP, FUPAM, 1999. P. 120.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana: Ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Universidade Federal de Goiás, 2002.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Plano Geral de Implantação do Circuito da Liberdade, 2005.



## Referências Bibliográficas



GOVERNO DE MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. **Governador apresenta projeto do Centro Administrativo do Estado.** Disponível em:

<[http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=181](http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=181)> Acessado em: 29 de abril de 2011.

GUSMÃO, Cristiane. Escala bucólica – os três mosqueteiros são quatro. In: **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro.** Francisco Leitão (org.) [et al.]. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

GUZZO, J. R. **Área de risco.** Revista VEJA. 17 de março de 2010. p. 134.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura.** 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space.** Londres: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The reasoning art: or, the need for an analytical theory of architecture.** In: 1st INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM,

HILLIER, Bill et al. **Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement.** Environment and Planning B, Londres: Pion Publication, v. 20, n.1, p. 29-66, 1993.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção.** Brasília: Ed. UnB, 2002.

HOLANDA, Frederico de (org.). **Arquitetura & Urbanidade.** São Paulo: ProEditores Associados Ltda. 2003.

HOLANDA, Frederico de. **Arquitetura sociológica.** XII Encontro Nacional da ANPUR – Anais em CD-Rom. Belém: ANPUR, 2007.

HOLANDA, Frederico. **Be Aware of Local Properties.** Anais do 6th International Space Syntax Symposium, 2007. Disponível em: <<http://www.spacesyntaxistanbul.itu.edu.tr/papers%5Clongpapers%5C082%20%20Holanda.pdf>>. Acessado em: 20 de outubro de 2008.

## Referências Bibliográficas



HOLANDA, Frederico de. Frederico de Holanda analisa as transformações por que passou Brasília nos últimos 50 anos. **Revista aU - Arquitetura e Urbanismo**, ed 192, março de 2010 (2010a). Disponível em: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/192/frederico-de-holanda-analisa-as-transformacoes-por-que-passou-brasilia-163903-1.asp>. Acessado em: 15 de maio de 2011.

HOLANDA, Frederico de. **Brasília – cidade moderna, cidade eterna**. Brasília: FAU UnB, 2010b (Coleção Brasília Histórica 50 anos).

HOLANDA, Frederico de. **Urbanidade: arquitetônica e social**. Anais do I ENANPARQ (CD-ROM) – I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010: PROURB, 2010c.

HOLANDA, Frederico de. **Oscar Niemeyer: de Vidro e Concreto**. Brasília: FRBH Edições, 2010d.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. P. 2275-2276.

HUET, Bernard. **Espaços públicos, espaços residuais**. São Paulo: Terceiro Nome – Viva o Centro. Imprensa Oficial do Estado, 2001. In: O Centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XVI.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 18 de outubro de 1997.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 1985.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Segunda Seção. Belo Horizonte, 13 de janeiro de 1989. p. 1.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 02 de janeiro de 1991, p. 30

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, Caderno Cidades, 12 de janeiro de 1992.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 29 de abril de 1996, p. 1

## Referências Bibliográficas



JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 15 de março de 1996, p. 1

JORNAL O POPULAR, 20 de dezembro de 1975.

JORNAL O POPULAR, 23 de março de 1973.

JORNAL O POPULAR, 02 de abril de 1995.

JORNAL O POPULAR, 15 de fevereiro de 1996.

JORNAL O POPULAR, 30 de junho de 1998.

JORNAL O POPULAR, 13 de outubro de 2000.

JORNAL O POPULAR, 24 de outubro de 2000.

JORNAL O POPULAR, 03 de outubro de 2001.

JORNAL O POPULAR, 23 de outubro de 2003.

JORNAL O POPULAR, 17 de abril de 2003.

KATO, Akinori. **Plazas of southern Europe**. Tokyo: Process Architecture Publishing, 1993.

KLASANDER, Anna-Johanna. **Suburban Squares: How come they are not all empty?** Anais do Space Syntax 3rd International Symposium, Atlanta, May 7-11 2001. Disponível em: <<http://undertow.arch.gatech.edu/homepages/3sss/proceedings.htm>>. Acessado em: 15 de outubro de 2008.

LANA, Ricardo Samuel. **Parecer sobre a Praça da Liberdade**. Belo Horizonte: DPPC, 1990. 1v.

## Referências Bibliográficas



LAUANDE, Francisco de Assis Junior. **Brasília: Praça dos Três Poderes**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2008.

LEITÃO, Francisco. **Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Francisco Leitão (org.) [et al.]. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

LEITÃO, Lúcia, org. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenções em praças**. Recife: A Secretaria, 2002.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil – 1985-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP, FUPAM, 1999.

LOPES, Myriam Bahia. **Liberdade, testemunho e valor**. A Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Portal Vitruvius. Ano 7, nov. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc173/mc173.asp>. Acessado em: 25 de abril de 2011.

MACHADO, Dionísio Pereira. **Terra da gente**. Goiânia: Oriente, 1975.

MACHADO, Marietta Telles. **Narrativas do cotidiano**. Goiânia: Oriente, 1978.

MACHADO, Marília Pacheco. Escala residencial: superquadra – pensamento e prática urbanística. In: **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Francisco Leitão (org.) [et al.]. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

MARTINS, Roberto Borges. **Liberdade: uma praça no coração de Minas**. In Plano Geral do Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Belo Horizonte, 2005.

MANSO, Celina F. A. **Goiânia – Uma concepção urbana, moderna e contemporânea – Certo Olhar**. Goiânia, ed. do autor, 2002.

## Referências Bibliográficas



MANSO, Celina F. A. (org.). **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – Dossiê de Tombamento**. Volumes I, II e III. Goiânia, SEPLAN, 2004.

MARCOLIN, Ana Rosa; PINHO, André; XAVIER, Bárbara; VARGAS, Ramon. **Projeto Circuito Cultural e o patrimônio cultural da Praça da Liberdade**. 20 de setembro de 2008. Disponível em: <http://bhturismo.wordpress.com/2008/09/20/projeto-circuito-cultural-e-o-patrimonio-cultural-da-praca-da-liberdade/>. Acessado em 21 de abril de 2011.

MARQUEZ, Mara Souto. **A escala monumental do Plano Piloto de Brasília**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2007.

MARQUEZ, Mara Souto; MELLO, Antônio O. Escala monumental. In: **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Francisco Leitão (org.) [et al.]. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos. Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MATTA, Maurício da Silva, e MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Momento de criação: a concepção de Brasília e do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares. **Urbis Brasiliae ou Sobre Cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2006.

MELIK, Rianne van. **Changing public space: The recent redevelopment of Dutch city squares**. Netherlands Geographical Studies 373. Koninklijk Nederlands Aardrijkskundig Genootschap. Faculteit Geowetenschappen Universiteit. Utrecht, 2008.

Memorial de Construção da Praça dos Girassóis, Empresa SIGLA Projetos de Arquitetura e Engenharia Ltda, 1998.

MONTE JUCÁ, Jane. **Les réalités et potentialités des paysages de Brasilia**. Des mythes fondateurs oubliés à l'invention d'un patrimoine mondial. Tese de Doutorado: LUGINBÜHL Yves (dir). Paris: Ecole de Géographie, Panthéon-Sorbonne, Paris I, 2005.

## Referências Bibliográficas



MONTE JUCÁ, Jane. Realidades e potencialidades das paisagens de Brasília – dos mitos fundadores esquecidos à invenção de um patrimônio mundial. In: **Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro**. Francisco Leitão (org.) [et al.]. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1938.

MONTEIRO, Patricia M. **Public Open Spaces in São Cristóvão, Rio de Janeiro: Social and Spatial Patterns**. Anais do Space Syntax 3rd International Symposium, May 7-11 2001. Disponível em: <[http://undertow.arch.gatech.edu/homepages/3sss/papers\\_pdf/63\\_monteiro.pdf](http://undertow.arch.gatech.edu/homepages/3sss/papers_pdf/63_monteiro.pdf)>. Acessado em: 13 de outubro de 2008.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. 2ª ed. – Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

MORAIS, Kamila Lopes. **Representações da cidade de Goiânia em contos de meados do século XX : imagens e discursos**. Dissertação Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2009.

MOTA, Ana Maria Passos, HOLANDA, Frederico de, SOARES, Laura Regina Simões de Bello e GARCIA, Patrícia Melasso. **Brasília Nasceu Excêntrica?** VI Seminário de Estudo da História e do Urbanismo – Anais em CD-ROM. Natal: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, 2000.

NIEMEYER, Oscar. **Entrevista sobre suas obras e carreira para o Programa Roda Viva**, TV CULTURA. Domingo, 6 de Abril de 1997. Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm0554>. Acessado em 15 de janeiro de 2011.

NIEMEYER, Oscar. **Praça dos Três Poderes**. Brasília: Fundação Oscar Niemeyer, 1998.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu. **“Circuito Cultural da Praça da Liberdade”, em Belo Horizonte, MG: Um desrespeito a um “Monumento Nacional”**. Disponível em: <http://www.defender.org.br/uploads/Artigo1.pdf>. Acessado em: 25 de abril de 2011.

OLIVEIRA, Gabriela Dias. **A construção do lugar e da memória: a Praça da Liberdade e o seu prédio rosa**. Disponível em:<<http://www.mmm.org.br/index.php?p=8&c=152&pa=ro&pfr=20>>. Acessado em: 15 de abril de 2011.



## Referências Bibliográficas



PEREIRA, Doralice Barros; CAMPOS, Laura Arantes. **Políticas e Negócios que Instauram “Vazios” e Modernidade: O Projeto Linha Verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte**, Anais do XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Florianópolis, 2009.

PEREIRA, Senador Francelino. **Espaço cultural da liberdade – Praça da Liberdade: Belo Horizonte, capital do século, 1897-1997**. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Francelino Pereira, 1998.

PROGRAMA DE AÇÕES IMEDIATAS PARA O VETOR NORTE, Instituto Horizontes e Governo De Minas. Disponível em: [http://www.institutohorizontes.org.br/imagens/estudoseprojetos/DOCUMENTO\\_FINAL\\_VETOR\\_NORTE.pdf](http://www.institutohorizontes.org.br/imagens/estudoseprojetos/DOCUMENTO_FINAL_VETOR_NORTE.pdf). Acessado em: 29 de abril de 2011.

PROJETO CIRCUITO CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE, Conheça o Projeto. Disponível em: <http://www.circuitoculturalliberdade.mg.gov.br/projeto/conheca-o-projeto>. Acessado em: 19 de abril de 2011.

PROJETO DA CAPITAL DO ESTADO DO TOCANTINS, Memória do Plano Básico. GRUPOQUATRO, 1989.

RESTAURAÇÃO DA PRAÇA DA LIBERDADE. Relatório Fotográfico. IEPHA. Belo Horizonte, setembro de 1991.

RODRIGUES, Juciano Martins. **Dinâmica populacional de Goiânia: o crescimento das regiões na década de 1990**. In: Conjuntura Econômica Goiana, n. 08. Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2006.

RODRIGUES, Milena Baratta Nunes Aldigueri. **UnB e o seu espaço social**. Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília, 2007.

SABINO, Fernando. **Encontro Mercado**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SCHLEE, Andrey Rosenthal e Lila Donato. **A praça do Maquis**. Anais do 7º Seminário Docomomo Brasil. Porto Alegre, 2007.

## Referências Bibliográficas



SCHORSKE, Karl E. **Fin-de-Siècle Vienna**. Politics and Culture. Nova York: Vintage Books Edition, Alfred Knopf, 1988.

SEDHAB e RS Projetos Ltda. Relatório Preliminar de Diagnóstico, Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília, 2011.

SEGAWA, Hugo. Palmas, cidade nova ou apenas uma nova cidade? In: Projeto, n. 146, p. 94-109, out. 1991.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Andréia P., PEREIRA, Azenaide L. & PAULA, Flavia M<sup>a</sup> de A. **O fenômeno de descaracterização das feiras artesanais: o caso da Feira Hippie de Goiânia**. Relatório de Projeto. IESAUGF: Goiânia, 1999.

SILVEIRA, Vitor (org.). **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

SITTE, Camilo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Os Ecos da Modernidade no Norte do Brasil: Boa Vista/RR na década de 1950**. X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política. Recife, 26 a 30 de abril de 2010. UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

TENÓRIO, Gabriela de Souza. **Uma “Praça” não é uma Praça**. Anais do XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Florianópolis, 2009.

TERMO DE REFERENCIA PRAÇA CÍVICA – Instituto de Planejamento Municipal IPLAN, Agosto de 1980.

TRINDADE, Dirceu. Challenges for New Town Design in a Frontier Region: Palmas. In: Del Rio, Vicente; SIEMBIEDA, William (Org.). **Contemporary Urbanism in Brazil – Beyond Brasília**. Florida, University Press of Florida, 2009. p. 65-81.

TROVA, Vaso et al. **The structure of public space in sparsely urban areas**. Anais do 2<sup>nd</sup> International Space Syntax Symposium. Brasília, Brasil, março/abril,1999. Disponível em: <[http://www.spacesyntax.net/symposia/SSS2/sss2\\_proceedings.htm](http://www.spacesyntax.net/symposia/SSS2/sss2_proceedings.htm)>. Acessado em: 20 ago. 2008.

## Referências Bibliográficas



UNES, Wolney. **Identidade art decó de Goiânia**. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2008.

VASCONCELLOS, Jô. **Entrevista sobre o Projeto de Restauração da Praça da Liberdade em 1991 e Implantação do Circuito Cultural da Liberdade, Belo Horizonte**. 2011 (comunicação particular).

VERAS, Antônio Rezende Tolrino. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ZUCKER, Paul (1959). **Town and Square - From the Agora to the Village Green**. Edição Original: por Columbia University Press, New York.